Monitor Mercantil

ISSN 1980-9123
Siga: twitter.com/sigaomonitor
Acesse: monitormercantil.com.br

29 de abril de 2026 ● Ano CVII ● Número 30.088

EDIÇÃO NACIONAL ● R$ 3,00

INSTITUCIONALIZAÇÃO IMPOSTA AO BRASIL

Do processo de colonização às estruturas institucionais atuais. Por Pedro Augusto Pinho, **página 2**

É CHAPA BRANCA SIM, E DAÍ?

Filme de Michael Jackson evita polêmicas, mas emociona fãs. Por Philipe Deschamps, **página 4**

AS PERSPECTIVAS DO BIODIESEL NO BRASIL

Segundo José Eduardo Luzzi, do Instituto MBCBrasil, o marco regulatório brasileiro é exemplo global. **Página 5**

Saída dos Emirados da Opep não deve afetar preços

Os Emirados Árabes Unidos (EAU) anunciaram nesta terça-feira que se retirarão da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) e da aliança mais ampla Opep+, com efeito a partir de 1º de maio de 2026, informou a Agência de Notícias dos Emirados (WAM).

A decisão reflete a visão estratégica e econômica de longo prazo dos EAU e o perfil energético em evolução, incluindo o investimento acelerado na produção doméstica de energia, e reforça seu compromisso com um papel responsável, confiável e voltado para o futuro nos mercados globais de energia, informou a WAM.

A decisão segue uma revisão abrangente da política de produção dos EAU e de sua capacidade atual e futura, e baseia-se no interesse nacional dos EAU e no compromisso de contribuir efetivamente para atender às necessidades urgentes do mercado, completou a agência.

Em conversa com a agência de notícias russa Sputnik, Mamdouh G. Salameh, economista internacional da área de petróleo, afirmou que a saída dos Emirados Árabes Unidos da Opep tem motivação essencialmente política e "dificilmente terá qualquer impacto nos preços do petróleo", apesar do contexto de guerra e tensões no golfo.

A decisão dos Emirados Árabes Unidos não surpreendeu o especialista em energia global baseado em Londres. Ele afirmou que o país já cogitava essa ruptura muito antes da guerra com o Irã. Segundo ele, divergências com a Arábia Saudita sobre cotas de produção criaram um desgaste prolongado, especialmente após Riad rejeitar a demanda dos EAU por uma cota de 5 milhões de barris por dia.

Salameh destaca que, desta vez, a motivação é política. "Fontes próximas à presidência dos Emirados afirmam que os países do Conselho de Cooperação do Golfo não lhes forneceram apoio durante a guerra com o Irã", disse. Ele acrescenta que o bombardeio iraniano ao terminal de Fujairah, que impediu o país de contornar o estreito de Ormuz, também pesou na decisão.

"Há quem acredite que os Emirados podem ter tomado a decisão sob pressão do presidente Trump", observou, ressaltando que o alinhamento com os EUA não representa mais a vantagem estratégica de décadas anteriores.

Fim da escala 6x1: debate político se sobrepõe ao técnico

Estudos ignoram ajustes dinâmicos do trabalho

As propostas de redução da jornada de trabalho no Brasil, em tramitação no Congresso Nacional, têm mobilizado pesquisadores sobre os possíveis impactos da medida na economia, a partir do fim da escala de seis dias de trabalho por um de descanso, a chamada 6×1.

De um lado, estudos de entidades que representam o empresariado, as chamadas confederações patronais, projetam queda no Produto Interno Bruto (PIB, indicador da economia de um país) e alta da inflação.

Por outra perspectiva, análises da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) desenham um cenário diferente, com impactos reduzidos atingindo apenas alguns setores, além da criação de mais empregos e possível aumento do PIB.

Para a economista da Unicamp Marilane Teixeira, a diferença entre as pesquisas sobre os custos econômicos da redução da jornada ocorre porque não se trata de um debate puramente técnico, mas político.

"Parte significativa da literatura econômica que discute o assunto parte de modelos que assumem, como regra, que qualquer redução na quantidade de horas trabalhadas levará, inevitavelmente, à redução da produção e da renda – ignorando, assim, os ajustes dinâmicos que historicamente ocorrem no mercado de trabalho", aponta.

Membro do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesite), Marilene defende que a resistência à redução da jornada, por parte dos empregadores, pode levar a projeções alarmistas. "Do ponto de vista dos empregadores, é claro que, qualquer mudança é vista a partir do seu negócio. Eles não olham a economia como um todo, mas isso traz benefícios para o conjunto da sociedade", acredita.

Pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI) calcula uma perda de R$ 76 bilhões no PIB brasileiro (-0,7%) com a redução da jornada das atuais 44 para 40 horas. No caso da indústria, o PIB cairia 1,2%.

Estudo do Ipea afirma que a alta no custo total das empresas, conta que engloba o conjunto de gastos, o impacto da redução da jornada varia de 1%, em setores como comércio e indústria, a até 6,6%, no caso do ramo de vigilância e segurança.

"Os resultados indicam que a maioria dos setores produtivos apresenta capacidade de absorver aumentos nos custos do trabalho, ainda que alguns segmentos demandem atenção específica", diz o estudo do Ipea.

Banco Mundial prevê aumento de 24% em energia e de 31% em fertilizantes

O Banco Mundial previu nesta terça-feira que os preços da energia podem subir 24% em 2026, atingindo o nível mais alto desde o início do conflito entre Rússia e Ucrânia em 2022, devido à guerra no Oriente Médio, enquanto os preços das commodities em geral devem aumentar 16%.

Em sua mais recente Perspectiva dos Mercados de Commodities, divulgada nesta terça-feira, o Banco Mundial afirmou que os ataques à infraestrutura de energia e as interrupções no transporte marítimo no Estreito de Ormuz, que movimenta cerca de 35% do comércio global de petróleo bruto por via marítima, desencadearam o maior choque de oferta de petróleo já registrado, com uma redução inicial na oferta global de petróleo de cerca de 10 milhões de barris por dia.

Os preços dos fertilizantes devem aumentar 31% em 2026, impulsionados por um salto de 60% nos preços da ureia, enquanto os preços dos metais básicos, incluindo alumínio, cobre e estanho, devem atingir recordes. Prevê-se

Economista Indermit Gill alerta para impacto em ondas

que os preços dos metais preciosos aumentem 42%.

Os preços das commodities podem subir ainda mais se as hostilidades aumentarem ou se as interrupções no fornecimento decorrentes da guerra durarem mais do que o previsto, segundo o relatório.

"A guerra está atingindo a economia global em ondas cumulativas", disse Indermit Gill, economista-chefe e vice-presidente sênior de Economia do Desenvolvimento do Grupo Banco Mundial.

KPMG: fusões e aquisições no Rio de Janeiro caem 10%

O número de fusões e aquisições realizadas por empresas do Estado do Rio de Janeiro diminuiu 10% em 2025, em comparação com 2024. De janeiro a dezembro, foram efetuadas 133 operações, contra 148, respectivamente. Com esse resultado, a região se mantém estável na segunda posição no ranking que contou com a participação de 23 unidades federativas. Os dados são de estudo realizado trimestralmente pela KPMG.

Das 133 operações realizadas em 2025, os setores que apresentaram um maior número de movimentação na economia fluminense foram: tecnologia da informação (31); telecomunicações e mídia (11); petróleo, óleo e gás (10); hospitais, laboratórios de análises clínicas e instituições financeiras (8 em cada); companhias energéticas (6); imobiliário (4); empresas de internet e educação (3 em cada) e outros (10).

Já com relação ao tipo de operação realizada, das 133 concretizadas de janeiro a dezembro de 2025, 77 operações foram domésticas, enquanto em 2024 ocorreram 88 transações.

Para Manuel Fernandes, sócio de mercados regionais da KPMG, "o Estado segue em busca de modernização e digitalização dos processos corporativos, o que explica números de transações no setor de tecnologia da informação. O avanço da tecnologia também contribui para os negócios envolvendo o setor de óleo e gás e companhias energéticas que seguem em alta".

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R$ 4,9973
Dólar Turismo	R$ 5,1858
Euro	R$ 5,8546
Iuan	R$ 0,7276
Ouro (gr)	R$ 738,06

ÍNDICES

IGP-M	
	0,52% (março)
	-0,73% (fevereiro)
IPCA-E	
	RJ (setembro) 0,55%
	SP (setembro) 0,60%
Selic	14,75%
Hot Money	0,63%

Ines249

Pilar civilizacional: a institucionalização imposta ao Brasil

Por Pedro Augusto Pinho

A colonização do Brasil foi imposta por um país colonizado, o Portugal quatrocentista. Alexandre Herculano (1810-1877), pai da historiografia portuguesa moderna, e o ensaísta António Sérgio (1883-1969), autor da *Breve Interpretação da História de Portugal* (1929) negam a continuidade entre os lusitanos, de tenaz resistência aos romanos, e os portugueses, povos que ocuparam a parte oeste da Península Ibérica, uma mistura de suevos e vândalos com visigodos e o que se veio denominar mouros, povos islâmicos. Nestas reflexões trataremos inicialmente dos portugueses, conforme discorre António Sérgio na obra citada.

Portugal tem origem na povoação da foz do rio Douro, Cale, "Portus Cale". Por volta de 1080, Afonso VI, rei de Leão e Castela, solicita a cristãos auxílio na guerra contra os maometanos. É atendido por Henrique, da família dos Duques de Borgonha, um dos Estados mais importantes da Europa medieval, que convoca outros nobres e obtêm a vitória militar. Como reconhecimento recebe a mão de Teresa, filha de Afonso, e um pedaço de terra, constituído de Coimbra, Lamego, Viseu, Porto, Braga, Guimarães e outras já libertas, além do que mais conquistasse aos mouros.

O filho de Henrique e Teresa é considerado o primeiro rei de Portugal, Afonso Henriques (1112-1185), criando a Dinastia de Borgonha, que perdurou até 1383, com nove reis. Escreve António Sérgio: "Um dos grandes males da nação foi que a fidalguia não se enraizou nos seus campos, não exerceu um verdadeiro papel civilizador, um papel de direção e proteção dos seus povos, antes se fez parasita do povo e do Poder Central. Os maus efeitos desse vício sentem-se ainda hoje (início do século 20) no país".

Após os Borgonha, viriam os descendentes de D. João I (1385-1433), iniciando a Dinastia dos Avis, até que, com Henrique (1578-1580), a ausência de sucessor fizesse de Felipe II, de Castela, neto por parte de mãe de D. Manuel, o Venturoso, se candidatasse ao trono português e o levasse desde 1581 até 1649 para Espanha (Felipe II, III e IV de Castela).

Para o Brasil, este domínio espanhol foi muito importante pois fez cair a separação do Tratado de Tordesilhas, aumentando as fronteiras brasileiras em cerca de três vezes; recordando, o Brasil passou de 2 milhões de quilômetros quadrados para quase 8,5 milhões.

Ignorância e impunidade

Sheila de Castro Faria, doutora e professora aposentada da Universidade Federal Fluminense (UFF), de importante produção sobre a História do Brasil, escreveu em *A Colônia Brasileira Economia e Diversidade* (1997): "Do século 11 ao 13, a Europa viu um aumento populacional expressivo, com atividades mercantis e manufatureiras tornando-se cada vez mais importantes, o que resultou na ampliação da vida urbana". "O trabalho camponês pagava a conta não só do luxo crescente da aristocracia, como também da crescente formação de exércitos". "Expandiu-se a cristandade ocidental, em alguns casos pela pressão demográfica e em outros pelo processo de conquista".

Em três frases, a notável historiadora pinta o quadro do qual surgiria o Brasil em 1500, sob domínio dos Avis (portugueses) e três Felipes de Castela (espanhóis), até 1640, logo sucedidos pelos Braganças até a Proclamação da República (1889). Por todo este período, os brasileiros, de origem ou para aqui transplantados, foram submetidos à ignorância – apenas na República houve interesse na alfabetização dos habitantes – e à impunidade, que sempre cercou a ferocidade e arbítrio no trato dos que não fossem homens de bem, ou seja, senhores de terras e escravos.Em síntese, formou-se um país de excludentes, pela origem, pela riqueza, pelo poder.

Sobre este país, a respeito do qual iremos refletir, aproveitamos os trabalhos que, sob a coordenação de Jessé Souza e Rafael Valim, foram incluídos no livro *Resgatar o Brasil* (2018). Pelo protagonismo do Poder Judiciário neste fim do primeiro quartel do século 21, iniciamos com o trabalho de Rafael Valim ("O Discurso Jurídico Brasileiro: da farsa ao cinismo"): sintetizado em "o Direito foi sepultado no Brasil".

Escreve Valim: "A comunidade jurídica brasileira está dividida em certos grupos: (1) os que integram o sistema de Justiça e estão, às expensas do povo, cometendo arbitrariedades inomináveis: (2) os que tentam se aproveitar das circunstâncias para obter vantagens; (3) os que, embora compreendam o grave estado de coisas atual, preferem se calar; (4) os que, por um grave déficit cognitivo ou por uma cegueira ideológica incurável, julgam que está tudo em ordem e que o Brasil logo extirpará o 'lamaçal da corrupção'; e (5), finalmente, os que, apesar do macarthismo implacável, não abdicaram do compromisso histórico de enfrentar o arbítrio, ainda que togado".

Igualmente importante é o destino do esforço laboral do povo brasileiro, analisado, com a percuciência e cultura da mineira Maria Lúcia Fattorelli, auditora-fiscal aposentada, de renome internacional, fundadora da organização Auditoria Cidadã da Dívida, no "Sistema da Dívida Pública: entenda como você é roubado", que inicia com a explicação psicossocial do nome do assalto: "O setor financeiro foi muito esperto ao escolher a 'dívida pública' para ser o veículo do roubo de recursos públicos, pois o termo 'dívida' está ligado a valores morais, como honra e responsabilidade."

E, após esta magnífica introdução, Maria Lúcia Fattorelli logo nos apresenta o problema que impede o desenvolvimento econômico que beneficie todos brasileiros: "Ao contrário de representar ingresso de recursos para investimentos de interesse da sociedade que irá pagar a conta, a dívida pública tem sido gerada por diversos mecanismos que aumentam o seu estoque, mas os recursos vazam para o setor financeiro nacional e internacional. A isso denominamos Sistema da Dívida".

E prossegue: "Todos os anos, o pagamento dos gastos com a chamada dívida pública consome cerca de metade do orçamento federal e sequer sabemos para quem estamos pagando, pois a identificação dos credores é informação sigilosa!"

O Brasil é vítima de um sistema que lhe foi imposto desde 1549, com a chegada de Tomé de Sousa como governador-geral, dotado de autonomia relativa, seguindo as determinações do rei português D. João III para centralizar a administração, defender a costa e promover a catequização indígena. Contudo, ao longo desses 440 anos, uma nova "Carta Régia", de alcance mundial, foi estabelecida: o Consenso de Washington (1989).

É a esse conjunto de diretrizes que o país passou a se submeter, e contra o qual se impõe a necessidade de resgatar o Brasil – seus valores, especialmente aqueles consolidados na Era Vargas, bem como sua soberania e cidadania.

Ainda que não seja adequado personalizar eventos históricos, há um símbolo representativo dos efeitos do Consenso de Washington no Brasil, marcado pelo desprezo à nacionalidade e pela submissão ao capital financeiro. Embora não seja um caso isolado, sua posição no poder da República o torna um exemplo relevante para análise.

Trataremos do atual ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), o paulista de Marília José Antônio Dias Toffoli (1967).

O caso Toffoli

Embora, desde a proclamação da República, o Brasil tenha-se definido como uma federação, a prática política desde 1549 até nossos dias adotou o modelo de governança unitário, quer dirigida por terceiros representantes dos colonizadores, quer por imperadores, quer mesmo pelos presidentes que, como ditadores ou eleitos pelo povo, faziam do Poder Executivo o efetivo poder nacional.

Na ausência do Estado, privatizado desde a Nova República, que adotou a ideologia neoliberal financeira, o País vem sentindo a falta de uma condução centralizada, pois a privatização repartiu o País em feudos financeiros de gestores de ativos.

A filósofa estadunidense Nancy Fraser (1947), em seu recente trabalho (*O velho está morrendo e o novo não pode nascer*, 2019), afirma: "Hoje, quem quer que fale em 'crise' corre o risco de ser considerado e visto como um charlatão, tamanha a banalização que o termo atingiu por sua utilização imprecisa e incessante".

A partir das notícias selecionadas pelo **Monitor Mercantil**, que envolvam o Brasil, entre o início do carnaval de 2026 e o fim de fevereiro do mesmo ano, registramos como de mais ampla repercussão, envolvendo o Poder Judiciário e o Sistema da Dívida, o Caso do Banco Master, os preços e produção do petróleo e derivados, o destaque da agropecuária na economia em 2025, os juros altos impedindo a queda da Dívida Pública, a atuação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Crime Organizado, os presidentes das organizações estaduais e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) nacional solicitando ao presidente do STF, ministro Edson Fachin, que dê fim ao "inquérito das fake news", aberto em desrespeito às normas do próprio STF e sem término definido, a ida do presidente Lula à Índia e as questões envolvendo a Inteligência Artificial (IA).

Também no exterior, a revista britânica *The Economist*, que por duas vezes no passado – 14 de abril de 2024 e 16 de abril de 2025 – questionou a atuação do STF, volta, em 24 de fevereiro de 2026, a criticar o poder desproporcional de ministros desta Corte em relação às elites políticas e empresariais, agora envolvidos em um "vasto escândalo".

José Antonio Dias Toffoli foi o oitavo dos nove filhos do cafeicultor e marceneiro Luiz Toffoli e da professora e catequista Sebastiana Seixas Dias Toffoli, uma família de renda média, descendente de italianos e católica. Graduou-se em direito pela Universidade de São Paulo (1986 – 1990). Trabalhou, inicialmente, como advogado, de março de 1991 a julho de 1995, e como consultor jurídico do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (CUT), e assessor parlamentar do deputado estadual pelo Partido dos Trabalhadores (PT) Arlindo Chinaglia.

Em 1994 e 1995 prestou concurso para juiz substituto do Estado de São Paulo, mas não foi aprovado nas duas vezes que tentou. Entre 1995 e 2000 foi assessor jurídico da liderança do PT, na Câmara dos Deputados, em Brasília.

Com a eleição de Lula em 2002, Toffoli foi designado para o cargo de subchefe da área de Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República, que ele exerceu de janeiro de 2003 a julho de 2005, durante a gestão do ministro da Casa Civil José Dirceu. Após a saída de Dirceu do ministério, Toffoli foi exonerado pela ministra Dilma Rousseff.

Retornando à advocacia privada, foi sócio do Escritório Toffoli & Rangel Advogados, de agosto de 2005 a fevereiro de 2007. No mês seguinte, voltou a integrar o governo, ao ser nomeado por Lula para o cargo de advogado-geral da União, função que exerceu até se tornar ministro do STF, em 23 de outubro de 2009, também por indicação de Lula.

Neste breve resumo, vê-se claramente que sua vida profissional, até a designação para o STF, foi fruto de sua vinculação ao PT.

Sua trajetória no STF e nas funções exercidas em razão do cargo tem sido marcada por denúncias de irregularidades, muitas delas relacionadas ao uso de recursos financeiros, além de posicionamentos que, em diferentes momentos, se colocaram em oposição aos interesses de Lula e do PT.

A ideia de gratidão, nesse contexto, não parece evidenciar-se, especialmente diante de seu envolvimento, conforme amplamente noticiado, em um dos episódios mais controversos do país, o chamado Caso do Banco Master. O episódio envolveria tentativas de resguardar sua posição e sua família diante de fatos já expostos publicamente e que, em determinadas circunstâncias, teriam sido reconhecidos pelo próprio José Antônio Dias Toffoli.

A institucionalização é imposta ao Brasil por capitais apátridas. Todos os denominados poderes da República, até mesmo poderes como o da comunicação de massa, relacionam-se de modo que somente seus interesses pessoais, privados, sejam satisfeitos, e em prejuízo da população brasileira.

Ao empregar o termo "satisfação", busca-se evidenciar, como aponta a filósofa Nancy Fraser e também os colaboradores de Jessé Souza e Rafael Valim, que as práticas criticadas não se restringem ao desvio de recursos públicos para fins de enriquecimento.

Elas avançam para desvios de conduta mais amplos, perceptíveis em diferentes esferas, como casos envolvendo o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, reformas que buscam reduzir ou eliminar direitos trabalhistas e previdenciários e, ainda, no enfraquecimento do desenvolvimento e da industrialização do país.

Como observa Gilberto Maringoni, esse processo também se reflete no retrocesso cultural e na formação intelectual da população, com medidas como a precarização da educação pública e a adoção de modelos como as escolas cívico-militares.

Não será na mudança de seis por meia dúzia com a renovação parcial do Congresso nas eleições de 2026, nem na mudança do presidente do país que poderemos avançar. Apenas com a definição de nova estrutura institucional da nação, atendendo à cultura formada neste país quase sempre vassala, no mais amplo e participativo debate nacional, em sindicatos, associações esportivas, filantrópicas, culturais, por todos estados, onde o povo, aquele que só é visto como eleitor, participe efetivamente, se esclareça e opine sobre o Brasil que a todos inclua.

Pedro Augusto Pinho
é administrador aposentado.

Monitor Mercantil

Monitor Mercantil S/A
Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à
ANJ Associação Nacional de Jornais

Serviços noticiosos:
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura
Mensal: R$ 180,00
Plano anual: 12 x R$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossas edições impressas

Ines249

ASSOCIAÇÃO DOS EMBAIXADORES DE TURISMO DO RIO DE JANEIRO
AMIGO DO RIO
www.embaixadoresdorio.com.br

FATOS & COMENTÁRIOS

Marcos de Oliveira
Redação do MM
fatos@monitormercantil.com.br

Inspetor da AIEA garante: Irã não tem arma atômica

Em viagem ao exterior, um amigo da coluna encontrou um inspetor da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). Entre muitos outros países, o funcionário esteve no Irã para inspecionar o programa nuclear do país e garante: não foi descoberto nenhum indício de bomba atômica.

O amigo da coluna chegou a brincar: "Se tivesse [bomba atômica], não teria sido atacado pelos EUA e por Israel", o que levou o inspetor da AIEA a esboçar um sorriso.

O funcionário explicou que eles fazem o trabalho técnico, apresentam os relatórios para o secretário-geral e aí entra a questão sobre sanções ou não. Embora não tenha falado abertamente, fica implícito que a decisão é política.

A Agência Internacional de Energia Atômica remonta ao discurso "Átomos para a Paz" do presidente dos EUA, Eisenhower, perante a Assembleia Geral das Nações Unidas em 8 de dezembro de 1953. A criação, portanto, se apoia nas palavras do líder do único país a ter usado armas nucleares em guerra.

O Estatuto da AIEA foi aprovado por unanimidade por 81 nações – inclusive o Brasil – em 23 de outubro de 1956, na sede das Nações Unidas. A ratificação do Estatuto por Eisenhower, em 29 de julho de 1957, marca o nascimento oficial da Agência. Ao final de 2025, o número de membros era de 181.

A sede da AIEA fica em Viena, Áustria, e a entidade possui 2 escritórios regionais, em Toronto (desde 1979) e Tóquio (desde 1984), bem como 2 escritórios de ligação, em Nova York e Genebra. A Agência mantém laboratórios especializados em tecnologia nuclear em Viena e Seibersdorf, Áustria, e outro em Mônaco. Ou seja, toda a estrutura está localizada no chamado Ocidente (político, não geográfico). São pouco mais de 2,5 mil funcionários.

A República Popular Democrática da Coreia (RPDC, a Coreia do Norte), que aderiu à AIEA em 1974, retirou-se da organização em 1994.

ACSP sob nova direção

A Associação Comercial de São Paulo (ACSP) tem novo presidente, Alfredo Cotait Neto, que já presidiu a entidade anteriormente e preside a Federação das Associações Comerciais de SP (Facesp) e a Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB), representando uma rede de mais de 2 milhões de empresas e 2,3 mil associações comerciais espalhadas por todo o Brasil.

Em sua posse, Cotait anunciou as metas para sua gestão nos próximos 3 anos, entre elas, a proteção do Simples Nacional na reforma tributária, o incentivo à micro e pequena empresa e o rejuvenescimento dos quadros diretivos da ACSP. Este último ponto foi colocado em prática com convite ao advogado criminalista Flávio D'Urso para a vice-presidência e para a Diretoria Executiva.

Rápidas

Antônio Carlos Bizzo Lima é o novo presidente do Conselho de Administração do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) *** No Beco das Garrafas, Marvio Ciribelli recebe a cantora Isabella Antunes para noite de Homenagens a João Donato, Caetano Veloso, Jobim e Sérgio Mendes, 8 de maio, 21h *** O cantor Betin se apresenta neste sábado, 19h, no palco do West Musical, no West Shopping. Entrada gratuita *** O Shopping Jardim Guadalupe terá shows gratuitos cada dia da semana no "Quintal do Guada", 19h (20h de sexta a domingo).

Lula assina decreto que promulga acordo UE-Mercosul

'É este exemplo que nós damos com esse acordo aqui'

O decreto que oficializa a validade do acordo comercial entre Mercosul e União Europeia (UE), que entra em vigor a partir do dia 1º de maio, assinou nesta terça-feira pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva , em cerimônia no Palácio do Planalto.

Com o tratado, o bloco sul-americano, composto por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, vai zerar tarifas sobre 91% dos bens europeus em até 15 anos. Já a UE eliminará tarifas sobre 95% dos bens vendidos pelo Mercosul em até 12 anos. Os termos do acordo foram assinados no fim de janeiro, em Assunção, no Paraguai, entre representantes dos dois blocos, após 26 anos de negociações.

O pacto cria uma zona de livre comércio envolvendo 31 países, sendo 27 da UE e quatro do Mercosul, com uma população conjunta de 720 milhões de habitantes e cerca de US$ 22 trilhões em Produto Interno Bruto (PIB, soma de bens e serviços produzidos).

"A resposta que a União Europeia e o Brasil deram ao mundo é que não existe nada melhor do que a gente acreditar no exercício da democracia, no multilateralismo e na relação cordial entre as nações. É este exemplo que nós damos com esse acordo aqui", afirmou Lula ao assinar o decreto.

Na mesma linha, o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, destacou o significado político do acordo. "Em um mundo conturbado, com forte instabilidade geopolítica e proliferação de medidas unilaterais, inclusive na área comercial, o acordo emite claro sinal de que os dois blocos acreditam na integração econômica, no comércio como promotor do desenvolvimento e na plena compatibilidade da integração comercial com regimes multilaterais nas áreas ambiental, trabalhista e social", afirmou.

Segundo a Agência Brasil, após as longas negociações entre representantes diplomáticos, a ratificação do acordo foi concluída pelo Congresso Nacional no início de março, sendo promulgada dias depois. Foi a última etapa para que o acordo, pelo lado brasileiro, entrasse em vigor por meio do decreto presidencial agora assinado por Lula.

Os parlamentos de Argentina, Uruguai e Paraguai, demais sócios do Mercosul, também já ratificaram o acordo. Do lado da União Europeia, o Parlamento Europeu pediu, em janeiro, que o Tribunal de Justiça do bloco faça uma avaliação jurídica sobre o acordo, mas a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, garantiu que o bloco aplicará o tratado de forma provisória a partir de maio, mesmo com a pendência de análise judicial.

Outros acordos

Na mesma cerimônia em que validou o acordo Mercosul-UE, o presidente Lula também enviou outros dois acordos comerciais para serem analisados pelo Congresso Nacional. Um deles é o acordo Mercosul-Singapura, anunciado em 2023. O país asiático é um dos principais destinos das exportações sul-americanas. O outro acordo envolve o Mercosul e a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), integrada por Suíça, Noruega, Islândia e Liechtenstein.

A parceria multilateral vai criar um mercado de 290 milhões de consumidores em economias que somam PIB de US$ 4,39 trilhões, o equivalente a mais de R$ 23 trilhões em 2024.

A negociação teve início em 2017 e, depois de 14 rodadas, os termos finais foram acertados em junho de 2025. Nos dois casos, os legislativos dos países do Mercosul precisam aprovar os tratados, para que entrem formalmente em vigor.

Prévia da inflação de abril fica em 0,89%

A prévia da inflação de abril foi de 0,89%, 0,45 ponto percentual (p.p.) acima da taxa registrada em março (0,44%). O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) divulgadonesta terça- pelo IBGE, aponta que a maior variação e o maior impacto positivo vieram do grupo alimentação e bebidas (1,46% e 0,31 p.p.). No ano, o IPCA-15 acumula alta de 2,39% e, nos últimos 12 meses, de 4,37%, acima dos 3,90% observados nos 12 meses imediatamente anteriores. Em abril de 2025, a taxa foi de 0,43%.

No grupo alimentação e bebidas (1,46%), o resultado foi influenciado, principalmente, pela alta na alimentação no domicílio, que acelerou de 1,10% em março para 1,77% em abril. Os preços dos seguintes produtos contribuíram para o resultado: cenoura (25,43%), da cebola (16,54%), do leite longa vida (16,33%), do tomate (13,76%) e das carnes (1,14%).

A alimentação fora do domicílio (0,70%) acelerou em relação ao mês de março (0,35%), em virtude da alta do lanche (0,87%) e da refeição (0,65%), que haviam registrado, em março, altas de 0,50% e 0,31%, respectivamente.

O grupo transportes (1,34%) teve o segundo maior impacto no índice geral (0,27 p.p.), impulsionado pelo aumento dos combustíveis, que passou de -0,03% em março para 6,06% em abril. A gasolina (6,23%) foi o principal impacto individual no índice do mês (0,32 p.p.), após ter recuado 0,08% em março.

Saúde e cuidados pessoais (0,93% e 0,13 p.p.) teve a terceira maior influência no resultado geral, em função das altas nos itens de higiene pessoal (1,32%), pelos produtos farmacêuticos (1,16%), após a autorização do reajuste de até 3,81% nos preços dos medicamentos, a partir de 1° de abril, e pelo plano de saúde (0,49%).

O grupo habitação acelerou de 0,24% em março para 0,42% em abril. A energia elétrica residencial foi de 0,68% (0,29% de março), contemplando os reajustes de 6,92% e 14,66% nas tarifas das concessionárias, no Rio de Janeiro (6,50%), a partir de 15 de março.

Quanto aos índices regionais, a maior variação foi registrada em Belém (1,46%), por conta das altas do açaí (12,79%) e da gasolina (9,33%). Já o menor resultado ocorreu em Brasília (0,41%), que apresentou queda nos preços da passagem aérea (-10,88%) e dos produtos farmacêuticos (-0,61%).

PARE
DIA DO TRABALHADOR
Monitor Mercantil
Comunicamos aos leitores, Agências de Publicidade e anunciantes como será a circulação do Monitor Mercantil neste período.
FECHAMENTO DE PUBLICIDADE
30 de abril (quinta-feira) até as 18h.
DATAS DE CAPA
1º, 2, 3 e 4 de maio de 2026
Edição única
E-mail: publicidade@monitormercantil.com.br / Tel.: (21) 3849-6444

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
SINDICATO DAS ENTIDADES MANTENEDORAS DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SUPERIOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SEMERJ - CNPJ: 42.586.511/0001-87
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA VIRTUAL

Considerando as disposições do art. 48-A da Lei 10.406/2002 – Código Civil Brasileiro – e demais previsões legais, o SEMERJ, por sua Presidente, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, CONVOCA os Srs. Mantenedores, quites com as suas obrigações financeiras sindicais, para a Assembleia Geral Extraordinária **por meio virtual** no **dia 11 de maio de 2026,** através da plataforma Zoom, com gravação, e com acesso por link específico que será disponibilizado e enviado aos associados posteriormente, **Para deliberar sobre**: - **Negociação Sindical 2026: SEMERJ – SINPRO-RIO**. A Assembleia virtual será realizada em primeira chamada às 9h30min. e às 10h00 em segunda e última chamada, com qualquer número de participantes, devendo a instituição associada, que não se fizer representar por seu mantenedor, apresentar até 02 (dois) dias antes da realização do evento - por remessa eletrônica para o sítio do SEMERJ, procuração, outorgando poderes de voto e representação ao procurador designado. A votação será aberta, devendo o mantenedor ou seu procurador, obrigatoriamente, registrar sua presença e voto no chat da plataforma do encontro, sob pena de ser o mesmo desconsiderado. Rio de Janeiro, 29 de abril de 2026.

Cláudia Romano
Presidente

Ines249

CULTURA & VARIEDADES

Philipe Deschamps
Jornalista, mestre em Administração e doutorando em Comunicação

É chapa branca sim, e daí?

A cinebiografia *Michael* estreou na semana passada e, em poucos dias, já é um fenômeno mundial de bilheteria. O filme arrecadou US$ 97 milhões nos Estados Unidos e mais de US$ 217 milhões no mundo, no seu primeiro final de semana em cartaz – o maior lançamento da história para uma biografia. A produção, que custou US$ 200 milhões, superou as expectativas iniciais, que apontavam para algo na casa dos US$ 50 milhões nos EUA. Lançado simultaneamente em 82 países, liderou a bilheteria em 64 deles. Isso dá a dimensão do tamanho de MJ ainda hoje, 17 anos após a sua morte.

Se você ainda não viu e está um pouco ressabiado por conta de algumas críticas negativas da mídia especializada, vai aqui um aviso para o amigo leitor que confia nas minhas dicas: o filme é ótimo! Minha opinião pode até ser enviesada – cresci ouvindo Michael –, mas a verdade é que você não precisa ser de fã de carteirinha para curtir o longa. Basta gostar um pouquinho. Isso porque o diretor Antoine Fuqua – conhecido por *Dia de Treinamento* (2001) – não está interessado em convencê-lo a admirar Michael Jackson. Seu objetivo é apenas agradar quem, há décadas, ouve suas músicas, assiste a seus clipes e acompanha sua trajetória como Rei do Pop. E isso ele consegue com um pé nas costas.

A produção não busca validação crítica nem propõe uma revisão histórica distanciada. O filme aposta, acima de tudo, na memória afetiva e na conexão emocional dos fãs – e acerta em cheio. As sessões estão lotadas com gente de todas as idades. Assisti no sábado, em uma sala enorme na Barra da Tijuca, com pessoas de várias gerações. Ao final do filme, o público custa a ir embora: a maioria permanece sentada para ouvir as músicas enquanto sobem os créditos. E dá mesmo vontade de ficar.

Os dois atores que interpretam o astro fazem suas estreias no cinema. Jaafar Jackson é filho de Jermaine, um dos irmãos de Michael, e impressiona pela semelhança com o tio. A voz chega a assustar de tão igual e ele ainda reproduz com precisão os movimentos de dança que Michael tão bem imortalizou. O rapaz passa na prova com louvor. Já Juliano Valdi, que vive MJ criança, não fica atrás – o menino é um encanto de carisma e talento. Ambos cantam de fato nas cenas de gravação em estúdio, mas dublam o cantor nas cenas de show. E isso é ótimo porque o público não perde o talento do Michael original nos pontos altos do filme.

Grandes sucessos que não envelhecem

A produção privilegia os momentos marcantes da carreira do astro. Começa com ele ainda pequeno, aos 8 anos, formando o Jackson 5 sob as ordens autoritárias do pai carrasco, Joseph Jackson, interpretado por Colman Domingo. Ele é o vilão – e o filme faz questão de deixar isso claro. A mãe, Katherine, hoje com 95 anos, é vivida por Nia Long. O espectador acompanha a ascensão do grupo e, em seguida, a carreira solo de Michael, com os sucessos estrondosos de *Off the Wall* e *Thriller*, os clipes na MTV e a histeria global dos fãs.

O diretor recria performances e passagens que fazem parte do imaginário coletivo: a luva branca, a calça curta, a jaqueta brilhante, o chapéu fedora – está tudo lá. Não há o mínimo esforço ou intenção de desconstruir a figura mágica de Michael. Pelo contrário: o objetivo é celebrar e curtir duas horas de um mergulho guiado por referências que ganham vida na tela, passando por gravações, shows, ensaios e as interações de Michael com figuras importantes em sua carreira, como Quincy Jones, seu fiel segurança Bill Bray e o empresário John Branca, este último interpretado por Miles Teller.

O filme, a propósito, é produzido por John Branca e John McClain, responsáveis pelo espólio do cantor, que, ainda hoje, rende milhões aos seus herdeiros. Entre os produtores executivos estão cinco de seus irmãos: Jackie, Tito, Jermaine, Marlon e La Toya, além de seu filho mais velho, Prince. Os outros três irmãos (Rebbie, Randy e Janet) preferiram não participar, assim como os dois filhos mais novos de Michael, Paris e Bigi.

O filme termina com o lançamento de *Bad*, em 1988, e deixa claro que haverá uma continuação. Não sabemos se a segunda parte trará uma abordagem mais crítica ou tocará em temas mais polêmicos. Por mim, não precisa. *Michael* não pretende ser uma biografia no estilo Ruy Castro. É chapa branca e, mesmo assim, emociona. E, convenhamos, duas horinhas numa sala escura, com tela grande, som potente, vendo Michael Jackson cantar e dançar seus maiores sucessos... difícil dar errado. Vá ao cinema e aproveite.

Para dicas e textos sobre filmes, séries e documentários, siga o perfil de Philipe Deschamps no Instagram: @ph_deschamps

Royalties: Fecomércio RJ alerta para risco de desempregos no Rio

O presidente da Fecomércio RJ, Antonio Florencio de Queiroz Junior, afirmou nesta terça-feira, em audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), que a possível redistribuição dos royalties do petróleo representa uma grave ameaça à economia fluminense e pode gerar consequências irreversíveis para o estado. Segundo ele, a mudança nas regras pode provocar uma retração de quase R$ 20 bilhões no PIB do Rio e eliminar até 311 mil postos de trabalho no comércio.

"Esta lei, além de ser inconstitucional, também não resolverá a crise estrutural das finanças municipais e estaduais pelo país afora, mas certamente, vai provocar uma tragédia econômica para o Rio de Janeiro", declarou.

Antonio Queiroz destacou que o Rio de Janeiro sempre respeitou o pacto federativo, inclusive em momentos em que foi prejudicado por decisões semelhantes. Para ele, a atual proposta compromete não apenas as contas públicas, mas toda a dinâmica econômica do estado.

A audiência discutiu o direito do estado de continuar recebendo os royalties do petróleo diante do julgamento, marcado para o próximo dia 6 de maio, no Supremo Tribunal Federal (STF), da Lei 12.734/12. A norma altera as regras de redistribuição desses recursos entre os estados, o que pode causar forte impacto nas finanças fluminenses.

Convocada pela Comissão de Orçamento da Alerj, o encontro reuniu representantes do governo estadual, parlamentares e inúmeros prefeitos de municípios afetados pela possível mudança. Participaram o procurador-geral do estado, Renan Miguel Saad, o secretário estadual de Fazenda, Juliano Pasqual, além de deputados estaduais e lideranças do setor produtivo.

Segundo o procurador-geral do estado, caso a nova regra seja confirmada, o estado poderá perder cerca de R$ 8 bilhões, enquanto os municípios fluminenses terão impacto estimado em R$ 13 bilhões. Ele classificou a legislação como inconstitucional e afirmou que sua aplicação traria desequilíbrios severos para a administração pública estadual e municipal.

Antonio Queiroz reforçou que a perda de arrecadação teria efeito imediato sobre o consumo, com reflexos diretos no comércio, nos serviços e na geração de empregos. "Não há estado que resista a uma perda dessa magnitude", afirmou.

O presidente da Fecomércio RJ também ressaltou que o aumento do desemprego tende a ampliar a pressão sobre os serviços públicos, ao mesmo tempo em que reduz a arrecadação das prefeituras, agravando ainda mais o cenário fiscal em todo o estado.

Outro ponto destacado foi a natureza dos royalties, que, segundo ele, não podem ser tratados como receita comum de arrecadação. "Royalties não são receita, são compensação. Dizer o contrário é uma desonestidade intelectual", declarou Antonio Queiroz, defendendo que esses recursos são uma reparação pelos impactos da exploração petrolífera.

Durante a audiência pública, o presidente da Comissão de Orçamento da Alerj, deputado André Corrêa (PSD), apresentou um manifesto que será encaminhado ao STF. O documento, assinado por entidades do setor produtivo, prefeitos e parlamentares, sustenta que a alteração das regras pode gerar efeitos gravíssimos e irreversíveis, com amplas repercussões econômicas e sociais. O texto reforça que o Rio de Janeiro não pleiteia privilégios, mas justiça federativa.

Alerj elabora manifesto contra a distribuição dos royalties

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), deputado Douglas Ruas (PL), anunciou, durante audiência pública realizada no Plenário da Casa, nesta terça-feira, que vai se encontrar com o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, nos próximos dias, para entregar um manifesto em defesa dos royalties do Rio de Janeiro. A Alerj está à frente desse movimento de união de todas as forças do Estado para que a Lei 12.734/12 seja considerada inconstitucional. Se essa medida for aprovada pelo STF, vai gerar um efeito catastrófico com uma perda anual de receita na casa de R$ 22 bilhões; um impacto em torno de R$ 9 bilhões para o Governo do Rio e quase R$ 13 bilhões aos municípios produtores de petróleo.

O documento, elaborado pela Comissão de Orçamento da Alerj - que aponta os prejuízos para o Estado e reivindica justiça federativa - foi lido durante o encontro, que contou com a participação e apoio de mais de 20 prefeitos de cidades produtoras (e não-produtoras) de petróleo, do procurador-geral do Estado, Renan Miguel Saad, e do secretário estadual de Fazenda, Juliano Pasqual, entre outras autoridades.

"Esse é sem sombra de dúvidas o tema mais urgente para o nosso Estado e tem causado muita preocupação a todos. Temos que nos unir para defender o que é nosso por direito. E saímos dessa reunião com um discurso alinhado de que essa lei - que modifica a distribuição dos royalties - é inconstitucional, segundo a Procuradoria Geral do Estado. Quero apresentar ao ministro Fachin o nosso manifesto", pontuou Douglas Ruas.

O documento será assinado pelos prefeitos dos 92 municípios do Estado, presidentes dos poderes Legislativo e Judiciário, bem como pelo governador em exercício, além dos representantes da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) e da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (Fecomércio-RJ). O presidente da Comissão de Orçamento da Alerj, deputado André Corrêa (PSD), destacou a grande importância do Manifesto.

"O objetivo desse comunicado é sinalizar a posição política do Estado para a população e para a União. Essa medida afeta fortemente o custeio do Rio de Janeiro. Independentemente de qualquer corrente partidária, os setores político e produtivo do Rio estão unidos", afirmou Corrêa.

O parlamentar leu o documento que pontua em determinado trecho a principal razão dessa luta em defesa dos royalties do Estado: "O Rio de Janeiro não pleiteia privilégios. Reivindica, tão somente, justiça federativa, coerência constitucional e o reconhecimento de sua contribuição estratégica para o país."

Brasil registra receita recorde com turismo internacional no 1º trimestre

Turistas internacionais gastaram US$ 3,2 bilhões na economia brasileira durante o primeiro trimestre de 2026, um recorde que representa um aumento de 11,8% em comparação com o mesmo período de 2025, informou o governo nesta terça-feira, com base em dados do Banco Central do Brasil.

Somente em março, a receita cambial proveniente do turismo internacional atingiu US$ 934 milhões, superando os US$ 930 milhões registrados no mesmo mês do ano anterior, confirmando a tendência de crescimento do setor, segundo comunicado divulgado pelo governo brasileiro.

O forte desempenho no primeiro trimestre segue a tendência de 2025, quando o Brasil registrou um recorde anual de US$ 10,4 bilhões em receita com turismo estrangeiro, representando um aumento de 23,8% em comparação com 2024.

O governo atribui esses resultados ao fortalecimento da promoção internacional liderada pela Embratur, em coordenação com autoridades locais e o setor privado. "O crescimento de quase 12% nas receitas cambiais durante este primeiro trimestre reflete diretamente a maturidade alcançada pelo setor", afirmou o presidente da Embratur, Bruno Reis, enfatizando que isso demonstra "que o turismo é um pilar fundamental da balança comercial do Brasil".

O aumento da receita foi acompanhado por um maior fluxo de visitantes. Em março de 2026, o Brasil recebeu 1.053.098 turistas internacionais, um aumento de 13% em relação aos 929.096 registrados no mesmo mês de 2025.

No primeiro trimestre, o país recebeu 3,74 milhões de viajantes. Entre os destinos mais visitados, destacaram-se o Rio de Janeiro, com 884.535 chegadas, seguido por São Paulo (866.751), Rio Grande do Sul (764.598), Santa Catarina (478.039) e Paraná (395.574).

Ines249

As perspectivas do biodiesel no Brasil

Por Jorge Priori

Conversamos com José Eduardo Luzzi sobre as perspectivas do biodiesel no Brasil. Luzzi é presidente do conselho de administração do Instituto MBC-Brasil (Mobilidade de Baixo Carbono para o Brasil) e diretor do segmento de veículos pesados do Sindipeças.

Em que estágio de adoção está o biodiesel?

Atualmente, o biodiesel está no estágio B15, o que significa uma diluição de 15% do blend de biodiesel no diesel. Para que possamos entender esse estágio, eu preciso falar um pouco sobre a história do próprio biodiesel. Quando o seu mandato obrigatório teve início, em janeiro de 2008, ele começou com 2% de diluição, ou seja, B2. Essa diluição foi subindo gradativamente até chegar em 5% em 2013 (B5), para depois atingir 7% em 2016 (B7), 12% em 2020 (B12) e 13% em 2022 (B13). Em 2023, houve um recuo para 12% (B12), mas em 2024 a diluição atingiu 14% (B14), e em 2025, 15% (B15).

Para que você tenha uma ideia, vários países utilizam a mistura do biodiesel no diesel, mas enquanto o Brasil está no B15, a média global é B4. Cabe destacar que a Lei do Combustível do Futuro prevê o aumento da mistura até B20 e, dependendo de algumas situações, B25.

Para que possamos chegar ao B20, o Ministério de Minas e Energia possui um programa de testes que envolve testes de emissão de gases poluentes e testes de durabilidade dos componentes do motor. Com relação aos testes de emissão, o Brasil segue as normas do Proconve P8, cuja homologação foi feita com o B7. Quando o B15 foi introduzido, os testes de emissão foram feitos e não houve impacto, sendo que o B20 e o B25 continuarão atendendo as especificações da P8.

Com relação aos testes dos componentes do motor, é importante ressaltar que, além do biodiesel ser obtido através da transesterificação de óleos e gorduras, ou seja, ele é um componente orgânico, ele é higroscópico, o que significa que ele tem muito mais afinidade com a água do que com o diesel. Como o biodiesel tem origem orgânica, se ele for armazenado por muito tempo ou se não houver os devidos cuidados com o manuseio e o armazenamento, pode haver a formação de culturas orgânicas no combustível, o que forma borras que são prejudiciais ao funcionamento do motor.

Com relação a afinidade com a água, se o tanque de combustível não estiver totalmente cheio, existe ar dentro desse tanque, sendo que no ar existe umidade. Se esse combustível absorver umidade acima de determinados limites, isso será prejudicial ao funcionamento do motor. É por isso que a elevação do B15 para B20 e B25 implica testes de durabilidade dos componentes do motor, como filtros, tubulações e bicos injetores. A previsão é que esses testes, tanto de emissão de gases poluentes quanto dos componentes dos motores, estejam concluídos até março de 2027.

Devido ao momento geopolítico, existe, digamos assim, uma ânsia por parte dos produtores de biodiesel no Brasil para que se aumente a mistura de B15 para B16 ou B17, em paralelo ao programa do Ministério de Minas e Energia que visa o B20 e o B25. A alegação é que esse aumento diminuiria a dependência do diesel importado, mas esse é um ponto polêmico, pois sem os devidos testes, quem responderá pelos problemas que podem ocorrer são os fabricantes dos veículos e dos motores.

O biodiesel substitui o diesel?

O biodiesel substitui o diesel. Inclusive já existem diversas aplicações de utilização de B100. Para que o biodiesel possa substituir o diesel, existem duas condições importantes. A primeira é que a produção de biodiesel esteja de acordo com as especificações da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), como rastreabilidade da produção, controle do processo produtivo para que o teor de água e de glicerina estejam abaixo de determinados limites, controle de acidez e estabilidade da oxidação, já que tudo isso interfere na qualidade do produto que sai da refinaria.

A segunda condição diz respeito ao manuseio do combustível a partir do momento em que ele sai da biorrefinaria. Isso porque, se ele fica estocado por um tempo excessivo, ele vai sofrer degradação.

Eu costumo dizer que em ambientes controlados, onde a qualidade do combustível é conhecida e controlada, e as condições de manuseio, transporte e armazenamento são conhecidas e controladas, você pode rodar com B100, ou seja, 100% de biodiesel. Por exemplo, a Scania já vende caminhões que rodam com biodiesel B100 para transportadoras que possuem grandes frotas, já que elas conseguem ter um ambiente controlado de qualidade.

Existe diferença de rendimento entre o biodiesel e o diesel?

Não, não existe. O biodiesel é um combustível drop-in, ou seja, ele é um combustível flex. Como ele é totalmente intercambiável, você sai do combustível A para o B sem que isso mexa no motor, gere perda de desempenho ou afete o consumo. O que pode acontecer, caso as condições de qualidade do biodiesel não sejam as adequadas, é que ele pode afetar a vida útil dos componentes do motor.

O que é o biodiesel de segunda geração?

O biodiesel de segunda geração possui um processo de dupla destilação. Como esse processo industrial é um pouco mais aprimorado, ele consegue remover algumas impurezas que são críticas no biodiesel tradicional. Por exemplo, o biodiesel de segunda geração tem baixíssima acidez e menor presença de contaminantes. Além disso, o seu processo de produção retira resíduos de glicerina, água e metais, que são os elementos que causam as borras no motor. Com isso, ele já sai da refinaria com a qualidade assegurada.

Como o biodiesel de segunda geração tem uma estabilidade oxidativa muito superior ao biodiesel tradicional, ele não degrada tão rápido, o que significa que ele pode tolerar um tempo muito maior de armazenamento, além da sua capacidade de absorção de água ter sido reduzida de forma significativa.

O biodiesel de segunda geração é produzido nas refinarias normais e possui qualidades superiores ao biodiesel tradicional devido aos investimentos adicionais no processo de destilação, mas isso também faz com que ele tenha um custo superior ao biodiesel tradicional. Independente disso, com ele o veículo roda sem o risco de ter os problemas técnicos causados pelo biodiesel tradicional.

A Be8 produz um biodiesel de segunda geração chamado Bevant. Esse biodiesel possui a mesma composição do biodiesel tradicional e se aproxima da qualidade do HVO (Hydrotreated Vegetable Oil), que é um óleo vegetal hidrotratado que é o máximo de qualidade em biodiesel, mas sem ter o seu custo. Isso porque, por mais que ele ainda não esteja sendo produzido comercialmente, estima-se que o custo do Bevant seja de 10% a 15% maior que o custo do B100, enquanto o HVO é 2,3x maior.

O problema é que como o diesel bate direto no custo do transporte de uma maneira geral, isso acaba criando dificuldades para que se avance, em escala industrial, em alternativas de biodiesel que tenham uma qualidade superior. Contudo, eu acredito que isso seja uma questão de tempo.

Qual a sua avaliação sobre a velocidade de adoção de biodiesel?

Tudo depende do momento. Enquanto o Estreito de Ormuz estava aberto, o senso de urgência era um, mas depois do fechamento, passou a ser outro. Recentemente, eu estive em um evento de uma consultoria renomada onde foi dito que se a guerra não terminar nos próximos 30 dias, o barril de petróleo pode bater US$ 200.

O biodiesel significa segurança energética e autossuficiência, além de possuir impactos na balança comercial, já que o Brasil importa de 20% a 25% de diesel. Estima-se que desde que o país começou a misturar o blend de biodiesel ao diesel há 16 anos, ele já tenha evitado a importação de cerca de US$ 30 bilhões de diesel.

Como comentei, o Ministério das Minas e Energia está trabalhando com prioridade nesse tema, mas é preciso seguir todos os protocolos dos testes e aguardar os seus resultados. Eu acredito que o tempo dos testes poderia ser acelerado, mas isso não está acontecendo devido a alguns gargalos, como bancos de prova. Independente disso, a previsão é que os testes estejam finalizados entre fevereiro e março de 2027, quando então teremos condições de evoluir para o B20.

DARO PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ 30.304.992/0001-01

Relatório da Diretoria: Senhores acionistas: atendendo às determinações legais e estatutárias, vimos submeter à apreciação dos senhores a prestação de contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 compreendendo Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado e demais documentos elaborados de acordo com a legislação societária em vigor. A diretoria ficará à disposição para quaisquer esclarecimentos que julguem necessários. Rio de Janeiro, 30 de abril de 2026.

Balanços patrimoniais em 31/12/2025 e de 2024 (Em MR$)

ATIVO	2025	2024
Circulante	**26.185**	**110.918**
Caixa e Equivalentes de Caixa	26.176	110.537
Contas a receber - empresas associadas	–	371
Impostos a Compensar	3	3
Outros Créditos	6	6
Não Circulante	**97.695**	**137.172**
Investimentos - empresas controladas	95.220	134.618
Outras Participações	2.175	2.175
Imobilizado	300	379
Total do ativo	**123.880**	**248.089**
PASSIVO	**2025**	**2024**
Circulante	**674**	**840**
Contas a Pagar	1	1
Impostos e Contribuições a recolher	378	544
Dividendos Pagar	294	294
Não Circulante	**91.142**	**1.142**
Dividendos Pagar	90.000	–
Outras Contas a Pagar	1.142	1.142
Patrimônio Líquido	**32.064**	**246.107**
Capital Social	22.651	21.651
Reserva de Capital	103.254	4.254
Reserva de Capital - Reflexa	(3.357)	(3.364)
Reserva de Reavaliação	–	907
Reserva de Reavaliação - Reflexa	(32.340)	(72.578)
Reservas de Lucros	(60.722)	197.602
Reservas de Lucros - Reflexa	763	91.701
Ajuste Especial de Exercícios Anteriores	536	5.116
Ações em Tesouraria - Reflexa	(2.184)	(2.645)
Outras Contas	3.463	3.463
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**123.880**	**248.089**

Demonstrações dos resultados em 31/12/2025 e de 2024 (Em MR$)

Despesas/receitas operacionais	2025	2024
Despesas gerais e administrativas	(602)	(271)
Despesas com impostos	(154)	(27)
Receitas de Juros s/Capital Próprio	3.567	565
Receitas de Dividendos	904	883
Resultado de equivalência patrimonial	32.099	14.988
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	**35.814**	**16.139**
Resultado Financeiro	**8.210**	**8.955**
Receitas financeiras	9.797	8.959
Despesas financeiras	(1.587)	(4)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	**44.024**	**25.093**
Imposto de renda corrente	(4.600)	(1.236)
Contribuição social corrente	(1.665)	(480)
Lucro líquido do exercício	**37.760**	**23.377**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31/12/2025 e de 2024 (Em MR$)

	Capital	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros	Outras Contas	Total
Saldos em 31/12/2023	**16.974**	**(2.105)**	**35.270**	**278.825**	**933**	**329.898**
Aumento de capital	4.687	–	–	–	–	4.687
Cisão Parcial (Verde Vivo Investimentos Florestais Ltda)	–	–	–	12.734	–	12.734
Dividendos Distribuídos	–	–	–	(5.223)	–	(5.223)
Lucro do exercício	–	–	–	23.377	–	23.377
Ajustes reservas reflexas	–	2.996	(106.941)	(20.411)	–	(124.357)
Ajustes de Exercícios Anteriores	(11)	–	–	5.116	–	5.105
Outras contas	–	–	–	–	(116)	(116)
Saldos em 31/12/2024	**21.650**	**891**	**(71.671)**	**294.419**	**818**	**246.107**
Aumento de capital	1.000	–	–	(1.000)	–	–
Dividendos Distribuídos	–	–	–	(111.200)	–	(111.200)
Dividendos Propostos	–	–	–	(90.000)	–	(90.000)
Lucro do exercício	–	–	–	37.760	–	37.760
Ágio na emissão de ações	–	99.000	–	(99.000)	–	–
Ajustes reservas reflexas	–	7	39.331	(90.938)	–	(51.600)
Ajustes de Exercícios Anteriores	–	–	–	536	–	536
Outras contas	–	–	–	–	462	462
Saldos em 31/12/2025	**22.651**	**99.897**	**(32.340)**	**(59.423)**	**1.279**	**32.064**

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31/12/2025 e de 2024 (Em MR$)

Atividades Operacionais	2025	2024
Resultado do Período	37.760	23.377
Depreciação de Imobilizado	78	50
Lucro Operacional Bruto antes das Mudanças no Capital de Giro	37.838	23.427
(Aumento) Redução em Contas a Receber e Outros	371	5
(Aumento) Redução em Contas a Pagar e Provisões	89.834	446
Caixa Proveniente das Operações	128.043	23.878
Fluxo de Caixa antes dos Itens Extraordinários	128.043	23.878
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	**128.043**	**23.878**
Atividades de Investimento		
Compras de Imobilizado	–	(428)
Aumento (Redução) em Contas de Participação de Empresas Controladas	39.398	114.787
Caixa Líquido usado nas Atividades de Investimentos	**39.398**	**114.358**
Atividades de Financiamento		
Integralização de Capital Social	1.000	4.676
(Aumento) Redução em Contas de Reservas de Capital	99.007	2.996
Aumento (Redução) em Contas de Reservas de Reavaliação	39.331	(106.942)
Aumento (Redução) em Contas de Reservas de Lucro	(391.602)	(7.783)
Aumento (Redução) em Contas Especiais	462	(115)
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades de Financiamentos	**(251.803)**	**(107.168)**
Redução nas Disponibilidades	**(84.361)**	**31.069**
Disponibilidades - No Início do Período	110.537	79.469
Disponibilidades - No Final do Período	26.176	110.537
Redução nas Disponibilidades	**(84.361)**	**31.069**

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31/12/2025 (Em MR$)

1. Atividade social: A Companhia tem por objeto a administração de seus recursos próprios e a participação em outras sociedades. **2. Elaboração das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **3. Principais práticas contábeis adotadas:** As demonstrações contábeis foram elaboradas considerando a continuidade operacional da empresa no regime contábil de competência, exceto informações de fluxo de caixa. **a) Apuração do resultado:** O resultado é apurado segundo o regime de competência. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Abrangem os saldos de caixa, saldos bancários e aplicações financeiras com risco insignificante de alteração de valores. **c) Investimentos:** Os investimentos em empresas controladas são avaliados por equivalência patrimonial na controladora. Os demais investimentos que não possuem influência significativa são avaliados pelo método de custo. **4. Capital:** Em 31/12/2025, o capital social é composto por 2.013.197 ações sem valor nominal, sendo 1.013.197 ações ordinárias e 1.000.000 ações preferenciais correspondentes à R$ 22.650.547,37. Conforme Assembléia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 26/12/2025, foi aprovado o aumento de capital social mediante emissão de 1.000.000 novas ações preferenciais, sendo plenamente integralizado com capitalização de parte dos créditos deliberados para distribuição de dividendos. **5. Deliberação de Dividendos:** Em 26/12/2025 foi aprovada a distribuição de dividendos no valor de R$ 190.000.000, sendo R$ 1.000.000 destinado ao aumento de capital e R$ 99.000.000 destinado à reserva de capital como ágio na emissão de ações. O saldo final de dividendos a pagar é de R$ 90.000.000 com pagamento a ser realizado no período de 2026 a 2028, conforme disponibilidade de caixa e a critério da administração. **6. Ajustes de Exercícios Anteriores:** Os lançamentos na conta de Ajuste de Exercícios Anteriores estão relacionados à conta reflexa Reserva de Reavaliação do Patrimônio Líquido dos investimentos em controladas e à conta Dividendos a Receber do Ativo, conforme detalhado no Quadro 1.

Quadro 1 - Ajuste de Exercícios Anteriores

Ajuste Especial de Exercícios Anteriores	Valor
Ajuste saldos Reserva de Reavaliação - Reflexa Klabin Irmãos S/A	907
Ajuste saldos Dividendos a Receber - Sogemar Sociedade Geral de Marcas Ltda	(371)
Total	**536**

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2025. **David Klabin** - Diretor. **Amanda Klabin Tkacz** - Diretora. **Bruna Tavares Matos** - Contadora - CRC RJ 111.1119/O-0.

Ines249

Autorregulação exige regras para custódia de ativos virtuais

Anbima mostra diretrizes para a atuação dos prestadores de serviços

A Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) produziu um manual online contendo as diretrizes para a atuação dos prestadores de serviços de custódia de ativos virtuais. Segundo a associação, o lançamento amplia nosso papel como autorreguladora dos mercados financeiro e de capitais, incluindo agora as atividades ligadas às prestadoras de serviço de ativos virtuais. "Iniciando com caráter educativo, o material complementa o arcabouço regulatório do Banco Central (Resolução 520), trazendo regras para a adoção de práticas mais consistentes de segurança, governança e diligência".

"Nosso objetivo foi traduzir os requisitos regulatórios, que entram em vigor em outubro deste ano, em orientações operacionais concretas, oferecendo desde já ao mercado um referencial claro de melhores práticas. A autorregulação vem complementando e auxiliando na forma de sua aplicação. A ideia é reduzir improvidos e assimetrias em um mercado que ainda está em amadurecimento" afirma Eric Altafim, diretor da Anbima.

O documento detalha a forma de operacionalizar a segregação patrimonial, os cuidados ao longo de todo o ciclo de vida das chaves privadas, a definição de responsabilidades das instituições custodiantes — mesmo em estruturas com terceirização — e o conteúdo mínimo obrigatório para contratos e políticas de comunicação com os clientes.

Segundo Tatiana Itikawa, superintendente de representação de mercados e autorregulação, o foco é apoiar o crescimento sustentável desse mercado, ampliando a previsibilidade sobre riscos, responsabilidades e procedimentos adotados pelas instituições, o que contribui para maior proteção ao investidor.

Entre as orientações está a obrigatoriedade de prova de reserva — mecanismo que comprova a existência do ativo e os saldos registrados em nome do cliente — que deverá ser disponibilizada ao investidor periodicamente (com data definida na política de divulgação de informações da instituição).

"A custódia é uma das atividades mais sensíveis dos ativos virtuais, porque ali se concentram riscos importantes para o investidor, como a perda dos ativos e o uso indevido desses ativos. Ferramentas como a prova de reservas e a adoção de procedimentos claros e padronizados de governança ajudam a dar mais segurança às operações e a reforçar a confiança do mercado", ressalta Altafim.

Coca-Cola lucro de US$ 3,924 bi no trimestre aumenta 18%

A gigante mundial de refrigerantes The Coca-Cola Company obteve um lucro líquido atribuído de US$ 3,924 bilhões, o que representa um aumento de 18% em relação ao mesmo período do ano anterior. A receita operacional ficou em US$ 12,472 bilhões, 12% a mais do que há um ano, enquanto os custos com mercadorias vendidas atingiram US$ 4,620 bilhões, um aumento de 11%, e as despesas com vendas, gerais e administrativas aumentaram 7%, para US$ 3,472 bilhões.

Por regiões, a América do Norte destaca-se como a área com maior receita da empresa, atingindo US$ 4,893 bilhões, um aumento de 12%; seguida pela Europa, Oriente Médio e África (Emea), onde o faturamento cresceu 13%, para US$ 3,012 bilhões.

Da mesma forma, a região da América Latina registrou receitas de US$ 1.678 milhões, com um crescimento de 14% em comparação com o mesmo período do ano anterior; enquanto na Ásia-Pacífico o volume de receitas diminuiu 6%, para US$ 1.508 milhões. Por sua vez, o negócio de engarrafadoras gerou receitas no valor de US$ 1,64 bilhão, um aumento de 12% no primeiro trimestre de 2025.

O lucro por ação aumentou na mesma proporção que o lucro líquido atribuído, 18%, para US$ 0,91, contra US$ 0,71 por ação. A empresa espera, para este exercício de 2026, aumentar suas receitas entre 4% e 5% e estima um crescimento comparável do lucro por ação - sem levar em conta o efeito da taxa de câmbio e excluindo aquisições e alienações - entre 6% e 7%.

Segundo a Europa Press, nesse sentido, a Coca-Cola prevê em suas receitas líquidas comparáveis um impacto cambial favorável entre 1% e 2%, enquanto os efeitos de aquisições e alienações podem acarretar um impacto negativo de aproximadamente 4%, devido, entre outras coisas, à venda pendente da engarrafadora Coca-Cola Beverages Africa, que deve ser concluída no segundo semestre do ano.

"Nosso desempenho neste trimestre reflete nosso firme compromisso de nos mantermos próximos ao consumidor, operar localmente e gerenciar a complexidade. No entanto, ainda podemos fazer muito mais neste ambiente dinâmico. Nossa equipe está motivada pela oportunidade de consolidar a sólida base da empresa", afirmou o diretor-executivo da Coca-Cola, Henrique Braun.

Conexão e Negócios com foco em retroescavadeiras

O 2º Encontro Sobratema de Conexões e Negócios será realizado no dia 21 de maio, em São Paulo, com o objetivo de integrar fabricantes de máquinas a usuários, locadores, construtoras e compradores de retroescavadeiras, promovendo um ambiente propício à geração de negócios.

Iniciativa da Associação Brasileira de Tecnologia e Gestão de Equipamentos (Sobratema), o evento presencial oferecerá a oportunidade de conhecer tecnologias e diferentes opções de retroescavadeiras disponíveis no mercado, contribuindo para a escolha do equipamento mais adequado às demandas das obras.

"Conhecidas por sua multifuncionalidade, as retroescavadeiras são aplicadas em diversos setores, desde o agronegócio até a construção civil, ambientes urbanos e obras de infraestrutura e saneamento. Na linha amarela, são os equipamentos com maior volume de vendas nos últimos anos", afirma Agnaldo Lopes, presidente executivo da Sobratema.

De acordo com o Estudo Sobratema do Mercado Brasileiro de Equipamentos, desde 2023, as retroescavadeiras superaram as escavadeiras hidráulicas em número de unidades comercializadas. No ano passado, a estimativa é de que mais de 10,5 mil unidades tenham sido vendidas no país.

O evento contará com uma programação de palestras sobre a aplicação das retroescavadeiras em diferentes tipos de obras, especialmente nas áreas de infraestrutura e saneamento, além de apresentações técnicas de produtos.

Estão confirmadas as presenças de Felipe Siqueira, gerente da HBSP Locações de Máquinas e Equipamentos, empresa coligada à Passarelli; de Romário Júnior, coordenador Técnico da Associação Brasileira das Empresas de Saneamento (Abcon); e de Daniel Cardozo Daneluz, superintendente na Via Appia Concessões, que abordará os investimentos em obras, novos projetos e utilização de retroescavadeiras no canteiro.

PERFORMANCE KATRINA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.
CNPJ sob o n° 14.139.314/0001-84
Extravio dos Livros Societários
PERFORMANCE KATRINA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A., sociedade anônima fechada, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro na de Praia Botafogo, nº 300, sala 903, CEP: 22.250-905, inscrita no CNPJ sob o n° 14.139.314/0001-84, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seus representantes legais abaixo assinados, **declara** o extravio dos livros societários abaixo relacionados, todos com nº de ordem 01: 1 – Livro das Atas das Reuniões de Diretoria/ata de Assembleia de Sócios; 2 – Livro de Registro de Ações Nominativas (ordinárias e Preferenciais); 3 – Livro de Atas das Assembleias Gerais; 4 – Livro de Presença dos Acionistas/sócios; 5 – Livro de Transferência de Ações Nominativas (ordinárias e preferenciais); e 6 – Livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração. Rio de Janeiro, 23 de abril de 2026
PERFORMANCE KATRINA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.
Luis Oswaldo Lopes Leite e Cristiano Maron Ayres - Diretores

CONDOMÍNIO EDIFICIO FERNANDO MEDEIROS
Rua Conde de Bonfim nº 370 – Tijuca
EDITAL DE CONVOCAÇÃO – ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA (AGO)
07/05/2026 – QUINTA-FEIRA
A CHR – Administração Predial e Negócios Imobiliários Ltda., no exercício de suas atribuições e por ordem do Sr. Síndico, em estrita observância às disposições legais e à Convenção Condominial, convoca todos os senhores condôminos para a Assembleia Geral Ordinária (AGO), a realizar-se no dia 07 de maio de 2026 (quinta-feira), na sala de reuniões localizada na cobertura do edifício, obedecendo aos seguintes horários: **13:30 hs: Primeira convocação, com a presença de 2/3 (dois terços) dos condôminos e 14:00 hs: Segunda e última convocação,** com qualquer número de presentes, a assembleia terá como objetivo discutir e deliberar sobre a seguinte **ORDEM DO DIA:** 1. Exame e aprovação das contas relativas ao exercício findo; 2. Deliberação e fixação do valor das cotas condominiais ordinárias; 3. Eleição de Síndico, Subsíndico e membros do Conselho Fiscal; **4. Prestação de contas e deliberação sobre alteração ou manutenção da cota extra para custeio das obras de cumprimento das exigências do CBMERJ; 5. Explanação sobre fatos e fundamentos jurídicos para o ajuizamento de ação em face da concessionária Águas do Rio com deliberação sobre propositura de demanda e aprovação de eventual cota extra específica para pagamento das custas processuais;** 6. Assuntos Gerais. Lembramos a todos a conveniência de comparecerem, ou se fazerem representar por procuradores legalmente habilitados e devidamente quites com suas cotas condominiais, conforme disposto nos artigos 654 e 1335, III, ambos do Código Civil Brasileiro. As decisões tomadas, obrigarão a todos inclusive aos ausentes. **Atenciosamente, Rio de Janeiro, 27 de abril de 2026.**
CHR – Administração Predial e Negócios Imobiliários Ltda.
Rua Conde de Bonfim nº 370 – sala 402 –
Tijuca – Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20520-054

DAWOJOBE PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ 30.280.465/0001-04

Relatório da diretoria. Senhores acionistas: atendendo às determinações legais e estatutárias, vimos submeter à apreciação dos senhores a prestação de contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 compreendendo Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado e demais documentos elaborados de acordo com a legislação societária em vigor. A diretoria ficará à disposição para quaisquer esclarecimentos que julguem necessários. Rio de Janeiro, 30 de abril de 2026.

Balanços patrimoniais em 31/12/2025 e de 2024 (Em MR$)

ATIVO	2025	2024
Circulante	**12.665**	**14.332**
Caixa e Equivalentes de Caixa	11	6
Contas a receber - empresas associadas	371	3.195
Impostos a Compensar	167	148
Outros Créditos	12.116	10.983
Não Circulante	**97.398**	**136.797**
Investimentos - empresas controladas	97.398	136.797
Total do ativo	**110.063**	**151.129**
PASSIVO	**2025**	**2024**
Circulante	**11**	**16.477**
Contas a Pagar	1	1
Impostos e Contribuições a recolher	9	497
Dividendos Pagar	–	15.979
Não Circulante	**112.519**	**6.103**
Outras Contas a Pagar	21.441	6.103
Dividendos Pagar	91.078	–
Patrimônio Líquido	**(2.466)**	**128.549**
Capital Social	95.286	60.379
Reserva de Capital	23.074	23.074
Reserva de Capital - Reflexa	(3.357)	(3.364)
Reserva de Reavaliação	–	907
Reserva de Reavaliação - Reflexa	(32.340)	(72.580)
Reservas de Lucros	(82.570)	32.214
Reservas de Lucros - Reflexa	763	91.704
Ações em Tesouraria - Reflexa	(2.184)	(2.645)
Outras Contas	(1.139)	(1.139)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**110.063**	**151.129**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31/2/2025 e de 2024 (Em MR$)

	Capital	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros	Outras Contas	Total
Saldos em 31/12/2023	**60.379**	**18.869**	**39.803**	**166.261**	**(4.049)**	**281.262**
Dividendos Distribuídos	–	–	–	(30.449)	–	(30.449)
Dividendos Propostos	–	–	–	(2.824)	–	(2.824)
Lucro do exercício	–	–	–	19.829	–	19.829
Ajustes reservas reflexas	–	841	(111.475)	(28.901)	266	(139.269)
Saldos em 31/12/2024	**60.379**	**19.710**	**(71.673)**	**123.917**	**(3.783)**	**128.549**
Aumento Capital Social	34.907	–	–	(34.907)	–	–
Dividendos Distribuídos	–	–	–	(21.877)	–	(21.877)
Dividendos Propostos	–	–	–	(91.078)	–	(91.078)
Prejuízo do exercício	–	–	–	(42.890)	–	(42.890)
Ajustes reservas reflexas	–	7	39.333	(14.972)	462	24.829
Saldos em 31/12/2025	**95.286**	**19.716**	**(32.340)**	**(81.807)**	**(3.322)**	**(2.466)**

Demonstrações dos resultados em 31/12/2025 e de 2024 (Em MR$)

Despesas/receitas operacionais	2025	2024
Despesas gerais e administrativas	(511)	(330)
Despesas com impostos	(24)	(361)
Receitas de Juros s/Capital Próprio	244	3.887
Receitas de Dividendos	904	883
Resultado de equivalência patrimonial	(43.467)	16.492
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	**(42.853)**	**20.573**
Resultado Financeiro	**(10)**	**(9)**
Despesas financeiras	(10)	(9)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	**(42.863)**	**20.563**
Imposto de renda corrente	(18)	(534)
Contribuição social corrente	(9)	(201)
Lucro líquido do exercício	**(42.890)**	**19.829**

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31/12/2025 e de 2024 (Em MR$)

Atividades Operacionais	2025	2024
Resultado do Período	(42.890)	19.829
Lucro Operacional bruto antes das Mudanças no Capital de Giro	(42.890)	19.829
(Aumento) Redução em Contas a Receber e Outros	1.673	(2.873)
Aumento (Redução) em Fornecedores	0	0
(Aumento) Redução em Contas a Pagar e Provisões	89.949	3.689
Caixa Proveniente das Operações	48.732	20.645
Fluxo de Caixa antes dos Itens Extraordinários	48.732	20.645
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	**48.732**	**20.645**
Atividades de Investimento		
Aumento (Redução) em Contas de Participação de Empresas Controladas	39.399	151.862
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimentos	**39.399**	**151.862**
Atividades de Financiamento		
(Aumento) Redução em Contas de Capital Social	34.907	–
(Aumento) Redução em Contas de Reservas de Capital	7	841
Aumento (Redução) em Contas de Reservas de Reavaliação	39.333	(111.475)
Aumento (Redução) em Contas de Reservas de Lucro	(162.834)	(62.173)
(Aumento) Redução em Contas Especiais	462	266
Caixa Líquido gerado pelas Atividades de Financiamentos	**(88.125)**	**(172.542)**
Aumento nas Disponibilidades	**6**	**(35)**
Disponibilidades - No Início do Período	6	40
Disponibilidades - No Final do Período	11	6
Aumento nas Disponibilidades	**6**	**(35)**

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31/12/2025 (Em MR$)

1. Atividade social: A Companhia tem por objeto a administração de seus recursos próprios e a participação em outras sociedades. **2. Elaboração das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **3. Principais práticas contábeis adotadas:** As demonstrações contábeis foram elaboradas considerando a continuidade operacional da empresa no regime contábil de competência, exceto informações de fluxo de caixa. **a) Apuração do resultado:** O resultado é apurado segundo o regime de competência. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Abrangem os saldos de caixa, saldos bancários e aplicações financeiras com risco insignificante de alteração de valores. **c) Investimentos:** Os investimentos em empresas controladas são avaliados por equivalência patrimonial na controladora. Os demais investimentos que não possuem influência significativa são avaliados pelo método de custo. **4. Capital:** Em 31/12/2025, o capital social é composto por 4.136 ações sem valor nominal, sendo 2.068 ações ordinárias e 2.068 ações preferenciais correspondente à R$ 95.286.259,62. Conforme Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 22/12/2025, foi aprovado o aumento de capital social mediante emissão de 689 novas ações preferenciais sendo plenamente integralizado com capitalização de parte do saldo de Reservas de Lucros da companhia. **5. Deliberação de Dividendos:** Em 22/12/2025 foi aprovada a distribuição de dividendos no valor de R$ 91.077.668,00, o pagamento será realizado no período de 2026 a 2028, conforme disponibilidade de caixa e a critério da administração.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2025. **Wolff Klabin** - Diretor. **Jose Klabin** - Diretor. **Bruna Tavares Matos** - Contadora - CRC RJ 111.1119/O-0

Ines249

BNDES aprovou R$ 160,8 bi para o agro desde 2023

Volume é 65% superior ao aprovado no governo anterior

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) divulgou nesta terça-feira um balanço dos recursos liberados nos últimos três anos em financiamento para o setor agropecuário nacional. Desde janeiro de 2023, o banco de fomento aprovou R$ 160,8 bilhões em crédito para o setor. O montante é 65,3% superior ao aprovado no período entre 2019 e 2022 (R$ 97,3 bilhões), durante o governo Jair Bolsonaro..

"Os recursos chegaram a 93% dos municípios brasileiros", citou o balanço. O volume inclui recursos aprovados nos Programas Agropecuários do Governo Federal (PAGF), no BNDES Crédito Rural, além de apoio para projetos de investimento, com aquisição de máquinas, equipamentos e serviços tecnológicos. Além disso, o banco teve o maior orçamento já disponibilizado no Plano Safra 2025/2026, com R$ 70 bilhões.

"São recursos para apoiar tanto aos pequenos e médios produtores quanto à agricultura empresarial. Crédito para investimento, inovação e sustentabilidade, fortalecendo a produção de alimentos e permitido que o setor siga como um dos principais motores do desenvolvimento do país", destaca o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante.

Do total concedido, R$ 19 bilhões reforçaram a capacidade produtiva da agroindústria, como aumento da produção de biocombustíveis, da capacidade de armazenagem de produtos agrícolas e de recursos para centros de pesquisa e inovação no setor. Entre 2019 e 2022, as aprovações de crédito com essa finalidade somaram R$ 11,7 bilhões.

O BNDES diz que ampliou o volume de recursos para esse setor em todas as áreas. Um dos destaques é a produção de biocombustíveis. Foram aprovados R$ 13,5 bilhões para 48 projetos de etanol, valor 217% superior ao que foi aprovado entre 2019 e 2022, que somou R$ 4,3 bilhões.

Em janeiro deste ano, o banco disponibilizou R$ 15,3 bilhões para operações de crédito rural no âmbito de programas do Plano Safra 2025-2026. Deste montante, R$ 10,4 bilhões são destinados às linhas voltadas para agricultura empresarial e R$ 4,9 bilhões para agricultura familiar.

Com a medida, o total de recursos ainda disponível nos diferentes Programas Agropecuários do Governo Federal (PAGF) a serem repassados pelo banco é de R$ 20,1 bilhões, com prazo de utilização até junho deste ano. Os recursos do Plano Safra 2025/2026 podem ser utilizados por produtores rurais, cooperativas e agricultores familiares para custeio e investimento em diversas finalidades, incluindo ampliação da produção, aquisição de máquinas e equipamentos, armazenagem e inovação.

Durante todo o ano, o BNDES também oferece soluções próprias para garantir a oferta de crédito ao setor agropecuário, como o BNDES Crédito Rural – na atual safra, o produto já soma R$ 4,4 bilhões em operações aprovadas.

Arrecadação recorde de impostos no primeiro trimestre de 2026

O governo brasileiro arrecadou R$ 777,117 bilhões (cerca de US$ 155,803 bilhões) em impostos e contribuições no primeiro trimestre de 2026, o maior valor desde 2000, informou nesta terça-feira a Receita Federal (Receita Federal).

O resultado representa aumento nominal de 9,34% em relação ao mesmo período do ano passado e aumento real de 3,21%, ajustado pela inflação. O valor também supera em 8,95% o recorde anterior, alcançado em 2025, quando foram arrecadados R$ 713,291 bilhões(cerca de US$ 143 bilhões).

O desempenho trimestral foi impulsionado pela arrecadação recorde em todos os meses do período. Somente em março, a arrecadação tributária totalizou 229,249 bilhões de reais (US$ 45,962 bilhões), um aumento real de 4,99% em comparação com o mesmo mês de 2015. De acordo com a Receita Federal, o crescimento trimestral foi impulsionado principalmente pelo aumento das contribuições previdenciárias, pela maior arrecadação do Imposto sobre o Consumo e pela maior atividade no setor financeiro.

Segundo a agência Xinhua, nesta última categoria, o Imposto sobre Transações Financeiras (ITF) registrou um aumento real de 44,45%, atingindo 25,256 bilhões de reais (US$ 5,063 bilhões), impulsionado por um maior volume de operações de crédito, seguros e câmbio.

TIJOÁ PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.
("Tijoá" ou "Companhia")
CNPJ nº 14.522.198/0001-88 - NIRE 35.300.414.063
CERTIDÃO DA ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 2026

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 24 dias do mês de março de 2026, às 14:00h, no endereço da filial da Companhia no Rio de Janeiro, RJ, por videoconferência. **2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA**: Reunião convocada de acordo com o Estatuto Social da Companhia. Foi verificada a presença dos membros do Conselho de Administração e membros da Diretoria. **3. MESA:** Presidente: Carlo Alberto Bottarelli; Secretária: Renata Moretzsohn. **4. ORDEM DO DIA**: (i) PRCA 001.2026: Barras sobressalentes enrolamento estatórico UG-01 e 02 (WEG). **5. DELIBERAÇÕES:** Aberta a reunião e após exame da matéria constante da ordem do dia, o Conselho de Administração deliberou, por unanimidade de seus membros presentes, aprovar a contratação da empresa WEG EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS S.A. para fornecimento de barras sobressalentes para as unidades geradoras 01, 02 e 04, em 2 (dois) lotes, sendo o 1º lote para o ano de 2026 e o 2º lote para 2027, cada lote no valor de R$ 2.320.301,32 (dois milhões, trezentos e vinte mil, trezentos e um reais e trinta e dois centavos). Os membros do Conselho de Administração tomaram conhecimento da carta de renúncia apresentada pelo Sr. Tiago Barbosa Diniz ao cargo de Diretor Presidente da Companhia, com efeitos imediatos a partir desta data. Os membros presentes registraram votos de agradecimento ao Sr. Tiago Barbosa Diniz pela dedicação e serviços prestados durante seu mandato. **6. APRECIAÇÃO:** (i) Apresentação de Resultado Mensal: foi apresentado pela Diretoria o resultado referente ao mês de fevereiro de 2026. **7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a sessão, solicitando a lavratura da presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, foi por todos assinada. Foi autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário. **8. ASSINATURAS:** Mesa: Carlo Alberto Bottarelli – Presidente; Renata Moretzsohn – Secretária. Conselheiros: Carlo Alberto Bottarelli, Mariana de Mello Vaz Albuquerque, Roberto Solheid da Costa de Carvalho e Anderson Lanna Alves Bittencourt. Certifico que a presente certidão é cópia fiel de parte da ata lavrada em livro próprio. Rio de Janeiro, 24 de março de 2026. Renata Moretzsohn - Secretária da Mesa. JUCESP. Certifico o registro sob o nº 177.216/26-8 em 17/04/26. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

SEISA SERVIÇOS INTEGRADOS DE SAÚDE S.A.

CNPJ/MF nº 44.269.579/0001-68 - NIRE: 35.300.662.989

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Nos termos das disposições legais e estatutárias, a administração da SEISA Serviços Integrados de Saúde S.A., submete à apreciação dos senhores as demonstrações contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. Nossa operação consiste em oferecer ao mercado a prestação de serviços médico-hospitalares, exames de diagnósticos, terapias, análises clínicas, congêneres e atividades afins. A Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de Reais)

ATIVO	31/12/2025	31/12/2024	PASSIVO	31/12/2025	31/12/2024
Circulante	**78.828**	**73.507**	**Circulante**	**31.108**	**34.851**
Caixa e equivalentes de caixa	21.516	10.121	Fornecedores	21.795	14.869
Contas a receber	50.239	57.701	Obrigações com pessoal	6.072	11.087
Estoques	5.791	5.060	Tributos CP	1.592	2.584
Créditos tributários	599	99	Adiantamento clientes	1.649	371
Adiantamentos a funcionários e fornecedores	300	255	Outros débitos CP	-	5.940
Outros Créditos	383	271	**Não circulante**	**2.389**	**2.798**
Não circulante	**52.892**	**77.123**	Provisão para riscos judiciais	2.389	2.798
Depósitos judiciais	4.904	315	**Patrimônio líquido e adiantamento para futuro aumento de capital**	**98.223**	**112.981**
Impostos diferidos	2.533	3.188	**Patrimônio líquido**	**98.223**	**112.981**
Investimentos	-	23.306	Capital social	111.530	124.394
Imobilizado	42.393	47.248	Resultado de operações com acionista não controlado	(665)	(716)
Intangível	3.062	3.066	Prejuízos acumulados	(12.642)	(10.697)
Total do ativo	**131.720**	**150.630**	**Total do passivo**	**131.720**	**150.630**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO ESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Resultado de operações com acionista não controlado	Prejuízos acumulados	Total	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**57.287**	**63**	**(36.446)**	**20.904**	**1.825**	**22.729**
Recursos para aumento de capital	-	-	-	-	11.265	11.265
Aumento de capital	103.553	-	-	103.553	(13.090)	90.463
Perda variação percentual de investimentos	-	(779)	-	(779)	-	(779)
Abosção de prejuízos	(36.446)	-	36.446	-	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-	(10.697)	(10.697)	-	(10.697)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**124.394**	**(716)**	**(10.697)**	**112.981**	**-**	**112.981**
Recursos para aumento de capital	-	-	-	-	10.190	10.190
Aumento de capital afac	10.190	-	-	10.190	(10.190)	-
Perda variação percentual de investimentos	-	51	-	51	-	51
Redução de capital	(23.054)	-	-	(23.054)	-	(23.054)
Resultado líquido do exercício	-	-	(1.945)	(1.945)	-	(1.945)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**111.530**	**(665)**	**(12.642)**	**98.223**	**-**	**98.223**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

1. Contexto operacional.
A SEISA Serviços Integrados de Saúde S.A. ("Companhia") tem por objeto social a prestação de serviços médico-hospitalares, exames de diagnósticos, terapias, análises clínicas, congêneres e atividades afins.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis
As presentes demonstrações contábeis, que incluem todas as informações relevantes correspondentes às utilizadas na gestão, foram aprovadas pela Administração da Companhia em 27 de fevereiro de 2026. As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, para pequenas e médias empresas, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (NBC TG 1000), nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), quando referendadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar ("ANS"), em conformidade com as práticas e políticas contábeis da controladora da Sociedade, Amil Assistência Médica Internacional S.A.

DIRETORIA

Anderson Luis de Alvarenga Nascimento
Diretor Presidente
Kewton Esper Aragão
Diretor Vice-Presidente
Francileuda Lima Caminha Dias
Diretora sem Designação Específica

CONTADORA

Maria Lúcia Guilherme de Brito - CRC RJ-088050/O-S-SP

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de Reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida	170.645	69.194
Custo dos serviços prestados	(169.523)	(84.275)
Resultado bruto	**1.122**	**(15.081)**
Despesas administrativas	5	386
Resultado equivalência patrimonial	(303)	(295)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(2.103)	4.059
Resultado financeiro líquido	984	234
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	**(294)**	**(10.697)**
Imposto de renda e contribuição social	(1.651)	-
Resultado líquido do exercício	**(1.945)**	**(10.697)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de Reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Resultado do exercício	(1.945)	(10.697)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado do exercício	**(1.945)**	**(10.697)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de Reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	31/12/2025	31/12/2024
Resultado antes dos imposto de renda e da contribuição social	(294)	(10.697)
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa e equivalentes de caixa pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	4.935	2.472
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.941	(3.052)
Provisão de glosa	363	(1.664)
Provisão para riscos judiciais	(409)	(1.122)
Perdas estoque	280	40
Perda na Alienação de Imobilizado	(74)	-
Resultado equivalência patrimonial	303	-
	11.046	**(14.023)**
Variações nos ativos e passivos:		
Contas a receber	1.158	(7.553)
Estoques	(1.011)	121
Créditos tributários	(500)	(61)
Depósitos judiciais	(4.589)	(463)
Outros créditos	(157)	958
Obrigações com pessoal	(5.015)	5.276
Fornecedores	6.926	6.345
Pagamentos de IR e CSLL	(2.782)	-
Tributos	794	1.512
Adiantamento de clientes	1.278	3
Outros débitos	(5.940)	6.304
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	**1.208**	**(1.581)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Baixa de intangível		
Adição Investimento - Amico		
Adição de imobilizado	(76)	(182)
Alienações do ativo imobilizado	74	-
Adição de intangível	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(2)**	**(182)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Recursos para aumento de capital	10.190	11.265
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	**10.190**	**11.265**
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	11.395	9.502
Saldos do caixa e equivalentes de caixa		
Início do exercício	10.121	619
Final do exercício	21.516	10.121
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	**11.395**	**9.502**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Hospital Santa Helena S.A.

CNPJ nº 06.033.403/0001-13

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Nos termos das disposições legais e estatutárias, a administração do Hospital Santa Helena S.A., submete à apreciação dos senhores as demonstrações contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. Nossa operação consiste em oferecer ao mercado a prestação de serviços médico-hospitalares, exames de diagnósticos, terapias, análises clínicas, congêneres e atividades afins.
A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de Reais)

ATIVO	31/12/2025	31/12/2024	PASSIVO	31/12/2025	31/12/2024
Circulante	**39.142**	**40.630**	**Circulante**	**24.125**	**23.988**
Caixa e equivalentes de caixa	13.998	10.405	Fornecedores	9.982	8.648
Contas a receber	16.584	24.803	Obrigações com pessoal	9.857	9.367
Estoques	3.866	2.880	Tributos CP	4.284	5.707
Créditos tributários	3.458	1.280	Outros débitos CP	2	-
Adiantamentos a funcionários e fornecedores	560	470	Dividendos/JCP a pagar	-	266
Outros Créditos	676	792	**Não circulante**	**3.842**	**3.660**
Não circulante	**35.808**	**37.323**	Provisão para riscos judiciais	3.842	3.660
Depósitos judiciais	1.155	2.799	**Patrimônio líquido**	**46.983**	**50.305**
Imobilizado	34.650	34.520	Capital social	49.452	49.452
Intangível	3	4	Prejuízos acumulados	(3.322)	-
Total do ativo	**74.950**	**77.953**	Reservas de lucros	853	853
			TOTAL DO PASSIVO	**74.950**	**77.953**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de Reais)

		Reservas de lucros				
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucro / Prejuízo acumulado	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**136.419**	**-**	**-**	**(103.057)**	**4.840**	**38.202**
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	11.250	11.250
Aumento de capital	16.090	-	-	-	(16.090)	-
Redução de capital com absorção de prejuízo	(103.057)	-	-	103.057	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.119	-	1.119
Constituição da reserva legal	-	56	-	(56)	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	(266)	-	(266)
Constituição de reserva de lucros	-	-	797	(797)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**49.452**	**56**	**797**	**-**	**-**	**50.305**
Prejuízo líquido do exercício	**-**	**-**	**-**	**(3.322)**	**-**	**(3.322)**
Saldos em 30 de dezembro de 2025	**49.452**	**56**	**797**	**(3.322)**	**-**	**46.983**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

1. Contexto operacional.
O Hospital Santa Helena S.A. ("Companhia") tem por objeto social a prestação de serviços médico-hospitalares, exames de diagnósticos, terapias, análises clínicas, congêneres e atividades afins.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis
As presentes demonstrações contábeis, que incluem todas as informações relevantes correspondentes às utilizadas na gestão, foram aprovadas pela Administração da Companhia em 27 de fevereiro de 2026. As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, para pequenas e médias empresas, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (NBC TG 1000), nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), quando referendadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar ("ANS"), em conformidade com as práticas e políticas contábeis da controladora da Sociedade, Amil Assistência Médica Internacional S.A.

DIRETORIA

Anderson Luis de Alvarenga Nascimento - Diretor Presidente;
Kewton Esper Aragão - Diretor Vice-Presidente;
Francileuda Lima Caminha Dias - Diretora sem Designação Específica

CONTADORA

Maria Lúcia Guilherme de Brito - CRC RJ-088050/O-S-SP

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de Reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida	204.067	189.116
Custo dos serviços prestados	(206.603)	(192.030)
Resultado bruto	**(2.536)**	**(2.914)**
Despesas administrativas	(1.922)	(6)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(1.220)	3.238
Resultado financeiro líquido	2.356	801
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	**(3.322)**	**1.119**
Resultado líquido do exercício	**(3.322)**	**1.119**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de Reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Resultado do exercício	(3.322)	1.119
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado do exercício	**(3.322)**	**1.119**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de Reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes dos imposto de renda e da contribuição social	**(3.322)**	**1.119**
Ajustes para reconciliar o prejuízo ao caixa e equivalentes de caixa pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	3.711	3.652
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	138.018	53
Provisão para riscos judiciais	182	(1.879)
Perda de estoques	96.158	10
	234.747	**2.955**
Variações nos ativos e passivos:		
Contas a receber	(129.799)	(10.374)
Estoques	(97.144)	199
Créditos tributários	(2.178)	3.040
Depósitos judiciais	1.644	(522)
Outros créditos	26	164
Obrigações com pessoal	490	160
Fornecedores	1.334	509
Tributos	(1.423)	385
Outros débitos	2	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**7.699**	**(3.484)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Baixa de intangível		
Adição de imobilizado	(3.840)	(361)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(3.840)**	**(361)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Recursos para aumento de capital	(266)	11.250
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	**(266)**	**11.250**
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	**3.593**	**7.405**
Saldos do caixa e equivalentes de caixa		
Início do exercício	10.405	3.000
Final do exercício	13.998	10.405
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	**3.593**	**7.405**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ines249

Mercado prevê corte de 0,25 p.p. da Selic

Comitê abre reunião com menos três diretores

O Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, abriu nesta terça-feira o primeiro dia de reunião para decidir a nova taxa básica de juros, a Selic, atualmente em 14,75% a.a. O BC informou em nota que o diretor de Administração, Rodrigo Teixeira, não participaria da reunião devido ao falecimento de um familiar em primeiro grau.

Com dois cargos de diretoria atualmente vagos, a decisão sobre os juros terá menos três pessoas e será tomada pelo presidente da autarquia, Gabriel Galípolo, e os demais cinco diretores. O mercado acredita em um corte de 0,25 ponto percentual (p.p.) da Selic, para 14,50%, no fechamento da reunião nesta quarta-feira.

Em sua última reunião, o comitê julgou adequado sinalizar o início de um ciclo de calibração da taxa básica de juros, baseado nas evidências dos impactos da política monetária sobre o nível de atividade e sobre a inflação. Além disso, reforçou que essa calibração da política monetária manteria seu caráter restritivo, de modo a assegurar a convergência da inflação à meta

Após considerar que os eventos recentes não impediriam a materialização dessa sinalização, o comitê analisou as opções para o ritmo de início do ciclo de calibração da taxa básica de juros, concluindo que nesse momento a redução de 0,25% é a mais adequada.

Mantido o compromisso fundamental de garantia da convergência da inflação à meta dentro do horizonte relevante para a política monetária, o comitê estabeleceu que a magnitude e a duração do ciclo de calibração serão determinadas ao longo do tempo, à medida que novas informações forem incorporadas às suas análises.

"Essa decisão é compatível com o cenário atual, no qual a duração e extensão dos conflitos geopolíticos, assim como sinais mistos sobre o ritmo de desaceleração da atividade econômica e seus efeitos sobre o nível de preços, dificultam a identificação de tendências claras", destacou a ata.

"No cenário atual, caracterizado por forte aumento da incerteza, o comitê reafirma serenidade e cautela na condução da política monetária, de forma que os passos futuros do processo de calibração da taxa básica de juros possam incorporar novas informações que aumentem a clareza sobre a profundidade e a extensão dos conflitos no Oriente Médio, assim como seus efeitos diretos e indiretos sobre o nível de preços ao longo do tempo".

Ritual

A cada 45 dias, o comitê se reúne para fixar uma nova taxa de juros ou a manutenção do índice. A reunião do Copom segue um processo que irá embasar a sua decisão. Os membros do Copom assistem a apresentações técnicas do corpo funcional do BC, que tratam da evolução e perspectivas das economias brasileira e mundial, das condições de liquidez e do comportamento dos mercados.

Depois, a reunião é reservada para a discussão da decisão entre os membros. A decisão é tomada com base na avaliação do cenário macroeconômico e os principais riscos a ele associados. Todos os membros do Copom presentes na reunião votam e seus votos são divulgados. As decisões do Copom são tomadas visando com que a inflação medida pelo IPCA, índice do IBGE, esteja em linha com a meta definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Após definida a taxa Selic, o Banco Central atua diariamente por meio de operações de mercado aberto – comprando e vendendo títulos públicos federais – para manter a taxa de juros próxima ao valor definido na reunião.

AVISO AOS CREDORES
Processo nº 0014293-66.1983.8.19.0001
6ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro
SNCI – SOCIEDADE NACIONAL DE COMERCIALIZAÇÃO INTEGRADA LTDA, por seus advogados, FAZ SABER aos credores quirografários remanescentes que, conforme a decisão judicial proferida às fls. 23.540/23.541 dos autos, os valores relativos ao rateio final estarão disponíveis para levantamento pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados da presente publicação. O levantamento deverá ser requerido junto ao MM. Juízo da 6ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, mediante apresentação de documento de identidade e comprovação de titularidade do crédito. Os interessados poderão obter maiores informações junto à secretaria do Juízo ou com os subscritores. Decorrido o referido prazo sem manifestação, o saldo remanescente poderá ser levantado pela ex-concordatária, nos termos autorizados por decisão judicial. Local e data: Rio de Janeiro, 07 de outubro de 2025.
SNCI – SOCIEDADE NACIONAL DE COMERCIALIZAÇÃO INTEGRADA LTDA
Representada por seus advogados
Armando Cesar Burlamaqui – OAB/RJ 102.459
Bruna Vian Forain – OAB/RJ 109.127]

SAMOC – SOCIEDADE ASSISTENCIAL MÉDICA ODONTO CIRÚRGICA S.A.
CNPJ nº 33.721.226/0001-30 - NIRE nº 33.300.135.740
Sede: Rua Silvio Romero, nº 37, Santa Teresa, Rio de Janeiro/RJ
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
Ficam convocados os Senhores Acionistas da SAMOC – SOCIEDADE ASSISTENCIAL MÉDICA ODONTO CIRÚRGICA S.A. ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia 07 de maio de 2026, às 15h00, na sede social da Companhia, localizada na Rua Silvio Romero, nº 37, Santa Teresa, Rio de Janeiro/RJ [1], a fim de deliberarem sobre a seguinte: **ORDEM DO DIA**: *Re-ratificação de Eleição: Deliberar sobre a re-ratificação dos atos deliberativos que elegeram o Sr. BRUNO RIBEIRO SCAF para o cargo de Diretor Geral, em sucessão ao falecido Diretor Geral e administrador da operadora, Dr. José Roberto Scaf, visando sanar erro material identificado na redação da ata anterior e garantir a fidedignidade dos registros perante a ANS e a Junta Comercial; *Estrutura Societária: Deliberar sobre a conveniência de manutenção da atual estrutura de Sociedade Anônima (S.A.) ou a ratificação da transformação para Sociedade Limitada (Ltda.), em virtude das recentes alterações na legislação tributária, objetivando assegurar os interesses dos acionistas; *Consolidação Estatutária: Aprovar a consolidação do Estatuto Social e a devida atualização do quadro de acionistas/sócios, independentemente da deliberação do item 2, visando a regularização formal da estrutura vigente e o atendimento às exigências regulatórias; *Assuntos Gerais e ANS: Prestar esclarecimentos quanto ao Ofício enviado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e deliberar sobre outros assuntos de interesse social correlatos. **QUÓRUM DE INSTALAÇÃO**: Nos termos do Art. 135 da Lei nº 6.404/76, a Assembleia Geral Extraordinária que tiver por objeto a reforma do estatuto somente se instalará, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto. Não havendo quórum, a Assembleia poderá instalar-se em segunda convocação com qualquer número. **INFORMAÇÕES AOS ACIONISTAS**: Os documentos pertinentes às matérias a serem debatidas, incluindo a proposta da administração para a consolidação estatutária e os esclarecimentos relativos ao Ofício da ANS, encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, conforme o §3º do Art. 135 da Lei das S.A. Rio de Janeiro/RJ, 28 de abril de 2026. BRUNO RIBEIRO SCAF - Diretor Geral; ROGÉRIO JESUS DE SOUZA - ADVOGADO.

EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - ELETRÔNICO, com prazo: 15 dias. Jonas Rymer, Leiloeiro Oficial, matriculado na JUCERJA sob o nº 079, devidamente autorizado pelo Proprietário/Credor Fiduciário, BANANAL – 127 EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO LTDA, inscrita no CNPJ, sob o nº 07.889.326/0001-60, faz saber aos que virem o presente edital e interessar possa, especialmente a VIVIANE PELLITO VALLADAS BARROS, brasileira, casada, fotógrafa, portadora da identidade nº 08302246-7 expedida pelo IFP/RJ em 30/12/1998, inscrita no CPF sob o nº 042.776.927-29 e seu marido MARCOS JOSÉ OLIVEIRA BARROS, brasileiro, casado, fotógrafo, portador da identidade nº 10.490.859-5, expedida pelo Detran/RJ em 28/07/2003, inscrito no CPF sob o nº 042.525.287-63, que nos termos do artigo 27 da Lei nº 9.514 de 20 de novembro de 1997, e regulamentação complementar do Sistema de Financiamento Imobiliário, que institui alienação fiduciária, será realizado o **1º Leilão, no dia 14 de maio de 2026,** às 12:00 horas, pelo valor do imóvel, e o **2º Leilão, no dia 25 de maio de 2026,** às 12:00 horas, pelo valor do débito, através do portal de leilões on-line do Leiloeiro Público Oficial JONAS RYMER (www.rymerleiloes.com.br). **IMÓVEL: Apartamento 707 do Bloco 03, situado na Estrada do Bananal, nº 127 – freguesia de Jacarepaguá/RJ**; com direito a 02 vagas de garagem de uso indistinto cobertas ou descobertas situadas no 1º ou 2º subsolo ou no pavimento térreo. Matrícula nº 329029 do 9º Ofício do Registro de Imóveis da Capital do RJ. O 1º Leilão, conforme determinou a Cláusula 4.3 C.3 da Escritura de Compra e Venda do Imóvel e Constituição de Alienação Fiduciária, terá como lance mínimo o valor atualizado do imóvel, que corresponde nesta data a **R$ 940.781,25.** Se no 1º leilão não se obtiver lance igual ou superior ao valor do imóvel, será realizado o 2º leilão, no qual será aceito o maior lance oferecido, desde que igual ou superior a **R$ 902.943,74,** que representa, na presente data, o somatório das seguintes parcelas: (i) valor da dívida, (ii) valor das despesas, (iii) valor dos prêmios de seguro, (iv) valor dos encargos legais. O imóvel apresenta débitos de condomínio, no valor de R$ 37.109,25 e débitos de IPTU no valor de R$ 29.169,53 (3155255-7). Condições do leilão: A venda será realizada à vista. Correrão por conta do comprador os débitos de IPTU e condomínio da unidade, bem como todas as despesas relativas à aquisição do imóvel no leilão, como o pagamento de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação a título de comissão do Leiloeiro, acrescido das despesas com o procedimento de leilão, escritura pública, imposto de transmissão, laudêmio, taxas, alvarás, certidões, emolumentos cartorários, registros, averbações, etc. O imóvel será vendido no estado em que se encontra, não podendo o arrematante alegar desconhecimento das condições, características e estado de conservação. A desocupação correrá por conta do comprador, porém, a reintegração na posse poderá ser solicitada de acordo com o disposto no artigo 30 da Lei nº 9.514/97, em 60 dias. Maiores informações através do telefone do Leiloeiro (21) 3900-4757 e pelo site: www.rymerleiloes.com.br.

Música noMuseu

CONCERTOS de OUTONO
ABRIL 2026

Norma Cali

Consultoria Produção Apoio

Instituto Cultural Música no Museu · CARPEX Empreendimentos e Promoções Ltda · Sesc · Monitor Mercantil · CCBB Centro Cultural Banco do Brasil · GOVERNO DO BRASIL DO LADO DO POVO BRASILEIRO

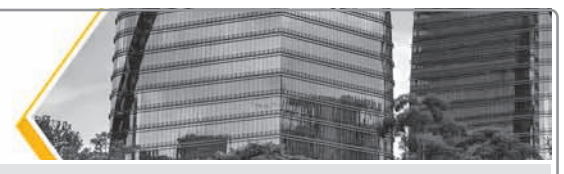
EDITAL DE CONVOCAÇÃO AGO/E Nº 001/2026 – COOPERATIVA DE TRABALHO E PRODUÇÃO DOS CATADORES DA COOPER VIDA LTDA – COOPER VIDA, CNPJ nº 20.653.254/0001-16.
A Presidente convoca os 07 (sete) associados para Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a realizar-se em 12/05/2026, na sede social, Rua Almirante Midosi, nº 42, Lote 26, Jardim Gramacho, Duque de Caxias/RJ, CEP 25.055-440, em 1ª convocação às 09h (2/3 dos associados), 2ª às 10h (metade mais um) e 3ª e última às 11h (mínimo de 07 associados), para deliberar sobre: (A) Adequação dos CNAEs; (B) Admissão e desligamento de cooperados; (C) Substituição de Membro da Diretoria; (D) Eleição do Conselho Fiscal. Duque de Caxias/RJ, 26/03/2026. **Cleonice Barbosa Lopes – Presidente.**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
SINDICATO DAS EMPRESAS DE TURISMO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
Convocamos a V.Sa., a participar eletronicamente, nos termos do art. 13º caput § 1º do Estatuto deste Sindicato, os associados quites e em condições de votar para participarem da Assembleia Geral Extraordinária a se realizar no dia **08 de maio de 2026**, através do link: https://us06web.zoom.us/j/84419803005 às **10** horas e **15** min em primeira convocação e às **10** horas e **30** min em segunda e última convocação, com qualquer número de participantes, para deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA: a) Discussão da proposta do Sindicato dos Empregados para NEGOCIAÇÃO COLETIVA para o período de 1º de abril 2026 a 31 de março de 2027; b) Delegação de poderes a diretoria para negociar o acordo. Rio de Janeiro, 29 de abril de 2026
Luiz Antonio Strauss de Campos Presidente

Ines249

XP INVESTIMENTOS S.A. E CONTROLADAS

CNPJ 02.332.886/0001-04



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Aos acionistas da **XP Investimentos S.A.** Rio de Janeiro - RJ. Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da XP Investimentos S.A. ("Grupo XP"), referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes. **i. Perfil:** A XP Investimentos é uma holding controlada indiretamente pela XP Inc. A XP Investimentos e suas subsidiárias (coletivamente, a "Companhia", "Grupo" ou "Grupo XP") têm como objetivo principal fornecer aos seus clientes, representados por pessoas físicas e jurídicas no Brasil e no exterior, diversos produtos e serviços financeiros, principalmente atuando como previdência privada, consultoria, corretora de seguros e comercializadora de energia. **ii. Desempenho financeiro:** No ano de 2025 a XP Investimentos continuou com o seu crescimento expressivo, apesar do ainda lento crescimento econômico no país. A XP Investimentos manteve a sua trajetória de expansão, apresentando forte crescimento em todos os seus indicadores operacionais, incluindo captação líquida de recursos, serviços de seguros, etc. Evidenciando a crescente força de sua marca e sua ampla capacidade de distribuição de produtos, mantendo sempre o compromisso de ajudar os clientes. **Ativo total:** Os ativos totais individuais atingiram R$ 3.284.194 ao final de dezembro de 2025, representando redução de 33% no exercício, principalmente em função de reorganização societária que impactou a linha de investimentos. Por sua vez, os ativos totais consolidados totalizaram R$ 108.401.315 no mesmo período, incremento de 27% frente ao exercício anterior, decorrente da expansão na linha de instrumentos financeiros em fundos de investimento. **Passivo total:** Os passivos totais individuais, excluindo o Patrimônio Líquido, somaram R$ 660.372 ao final de dezembro de 2025, refletindo redução de 173% no exercício, principalmente em função da reorganização societária que impactou a linha de instrumentos de dívidas. Já os passivos totais consolidados atingiram R$ 105.775.893 no mesmo período, correspondendo a um aumento de 27% em relação ao exercício anterior, explicados, sobretudo, pela elevação dos passivos relacionados a planos de previdência. **Patrimônio Líquido:** O Patrimônio Líquido totalizou R$ 2.624.542 em dezembro de 2025. Embora o capital seja administrado considerando a posição consolidada, certas subsidiárias estão sujeitas à exigência de capital mínimo pelos reguladores locais. Em 31 de dezembro de 2025, as controladas sujeitas à exigência de capital estavam em conformidade com todos os requisitos. **Lucro líquido/(Prejuízo) do exercício:** Com relação ao resultado do exercício, totalizou o valor de R$ 771.210, representando um aumento de 45% em relação ao período anterior. Esse crescimento decorre, no âmbito individual, principalmente do resultado de equivalência em controladas e coligadas. Na visão consolidada, o aumento é explicado, sobretudo, pela maior receita de taxa de administração, taxa de performance e comissões de seguros. **iii. Gerenciamento de Risco:** A Administração tem a responsabilidade primária de estabelecer e supervisionar a estrutura de gerenciamento de risco. A Gestão de Riscos está estruturada de forma separada das áreas de negócios, reportando-se diretamente à alta administração, para garantir a isenção de conflito de interesses e a segregação de funções adequadas as boas práticas de governança corporativa e de mercado. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, estabelecer limites e controles de risco apropriados e monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de risco são revisados periodicamente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo, por meio de seus padrões e procedimentos de treinamento e gerenciamento, têm por objetivo desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os seus funcionários estejam cientes de seus deveres e obrigações. **Constante aprimoramento do ambiente de controles internos e Governança:** A XP Investimentos opera em um ambiente de controles e de tecnologia complexos, com diferentes níveis de maturidade e sistemas em operação, além de grande volume de transações altamente dependentes do funcionamento apropriado de toda a cadeia, o que requer constantes investimentos em pessoas, tecnologia, infraestrutura e controles de segurança de acessos a sistemas e dados. Nesse contexto, a XP Investimentos possui um planejamento estratégico definido e revisado periodicamente para aplicação de melhorias, visando um ambiente de controles internos e de tecnologia ainda mais robustos.

Rio de Janeiro, 22 de abril de 2026
A Diretoria

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Disponibilidades		**6.314**	**33.216**	**557.634**	**462.523**
Ativos financeiros		**341.124**	**777.949**	**100.679.519**	**71.192.979**
Valor justo por meio do resultado		**167.637**	**755.142**	**99.392.758**	**70.649.932**
Instrumentos financeiros	6	167.637	755.142	93.669.569	67.499.724
Instrumentos financeiros derivativos	7	–	–	5.723.189	3.150.208
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes		**–**	**–**	**432.244**	**166.597**
Instrumentos financeiros	6	–	–	432.244	166.597
Avaliados ao custo amortizado		**173.487**	**22.807**	**854.517**	**376.450**
Negociação e intermediação de valores		–	304	–	304
Rendas a receber	8	155.138	1.835	832.331	355.478
Outros ativos financeiros		18.349	20.668	22.186	20.668
Outros ativos		**76.159**	**142.850**	**5.836.622**	**5.411.674**
Impostos e contribuições a compensar	9	74.938	115.157	88.591	117.104
Despesas antecipadas	10	25	1.474	44.210	61.478
Outros ativos	16	1.196	26.219	5.703.821	5.233.092
Ativo fiscal diferido	20	**301.746**	**182.456**	**403.084**	**278.995**
Investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto	12	**2.559.571**	**3.228.505**	**765.008**	**1.971.767**
Imobilizado de uso	13	**–**	**–**	**27.202**	**165.963**
Ágio e ativos intangíveis	13	**–**	**–**	**132.246**	**133.307**
Total do ativo		**3.284.914**	**4.364.976**	**108.401.315**	**79.617.208**

Passivo	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Passivos financeiros		**660.174**	**1.800.734**	**11.435.119**	**9.273.006**
Valor justo por meio do resultado		**660.104**	**465.971**	**4.246.878**	**2.445.166**
Instrumentos financeiros	6	654.815	422.971	654.815	422.971
Instrumentos financeiros derivativos	7	5.289	43.000	3.592.063	2.022.195
Avaliados ao custo amortizado		**70**	**1.334.763**	**7.188.241**	**6.827.840**
Instrumentos de dívida	14	–	1.251.256	538.464	1.697.441
Fornecedores		70	1.286	40.949	29.947
Outros passivos financeiros	15	–	82.221	6.608.828	5.100.452
Outros passivos		**198**	**615**	**93.878.090**	**67.519.271**
Obrigações sociais e estatutárias	17	–	–	158.328	140.934
Obrigações fiscais e previdenciárias	18	150	469	166.946	132.259
Passivos de planos de previdência	19	–	–	93.023.422	66.224.387
Provisões e contingências passivas	23	4	–	597	225
Outros passivos	16	44	146	528.797	1.021.466
Passivo fiscal diferido	20	**–**	**–**	**462.684**	**257.440**
Total do passivo		**660.372**	**1.801.349**	**105.775.893**	**77.049.717**
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	21	**2.624.542**	**2.563.627**	**2.624.542**	**2.563.627**
Capital social		1.397.787	35.472	1.397.787	35.472
Reserva de capital		811.863	1.929.561	811.863	1.929.561
Outros resultados abrangentes		414.892	598.594	414.892	598.594
Participação dos não - controladores		**–**	**–**	**880**	**3.864**
Total do patrimônio líquido		**2.624.542**	**2.563.627**	**2.625.422**	**2.567.491**
Total do passivo e patrimônio líquido		**3.284.914**	**4.364.976**	**108.401.315**	**79.617.208**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	Capital social	Reservas de capital: Reserva de capital	Reservas de capital: Reserva legal	Reservas de capital: Reserva estatutária	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total	Participações de acionistas não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**5.304.859**	**838.667**	**205.920**	**3.828.648**	**379.820**	**–**	**10.557.914**	**1.443**	**10.559.357**
Resultados abrangentes										
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	420.964	420.964	1.353	422.317
Outros resultados abrangentes		–	–	–	–	61.516	–	61.516	–	61.516
Transações com acionistas - contribuições e distribuições										
Aumento de capital	21	630.000	–	–	–	–	–	630.000	–	630.000
Outorga de plano de incentivo baseado em ações		–	12.473	–	–	–	–	12.473	2.457	14.930
Variação na participação em controladas		–	–	–	–	(53.895)	–	(53.895)	(5)	(53.900)
Reorganização societária		(5.899.387)	–	–	(3.377.111)	211.153	–	(9.065.345)	–	(9.065.345)
Destinações ao prejuízo líquido do exercício		–	–	7.094	413.870	–	(420.964)	–	–	–
Reservas		–	–	–	–	–	–	–	(1.384)	(1.384)
Dividendos										
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**35.472**	**851.140**	**213.014**	**865.407**	**598.594**	**–**	**2.563.627**	**3.864**	**2.567.491**
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**35.472**	**851.140**	**213.014**	**865.407**	**598.594**	**–**	**2.563.627**	**3.864**	**2.567.491**
Resultados abrangentes										
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	771.210	771.210	(619)	770.591
Outros resultados abrangentes		–	–	–	–	(177.104)	–	(177.104)	–	(177.104)
Transações com acionistas - contribuições e distribuições										
Aumento/(redução) de capital		–	–	–	–	–	–	–	(9)	(9)
Outorga de plano de incentivo baseado em ações		–	(56.593)	–	–	–	–	(56.593)	(1.967)	(58.761)
Variação na participação em controladas		–	–	–	–	(6.598)	–	(6.598)	–	(6.598)
Reorganização societária (Nota 1(a)(ii))		1.362.315	(870.550)	–	(491.765)	–	–	–	–	–
Destinações ao prejuízo líquido do exercício										
Reservas		–	771.210	–	–	–	(771.210)	–	–	–
Dividendos (Nota 12)		–	(470.000)	–	–	–	–	(470.000)	(389)	(470.130)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		**1.397.787**	**225.207**	**213.014**	**373.642**	**414.892**	**–**	**2.624.542**	**880**	**2.625.422**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO E DO RESULTADO ABRANGENTE

	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Receitas líquidas de prestação de serviços	24	–	–	1.470.803	1.170.011
Resultado líquido de instrumentos financeiros ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	24	(18.536)	13.071	(689.118)	(336.009)
Resultado líquido de instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado	24	(105.714)	(41.172)	1.128.874	820.922
Receitas operacionais líquidas		**(124.250)**	**(28.101)**	**1.910.559**	**1.654.924**
Custos operacionais	25	(927)	(869)	(294.602)	(221.020)
Despesas com vendas	26	(502)	(7)	(10.234)	(7.602)
Despesas administrativas	26	(209.013)	(187.942)	(547.144)	(576.834)
Outras receitas/(despesas) operacionais	27	(3.652)	(6.930)	52.819	(7.507)
Perdas de crédito esperadas	11	230	341	(13.404)	(3.861)
Despesas de juros		(15.240)	(209.426)	(15.241)	(209.426)
Resultado de participações em controladas e coligadas	12	1.072.047	764.590	85.381	34.544
Lucro antes da tributação sobre o lucro		**718.693**	**331.656**	**1.168.134**	**663.218**
Imposto de renda e contribuição social	20	**52.517**	**89.308**	**(397.543)**	**(240.901)**
Lucro líquido do exercício		**771.210**	**420.964**	**770.591**	**422.317**
Outros resultados abrangentes					
Ajuste ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	20	(164.150)	61.517	(164.150)	61.517
Mudança em taxas de desconto (IFRS 17)		(12.954)	–	(12.954)	–
Resultado abrangente total do exercício		**594.106**	**482.481**	**593.487**	**483.834**
Resultado líquido atribuível a:					
Acionistas controladores		771.210	420.964	771.210	420.964
Acionistas não controladores		–	–	(619)	1.353
Resultado abrangente atribuível a:					
Acionistas controladores		594.106	482.481	594.106	482.481
Acionistas não controladores		–	–	(619)	1.353
Lucro líquido por ação básico e diluído		**0,3081**	**0,1207**	**0,3081**	**0,1207**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Receitas	**66.181**	**61.365**	**19.058.067**	**8.285.143**
Receitas da intermediação financeira	69.265	53.833	17.322.915	6.962.065
Receitas de prestação de serviços	–	–	1.673.877	1.301.257
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	230	341	(13.404)	(3.861)
Outras receitas	(3.314)	7.191	74.679	25.682
Despesas	**(207.264)**	**(300.537)**	**(17.069.180)**	**(6.800.703)**
Despesas da intermediação financeira	(207.264)	(286.466)	(16.832.436)	(6.625.925)
Comissões	–	–	(223.706)	(171.941)
Outras despesas	–	(14.071)	(13.038)	(2.837)
Insumos adquiridos de terceiros	**(12.091)**	**(14.539)**	**(230.328)**	**(204.781)**
Materiais, energia e outros	(2.970)	(4.571)	(96.229)	(69.374)
Serviços de terceiros	(9.121)	(9.968)	(134.099)	(135.407)
Perda e recuperação de valores ativos	–	–	–	–
Valor adicionado bruto	**(153.174)**	**(253.711)**	**1.758.559**	**1.279.659**
Retenções	**–**	**–**	**(15.113)**	**(8.362)**
Depreciação, amortização e exaustão	–	–	(15.113)	(8.362)
Valor adicionado líquido	**(153.174)**	**(253.711)**	**1.743.446**	**1.271.297**
Valor adicionado recebido em transferência	**1.071.782**	**764.590**	**85.381**	**34.544**
Resultado de equivalência patrimonial	1.071.782	764.590	85.381	34.544
Outras				–
Valor adicionado a distribuir	**918.608**	**510.879**	**1.828.827**	**1.305.841**
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos	**(198.466)**	**(170.029)**	**(378.584)**	**(412.504)**
Remuneração direta	(196.705)	(170.025)	(289.846)	(280.213)
Benefícios	–	–	(9.329)	(9.086)
Encargos	(1.761)	(4)	(22.540)	(66.116)
Participação dos empregados nos lucros	–	–	(54.651)	(55.019)
Gratificações e prêmios	–	–	(1.844)	(1.755)
Outros	–	–	(374)	(315)
Impostos, taxas e contribuições	**51.030**	**80.426**	**(676.500)**	**(464.521)**
Federais	51.124	80.603	(640.132)	(436.265)
Estaduais	–	–	(411)	(166)
Municipais	(94)	(177)	(35.957)	(28.090)
Remuneração de capitais de terceiros	**(92)**	**(312)**	**(3.152)**	**(6.499)**
Aluguéis	(7)	(309)	(2.762)	(3.349)
Juros	(85)	(3)	(390)	(3.150)
Outras	–	–	–	–
Remuneração de capitais próprios	**(771.080)**	**(420.964)**	**(770.591)**	**(422.317)**
Lucros retidos	(771.080)	(420.964)	(770.591)	(422.317)
Distribuição do valor adicionado	**(918.608)**	**(510.879)**	**(1.828.827)**	**(1.305.841)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Atividades operacionais					
Resultado antes da tributação sobre o lucro		**718.693**	**331.656**	**1.168.134**	**663.218**
Ajustes ao lucro/(prejuízo) antes da tributação sobre o lucro					
Resultado de participação em coligadas e controladas	12	(1.072.047)	(764.590)	(85.381)	(34.544)
Depreciação do imobilizado, equipamentos	13	–	–	3.077	168
Amortização de ativos intangíveis	12/13	–	–	12.035	8.193
Perda na baixa de imobilizado e intangível	13	–	24.112	139	24.024
Perdas de crédito esperadas em contas a receber e outros ativos financeiros	11	(230)	(342)	13.404	3.861
Provisão/(reversão) para contingências	23	–	–	601	114
Outorga de plano de incentivo baseado em ações		–	–	(58.560)	14.930
Variação cambial		–	–	–	–
Provisão de juros		58.274	268.473	139.191	363.970
Dividendos desproporcionais em subsidiárias		517.718	169.160	–	–
(Ganho)/perda na venda de investimentos		–	(53.895)	3.795	–
Variação nos ativos e passivos					
Instrumentos financeiros		87.608	(497.449)	(25.692.592)	77.376.951
Instrumentos financeiros derivativos		(37.711)	63.159	(1.003.113)	(718.952)
Negociação e intermediação de valores		304	32	304	(14.043.767)
Aplicações interfinanceiras de liquidez		–	–	–	15.485.762
Rendas a receber		(139.384)	3.812	(490.257)	222.144
Operações de crédito		–	–	–	28.330.092
Despesas antecipadas		1.449	316	17.268	4.339.198
Outros ativos		12.757	188.413	(340.291)	(573.155)
Obrigações por operações compromissadas		–	–	–	(54.744.365)
Fornecedores		(1.216)	(118)	11.002	(878.659)
Instrumentos de dívidas		(27.356)	469.288	(7.037)	(57.999.463)
Obrigações sociais e estatutárias		–	–	17.394	(931.241)
Obrigações fiscais e previdenciárias		–	27.496	23.602	1.782.245
Passivos de planos de previdência		–	–	26.799.035	9.815.312
Outros passivos		1.713.939	495.506	2.183.569	(11.084.032)
Caixa operacional		**1.855.925**	**725.029**	**2.715.319**	**(2.577.996)**
Impostos pagos		–	–	(226.790)	(368.082)
Contingências pagas	23	–	–	(664)	(56)
Juros pagos	32	(15.678)	(29.758)	(15.678)	(29.758)
Caixa (proveniente das) utilizado nas atividades operacionais		**1.840.247**	**695.271**	**2.472.187**	**(2.975.892)**
Atividades de investimento					
Aquisições de imobilizado	13	–	(112)	(203)	(27.822)
Aquisição de intangível	13	–	–	(2.777)	(1.665)
Aquisição/venda de investimentos	12	–	(498.576)	–	(1.393.863)
Aumento de capital em controladas	12	(156.144)	–	–	–
Dividendos recebidos controladas		24.771	272.615	109.479	–
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento		**(131.373)**	**(226.073)**	**106.499**	**(1.423.350)**
Atividades de financiamento					
Captação de empréstimos e instrumentos de dívida	32	–	–	1.109.751	230.000
Pagamento de instrumento de dívida	32	(1.266.496)	(1.170.612)	(2.384.768)	(3.242.949)
Transação com não controlador		–	–	(9)	–
Aumento de capital	21	–	630.000	–	630.000
Dividendos pagos	21	(470.000)	–	(470.000)	46.812
Dividendos pagos a não controladores		–	–	(389)	(1.384)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		**(1.736.496)**	**(540.612)**	**(1.745.415)**	**(2.337.521)**
Aumento/(redução) e caixa e equivalentes de caixa		**(27.622)**	**(71.414)**	**883.271**	**(6.736.763)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		34.166	105.580	485.320	7.222.082
Efeitos das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		–	–		–
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		**6.544**	**34.166**	**1.318.591**	**485.320**
Disponibilidades		6.314	33.216	557.634	462.523
Certificados de depósitos bancários		230	950	760.957	22.797

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

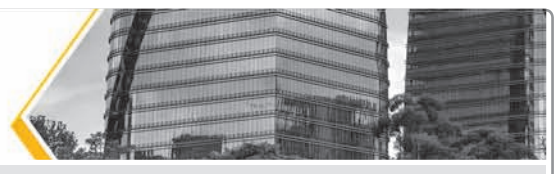
1. Contexto operacional: A XP Investimentos S.A. ("Companhia" ou "XP Investimentos") é uma companhia privada, organizada e regida sob as Leis do Brasil. A sede está localizada na Praia de Botafogo, nº 501, Botafogo, CEP 22.250-911, Rio de Janeiro - Brasil. O principal escritório executivo da empresa está localizado na cidade de São Paulo, Brasil. A XP Investimentos e suas subsidiárias ("Grupo" ou "Grupo XP") são uma plataforma líder de serviços financeiros voltada para a tecnologia e um provedor confiável de produtos e serviços financeiros de baixo custo no Brasil. O Grupo XP tem como objetivo principal fornecer aos seus clientes, representados por pessoas físicas e jurídicas no Brasil e no exterior, diversos produtos financeiros, serviços, conteúdo digital e serviços de assessoria financeira, planos de previdência privada, comercial e produtos de banco de investimento, como operações de empréstimos, transações nos mercados de câmbio e depósitos, por meio de nossas marcas que chegam aos clientes por meio de uma rede de Agente Autônomos de Investimento ("AAIs"). A XP Investimentos é controlada do Banco XP S.A., a qual possui como controlador a XP Finance Holding S.A., uma holding controlada diretamente pela XP Inc e indiretamente pela XP Control LLC, que detém 71,34% dos direitos de voto. Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela Administração em 22 de abril de 2026. **a) Reorganizações societárias:** Com o objetivo de melhorar a estrutura corporativa e a gestão de capital e caixa do Grupo, a XP Investimentos está conduzindo reorganizações de entidades, conforme segue: **i) Inversão de instituições financeiras no Brasil:** Ao final da reorganização a XP CCTVM se tornou uma subsidiária integral do Banco XP, que se tornou a principal holding operacional do Grupo. Em 14 de novembro de 2024 foi aprovado pelo Banco Central do Brasil a participação societária direta do Banco XP S.A. na XP Investimentos S.A. e a reorganização societária foi concluída. Em conexão com esta reorganização, em AGE de 21 de fevereiro de 2024, foi aprovada a redução do capital social da XP Investimentos em R$ 9.079.199.100,75, com o cancelamento de 2.844.691.306 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, fato este

continua →★

Ines249

XP INVESTIMENTOS S.A. E CONTROLADAS

CNPJ 02.332.886/0001-04



continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

que teve eficácia à partir da aprovação do Banco Central do Brasil ("BCB") para os passos anteriores da reorganização envolvendo alterações no capital social das entidades do Grupo XP supervisionadas pelo BCB, ocorrida em 7 de maio de 2024. A restituição do capital à XP Inc. foi realizada mediante a entrega, a valor contábil, em 31 de dezembro de 2023, da totalidade das ações de emissão da XP Finance Holding S.A. ("XPC3"). O ato societário de redução do capital da XP Investimentos determinou que todas as variações patrimoniais da XPC3 ocorridas a partir de 31 de dezembro de 2023 seriam absorvidas pela nova controladora da companhia, a XP Inc., em consonância ao artigo 26, parágrafo 2º, da Resolução CMN nº 4.817/20. **ii) Cisão da XP Investimentos S.A.:** Em 1º de maio de 2025, foi aprovada a cisão parcial XP Investimentos S.A., subsidiária integral do Banco XP. A parcela do patrimônio líquido cindido tem valor nulo ("zero"), uma vez que foram cindidos ativos e passivos de igual valor. Em decorrência da cisão, o Banco XP passou a ser titular da totalidade das quotas de emissão da XP Controle 5 Participações Ltda. e de outros ativos e passivos. A transação não tem qualquer efeito nos fluxos de caixa da instituição. **2. Base de elaboração das demonstrações financeiras: a) Base de preparação:** Na preparação destas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, a Companhia utilizou os critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação estabelecidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) - incluindo interpretações relacionadas - e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"). As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos investimentos em instrumentos financeiros que foram mensurados pelo valor justo. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo. As informações que envolvem maior grau de julgamento ou complexidade, ou informações nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4. As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais ("R$") e todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas explicativas foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. O balanço patrimonial está apresentado em ordem de liquidez dos ativos e passivos. O momento de sua realização ou liquidação depende não apenas de sua liquidez, mas também dos julgamentos da administração sobre os movimentos esperados nos preços de mercado e outros aspectos relevantes. Certas reclassificações de períodos anteriores foram feitas para se adequar à apresentação do período atual. **b) Novas normas e interpretações:** Certas novas normas contábeis, interpretações e alterações entraram em vigor para o período de relatório atual. **a)** Emendas à nova orientação de "uso próprio" e hedge para contratos referentes à eletricidade dependente da natureza - Emendas ao IFRS 9 e ao IFRS 7 (em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026): O IASB emitiu alterações específicas ao IFRS 9 "Instrumentos Financeiros" e ao IFRS 7 "Instrumentos Financeiros: Divulgações", para garantir que as demonstrações financeiras representem fielmente os efeitos dos contratos de uma entidade referentes à eletricidade dependente da natureza. O Grupo não espera que essas alterações tenham um impacto significativo em suas operações ou demonstrações financeiras. **b)** IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações (em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027): Emitida em maio de 2024, a IFRS 19 permite que determinadas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam de acordo com as Normas Contábeis IFRS apliquem requisitos de divulgação reduzidos. O Grupo não espera que essa norma tenha impacto em suas operações ou demonstrações financeiras. **c)** IFRS 18 Apresentação e Divulgação de Demonstrações Financeiras: A norma substitui a IAS 1, mantendo inalteradas muitas das exigências da IAS 1 e complementando-as com novas exigências. Além disso, alguns parágrafos da IAS 1 foram transferidos para a IAS 8 e a IFRS 7. Além disso, o IASB fez pequenas alterações no IAS 7 e no IAS 33 - Lucro por Ação. O IFRS 18 introduz novas exigências para: - apresentar categorias específicas e subtotais definidos na demonstração de lucros ou perdas; - fornecer divulgações sobre medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) nas notas das demonstrações financeiras; - melhorar a agregação e a desagregação. Uma entidade deve aplicar a IFRS 18 para períodos de relatório anual com início em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a aplicação antecipada. As emendas à IAS 7 e à IAS 33, bem como a IAS 8 e a IFRS 7 revisadas, entram em vigor quando uma entidade aplica a IFRS 18. A IFRS 18 exige aplicação retrospectiva com disposições específicas de transição. A aplicação dessas normas pode ter um impacto sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo em períodos futuros. **d)** Emendas à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros - Emendas à IFRS 9 e IFRS 7 (em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026): Em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações específicas ao IFRS 9 e ao IFRS 7 para responder a questões recentes que surgiram na prática e para incluir novos requisitos não apenas para instituições financeiras, mas também para entidades corporativas. Essas alterações: - esclarecer a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de dinheiro; - esclarecer e acrescentar mais orientações para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de pagamentos únicos de principal e juros (SPPI); - adicionar novas divulgações para determinados instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ambientais, sociais e de governança); e - atualizar as divulgações para instrumentos de patrimônio designados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes (FVOCI). O Grupo não espera que essas alterações tenham um impacto significativo em suas operações ou demonstrações financeiras. **e)** Melhorias Anuais nas Normas Contábeis IFRS 11 (em vigor para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2026, com adoção antecipada permitida): O IASB implementou as seguintes melhorias em setembro de 2024: - IFRS 1, "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relato Financeiro" - para melhorar a consistência entre a IFRS 1 e a IFRS 9, "Instrumentos Financeiros", em relação aos requisitos para contabilidade de hedge, e para melhorar a compreensibilidade da IFRS 1; - IFRS 7, "Instrumentos Financeiros: Divulgações" - para melhorar a consistência da linguagem utilizada na IFRS 7 com a linguagem utilizada na IFRS 13, "Mensuração do Valor Justo"; - IFRS 9 - para esclarecer como um arrendatário contabiliza a baixa de um passivo de arrendamento quando este é extinto, e para corrigir uma inconsistência entre a IFRS 9 e a IFRS 15, "Receita de Contratos com Clientes", em relação ao termo "preço da transação"; - IFRS 10, 'Demonstrações Financeiras Consolidadas' - para esclarecer os requisitos relativos à determinação dos agentes de facto de uma entidade; e - IAS 7, 'Demonstração dos Fluxos de Caixa' - para substituir o termo 'método do custo' por 'ao custo', uma vez que o termo já não está definido nas Normas de Contabilidade IFRS. O Grupo não prevê que estas melhorias tenham um impacto material nas suas operações ou demonstrações financeiras. **c) Base de consolidação:** A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. **a) Subsidiárias:** Subsidiárias são todas as entidades (incluindo entidades estruturadas) sobre as quais o Grupo tem controle. O Grupo controla uma entidade quando o Grupo é exposto ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de afetar esses retornos através de seu poder de dirigir as atividades da entidade. As subsidiárias são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. Elas são desconsolidadas a partir da data em que o controle cessa. O método de aquisição é utilizado para contabilizar as combinações de negócios pelo Grupo (veja a Nota 5). As transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados entre empresas do grupo são eliminados. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de uma perda no valor recuperável do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas foram alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. As participações de não controladores no resultado e no patrimônio das controladas são apresentadas separadamente na demonstração consolidada do resultado e do resultado abrangente, demonstração do patrimônio líquido e balanço patrimonial, respectivamente. **b) Coligadas:** As coligadas são empresas nas quais o investidor tem uma influência significativa, mas não detém o controle. Os investimentos nessas empresas são inicialmente reconhecidos pelo custo de aquisição e posteriormente contabilizados usando o método de equivalência patrimonial. Os investimentos em coligadas e joint ventures incluem o ágio identificado no momento da aquisição, líquido de qualquer perda acumulada por *impairment*. Pelo método de equivalência patrimonial, os investimentos são inicialmente reconhecidos pelo custo e ajustados posteriormente para reconhecer na demonstração do resultado a participação do Grupo nos lucros ou prejuízos após a aquisição da investida, e a participação do Grupo na movimentação em outros resultados abrangentes da investida. Os dividendos recebidos ou a receber de associadas são reconhecidos como uma redução no valor contábil do investimento. Os ganhos não realizados em transações entre o Grupo e suas coligadas e joint-ventures são eliminados na medida da participação do Grupo nessas entidades. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidência de uma diminuição do valor contábil do ativo transferido. As políticas contábeis das empresas investidas em participações acionárias foram alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. Se sua participação nas associadas diminui, mas o Grupo mantém influência significativa, apenas o valor proporcional dos valores previamente reconhecidos em Outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado, quando apropriado. **c) Coligadas mensuradas ao valor justo:** O Grupo detém investimentos em coligadas mensurados pelo valor justo de acordo com o item 18 do IAS 28 - Investimentos em coligadas e joint ventures. Esses investimentos são mantidos por meio do XP FIP Managers e XP FIP Endor, que são organizações de capital de risco. O Grupo adquiriu o controle destes FIPs durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, no contexto de uma reorganização societária promovida por sua controladora. Ao determinar se os fundos se enquadram na definição de organizações de capital de risco, a administração considera as características e objetivos da carteira de investimentos. A carteira classificada nessa categoria tem o objetivo de gerar crescimento no valor de seus investimentos no médio prazo e ter uma estratégia de saída. Além disso, o desempenho dessas carteiras é avaliado e administrado com base no valor justo de cada investimento. Em 31 de dezembro de 2024, em decorrência da reorganização societária, os FIPs mencionados acima deixaram de fazer parte da estrutura do Grupo. O trecho refere-se apenas ao período comparativo. **d) Informações por segmento:** Ao verificar o desempenho operacional do Grupo e alocar recursos, o principal tomador de decisões operacionais do Grupo ("CODM"), o Diretor-Presidente do Grupo ("CEO") e o Conselho de Administração ("CA"), representado pelos diretores estatutários detentores de ações ordinárias da controladora do Grupo, avaliam itens selecionados na demonstração do resultado e do resultado abrangente. O CODM considera todo o Grupo como um único segmento operacional reportável, monitorando as operações, tomando decisões sobre alocação de recursos e avaliando o desempenho com base em um único segmento operacional. O CODM analisa dados financeiros relevantes para todas as subsidiárias. As informações por segmento somente são revisadas no nível da receita (Nota 27), sem detalhes correspondentes em qualquer nível de margem ou lucratividade. A receita, os resultados e os ativos do Grupo para esse segmento reportável podem ser determinados por referência à demonstração de resultado, à demonstração do resultado abrangente e ao balanço patrimonial. Consulte a Nota 28 para obter informações detalhadas sobre receitas e ativos selecionados de clientes externos. **e) Conversão de moeda estrangeira: i. Moeda funcional e de apresentação:** Os itens das demonstrações financeiras de cada uma das entidades do Grupo são mensurados usando a moeda do ambiente econômico primário no qual a entidade opera ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras são apresentadas em reais ("R$"), que é a moeda funcional e de apresentação do Grupo. **ii. Transações em moeda estrangeira:** As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras pelas taxas de câmbio do período são geralmente reconhecidos no resultado. Eles são diferidos no patrimônio se estiverem relacionados a *hedge* de fluxo de caixa e *hedge* de investimento líquido em uma operação no exterior. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio vigentes na data em que o valor justo foi determinado. As diferenças de conversão de ativos e passivos contabilizados pelo valor justo são registradas como parte do ganho ou perda do valor justo. Por exemplo, as diferenças de conversão de ativos e passivos não monetários, como ações mantidas a valor justo por meio do resultado, são reconhecidas no resultado como parte do ganho ou perda do valor justo. **iii. Empresas do Grupo:** Os resultados e a posição financeira das empresas no exterior (nenhuma possui a moeda de uma economia hiperinflacionária) que possuem uma moeda funcional diferente da moeda de apresentação, são convertidas para a moeda de apresentação da seguinte forma: • os ativos e passivos de cada balanço apresentado são convertidos à taxa de câmbio apurada na data de apresentação; • receitas e despesas para cada demonstração do resultado e demonstração do resultado abrangente são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que esta não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das transações, caso em que receitas e despesas são convertidas pela taxa nas datas das transações); e • todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas em Outros resultados abrangentes. Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão de qualquer investimento líquido em entidades estrangeiras e de instrumentos financeiros designados como *hedge* desses investimentos são reconhecidas em Outros resultados abrangentes. Quando uma operação no exterior é vendida, as diferenças de câmbio associadas são reclassificadas para o resultado, como parte do ganho ou perda sobre a venda. Os ajustes do ágio e do valor justo decorrentes da aquisição de uma operação no exterior são tratados como ativos e passivos da operação no exterior e convertidos pela taxa de câmbio na data de fechamento do balanço. **3. Resumo das principais políticas contábeis:** Esta nota fornece uma descrição das principais políticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras. Essas políticas foram aplicadas de forma consistente a todos os períodos apresentados, exceto quando indicado de outra forma. **(i) Instrumentos financeiros:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de patrimônio de outra entidade. **1) Ativos financeiros:** ***Reconhecimento inicial e mensuração:*** No reconhecimento inicial, ativos financeiros são classificados como instrumentos mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial é baseada: (i) no modelo de negócios do Grupo para administrar os ativos financeiros e (ii) nas características dos fluxos de caixa contratuais dos instrumentos financeiros. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou VJORA, ele precisa dar origem a fluxos de caixa que são "Somente Pagamento de Principal e Juros" (o critério "SPPJ") sobre o valor principal em aberto. O modelo de negócios do Grupo para administrar ativos financeiros se refere à forma de gerenciar seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios considera se o objetivo do Grupo é receber fluxos de caixa para manter os ativos financeiros, vender os ativos ou uma combinação de ambos. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo definido pela regulamentação ou prática de mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data de negociação, ou seja, na data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. ***Classificação e mensuração subsequente:*** **i. Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado ("VJR"):** Os ativos financeiros a VJR incluem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a VJR, ou ativos financeiros obrigados a serem mensurados pelo valor justo. Esta categoria inclui valores mobiliários e derivativos, incluindo instrumentos patrimoniais que o Grupo não elegeu irrevogavelmente para classificar em VJORA. Ativos financeiros são classificados como a valor justo por meio do resultado se o teste de fluxo de caixa contratual falhar ou se, de acordo com o modelo de negócios do Grupo, o ativo for adquirido com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Os ativos financeiros podem ser designados a VJR no reconhecimento inicial se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil. Derivativos, incluindo derivativos embutidos separáveis, também são classificados a valor justo por meio do resultado, a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não atendem aos critérios do SPPJ são classificados e mensurados como VJR, independentemente do modelo de negócios. Os ativos financeiros na categoria VJR são registrados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. O ganho ou perda líquida reconhecido na demonstração do resultado inclui qualquer dividendo ou juros auferidos sobre o ativo financeiro. Os ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado são títulos e valores mobiliários detidos e/ou vendidos a descoberto. Um derivativo embutido em um contrato híbrido, com um passivo financeiro ou componente principal não derivativo, é separado do componente principal e contabilizado como um derivativo separado se: as características econômicas e os riscos não estiverem estritamente relacionados ao contrato principal; o instrumento separado com os mesmos termos que o derivativo embutido atender à definição de derivativo; e o contrato híbrido não for mensurado ao VJR. Derivativos embutidos são mensurados ao valor justo, com as alterações no valor justo reconhecidas no resultado. A reavaliação só ocorre se houver uma mudança nos termos do contrato que modifique significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam exigidos pelo contrato ou uma reclassificação de um ativo financeiro fora da categoria VJR. Um derivativo incorporado em um contrato híbrido contendo um componente principal ativo não derivativo não é contabilizado separadamente. O contrato principal juntamente com o derivativo embutido deve ser classificado em sua totalidade como um ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado. **ii. Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA"):** O Grupo avalia os ativos financeiros a VJORA se ambas as condições a seguir forem atendidas: • O ativo financeiro é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de tanto manter a apropriação de fluxos de caixa contratuais quanto vender; • Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que atendem aos critérios do SPPJ. Para os ativos financeiros classificados como VJORA, a receita de juros, a variação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e, da mesma forma, para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As restantes alterações no valor justo são reconhecidas em resultado abrangente. No momento do desreconhecimento, a mudança cumulativa do valor justo reconhecida em resultado abrangente é reclassificada para lucros ou perdas. Os ativos financeiros do Grupo classificados como VJORA incluem instrumentos de dívida. Após o reconhecimento inicial, o Grupo pode optar por classificar irrevogavelmente os investimentos em ações como instrumentos patrimoniais designados a VJORA quando satisfizerem a definição de patrimônio nos termos do IAS 32 - "Instrumentos Financeiros: Apresentação" e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada com base em instrumento a instrumento. Os dividendos são reconhecidos como receita na demonstração do resultado quando o direito de pagamento é estabelecido, exceto quando o Grupo se beneficia de uma recuperação de parte do custo do ativo financeiro, caso em que tais ganhos são registrados em resultado abrangente. Instrumentos de patrimônio designados ao VJORA não estão sujeitos a avaliação de *impairment*. O Grupo não possui instrumentos de patrimônio que tenham sido irrevogavelmente classificados nesta categoria. **iii. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se ambas as condições a seguir forem atendidas: • O ativo financeiro é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de manter o ativo financeiro de forma a coletar fluxos de caixa contratuais; • Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que atendem aos critérios do SPPJ. Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente pelo método da taxa efetiva de juros ("EIR") e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou desvalorizado. Os ativos financeiros do Grupo mensurados ao custo amortizado incluem principalmente: "Operações de crédito", "Aplicações interfinanceiras de liquidez", "Negociação e intermediação de valores", "Rendas a receber" e "Outros ativos financeiros". O Grupo reclassifica os ativos financeiros somente quando altera seu modelo de negócios para o gerenciamento desses ativos financeiros. ***Desreconhecimento:*** Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido (isto é, retirado da demonstração financeira) quando: • Os direitos contratuais para receber fluxos de caixa do ativo expirarem; • O Grupo transferiu os seus direitos contratuais para receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação contratual de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos de terceiros, por meio de um acordo de "repasse"; e (a) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo; ou (b) o Grupo não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando o Grupo transfere os seus direitos contratuais para receber os fluxos de caixa de um ativo ou realiza um acordo de repasse, avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios patrimoniais. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida de sua participação. Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflete os direitos e obrigações que o Grupo reteve. O envolvimento contínuo que toma a forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor contábil original do ativo e pelo valor máximo da contraprestação que o Grupo poderia ser obrigado a pagar. ***Impairment de ativos financeiros:*** O Grupo reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas ("ECLs") para todos os ativos financeiros não classificados em VJR. As ECLs são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as ECLs são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (um ECL de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial ou aquelas já inadimplentes, uma provisão para perdas é requerida para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência. O Grupo classifica os ativos em três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, nos quais os ativos financeiros migram de um estágio para outro de acordo com as mudanças no risco de crédito. Estágio 1: Vencidos até 30 dias. Entende-se que um ativo financeiro nesta etapa não apresenta um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial. A provisão para este ativo representa a perda esperada resultante de uma possível inadimplência nos próximos 12 meses. Estágio 2: mais de 30 dias em atraso. Se um aumento significativo do risco de crédito for identificado a partir do reconhecimento inicial, e nenhuma perda for realizada, o ativo financeiro se enquadra nesta etapa. Neste caso, o valor relacionado à provisão para perda esperada reflete a perda estimada do ativo financeiro pelo restante da vida útil do mesmo. Estágio 3: mais de 90 dias em atraso. O Grupo considera um ativo financeiro em atraso quando os pagamentos contratuais estão vencidos há mais de 90 dias. Entretanto, em certos casos, o Grupo também pode considerar que um ativo financeiro está inadimplente quando informações internas ou externas indicam que é improvável que o Grupo receba os valores pendentes na sua totalidade antes de considerar quaisquer aumentos nos riscos de crédito detidos pelo Grupo. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. Para contas a receber e outros ativos contratuais, o Grupo aplica uma abordagem simplificada no cálculo das ECLs. Portanto, o Grupo não acompanha as mudanças no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base nas ECLs durante a vida útil dos ativos em cada data de relatório. O Grupo estabeleceu uma matriz de provisão que é baseada em sua perda histórica de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. Para os ativos financeiros classificados como VJORA, o Grupo aplica a simplificação para atuar com baixo risco de crédito. Em cada data de elaboração das Demonstrações Financeiras, o Grupo avalia se o ativo é considerado com baixo risco de crédito usando todas as informações razoáveis e suportáveis que estão disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Ao fazer essa avaliação, o Grupo reavalia a classificação de crédito interna do ativo financeiro. Além disso, o Grupo considera que houve um aumento significativo no risco de crédito quando os pagamentos contratuais estão vencidos há mais de 30 dias. O Grupo considera um ativo financeiro inadimplente quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 90 dias. No entanto, em certos casos, o Grupo também pode considerar que um ativo financeiro está inadimplente quando informações internas ou externas indicam que é improvável que o Grupo receba integralmente os valores pendentes do contrato antes de avaliar o risco de crédito do ativo mantido pelo Grupo. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. **2) Passivo financeiro:** ***Reconhecimento inicial e mensuração:*** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros mensurados a valor justo através do resultado ("VJR"), custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge*. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso dos passivos classificados ao custo amortizado, são deduzidos os custos diretamente atribuíveis à transação. Os passivos financeiros do Grupo incluem "Títulos e valores mobiliários", "Instrumentos financeiros derivativos", "Obrigações por operações compromissadas", "Negociação e intermediação de valores", dívidas a longo prazo, tais como "Empréstimos", "Instrumentos financeiros de dívida", "Fornecedores" e "Outros passivos financeiros". ***Classificação e mensuração subsequente:*** **i. Passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado ("VJR"):** Os passivos financeiros classificados como VJR incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial como VJR. Os passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando adquiridos com fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Grupo que não são designados como instrumentos de *hedge* nas operações de *hedge* definidas pelo IFRS 9/CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados ao valor justo através do resultado, a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Os ganhos ou perdas de passivos classificados como VJR são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial como VJR são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios estabelecidos no IFRS 9/CPC 48 forem atendidos. Os empréstimos de ações e instrumentos financeiros derivativos são classificados como VJR e reconhecidos pelo valor justo. **ii. Passivos financeiros designados para serem mensurados ao valor justo através do resultado:** ***Classificação e mensuração subsequente:*** O Grupo aplicou a opção de valor justo como uma mensuração alternativa para passivos financeiros selecionados. Os passivos financeiros podem ser irrevogavelmente designados como mensurados ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que, de outra forma, surgiria da mensuração de ativos ou passivos, ou do reconhecimento de ganhos e perdas sobre eles, em bases diferentes, ou se um grupo de instrumentos financeiros for administrado e seu desempenho é avaliado com base no valor justo, de acordo com uma gestão de risco documentada ou estratégia de investimento. O valor da mudança no valor justo dos passivos financeiros designados em VJR que é atribuível às mudanças no risco de crédito desse passivo deve ser apresentado em outros resultados abrangentes. Veja mais informações na Nota 6. **iii. Custo amortizado:** Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros e outros passivos financeiros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método de taxa efetiva ("EIR"). Os ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelos juros incorridos. O custo amortizado é calculado considerando qualquer desconto ou prêmio na aquisição de taxas ou custos que são parte integrante da EIR. A amortização da EIR está incluída na demonstração do resultado. Esta categoria aplica-se geralmente a instrumentos sujeitos a juros, incluindo "Empréstimos", "Instrumentos de dívida", "Fornecedores" e "Outros passivos financeiros". ***Desreconhecimento:*** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo montante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **3) Valor justo dos instrumentos financeiros:** O valor justo dos instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação. O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não há mercado ativo é determinado pelo uso de técnicas de mensuração (*valuation*). Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (em base de mercado), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxos de caixa descontados ou outros modelos de mensuração, conforme Nota 32. **4) Instrumentos Financeiros Derivativos:** Instrumentos financeiros derivativos são contratos financeiros, cujo valor é derivado do valor dos ativos subjacentes, taxas de juros, índices ou taxas de câmbio. Os derivativos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato derivativo é celebrado, e eles são posteriormente mensurados ao seu valor justo ao final de cada período de relatório. A contabilização de alterações subsequentes no valor justo depende se o derivativo é designado como um instrumento de cobertura e, se sim, da natureza do item que está sendo protegido. **5) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem disponibilidades, aplicações em operações compromissadas (posição bancada), e quaisquer outras aplicações de curto prazo, com vencimento igual ou inferior a noventa dias a partir da data de aquisição, que possuam alta liquidez, que sejam prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que não estejam sujeitas a um risco significante de mudança de valor, bem como que são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e, não, para investimentos ou outros propósitos. **6) Aplicações interfinanceiras de liquidez e obrigações por operações compromissadas:** O Grupo adquiriu títulos com contrato de revenda e vendeu títulos com contrato de recompra. Os contratos de revenda e recompra são contabilizados em aplicações interfinanceiras de liquidez e obrigações por operações compromissadas, respectivamente. A diferença entre os preços de venda/compra e recompra/revenda é tratada como despesa/receita de juros e reconhecida ao longo da vida dos contratos, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ativos financeiros aceitos como garantia em nossos contratos de revenda podem ser utilizados, se previsto nos contratos, como garantia para nossos acordos de recompra, ou podem ser vendidos. **7) Negociação e intermediação de valores mobiliários (ativos e passivos):** Refere-se a transações na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") por conta própria e por conta de terceiros. As corretagens dessas transações são classificadas como receitas e eventuais despesas de serviços incorridas são reconhecidas no momento das transações. Esses saldos são compensados e o valor líquido é demonstrado no balanço quando, e somente quando houver um direito legal e exequível de compensá-los e a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou de realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. Os valores devidos de e para clientes representam recebíveis por títulos vendidos e contas a pagar por títulos adquiridos, mas ainda não liquidados ou entregues na data do balanço patrimonial, respectivamente. O saldo devedor dos clientes é retido para cobrança. Esses valores são subdivididos nos seguintes itens: • Registro e liquidação - Representado pelo registro de transações realizadas nas bolsas de valores por conta própria e para os clientes; • Devedores/credores pendentes de liquidação - Representado pelos saldos devedores ou credores de clientes, relativos a transações com títulos de renda fixa, ações, *commodities* e ativos financeiros, pendentes de liquidação na data do balanço. As operações de venda são compensadas e, caso o valor final seja um crédito, elas serão registradas no passivo. Por outro lado, se esse valor for devedor, será registrado no ativo, desde que os saldos de compensação se refiram à mesma contraparte. • Dinheiro de cliente em conta de investimento - Os saldos representam o valor que é depositado pelos clientes na conta da XP CCTVM, subsidiária que atua como corretora de investimentos no Grupo. Esses valores são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Em cada data de balanço, o Grupo deve mensurar a provisão para perdas sobre os valores devidos pelo cliente em um valor igual às perdas de crédito esperadas para a vida útil, se o risco de crédito tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. Se, na data do balanço, o risco de crédito não tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial, o Grupo deve mensurar a provisão para perdas em um valor igual a perdas de crédito esperadas para 12 meses. Dificuldades financeiras significativas do cliente, probabilidade de o cliente declarar falência ou reorganização financeira e inadimplência nos pagamentos são todos considerados indicadores de que uma provisão para perdas pode ser necessária. Se o risco de crédito aumentar até o ponto em que for considerado com perda de crédito, a receita de juros será

continua→★

Ines249

XP INVESTIMENTOS S.A. E CONTROLADAS

CNPJ 02.332.886/0001-04

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

calculada com base no valor contábil bruto ajustado para a provisão para perdas. Um aumento significativo no risco de crédito é definido pela administração como qualquer pagamento contratual com atraso superior a 30 dias. Qualquer pagamento contratual com mais de 90 dias de atraso é considerado como inadimplente. As perdas de crédito estimadas para clientes de corretagem e atividade relacionada foram imateriais para os períodos apresentados. **8) Despesas antecipadas:** Despesas antecipadas são reconhecidas como um ativo no balanço patrimonial. Essas despesas incluem incentivos para os agentes autônomos ("AAIs"), licenças de *softwares* pré-pagas, certos serviços profissionais e prêmios de seguro. **9) Imobilizado de uso:** Todos os bens e equipamentos estão demonstrados ao custo histórico menos depreciação acumulada e *impairment*. O custo histórico inclui os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e, quando aplicável, líquidos dos créditos tributários. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que o Grupo obterá benefícios econômicos futuros associados ao item,o custo do item seja material e possa ser mensurado com confiabilidade. Todos os outros gastos com reparos e manutenção são reconhecidos no resultado durante o período em que são incorridos. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, como segue:

	Taxa anual (%)
Processamento de dados	20%
Móveis e equipamentos	10%
Sistemas de Segurança	10%
Benfeitorias	10%
Veículos	10%

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados a cada data de balanço e ajustados prospectivamente, se apropriado. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado ao seu valor recuperável, que é o maior entre seu valor justo menos custos de manutenção e seu valor em uso, se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e perdas em alienações ou desreconhecimento são determinados pela comparação dos resultados da alienação com o valor contábil, e são reconhecidos no resultado. **10) Ativos intangíveis: i. Ágio:** O ágio surge na aquisição de controladas e representa o excesso de (i) contraprestação transferida; (ii) o valor correspondente à participação dos não controladores na adquirida; e (iii) o valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida, em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Se o total da contraprestação transferida, a participação não controladora reconhecida e a participação mantida anteriormente mensurada pelo valor justo for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, haverá uma situação de compra vantajosa e a diferença é reconhecida diretamente no resultado. As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se os acontecimentos ou alterações nas circunstâncias indicarem uma potencial incapacidade. **ii. Custos de *software* e desenvolvimento:** Certos custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento de *softwares* desenvolvidos internamente e melhorias realizadas na plataforma de tecnologia do Grupo são capitalizados. Os custos capitalizados, que ocorrem após a determinação pela administração da viabilidade técnica do projeto, incluem serviços externos e custos internos de folha de pagamento. Esses custos são registrados como ativos intangíveis quando o desenvolvimento é concluído e o ativo está pronto para uso, e são amortizados pelo método linear, durante o período pelo qual espera-se que sejam gerados benefícios econômicos para o Grupo. Os custos incorridos na fase de pesquisa e os custos de desenvolvimento de pré-viabilidade, bem como os custos de manutenção e treinamento, são contabilizados como despesas, conforme incorridos. Em determinadas circunstâncias, a administração pode determinar que o *software* desenvolvido anteriormente e sua despesa relacionada não mais atendem à definição de viabilidade da administração, o que poderia resultar na redução ao valor recuperável desse ativo. **iii. Outros ativos intangíveis:** Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao seu valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzido de qualquer amortização acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Os ativos intangíveis gerados internamente, exceto *softwares*, não são capitalizados e o gasto relacionado é refletido no resultado do período no qual o gasto é incorrido. A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Grupo não possui ativos intangíveis de vida útil indefinida, exceto pelo ágio. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil estimada e testados para *impairment* sempre que houver indicação de que seu valor contábil pode não ser recuperado. O período e o método de amortização para ativos intangíveis com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício ou quando houver indicadores de redução ao valor recuperável. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros incorporados nos ativos são consideradas para modificar a amortização, conforme apropriado, e tratadas como mudanças nas estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida no resultado, na categoria de despesa consistente com o uso de ativos intangíveis. As vida útil dos ativos intangíveis, por categoria, está demonstrada abaixo:

	Vida útil estimada (anos)
Software	3-5
Intangível desenvolvido internamente	3-7
Lista de clientes	2-8
Marcas e patentes	10-20

Os ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido da venda (se houver) e o valor contábil, e são reconhecidos no resultado. **iv. Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que têm uma vida útil indefinida como, por exemplo, o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se os acontecimentos ou alterações nas circunstâncias indicarem um potencial *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins de teste de redução ao valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é alocado a cada uma das UGCs (ou grupos de UGCs) que devem se beneficiar das sinergias da combinação, que são identificadas no nível do segmento operacional. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que foram ajustados por redução ao valor recuperável são revisados subsequentemente para uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. No caso do ágio, a perda por redução ao valor recuperável reconhecida na demonstração do resultado não é revertida. **11) Impostos: i. Imposto de renda e contribuição social corrente:** As entidades do Grupo pagam Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sob dois métodos diferentes: • Método do Lucro Real - onde o contribuinte calcula os referidos impostos com base no seu lucro tributável real, após computar todos os rendimentos, ganhos e despesas dedutíveis, incluindo as perdas operacionais líquidas dos exercícios anteriores. Os impostos calculados de acordo com o método do Lucro Real são devidos trimestral ou anualmente, dependendo da opção adotada pela entidade através do primeiro documento de cobrança de cada ano civil. O método anual do Lucro Real exige que os contribuintes façam pagamentos antecipados mensais de IRPJ e CSLL durante o ano-calendário. • Método do Lucro Presumido - onde o contribuinte calcula o IRPJ e a CSLL aplicando uma margem de lucro sobre as receitas operacionais. É importante ressaltar que a margem de lucro é definida pela Receita Federal do Brasil (RFB) de acordo com os tipos de serviços prestados e/ou mercadorias vendidas. Sob o método do Lucro Presumido, os impostos mencionados são devidos trimestralmente e nenhum pré-pagamento é exigido durante os trimestres. As alíquotas de imposto aplicáveis ao Lucro Real e Lucro Presumido também são definidas de acordo com a atividade principal das entidades. • Imposto de Renda Federal (IRPJ) - alíquota de 15% calculada sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o valor da renda tributável que exceder R$ 20 por mês (ou R$ 240 por ano). • Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) - alíquota de 9% calculada sobre o rendimento tributável. No entanto, as instituições financeiras (ou seja, XP CCTVM, Banco XP e XP DTVM) e as seguradoras (ou seja, XP Vida e Previdência) estão sujeitas a uma alíquota de CSLL de 15%. Em março de 2020, os bancos brasileiros (Banco XP) foram sujeitos a uma alíquota de CSLL de 20%, que se tornou a alíquota regular aplicável a bancos. Em julho de 2021, a alíquota de CSLL foi aumentada em 5% para todas as instituições financeiras, até dezembro de 2021. Portanto, os bancos estavam sujeitos a uma alíquota de CSLL de 25% e todas as demais instituições financeiras, incluindo seguradoras, estavam sujeitas a uma alíquota de 20%, por força da Lei Federal nº 13.148/21. A partir de janeiro de 2022, a alíquota de imposto voltou ao percentual regular de 20% para os bancos e de 15% para todas as outras instituições financeiras, incluindo as companhias de seguros. A partir de agosto de 2022, por meio da Lei Federal 14.446, a alíquota da CSLL foi aumentada em 1% para todas as instituições financeiras brasileiras, até dezembro de 2022. Nesse sentido, os bancos brasileiros estão sujeitos à alíquota de CSLL de 21% e todas as demais instituições financeiras, inclusive seguradoras, estão sujeitas a uma alíquota de 16%. **ii. Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos, usando o método do passivo, sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. No entanto, os impostos diferidos não são contabilizados se surgirem do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios que, no momento da transação, não afete a contabilização nem o lucro ou prejuízo tributável. Os Impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível, contra o qual as diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais possam ser utilizados. De acordo com a legislação tributária brasileira, o prejuízo fiscal pode ser utilizado para compensar até 30% do lucro tributável do exercício e não expira. O imposto diferido é provisionado sobre as diferenças temporárias decorrentes de investimentos em subsidiárias, exceto por um passivo fiscal diferido quando o momento da reversão da diferença temporária é controlado pelo Grupo e é provável que a diferença temporária não seja revertida no futuro previsível. Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos no balanço patrimonial quando há um direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes - em geral, quando relacionados à mesma entidade legal e mesma jurisdição. Dessa forma, os ativos e passivos fiscais diferidos em diferentes entidades ou em diferentes países geralmente são apresentados separadamente, e não em uma base líquida. **i) Impostos sobre faturamento:** As receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre faturamento, exceto: • Quando os impostos sobre faturamento incorridos na compra de bens ou serviços não são recuperáveis junto às autoridades fiscais, caso em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do item do ativo ou despesa, conforme aplicável; • Quando os valores a receber ou a pagar forem apresentados com o valor dos impostos sobre faturamento incluídos. O valor líquido dos impostos sobre faturamento, recuperável ou a pagar para a autoridade fiscal, é incluído como parte dos valores a receber ou a pagar no balanço, e líquido da receita ou custo/despesa, na demonstração do resultado. As receitas de vendas e serviços no Brasil estão sujeitas a impostos e contribuições, com as seguintes taxas legais: • PIS e COFINS são contribuições cobradas pelo governo federal sobre a receita bruta. Esses valores são faturados e recolhidos dos clientes do Grupo e reconhecidos como deduções à receita bruta (Nota 25) contra passivos fiscais, pois estamos atuando como agentes de retenção fiscal em nome do fisco. PIS e COFINS pagos em determinadas compras poderão ser reclamados como créditos tributários para compensar o PIS e a COFINS a pagar. Esses valores, reconhecidos como impostos recuperáveis (Nota 9), são compensados mensalmente com impostos a pagar e são apresentados líquidos, pois os valores são devidos à mesma autoridade tributária. PIS e COFINS são contribuições calculadas em dois regimes diferentes de acordo com a legislação tributária brasileira: método cumulativo e método não cumulativo. O método não cumulativo é obrigatório para empresas que calculam o imposto de renda no âmbito do Método de Lucro Real (APM). As alíquotas aplicáveis do PIS e da COFINS são de 1,65% e 7,60%, respectivamente. Caso contrário, o método cumulativo deve ser adotado por entidades sob o Método de Lucro Presumido (PPM) e também é obrigatório para as Instituições Financeiras e Companhias de Seguros. As alíquotas aplicáveis às empresas sob PPM são PIS - 0,65% e COFINS - 3,00%. As entidades financeiras (ou seja, XP CCTVM, Banco XP e XP DTVM) e seguradoras (ou seja, XP Vida e Previdência) têm um percentual diferente da COFINS, com sobretaxa de 1,00%, totalizando 4,00%. • O ISS é um imposto cobrado pelos municípios sobre as receitas de prestação de serviços. O imposto sobre serviço é adicionado aos valores faturados aos clientes do Grupo pelos serviços prestados pelo Grupo. Estes são reconhecidos como deduções à receita bruta (Nota 25) contra o passivo tributário, uma vez que o Grupo atua como agente de recolhimento desses impostos em nome dos governos municipais. As taxas podem variar de 2,00% a 5,00%. Atualmente, a maioria das empresas do Grupo estão na cidade de São Paulo e o Rio de Janeiro, tendo maior incidência de impostos com base nas taxas praticadas nestas cidades. **12) Instrumentos financeiros de dívidas e empréstimos:** Os títulos de dívida classificados como Debêntures, Títulos (*bonds*), Notas Promissórias e Empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, líquidos dos custos de transação incorridos e, posteriormente, contabilizados a custo amortizado. Quaisquer diferenças entre os rendimentos (líquidos dos custos de transação) e o valor total a pagar são reconhecidas em lucro ou perda durante o período dos empréstimos utilizando o método de taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em conta qualquer desconto ou prêmio na aquisição e taxas ou custos que sejam parte integrante do EIR. A amortização do EIR é incluída como despesa de juros sobre a dívida na demonstração do resultado. **13) Contas a pagar:** As contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. As contas a pagar são reconhecidas inicialmente ao valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva. **14) Passivos de planos de previdência:** Planos de aposentadoria referem-se à acumulação de recursos financeiros, chamados PGBL (Geração de Planos de Benefícios), um plano que visa acumular fundos para a aposentadoria dos participantes em vida, e VGBL (Seguro de Vida Resgatável), um produto financeiro estruturado como um plano de pensão. Em ambos os produtos, a contribuição recebida do participante é aplicada a um Fundo de Investimento Especialmente Constituído ("FIE") e acumula juros baseados nos investimentos FIE. A maioria dos planos de aposentadoria oferecidos pelo Grupo não contém risco significativo de seguro, onde o Grupo aceita riscos significativos de seguro dos participantes, concordando em compensá-los caso um evento futuro incerto especificado os afete negativamente. Esses produtos também não contêm recursos de participação discricionária. Portanto, os contratos estão contabilizados no escopo da IFRS 9 - Instrumentos Financeiros ("IFRS 9"). A partir de abril de 2024, novos produtos de aposentadoria oferecidos pelo Grupo estão sujeitos à regulamentação de Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"), que exige a oferta de uma opção de anuidade vitalícia. A introdução dessa opção obrigatória de renda vitalícia expõe o Grupo a riscos significativos de seguro e, consequentemente, a administração concluiu que esses novos contratos atendem à definição de contratos de seguro e estão contabilizados sob a IFRS 17 - Contratos de Seguro ("IFRS 17" - VFA). Contratos de aposentadoria emitidos antes dessa mudança regulatória não incluem opção de anuidade vitalícia e, portanto, não transferem risco significativo de seguro para o Grupo. Esses contratos continuam sendo contabilizados como contratos de investimento sem características de participação discricionária sob a IFRS 9. Nossos produtos de seguro incluem cobertura para benefícios por morte decrescente e doenças terminais e graves, permitindo que nossos clientes adquiram produtos vitalícios e temporários. O Grupo também vende planos individuais de seguro de vida, oferecendo aos nossos clientes a possibilidade de adquirir a seguinte cobertura de risco: morte, morte acidental, invalidez e assistência funerária. Para medir contratos que contenham um risco significativo de seguro, o Grupo utiliza o Modelo Geral de Medição e a Abordagem de Honorários Variáveis (VFA) na IFRS 17, considerando as características dos contratos: • Abordagem de Blocos de Construção - BBA: o Grupo mede contratos de seguro emitidos, sem características de participação direta. O portfólio de contratos de seguro emitidos é basicamente composto por portfólios lucrativos de seguros de vida. • Abordagem de Taxa Variável - VFA: aplicada a contratos de planos de aposentadoria com risco de seguro. Para os contratos medidos usando o VFA, aplica-se a opção OCI. Como o Grupo detém os itens subjacentes desses contratos, o uso da opção OCI resulta na eliminação de desajustes contábeis, com receitas ou despesas incluídas no lucro ou prejuízo dos ativos subjacentes mantidos. O valor que corresponde exatamente à renda ou despesas reconhecidas como lucro ou perda sobre ativos subjacentes está incluído na receita ou despesas financeiras de contratos de seguro emitidos. O valor remanescente da receita ou despesas financeiras dos contratos de seguro emitidos para o período é reconhecido no OCI. O reconhecimento inicial dos grupos de contratos de seguro é feito pela soma dos seguintes componentes: • Margem de Serviço Contratual (CSM), que representa o lucro não ganho que será reconhecido à medida que o serviço for prestado pelo Grupo. • Fluxos de caixa de cumprimento, representados pelo valor presente das entradas e saídas de recursos estimadas ao longo do período de cobertura do grupo de contratos de seguro, ajustados pelo risco não financeiro. O ajuste para risco não financeiro é uma compensação necessária para apoiar as incertezas de fatores não financeiros que incorporam em sua metodologia de cálculo os fatores relacionados ao valor e ao momento dos fluxos de caixa futuros. Os contratos de seguro, ativos e passivos são segregados entre: • Ativo ou Passivo para Cobertura Remanescente (LRC): representado pelos fluxos de caixa de cumprimento, ajustados para risco não financeiro e pelo CSM. A amortização periódica do CSM e as perdas (ou reversões) decorrentes de contratos onerosos são reconhecidas na demonstração de renda, líquida do Resseguro. Em Portfólios de Seguros, o CSM é reconhecido como os serviços de seguro prestados. O ajuste por risco não financeiro é inicialmente reconhecido contra a margem contratual de serviço e suas alterações são reconhecidas na demonstração de resultados. • Ativo ou Passivo por Sinistros Incorridos (LIC): representado pelos fluxos de caixa de cumprimento relacionados a serviços já prestados, como sinistros e outras despesas incorridas, pendente de liquidação financeira. Alterações nos fluxos de caixa de cumprimento do LIC, incluindo aquelas resultantes do aumento no valor das sinistras e despesas incorridas em períodos passados e no período atual, são reconhecidas na demonstração de renda, líquida do Resseguro. Para estimar os fluxos de caixa de cumprimento e a lucratividade esperada dos grupos de contratos (CSM), o Grupo utiliza modelos e pressupostos atuariais, exercendo julgamento para definir (i) agrupamento de contratos, (ii) período de cobertura, (iii) taxa de desconto, (iv) modelos e níveis de confiança do ajuste para risco não financeiro, (v) nível de lucratividade dos grupos de contratos de seguro; e (vi) unidades de cobertura. As principais suposições utilizadas são (i) razão de perdas; (ii) taxa de desconto; (iii) tabelas biométricas; e (iv) ajuste para risco não financeiro. Veja a nota 4 para mais informações. **15) Provisões:** As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor pode ser estimado com segurança. As provisões não incluem perdas operacionais futuras. Quando há um número de obrigações semelhantes, a probabilidade de que um fluxo seja exigido na liquidação é determinada pela consideração da classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de uma saída em relação a qualquer item incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da provisão devido ao tempo decorrido é reconhecido como despesa de juros. **16) Benefícios a empregados: i) Obrigações de curto prazo:** Os passivos relacionados a benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são contabilizados quando o serviço relacionado é fornecido. O passivo é reconhecido pelo montante esperado a ser pago nos termos dos planos de bônus ou participação nos resultados a curto prazo se o Grupo tiver uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor devido a serviços passados prestados pelos empregados e a obrigação puder ser mensurada com segurança. **ii) Plano de incentivo baseado em ações:** O plano de incentivo baseado em ações foi aprovado em reunião da diretoria da XP Inc. (controladora do Grupo) realizada em 6 de dezembro de 2019. O Grupo lançou dois planos de incentivo baseados em ações, a Restricted Share Units ("RSU") e a Performance Share Units ("PSU"). Os planos de incentivo baseados em ações foram elaborados para fornecer incentivos de longo prazo a determinados funcionários, diretores e outros provedores de serviços em troca de seus serviços. Para ambos os planos, a administração se compromete a conceder ações da XP Inc aos participantes definidos. O custo do incentivo baseado em ações é mensurado pelo valor justo na data da outorga. O custo é registrado em contrapartida a um correspondente aumento no patrimônio líquido durante o período em que o serviço é prestado ou na data da concessão, quando a concessão se refere a serviços passados. O valor total a ser registrado é determinado com base no valor justo das ações correspondente à respectiva tranche na data da outorga, a qual também considera o seguinte: • quaisquer condições de performance do mercado; • o impacto de quaisquer condições de aquisição que não sejam de performance de mercado (por exemplo, permanecer empregado na entidade por um tempo especificado); e • o impacto de quaisquer condições que não sejam de aquisição de direitos (ou seja, a exigência de os participantes manterem ações por um período específico). A despesa total é reconhecida durante o período de aquisição, que é o período no qual todas as condições de aquisição especificadas devem ser satisfeitas. No final de cada período, a entidade revisa suas estimativas do número de ações que se espera que sejam adquiridas com base nas condições de aquisição que não são de mercado. A entidade reconhece o impacto da revisão das estimativas originais, se houver, no resultado, com um ajuste correspondente no patrimônio líquido. Quando as ações são adquiridas, a XP Inc. transfere o número correspondente de ações para o participante. As ações recebidas pelos participantes, líquidas de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis (incluindo impostos retidos na fonte) são creditadas diretamente no patrimônio líquido. Os julgamentos significativos, estimativas e premissas referentes a pagamentos baseados em ações e atividades relacionadas a pagamentos baseados em ações são discutidos mais detalhadamente na Nota 29. **iii) Planos de participação nos lucros e bônus:** O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de bônus e participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em consideração o lucro atribuível aos proprietários do Grupo após certos ajustes e distribuído com base no desempenho individual e coletivo, incluindo indicadores qualitativos e quantitativos. O Grupo reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando existe uma prática que criou uma obrigação construtiva. **17) Capital social:** As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução, líquida de impostos, dos recursos. **18) Lucro por ação:** O lucro básico por ação é calculado dividindo o lucro atribuível aos proprietários da Companhia, excluindo quaisquer custos de manutenção de ações diferentes das ações ordinárias e preferenciais pelo número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício, ajustados por elementos bônus em ações ordinárias e preferenciais emitidas durante o ano e excluindo ações em tesouraria (Nota 30). O lucro por ação diluído ajusta os valores utilizados na determinação do lucro básico por ação para considerar o efeito do imposto de renda após os juros e outros custos de financiamento associados a ações ordinárias e preferenciais potenciais diluidoras e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais adicionais que estavam em circulação presumindo a conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais diluidoras (Nota 30). **19) Receitas: a) Receita de prestação de serviço:** A receita é reconhecida quando o Grupo transfere o controle dos serviços para os clientes, em um valor que reflete a contraprestação que o Grupo espera receber em troca desses serviços. O Grupo aplica os seguintes cinco passos: i) identificação do contrato com um cliente; ii) identificação das obrigações de execução no contrato; iii) determinação do preço de transação; iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e v) reconhecimento de receita quando ou conforme a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho. A receita é reconhecida líquida dos impostos cobrados dos clientes, que são posteriormente remetidos às autoridades governamentais. O Grupo tem poder de envolver e contratar fornecedores terceirizados na prestação de serviços ao cliente em seu nome. O Grupo apresenta as receitas e os custos associados a esses fornecedores terceirizados de forma bruta, onde é considerado o principal, e líquida, onde é considerado o agente. Geralmente, o Grupo é considerado o principal nesses acordos porque o Grupo controla os serviços antes de serem transferidos para os clientes e, consequentemente, apresenta a receita bruta dos custos relacionados. Os principais tipos de contratos de receita do Grupo são: **i) Comissões de seguros:** Refere-se à corretagem de seguros, capitalização, planos de previdência e saúde, por meio da intermediação da venda de serviços de seguros. As receitas são reconhecidas após a prestação de serviços de corretagem às seguradoras. Os produtos vendidos pela XP Corretora de Seguros são inspecionados mensalmente, e os valores recebidos da comissão são reconhecidos como receita no momento em que a obrigação de desempenho é cumprida. **ii) Taxas de comissões:** As taxas de comissões são reconhecidas quando a XP presta ou oferece serviços aos seus clientes, em um valor que reflete a consideração que a XP espera coletar em troca desses serviços. Aplica-se um modelo de cinco etapas para contabilizar as receitas: i) identificação do contrato com um cliente; ii) identificação das obrigações de desempenho no contrato; iii) determinação do preço da transação; iv) alocação do preço de transação às obrigações de desempenho no contrato; e v) reconhecimento de receita, quando as obrigações de desempenho acordadas em acordos com clientes são cumpridas. Os custos e custos incrementais para o cumprimento de acordos com os clientes são reconhecidos como uma despesa incorrida. **iii) Outros serviços:** Outros serviços referem-se a receitas relacionadas a serviços de consultoria financeira, oferta de cursos e treinamentos, anúncios no site do Grupo, planos de previdência privada e patrocínio em eventos realizados pelo Grupo. **b) Resultado líquido de instrumentos financeiros:** O resultado líquido de instrumentos financeiros consiste nos rendimentos auferidos em operações de principal, juros auferidos sobre o caixa do Grupo, juros auferidos sobre o caixa entregue em apoio à atividade de empréstimo de títulos e dividendos recebidos de títulos detidos, deduzido do custo dos juros sobre empréstimos e financiamentos. Incluiu também os ganhos e perdas de variações no valor justo de instrumentos financeiros mensurados a valor justo. Esses ganhos e perdas estão fora do escopo do IFRS 15/CPC 47, mas no escopo do IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros, e as políticas contábeis relacionadas estão divulgadas na Nota 3 acima. **4. Estimativas e julgamentos significativos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis descritas na Nota 3 requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas. Além disso, esta nota também explica onde houve ajustes reais este ano como resultado de erro e de mudanças nas estimativas anteriores. As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material nos futuros exercícios fiscais estão incluídas a seguir: **(i) Estimativa do valor justo de certos ativos financeiros:** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em um mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação (*valuation*). O Grupo usa seu julgamento para selecionar uma variedade de métodos e estabelecer premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes no final de cada período de relatório. **(ii) *Impairment* de ativos financeiros:** As provisões para perdas para ativos financeiros são baseadas em hipóteses sobre o risco de inadimplência e taxas esperadas de perda. O Grupo usa julgamento ao fazer essas premissas e selecionar as entradas para o cálculo de *impairment*, com base no histórico do Grupo e nas condições de mercado existentes, bem como com base em estimativas prospectivas no final de cada período de relatório. **(iii) Reconhecimento do ativo fiscal diferido por prejuízos fiscais a compensar:** Os impostos diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na medida em que seja provável que lucro tributável suficiente estará disponível para permitir a compensação de tais créditos. É requerido o uso de julgamento significativo da administração para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e no nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. O Grupo concluiu que o ativo diferido será recuperável utilizando o lucro tributável futuro estimado com base nos planos de negócios e orçamentos aprovados para as controladas onde um ativo fiscal diferido foi reconhecido. **(iv) Vida útil de bens imobilizados e intangíveis:** Os bens imobilizados e os ativos intangíveis podem ser utilizados para a determinação de uma vida útil para fins de depreciação e amortização. Há um elemento significativo de julgamento em fazer suposições de desenvolvimento tecnológico, uma vez que o tempo e a natureza dos avanços tecnológicos futuros são difíceis de prever. Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo não identificou evidências que pudessem indicar que as vidas úteis descritas na Nota 3 deveriam ser revisadas. Portanto, o Grupo concluiu que não considera necessária nenhuma alteração. **(v) *Impairment* de ativos não financeiros, incluindo ágio:** O Grupo avalia, em cada data do balanço, se existem indicativos que um ativo pode ter perdas em seu valor recuperável. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida e ágio são testados em relação ao valor recuperável no nível da unidade geradora de caixa (UGC), conforme adequado, e quando a situação indicar que o valor contábil pode estar deteriorado. A redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou de uma UGC excede seu valor recuperável, que é o maior valor entre o valor justo menos os custos de venda e o valor em uso. A obsolescência tecnológica, a suspensão de determinados serviços e outras mudanças nas circunstâncias de uso, que demonstrem a necessidade de registro de *impairment,* também são considerados nas estimativas. **(vi) Provisão para passivos contingentes:** As provisões para os passivos contingentes são registradas quando o risco de perda de processos administrativos ou judiciais é considerado provável e os valores possam ser mensurados de forma confiável, fundamentados pela natureza, complexidade e histórico dos processos judiciais, e pela opinião de assessores jurídicos internos e externos. As provisões são constituídas quando o risco de perda de processos judiciais ou administrativos é avaliado como provável e os valores envolvidos podem ser mensurados com suficiente precisão, com base nas melhores informações disponíveis. As provisões são total ou parcialmente revertidas quando as obrigações deixam de existir ou são reduzidas. Dadas as incertezas decorrentes do processo, não é praticável determinar o momento de qualquer saída de recursos (desembolso de caixa). **(vii) Passivos de planos de previdência (sob o escopo da IFRS 17): (i) Contratos de planos de aposentadoria ("VFA"):** As suposições usadas para medir os contratos dos planos de aposentadoria são as seguintes, revisadas periodicamente, com base nas melhores práticas e na análise da experiência do Grupo: **a) Taxas de desconto:** Para fluxos de caixa decorrentes de contratos de planos de aposentadoria com risco de seguro com características de participação direta, a Empresa aplica a Abordagem de Taxa Variável (VFA). Nesses casos, de acordo com a IFRS 17, a taxa de desconto reflete a variabilidade dos retornos sobre os itens subjacentes e é construída com base em uma curva nominal de rendimento livre de risco. A Empresa adota a PRE-ETTJ (curva de rendimento nominal) como taxa de referência, dada sua maior consistência com as características dos ativos subjacentes da carteira de pensões, que são predominantemente correlacionados com o CDI e, portanto, alinhados com as estruturas das taxas de juros nominais. **b) Fluxos de caixa de cumprimento:** Para o portfólio de planos de aposentadoria (produtos PGBL e VGBL), durante a fase de acumulação, os saldos das contas são projetados até a data prevista de aposentadoria, quando os valores acumulados são convertidos em pagamentos de anuidades de acordo com a suposição da taxa de conversão. Após a conversão, os fluxos de caixa refletem os pagamentos estimados de benefícios de acordo com as suposições do tipo de anuidade adotadas pelo Grupo. Os fluxos de caixa projetados incluem, principalmente: contribuições, comissões, valores de resgate, despesas administrativas/operacionais, benefícios e despesas relacionadas a sinistros. **c) Ajuste para risco não financeiro:** A metodologia para o ajuste de risco não financeiro descrita abaixo também é aplicada à carteira de planos de aposentadoria (Value-at-Risk (VaR) e simulações estocásticas via Monte Carlo). Para esse portfólio, as simulações incorporam choques estocásticos nas suposições de mortalidade e na taxa de conversão de anuidades, capturando a variabilidade e incerteza inerentes aos fluxos de caixa projetados ao longo do ciclo de vida contratual (fases de acumulação, conversão e pagamento de anuidades). **(ii) Contratos de seguro ("BBA"):** As suposições usadas para medir contratos de seguro são as seguintes, revisadas periodicamente, com base nas melhores práticas e na análise da experiência do Grupo: **a) Taxas de desconto:** Para fluxos de caixa de contratos de seguro sem características de participação, a abordagem adotada para determinar as taxas de desconto foi a abordagem Bottom-up. Essa abordagem con-

continua

Ines249

XP INVESTIMENTOS S.A. E CONTROLADAS

CNPJ 02.332.886/0001-04

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

sidera uma estrutura de taxa de juros livre de risco, utilizando os parâmetros da curva IPCA (índice de inflação brasileira), fornecida pela ANBIMA, adicionando um ajuste para refletir o prêmio de iliquidez dos contratos de seguro. O prêmio de iliquidez foi determinado como a diferença entre a diferença de risco das obrigações negociadas e o risco de crédito associado a essas obrigações, medida usando uma estimativa das perdas esperadas com base em dados divulgados pelas agências de classificação de risco. Para refletir a característica de iliquidez dos contratos de seguro, a proporção do volume de cancelamento em relação ao volume de prêmios da Empresa em cada período analisado foi usada como parâmetro para a estimativa numérica desse comportamento. **b) Fluxos de caixa de cumprimento:** O Grupo modela e estima os fluxos de caixa de cumprimento, segregando-os entre LRC e LIC. Os portfólios de contratos de seguro foram definidos considerando riscos com características semelhantes e quando os contratos incluídos nesses portfólios são gerenciados em conjunto, garantindo que a projeção de fluxo de caixa seja consistente do ponto de vista estatístico. As suposições usadas na construção desses fluxos de caixa também levam em conta as características e particularidades de cada carteira. Os fluxos de caixa de cumprimento do LRC foram projetados usando um modelo determinístico, de forma imparcial, considerando as entradas e saídas de caixa esperadas, levando em consideração as características dos produtos calculadas por cada modelo. Para o LIC, o volume esperado de reivindicações a serem pagas é representado pelas reivindicações projetadas até a data de pagamento. As reservas de sinistros são passivos constituídos para honrar compromissos futuros em nome dos segurados do Grupo. **c) Ajuste para risco não financeiro:** O Ajuste de Risco foi determinado usando um método de Valor em Risco (VaR), baseado em uma análise de quartil. Essa abordagem utiliza um nível particular de confiança na metodologia VaR. A melhor estimativa dos fluxos de caixa futuros é calculada usando diferentes cenários (incorporando um determinado nível de incerteza nesses cenários como resultado de risco não financeiro). As simulações estocásticas dos parâmetros aplicados no modelo para calcular o valor presente da melhor estimativa dos fluxos de caixa também consideram uma distribuição de referência da melhor estimativa dos fluxos de caixa. O Grupo aplica um nível de confiança definido em 85%, refletindo o apetite pelo risco do Grupo, e o VaR é usado para determinar a melhor estimativa dos fluxos de caixa correspondentes a esse percentil. **5. Consolidação: a) Subsidiárias:** Abaixo estão apresentadas as participações diretas e indiretas da XP Investimentos S.A. em suas subsidiárias para os fins destas demonstrações financeiras consolidadas:

	País	Atividade Principal	% de participação (i) 2025	2024
Controladas Diretas				
XPE Infomoney Educação Assessoria Empresarial e Participações Ltda.	BR	Consultoria em serviços financeiros	100%	100%
Tecfinance Informática e Projetos de Sistemas Ltda.	BR	Prestação de serviços de TI	99,70%	99,70%
XP Corretora de Seguros Ltda.	BR	Corretora de seguros	99,99%	99,99%
XP Gestão de Recursos Ltda.	BR	Gestora de recursos	95,75%	95,80%
XP Finanças Assessoria Financeira Ltda.	BR	Consultoria de investimentos	99,99%	99,99%
Infostocks Informações e Sistemas Ltda.	BR	Intermediação de sistemas de informação	100%	100%
XP Advisory Gestão Recursos Ltda.	BR	Gestora de recursos	99,54%	99,53%
XP Vista Asset Management Ltda.	BR	Gestora de recursos	99,99%	99,99%
XP Controle 4 Participações S.A.	BR	*Holding* seguradora	100%	100%
XP PE Gestão de Recursos Ltda.	BR	Gestora de recursos	98%	97,90%
XP Controle 5 Participações Ltda. (iv)	BR	*Holding*	–	100%
XP Allocation Asset Management Ltda.	BR	Gestora de recursos	99,95%	99,97%
XP Eventos Ltda.	BR	Mídias e eventos	100%	100%
XP Comercializadora de Energia Ltda.	BR	Comercialização de Energia	100%	100%
XP Administradora de Benefícios Ltda.	BR	Intermediação de plano de saúde individual	100%	100%
XP Representação Seguros Ltda.	BR	Corretora de seguros	100%	100%
Controladas Indiretas				
XP Vida e Previdência S.A. (iii)	BR	Seguradora	100%	100%
DM10 Corretora de Seguros Ltda.	BR	Corretora de seguros	–	100%
Instituto de Gestão e Tecnologia da Informação Ltda.	BR	Serviços de conteúdo educacional	100%	100%
BTR Administração e Corretagem de Seguros S.A. (ii)	BR	Planos de aposentadoria e seguros	100%	100%
XP Sports Asset Management Ltda. (ii)	BR	Gestora de recursos	100%	100%

i. O percentual de participação representa a participação no capital total e o capital votante das empresas e entidades investidas. ii. Subsidiária adquirida em 2025 e 2024 conforme Nota 5 (b) abaixo. iii. Subsidiária constituída em 2018 para atuar no ramo de previdência privada e seguro de vida, que é regulamentado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) no Brasil. iv. Subsidiárias e/ou fundos não mais participantes do Grupo em decorrência de reorganização societária (Nota 1(a)(ii)). **6. Instrumentos financeiros:**

	Controladora			
	31/12/2025		31/12/2024	
	Custo	Valor justo	Custo	Valor justo
Ativos financeiros				
Valor justo por meio do resultado	**167.637**	**167.637**	**750.371**	**755.142**
Certificados de depósitos bancários (a)	67.777	67.777	625.937	630.708
Cotas de fundos de investimentos	39.443	39.443	50.223	50.223
Outros	60.417	60.417	74.211	74.211
Total ativos financeiros	**167.637**	**167.637**	**750.371**	**755.142**
Passivos financeiros				
Valor justo por meio do resultado	**650.975**	**654.815**	**623.620**	**422.971**
Debêntures	650.975	654.815	623.620	422.971
Total passivos financeiros	**650.975**	**654.815**	**623.620**	**422.971**

	Consolidado			
	31/12/2025		31/12/2024	
	Custo	Valor justo	Custo	Valor justo
Ativos financeiros				
Valor justo por meio o resultado (i)	**93.297.976**	**93.669.569**	**67.423.475**	**67.499.724**
Títulos do governo brasileiro	4.141.871	4.401.889	2.769.725	2.783.557
Ações de companhias abertas	502.935	502.936	312.523	312.523
Debêntures	1.143.660	1.143.826	610.621	593.560
Fundos de investimentos	85.293.165	85.293.165	61.610.341	61.610.341
Certificado de recebíveis imobiliários	81	81	3.259	2.806
Certificados de depósitos bancários (a)	875.434	883.125	1.390.773	1.423.883
Certificados de recebíveis do agronegócio	9.677	8.403	12.524	9.517
Letras financeiras	1.324.134	1.426.603	502.117	550.975
Notas comerciais	–	–	5.592	5.940
Outros	7.019	9.541	206.000	206.622
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**451.553**	**432.244**	**192.727**	**166.597**
Títulos do governo brasileiro	451.553	432.244	192.727	166.597
Total ativos financeiros	**93.749.529**	**94.101.813**	**67.616.202**	**67.666.321**
Passivos financeiros				

	31/12/2025		31/12/2024	
	Custo	Valor justo	Custo	Valor justo
Valor justo por meio do resultado	**650.975**	**654.815**	**623.620**	**422.971**
Debêntures	650.975	654.815	623.620	422.971
Total passivos financeiros	**650.975**	**654.815**	**623.620**	**422.971**

(i) Em 31 de dezembro de 2025, os saldos relativos aos passivos de planos de previdência presentes na Nota 19 são de R$ 93.023.422 (R$ 65.981.270 em 31 de dezembro de 2024). (a) Em 31 de dezembro de 2025, Certificados de Depósitos Bancários no valor de R$ 230 na Controladora e R$ 760.957 no Consolidado (R$ 950 na Controladora e R$ 22.797 no Consolidado em 31 de dezembro de 2024) estão sendo apresentados como equivalentes de caixa na demonstração dos fluxos de caixa. Abaixo apresentamos os títulos classificados por vencimento:

	Controladora			
	Ativos		Passivos	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Valor justo por meio do resultado e outros resultados abrangentes				
Circulante	**167.637**	**124.434**	**–**	**–**
Sem vencimento	99.860	50.223	–	–
Até 3 meses	67.777	74.211	–	–
Não Circulante	**–**	**630.708**	**654.815**	**422.971**
Acima de 12 meses	–	630.708	654.815	422.971
Total	**167.637**	**755.142**	**654.815**	**422.971**

	Consolidado			
	Ativos		Passivos	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Valor justo por meio do resultado e outros resultados abrangentes				
Circulante	**87.352.040**	**62.616.032**	**–**	**–**
Sem vencimento	85.796.100	61.922.864	–	–
Até 3 meses	933.579	285.861	–	–
De 3 a 12 meses	622.361	407.307	–	–
Não Circulante	**6.749.773**	**5.050.289**	**654.815**	**422.971**
Acima de 12 meses	6.749.773	5.050.289	654.815	422.971
Total	**94.101.813**	**67.666.321**	**654.815**	**422.971**

A reconciliação do valor contábil bruto e a perda de crédito esperada em títulos e valores mobiliários segregada por estágio, de acordo com o CPC 48/IFRS 9, foi demonstrada na Nota 11. **7. Instrumentos financeiros derivativos:** • O Grupo utiliza os instrumentos financeiros derivativos para administrar suas exposições globais de taxas de câmbio, taxas de juros e preço das ações. O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, compostos por operações de futuros, termo, opções e *swaps*, é apurado de acordo com os seguintes critérios: • Swap - Essas operações trocam o fluxo de caixa com base na comparação da rentabilidade entre dois indexadores. Assim, o agente assume posição de compra em um indexador e posição de venda em outro. • Contratos a termo - Ao valor de mercado, sendo as parcelas a receber ou a pagar prefixadas em data futura, ajustadas a valor presente, com base nas taxas de mercado publicadas na B3. • Futuros - Taxas de câmbio, preços de ações e *commodities* são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura, a um preço ou taxa definido e pode haver uma liquidação financeira ou por meio da entrega do ativo. As liquidações são realizadas diariamente com base na variação de preços do instrumento. • Opções - Contratos de opção oferecem ao comprador o direito de comprar ou vender o instrumento a um preço fixo negociado em uma data futura. Aqueles que adquirem o direito devem pagar um prêmio ao vendedor do direito. Este prêmio não é o preço do instrumento, mas apenas um valor pago para ter a opção (possibilidade) de comprar ou vender o instrumento em uma data futura por um preço previamente acordado. A composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por tipo de instrumento, valor justo e prazo de vencimento está demonstrada a seguir:

	Controladora 31/12/2025					
	Valor de referência	Valor justo	%	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses
Passivos						
Swaps	500.000	5.289	100	–	–	5.289
Total	**500.000**	**5.289**	**100**	**–**	**–**	**5.289**

	Controladora 31/12/2024					
	Valor de referência	Valor justo	%	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses
Passivos						
Swaps	500.000	43.000	100	–	–	43.000
Total	**500.000**	**43.000**	**100**	**–**	**–**	**43.000**

	Consolidado 31/12/2025					
	Valor de referência	Valor justo	%	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses
Ativos						
Opções	108.186	94.441	2	94.441	–	–
Swaps	11.395.207	127.043	2	2.480	9.828	114.735
Futuros	9.217.041	5.501.705	96	–	1.137.066	4.364.639
Total	**20.720.434**	**5.723.189**	**100**	**96.921**	**1.146.894**	**4.479.374**
Passivos						
Swaps	500.000	5.290	1	–	–	5.290
Futuros	15.259.177	3.586.773	99	–	993.628	2.593.145
Total	**15.759.177**	**3.592.063**	**100**	**–**	**993.628**	**2.598.435**

	Consolidado 31/12/2024					
	Valor de referência	Valor justo	%	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses
Ativos						
Opções	25.412	25.414	1	6.140	19.274	–
Swaps	183.852	182.814	6	149	3.045	179.620
Futuros	6.987.718	2.941.980	93	–	1.239.222	1.702.758
Total	**7.196.982**	**3.150.208**	**100**	**6.289**	**1.261.541**	**1.882.378**

	Consolidado			
	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor de referência	Valor justo	Valor de referência	Valor justo
Passivos				
Opções	114.517	114.517	68.135	68.135
Swaps	43.000	43.000	2	43.000
Futuros	10.972.454	1.864.678	92	–	896.778	967.900
Total	**11.129.971**	**2.022.195**	**100**	**11.519**	**931.641**	**1.079.035**

Instrumentos Financeiros Derivativos por Índice:

	Controladora			
	2025		2024	
	Valor de referência	Valor justo	Valor de referência	Valor justo
Swaps				
Passivos				
Moeda estrangeira	500.000	(5.289)	500.000	(43.000)
Ativos		–		–
Passivos		(5.289)		(43.000)
Net		**(5.289)**		**(43.000)**

	Consolidado			
	2025		2024	
	Valor de referência	Valor justo	Valor de referência	Valor justo
Swaps				
Ativos				
Moeda estrangeira	22.481	4.824	–	–
Juros	11.372.726	122.219	183.852	182.814
Passivos				
Juros	500.000	(5.289)	500.000	(43.000)
Futuros				
Ativos				
Juros	9.217.041	5.501.705	6.987.718	2.941.980
Passivos				
Juros	15.259.177	(3.586.773)	10.972.454	(1.864.678)
Opções				
Posição comprada				
Juros	108.186	94.441	25.412	25.414
Posição vendida				
Moeda estrangeira	–	–	114.184	(114.184)
Juros	–	–	333	(333)
Ativos		**5.723.189**		**3.150.208**
Passivos		**(3.592.062)**		**(2.022.195)**
Valor líquido		**2.131.127**		**1.128.013**

8. Rendas a receber:

	Controladora	
	2025	2024
Dividendos e juros a receber sobre capital social	23.134	1.835
Outros (b)	132.004	–
Total	**155.138**	**1.835**

	Consolidado	
	2025	2024
Clientes (a)	704.644	366.991
Dividendos e juros a receber sobre capital social	23.134	152
Outros (b)	153.746	23.434
(–) Provisão para perda esperada	(49.193)	(34.947)
Total	**832.331**	**355.478**

(a) Referem-se majoritariamente a valores a receber de remuneração por distribuição de fundos e valores a receber pela gestão de fundos efetuada pelas gestoras de recursos do Grupo, além de valores a receber referentes à prestação de serviços, os quais possuem prazo médio de recebimento de 30 dias. Não existe concentração nos saldos a receber em 31 de dezembro de 2025 e de 2024. (b) Durante o ano encerrado em 31 de dezembro de 2025, o Grupo vendeu ativos de propriedades e equipamentos, que deve ser pago em 10 anos, indexado ao CDI (Nota 32 (i)). A reconciliação do valor contábil bruto e a perda de crédito esperada em rendas a receber segregada por estágio, de acordo com o CPC 48/IFRS 9, é demonstrada na Nota 11.

9. Impostos e contribuições a compensar:

	Controladora	
	2025	2024
Pagamentos antecipados de imposto de renda (IRPJ e CSLL)	74.938	115.157
Total	**74.938**	**115.157**
Circulante	74.938	115.157
Não circulante	–	–

	Consolidado	
	2025	2024
Pagamentos antecipados de imposto de renda (IRPJ e CSLL)	83.379	110.278
Impostos sobre receita (PIS e COFINS)	4.689	4.212
Impostos sobre serviços (ISS)	523	2.614
Total	**88.591**	**117.104**
Circulante	85.591	117.104
Não circulante	–	–

10. Despesas antecipadas:

	Consolidado	
	2025	2024
Comissões e prêmios pagos antecipadamente (a)	28.798	41.701
Despesas de *marketing*	3.139	–
Serviços pagos antecipadamente	126	1.544
Outras despesas pagas antecipadamente	12.147	18.233
Total	**44.210**	**61.478**
Circulante	27.067	33.092
Não circulante	17.143	28.386

(a) Composto principalmente por programas de investimento de longo prazo, implementados pela Corretora de seguros, em sua rede de AAIs. Essas comissões e prêmios pagos são reconhecidos na data de assinatura de cada contrato e são amortizados no resultado da Companhia, de forma linear, de acordo com o prazo do investimento. A queda de saldos para 31 de dezembro de 2025 refere-se ao efeito de reorganização societária mencionada na nota 1(i.a.).

11. Perdas de crédito esperadas em ativos financeiros e reconciliação do valor contábil bruto: a) Reconciliação do valor contábil bruto dos ativos financeiros: Segue apresentada a seguir a reconciliação por estágios do valor contábil bruto dos Ativos financeiros por meio de outros resultados abrangentes e Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado - que têm suas ECLs (perdas esperadas de crédito) mensuradas no modelo de três estágios e de acordo com a abordagem simplificada.

Estágio 1	31 de dezembro de 2024	Aquisição/ Liquidação	Reorganização societária	Transferências Para estágio 2	Para estágio 3	Do estágio 2	Do estágio 3	Baixas	31 de dezembro de 2025
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes									
Títulos e valores mobiliários	192.727	258.826	–	–	–	–	–	–	451.553
Total exposição on-balance	**192.727**	**258.826**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**451.553**
Total de exposições	**192.727**	**258.826**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**451.553**

Estágio 1	31 de dezembro de 2023	Aquisição/ Liquidação	Reorganização societária	Transferências Para estágio 2	Para estágio 3	Do estágio 2	Do estágio 3	Baixas	31 de dezembro de 2024
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes									
Títulos e valores mobiliários	43.693.839	192.727	(43.693.839)	–	–	–	–	–	192.727
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado									
Títulos e valores mobiliários	6.861.493	–	(6.861.493)	–	–	–	–	–	–
Aplicação interfinanceira de liquidez	15.485.762	–	(15.485.762)	–	–	–	–	–	–
Operações de crédito	26.447.369	–	(26.447.369)	–	–	–	–	–	–
Total exposição on-balance	**92.488.463**	**192.727**	**(92.488.463)**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**192.727**
Exposições fora do balanço (limites do cartão de crédito)	8.323.897	–	(8.323.897)	–	–	–	–	–	–
Total de exposições	**100.812.360**	**192.727**	**(100.812.360)**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**192.727**

Estágios consolidados	31 de dezembro de 2024	Compra/ Liquidação	Reorganização societária	Baixas	31 de dezembro de 2025
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes					
Títulos e valores mobiliários	192.727	258.826	–	–	451.553
Total exposição on-balance	192.727	258.826	–	–	451.553
Total de exposições	**192.727**	**258.826**	**–**	**–**	**451.553**

A tabela a seguir apresenta o valor contábil bruto dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado que têm suas ECLs mensuradas usando a abordagem simplificada:

Natureza	2024	Reorganização societária	Compra/ Liquidação	2025
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado				
Negociação e Intermediação de Valores	304	–	(304)	–
Contas a receber	390.425		491.099	881.524
Outros ativos financeiros	22.576	–	623	23.199
Total	**413.305**	**–**	**491.418**	**904.723**

b) Perda de crédito esperada: A tabela a seguir apresenta a evolução das ECLs, mensuradas no modelo de três estágios, para ativos classificados como Ativos financeiros por meio de outros resultados abrangentes e Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado no período findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, segregados por estágios:

Estágio 1	ECL 31 de dezembro de 2024	Aquisição/ Liquidação	Reorganização societária	Transferências Para estágio 2	Para estágio 3	Do estágio 2	Do estágio 3	Baixas	ECL 31 de dezembro de 2025
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes									
Títulos e valores mobiliários	40	54	–	–	–	–	–	–	94
Total exposição on-balance	40	54	–	–	–	–	–	–	94
Total de exposições	**40**	**54**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**94**

Estágio 1	ECL 31 de dezembro de 2023	Aquisição/ Liquidação	Reorganização societária	Transferências Para estágio 2	Para estágio 3	Do estágio 2	Do estágio 3	Baixas	ECL 31 de dezembro de 2024
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes									
Títulos e valores mobiliários	12.196	40	(12.196)	–	–	–	–	–	40
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado									
Títulos e valores mobiliários	6.072	–	(6.072)	–	–	–	–	–	–
Aplicação interfinanceira de liquidez	2.803	–	(2.803)	–	–	–	–	–	–
Operações de crédito	54.845	–	(54.845)	–	–	–	–	–	–
Total exposição on-balance	**75.916**	**40**	**(75.916)**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**40**
Exposições fora do balanço (limites do cartão de crédito)	8.162	–	(8.162)	–	–	–	–	–	–
Total de exposições	**84.078**	**40**	**(84.078)**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**40**

Estágios consolidados	31 de dezembro de 2024	Compra/ Liquidação	Baixa	Reorganização societária	31 de dezembro de 2025
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes					
Títulos e valores mobiliários	40	54	–	–	94
Total exposição on-balance	**40**	**54**	**–**	**–**	**94**
Total de exposições	**40**	**54**	**–**	**–**	**94**

continua

Ines249

XP INVESTIMENTOS S.A. E CONTROLADAS

CNPJ 02.332.886/0001-04

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Natureza	2024	Reorganização societária	Compra/ Liquidação	2025
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado				
Rendas a receber	34.947	–	14.246	49.193
Outros ativos financeiros	1.908		(895)	1.013
Total	**36.855**	**–**	**13.351**	**50.205**

c) Perdas de crédito esperadas segregadas por produtos: A seguir, são apresentadas as perdas de crédito esperadas para 2025 e 2024, segregadas pelos produtos:

Perdas de crédito esperadas	**2025**	**2024**
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**94**	**40**
Títulos e valores mobiliários	94	40
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	**–**	**36.855**
Rendas a receber	49.193	34.947
Outros ativos financeiros	1.013	1.908
Total de perdas esperadas	**50.299**	**36.895**
Total de exposições	**50.299**	**36.895**

12. Investimentos

A seguir são apresentados os saldos de investimentos em subsidiárias, associadas e *joint ventures* do Grupo, em 31 de dezembro de 2024 e 2025. As empresas listadas abaixo têm capital social composto exclusivamente de ações ordinárias, que são detidas diretamente pelo Grupo. O país de constituição ou registro é também seu principal local de negócios, e a proporção de participação acionária é a mesma que a proporção de direitos de voto detidos.

		Controladora						
Empresa	**2024**	**Aquisição de capital (ii)**	**Baixas**	**Reorganização societária (vi)**	**Equivalência patrimonial /Ajuste do valor justo**	**Dividendos recebidos**	**Outras mudanças no patrimônio (iii/iv)**	**2025**
Método de equivalência patrimonial								
Coligadas	2.474.363	156.144	(135.799)	(1.118.319)	991.201	(517.718)	(100.338)	1.749.534
Mensurado a valor justo								
Coligadas	754.142	–	–	–	80.846	(24.771)	–	810.217
Total	**3.228.505**	**156.144**	**(135.799)**	**(1.118.319)**	**1.072.047**	**(542.489)**	**(100.338)**	**2.559.751**

		Controladora						
Empresa	**2023**	**Aquisição de capital (ii)**	**Reorganização societária**	**Equivalência patrimonial/ Ajuste do valor justo**	**Dividendos recebidos**	**Outras mudanças no patrimônio (iii/iv)**	**Ágio (i) (v)**	**2024**
Método de equivalência patrimonial								
Coligadas	11.938.141	1.063.682	(10.829.199)	737.517	(441.775)	8.143	(2.146)	2.474.363
Mensurado a valor justo								
Coligadas	747.902	–	–	27.073	(26.529)	5.696	–	754.142
Total	**12.686.043**	**1.063.682**	**(10.829.199)**	**764.590**	**(468.304)**	**13.839**	**(2.146)**	**3.228.505**

		Consolidado					
Empresa	**2024**	**Aquisição de capital (ii)**	**Reorganização societária (vi)**	**Equivalência patrimonial/ Ajuste do valor justo**	**Dividendos recebidos**	**Outras mudanças no patrimônio (iii/iv)**	**2025**
Método de equivalência patrimonial							
Coligadas	1.971.767	50.412	(1.202.559)	85.381	(109.479)	(30.514)	765.008
Total	**1.971.767**	**50.412**	**(1.202.559)**	**85.381**	**(109.479)**	**(30.514)**	**765.008**

		Consolidado						
Empresa	**2023**	**Aquisição de capital (ii)**	**Redução de capital**	**Equivalência patrimonial /Ajuste do valor justo**	**Dividendos recebidos**	**Outras mudanças no patri mônio (iii/iv)**	**Ágio (i) (v)**	**2024**
Método de equivalência patrimonial								
Coligadas	1.657.956	86.482	–	34.544	(46.812)	(37.138)	276.735	1.971.767
Mensurado a valor justo								
Coligadas	1.450.704	–	(1.450.704)	–	–	–	–	–
Total	**3.108.660**	**86.482**	**(1.450.704)**	**34.544**	**(46.812)**	**(37.138)**	**276.735**	**1.971.767**

(i) Relacionado a aquisições de coligadas e joint ventures. O ágio reconhecido inclui o valor das sinergias esperadas decorrentes dos investimentos e inclui um elemento de contraprestação contingente. (ii) Refere-se a aumento de capital realizados em subsidiárias e/ou novas aquisições. (iii) Referem-se ao efeito reflexo das coligadas da XP Investimentos S.A. em decorrência do plano de pagamento baseado em ações e itens marcados a VJORA no balanço das entidades. (iv) No período findo em 31 de dezembro de 2025, inclui o montante de R$ 8.197 referente à amortização de ativos identificáveis, em conexão com as aquisições de participações minoritárias. (v) Ágio gerado na aquisição de participação minoritárias. (vi) Em 01 de maio de 2025 foi cindido detida pela XP Investimentos na XP Controle 5 (nota 1(a)(ii)). **13. Imobilizado de uso e intangível e arrendamento: a) Imobilizado em uso:**

	Consolidado						
	Sistema de proc. de dados	**Móveis e equip.**	**Sistemas de segurança**	**Instalações**	**Imob. em curso**	**Veículos**	**Total**
Saldos em 01/01/2024	**66.763**	**22.848**	**3.317**	**43.251**	**204.621**	**26.946**	**367.746**
Adições	–	–	–	–	27.822	–	27.822
Efeitos decorrentes de reorganização societária (Nota 1.a.i.)	(66.699)	(22.798)	(3.105)	(43.142)	(42.723)	(26.946)	(205.413)
Alienações/Baixas	–	–	–	–	(24.024)	–	(24.024)
Transferências	–	1.408	601	26.747	(28.756)	–	–
Depreciações	(14)	(8)	(28)	(9)	(109)	–	(168)
Saldos em 31/12/2024	**50**	**1.450**	**785**	**26.847**	**136.831**	**–**	**165.963**
Custo	72	1.482	883	26.861	136.831	–	166.129
Depreciação acumulada	(22)	(32)	(98)	(14)	–	–	(166)
Saldos em 01/01/2025	**50**	**1.450**	**785**	**26.847**	**136.831**	**–**	**165.963**
Adições	–	–	–	–	203	–	203
Alienações/Baixas (i)	–	–	–	–	(135.748)	–	(135.748)
Write-offs	(46)	(23)	–	(70)	–	–	(139)
Transferências	–	–	9	370	(380)	–	–
Depreciações	(4)	(146)	(89)	(2.715)	(124)	–	(3.077)
Saldos em 31/12/2025	**–**	**1.281**	**705**	**24.432**	**784**	**–**	**27.202**
Custo	–	1.453	892	27.139	784	–	30.268
Depreciação acumulada	–	(172)	(187)	(2.707)	–	–	(3.066)

(i) A alienação foi uma transação não monetária. O valor de R$ 132.003 foi reconhecido em "Rendas a receber" (Nota 8) e a perda na alienação (R$ 3.795) foi registrada na demonstração de resultado do exercício, em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" (Nota 27). **b) Intangível:**

	Consolidado					
	Software	**Intangível desenv. internamente**	**Ágio**	**Lista de clientes**	**Marcas**	**Total**
Saldo em 01/01/2024	**157.195**	**41.726**	**1.833.407**	**432.975**	**34.959**	**2.500.262**
Adições	–	1.665	–	–	–	1.665
Efeitos decorrentes de reorganização societária (Nota 1.a.i.)	(154.150)	(36.323)	(1.702.929)	(432.083)	(34.942)	(2.360.427)
Amortizações	(1.223)	(6.970)	–	–	–	(8.193)
Saldo em 31/12/2024	**1.822**	**98**	**130.478**	**892**	**17**	**133.307**
Custo	6.802	8.245	130.478	2.181	17	147.723
Amortização acumulada	(4.980)	(8.147)	–	(1.289)	–	(14.416)
Saldo em 01/01/2025	**1.822**	**98**	**130.478**	**892**	**17**	**133.307**
Adições	–	2.777	–	–	–	2.777
Amortizações	(1.092)	(2.350)	–	(396)	–	(3.838)
Saldo em 31/12/2025	**730**	**525**	**130.478**	**496**	**17**	**132.246**
Custo	5.653	7.243	130.478	2.181	17	145.572
Amortização acumulada	(4.923)	(6.718)	–	(1.685)	–	(13.326)

c) Teste de redução ao valor recuperável do ágio: Dada a interdependência dos fluxos de caixa e a fusão de práticas de negócios, todas as entidades do Grupo são consideradas uma única unidade geradora de caixa ("UGC") e, portanto, o teste de redução ao valor recuperável do ágio é realizado em nível operacional único. Portanto, o valor contábil considerado para o teste de redução ao valor recuperável representa o patrimônio da Companhia. O Grupo testa se o ágio sofreu alguma deterioração anualmente. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o valor recuperável da UGC foi determinado com base em cálculos do valor em uso que requerem o uso de premissas. Os cálculos usam projeções de fluxo de caixa baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração, cobrindo um período de quatro anos. Os fluxos de caixa além do período de quatro anos são extrapolados usando as taxas de crescimento estimadas, que são consistentes com as previsões incluídas nos relatórios do setor específico em que o Grupo opera. O Grupo realizou seu teste anual de redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o que não resultou na necessidade de reconhecer perdas no valor contábil do ágio. As principais premissas usadas nos cálculos do valor em uso são:

Premissa	**Abordagem utilizada para determinar valores**
Vendas	Taxa média de crescimento anual no período de quatro anos previsto; com base no desempenho passado e nas expectativas em relação ao desenvolvimento de mercado.
Margem bruta orçada	Com base no desempenho passado e nas expectativas para o futuro.
Outros custos operacionais	Custos fixos, que não variam significativamente com os volumes ou preços de vendas. A administração prevê esses custos com base na estrutura atual do negócio, ajustando a aumentos inflacionários, mas sem refletir reestruturações futuras ou medidas de redução de custos.
Despesa anual de capital	Custos de caixa esperados. Experiência histórica da administração nas despesas planejadas de reforma. Nenhuma receita incremental ou economia de custos é assumida no modelo de valor em uso como resultado dessas despesas.
Taxa de crescimento a longo prazo	Taxa de crescimento média ponderada usada para extrapolar os fluxos de caixa além do período orçamentário. As taxas são consistentes com as previsões incluídas nos relatórios do setor.
Taxas de desconto antes dos impostos	Reflete riscos específicos relacionados aos segmentos relevantes e aos países em que operam.

A taxa de crescimento de longo prazo utilizada no teste de redução do valor recuperável do ágio é de 3,60%. As taxas de desconto representam a atual avaliação de mercado dos riscos específicos do Grupo, levando em consideração o valor temporal do dinheiro e os riscos dos ativos subjacentes que não foram incorporados nas estimativas de fluxo de caixa. O cálculo da taxa de desconto baseia-se nas circunstâncias do Grupo e deriva do seu custo médio ponderado de capital (WACC). O WACC leva em consideração a dívida e o patrimônio. O custo do patrimônio líquido é derivado do retorno esperado do investimento pelos investidores do Grupo. O custo da dívida é baseado nos empréstimos com juros do Grupo. Ajustes na taxa de desconto são feitos para levar em consideração o valor e o momento específicos dos fluxos fiscais futuros, a fim de refletir uma taxa de desconto antes dos impostos. A taxa média de desconto antes dos impostos aplicada às projeções de fluxo de caixa é 13,80% (14,50% em 31 de dezembro de 2024).

14. Instrumentos de Dívida:

	Consolidado	
	2025	**2024**
Operações de financiamento (a)	**20.317**	**–**
Depósitos		–
Depósitos à vista	20.317	–
Títulos de dívida emitidos (b)	**518.147**	**1.697.441**
Debêntures	–	1.251.256
Notas comerciais	518.147	446.185
Total	**538.464**	**1.697.441**
Circulante	538.464	1.483.848
Não circulante	–	213.593

(a) Vencimento:

31 de dezembro de 2025	**Até 30 dias**	**De 31 a 60 dias**	**De 61 a 90 dias**	**De 91 a 180 dias**	**De 181 a 360 dias**	**Após 360 dias**	**Total**
Classe							
Depósito à vista	20.317	–	–	–	–	–	20.317
Total	**20.317**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**20.317**

(b) Instrumentos de dívidas emitidos: O saldo total é composto pelas seguintes emissões próprias:

		31 de dezembro de 2025			31 de dezembro de 2024		
		Até 1 ano	**De 1 até 5 anos**	**Total**	**Até 1 ano**	**De 1 até 5 anos**	**Total**
Debêntures (i)	Taxa Fixa/Taxa variável	–	–	–	1.251.256	–	1.251.256
Notas comerciais (ii)	Taxa Fixa/Taxa variável	518.147	–	518.147	232.592	213.593	446.185
Total		**518.147**	**–**	**518.147**	**1.483.848**	**213.593**	**1.697.441**
Circulante				518.147			1.483.848
Não Circulante				–			213.593

(i) Debêntures: Em 19 de julho de 2022, a XP Investimentos emitiu debêntures não conversíveis em ações no valor de R$ 1.800.000 (R$ 900.000 da 1ª série e R$ 900.000 da 2ª série). As séries de debêntures, somadas, têm emissão máxima autorizada de até R$ 1.800.000. O valor do principal será pago na data de vencimento conforme segue: (i) 23 de junho de 2024 (1ª série) e (ii) 23 de junho de 2025 (2ª série). As taxas de juros para as debêntures da 1ª e 2ª séries são CDI+1,75% e CDI+1,90%, respectivamente. De acordo com a data de vencimento, a debênture da 1ª série foi liquidada em 23 de junho de 2024 e a debênture da 2ª série foi liquidada em 23 de junho de 2025. **(ii) Notas Comerciais:** Em 16 de junho de 2023, a XP Energia, subsidiária do grupo, emitiu a segunda nota comercial com o objetivo de financiar o capital de giro da empresa e os investimentos em tesouraria relacionados ao negócio de comercialização de energia elétrica no atacado. O valor do principal é devido e pago na data de vencimento em 16 de junho de 2026, e a taxa de juros é CDI + 2,5%. Em 31 de dezembro de 2025, o montante total é de R$ 249.450. Em 25 de novembro de 2024, a XP Energia, subsidiária do grupo, emitiu a quarta nota comercial com o objetivo de financiar o capital de giro da empresa e os investimentos em tesouraria relacionados ao negócio de comercialização de energia elétrica no atacado. Em 27 de novembro de 2025, o prazo de vencimento original de 27 de novembro de 2025 foi estendido para 27 de novembro de 2026.O valor do principal é devido e pago na data de vencimento. Em 31 de dezembro de 2025, o montante total é de R$ 268.696. **15. Outros passivos financeiros: a) Outros passivos financeiros:**

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Contraprestação contingente (i)	–	82.221	–	102.221
Obrigações vinculadas a cessão de recebíveis de energia	–	–	6.604.220	4.594.859
Outros passivos financeiros (ii)	–	–	4.608	403.372
Total	**–**	**82.221**	**6.608.828**	**5.100.452**
Circulante	–	82.221	6.608.828	1.765.756
Não Circulante	–	–	–	3.334.696

(i) Contraprestações contingentes contratuais principalmente associadas à aquisição de investimentos (Nota 12.)
(ii) A queda de saldos para 31 de dezembro de 2025 refere-se ao efeito de reorganização societária mencionada na nota 1(i.a.).

16. Outros ativos e passivos: a) Outros ativos:

	Consolidado	
	2025	**2024**
Contratos de energia (i)	5.661.136	5.164.402
Outros	42.685	68.690
	5.703.821	**5.233.092**

b) Outros passivos:

	Consolidado	
	2025	**2024**
Contratos de energia (i)	526.151	1.013.672
Outros	2.646	7.794
	528.797	**1.021.466**

(i) Contratos de compra e venda de energia elétrica firmados por meio da subsidiária XP Comercializadora de Energia Ltda. **17. Obrigações sociais e estatutárias:**

	Consolidado	
	2025	**2024**
Obrigações aos acionistas não controladores	123.117	108.982
Participação nos lucros dos empregados (i)	28.870	26.847
Salários e outros benefícios a pagar	6.341	5.105
Total	**158.328**	**140.934**

(i) O Grupo possui um programa de bônus para seus funcionários, conforme acordado em negociação coletiva, que não se estende à diretoria executiva. A participação nos lucros definitiva é apurada semestralmente e os pagamentos são efetuados nos meses de fevereiro e agosto.

18. Obrigações fiscais e previdenciárias:

	Consolidado	
	2025	**2024**
IRPJ e CSLL	138.843	104.214
Impostos sobre plano de incentivo de longo prazo (a)	5.886	8.886
PIS e COFINS	14.530	12.593
ISS	4.586	2.204
INSS	1.195	2.287
Outros	1.906	2.075
Total	**166.946**	**132.259**
Circulante	166.946	132.259
Não Circulante	–	–

(a) O montante classificado como Impostos sobre plano de incentivo de longo prazo inclui FGTS e INSS.

19. Passivos de planos de previdência

	Consolidado	
	2025	**2024**
Planos de previdência, no âmbito do IFRS 9 (Nota 20(a)(i))	84.446.347	66.104.805
Planos de previdência, no âmbito do IFRS 17 (Nota 20(a)(ii))	8.260.312	–
Passivos de seguros, no âmbito do IFRS 17 (Nota 20(b))	316.763	119.582
Total	**93.023.422**	**66.224.387**

a) Planos de aposentadoria: Em 31 de dezembro de 2025, os planos ativos são principalmente produtos PGBL e VGBL estruturados na forma de contribuição variável, com o objetivo de conceder aos participantes retornos com base no capital acumulado na forma de saques mensais para um determinado período derivados das operações da XP Vida e Previdência. Nesse sentido, esses produtos financeiros representam contratos de investimento que possuem a forma legal de planos de previdência privada, mas que não transferem risco de seguro para o Grupo. Portanto, as contribuições recebidas dos participantes são contabilizadas como passivos e o saldo consiste no saldo do participante no FIE vinculado na data do balanço (Nota 3). Mudanças no período: **Planos de aposentadoria sem risco de seguro, no âmbito da IFRS 9:**

	Consolidado	
	2025	**2024**
Saldo inicial	**66.104.805**	**56.371.063**
Contribuições recebidas	3.994.319	4.998.049
Portabilidade	9.368.313	3.830.602
Retiradas	(4.966.973)	(3.964.150)
Outras provisões	23.464	69.569
Correção monetária e juros recebidos - FIE	9.922.419	4.799.672
Saldo final	**84.446.347**	**66.104.805**

Planos de aposentadoria com risco de seguro, no âmbito da IFRS 17

	Consolidado	
	2025	
	Restante ("LRC")	
	Responsabilidade pela Cobertura Restante ("LRC")	**Responsabilidade por Sinistros Incorridos ("LIC")**
Saldo em 01 de Janeiro,	**–**	**–**
Fluxos de caixa	**8.310.960**	**(440.760)**
Fluxos de caixa de aquisição pagos	(1.834)	–
Sinistros e outras despesas pagas	–	–
Prêmios recebidos	8.312.794	–
Outras despesas diretamente atribuíveis pagas, incluindo o componente de investimento	–	(440.760)
Resultado financeiro	**397.089**	**–**
Componentes de investimento	**(439.365)**	**439.365**
Demonstração do resultado	**(8.372)**	**1.395**
Saldo em 31 de dezembro	**8.260.312**	**–**

	Consolidado
	2025
Ativo	**8.267.289**
Fundos de investimento	8.267.289
Passivo	**8.260.312**
Passivos de planos de previdência	8.260.312
Patrimônio Líquido	**6.977**
Lucros e Perdas	6.977

A tabela abaixo mostra as conciliações, dos saldos inicial e final, para as estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros, o ajuste de risco para risco não financeiro e a margem de serviço contratual ("CSM").

	2025			
	Valor presente dos fluxos de caixa futuros	**Risco ajustado**	**Margem de serviço contratual**	**Total**
Saldo Inicial	**–**	**–**	**–**	**–**
Alterações relacionadas ao serviço atual	**687**	**–**	**6.291**	**6.978**
Margem de serviço contratual reconhecida pelos serviços prestados	–	–	6.291	6.291
Ajustes de experiência	687	–	–	687
Alterações relacionadas ao serviço futuro	**(272.885)**	**(6)**	**(124.199)**	**(397.090)**
Alterações nas estimativas refletidas na margem de serviço contratual	(948.085)	–	550.995	(397.090)
Contratos inicialmente reconhecidos no período	675.200	(6)	(675.194)	–
Fluxos de caixa do período atual	**(7.870.200)**	**–**	**–**	**(7.870.200)**
Total	**(8.142.398)**	**(6)**	**(117.908)**	**(8.260.312)**

A tabela abaixo mostra o efeito na demonstração de situação financeira do Grupo para contratos de seguro emitidos inicialmente no período:

Margem de serviço contratual	**(675.194)**
Estimativas do valor presente das entradas futuras de caixa	**9.069.709**
Estimativas do valor presente das saídas futuras de caixa	**(8.394.509)**
Despesas de sinistros e outros serviços de seguro	(8.311.722)
Fluxos de caixa para aquisição de seguros	(72.787)
Ajuste de risco para risco não financeiro	**(6)**
Total	**–**

A tabela abaixo mostra o reconhecimento esperado da margem de serviço contratual ("MSC") remanescente em 31 de dezembro de 2025, no resultado do exercício, para seguros:

Contratos de seguro	**2025**
0-1 ano	6.544
1-2 anos	7.240
2-3 anos	6.149
3-4 anos	4.939
4-5 anos	5.215
Mais de 5 anos	87.821
Total de exposições	**117.908**

As taxas usadas para descontar os fluxos de caixa dos contratos de planos de aposentadoria são apresentadas abaixo:

Data de apresentação	**Indexador**	**1**	**3**	**5**	**10**	**20**
Em 31 de dezembro de 2024	Fixado	15,37%	15,94%	15,56%	14,84%	13,93%
Em 31 de dezembro de 2025	Fixado	13,76%	13,30%	13,69%	13,69%	12,16%

b) Passivos de seguro

	2025		2024	
	Responsabilidade pela Cobertura Restante ("LRC")	**Restante ("LRC") Responsabilidade por Sinistros Incorridos ("LIC")**	**Responsabilidade pela Cobertura Restante ("LRC")**	**Restante ("LRC") Responsabilidade por Sinistros Incorridos ("LIC")**
Saldo em 01 de Janeiro,	**114.992**	**4.590**	**36.790**	**315**
Fluxos de caixa	**193.063**	**(14.909)**	**122.349**	**(4.461)**
Fluxos de caixa de aquisição pagos	(24.050)	–	(13.418)	–

continua

Ines249

XP INVESTIMENTOS S.A. E CONTROLADAS

CNPJ 02.332.886/0001-04

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

	2025		2024	
	Responsabilidade pela Cobertura Restante ("LRC")	Restante ("LRC") Responsabilidade por Sinistros Incorridos ("LIC")	Responsabilidade pela Cobertura Restante ("LRC")	Restante ("LRC") Responsabilidade por Sinistros Incorridos ("LIC")
Sinistros e outras despesas pagas	–	(14.909)	–	(4.461)
Prêmios recebidos	217.113	–	135.767	–
Demonstração do resultado	**(14.024)**	**20.097**	**(44.147)**	**8.736**
Demonstração do resultado abrangente	**12.954**	**–**	**–**	**–**
Saldo em 31 de dezembro	**306.985**	**9.778**	**114.992**	**4.590**

	Consolidado	
	2025	2024
Ativos	**328.216**	**154.229**
Instrumentos financeiros (Nota 6)	321.448	152.058
Outros ativos	6.768	2.171
Passivos	**316.763**	**119.582**
Passivos de seguros	316.763	119.582
Patrimônio líquido	**11.453**	**34.647**
Ajuste de avaliação patrimonial	(8.188)	30.255
Lucros e perdas	19.641	4.392

A tabela abaixo mostra as conciliações, dos saldos inicial e final, para as estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros, o ajuste de risco para risco não financeiro e a margem de serviço contratual ("CSM"):

	2025			
	Valor presente dos fluxos de caixa futuros	Risco ajustado	Margem de serviço contratual	Total
Saldo Inicial	214.157	(2.027)	(331.712)	(119.582)
Alterações relacionadas ao serviço atual	**(81.177)**	**(1.965)**	**36.055**	**(47.087)**
Margem de serviço contratual reconhecida pelos serviços prestados	–	–	36.055	36.055
Ajustes de experiência	(81.177)	–	–	(81.177)
Ajuste de risco reconhecido para o risco expirado	–	(1.965)	–	(1.965)
Alterações relacionadas ao serviço futuro	**161.939**	**(1.198)**	**(160.741)**	**–**
Alterações nas estimativas refletidas na margem de serviço contratual	(60.301)	236	60.065	–
Contratos inicialmente reconhecidos no período	222.240	(1.434)	(220.806)	–
Alterações relacionadas a serviços anteriores	**84.370**	**2.183**	**–**	**86.553**
Ajustes na LIC	84.370	2.183	–	86.553
Fluxos de caixa do período atual	**(177.241)**	**–**	**–**	**(177.241)**
Despesas financeiras de seguros	**(20.583)**	**(592)**	**(38.231)**	**(59.406)**
Total	**181.465**	**(3.599)**	**(494.629)**	**(316.763)**

	2024			
	Valor presente dos fluxos de caixa futuros	Risco ajustado	Margem de serviço contratual	Total
Saldo Inicial	123.917	(1.737)	(159.285)	(37.105)
Alterações relacionadas ao serviço atual	**(10.939)**	**(159)**	**6.799**	**(4.299)**
Margem de serviço contratual reconhecida pelos serviços prestados	–	–	6.799	6.799
Ajustes de experiência	(10.939)	–	–	(10.939)
Ajuste de risco reconhecido para o risco expirado	–	(159)	–	(159)
Alterações relacionadas ao serviço futuro	**162.138**	**(883)**	**(161.255)**	**–**
Alterações nas estimativas refletidas na margem de serviço contratual	(171.114)	2.393	168.721	–
Contratos inicialmente reconhecidos no período	333.252	(3.276)	(329.976)	–
Alterações relacionadas a serviços anteriores	**14.215**	**237**	**–**	**14.452**
Ajustes na LIC	14.215	237	–	14.452
Fluxos de caixa do período atual	**(118.743)**	**–**	**–**	**(118.743)**
Despesas financeiras de seguros	**43.563**	**515**	**(17.971)**	**26.113**
Total	**214.157**	**(2.027)**	**(331.712)**	**(119.582)**

A tabela abaixo mostra o efeito no balanço patrimonial do Grupo referente aos contratos de seguro emitidos e aos contratos de resseguro detidos que são reconhecidos inicialmente no período:

	2025
Margem de serviço contratual	**(220.806)**
Estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros	**504.260**
Estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros	**(282.020)**
Sinistros e outras despesas com serviços de seguros	(238.735)
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(43.285)
Prêmios de seguros	–
Ajuste de risco para risco não financeiro	**(1.434)**
Total de exposições	**–**

A tabela abaixo mostra o reconhecimento esperado da margem de serviço contratual ("MSC") remanescente em 31 de dezembro de 2025, no resultado do exercício, para contratos de seguro:

Contratos de seguro	2025
0-1 ano	50.949
1-2 anos	45.984
2-3 anos	41.113
3-4 anos	35.647
4-5 anos	30.324
Mais de 5 anos	290.613
Total de exposições	**494.630**

As taxas usadas para descontar fluxos de caixa de contratos de seguro são apresentadas abaixo:

Data de apresentação	**Indexador**	**1**	**3**	**5**	**10**	**20**
Em 31 de dezembro de 2024	IPCA	8,53%	9,69%	9,59%	9,37%	9,27%
Em 31 de dezembro de 2025	IPCA	10,06%	8,85%	8,64%	8,20%	7,89%

20. Impostos e contribuições:

Impostos diferidos

	Controladora	
	Balanço Patrimonial	
	2025	2024
Prejuízo fiscal a compensar	292.159	236.284
Reavaliação de ativos financeiros ao valor justo	47.946	(19.530)
Perdas esperadas	5.077	5.365
Instrumentos de *hedge*	(41.076)	(31.854)
Outras provisões	(2.360)	(7.809)
Total	**301.746**	**182.456**
Ativo fiscal diferidos	**301.746**	**182.456**
Passivo fiscal diferidos	**–**	**–**

	Consolidado			
	Balanço Patrimonial		Variação Líquida	
	2025	2024	2025	2024
Prejuízos fiscais acumulados	751.663	495.265	256.397	(228.836)
Ágio em aquisição de investimentos (i)	830	(364)	1.193	(36.186)
Provisões para comissões de agentes e gratificações	–	–	–	(90.075)
Reavaliação de ativos financeiros ao valor justo	(792.354)	(475.035)	(317.319)	(308.755)
Perdas esperadas	5.077	5.365	(288)	(329.699)
Provisão para Participação nos Lucros e Resultados	6.352	5.967	384	(257.716)
Ganho com instrumentos de hedge	(41.076)	(31.854)	(9.222)	(9.150)
Remuneração baseada em ações	9.154	34.808	(25.654)	(583.401)
Outras provisões	755	(12.599)	13.354	(96.575)
Total	**(59.600)**	**21.555**	**(81.155)**	**(1.940.393)**
Ativo fiscal diferido	**403.084**	**278.995**		
Passivo fiscal diferido	**(462.684)**	**(257.440)**		

(i) Para fins fiscais, o ágio é amortizado linearmente em, pelo menos, 5 anos, conforme legislação vigente, contra lucros tributáveis futuros. As movimentações no imposto diferido líquido foram reconhecidas da seguinte forma:

	2025	2024
Saldos em 1 de janeiro	**21.555**	**1.961.948**
Efeitos decorrentes de reorganização societária (Nota 1.a.i.)	–	(1.854.382)
Imposto diferido	(156.198)	(88.100)
Imposto referente a instrumentos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes	75.043	2.089
Saldos em 31 de dezembro	**(59.600)**	**21.555**

(a) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social: O imposto sobre o lucro antes de impostos do Grupo difere do valor teórico que resultaria da taxa média ponderada de imposto aplicável aos lucros das entidades consolidadas. A seguir está uma reconciliação da despesa de imposto de renda com o lucro (prejuízo) do período, calculado pela aplicação das alíquotas legais combinadas de 34% para o período findo em 31 dezembro:

	Controladora	
	2025	2024
Resultado antes dos impostos	718.693	331.656
Alíquota aplicável à controladora	34%	34%
Imposto utilizando a alíquota de imposto da controladora	**244.356**	**112.763**
Despesas não dedutíveis (a)	(296.873)	(202.339)
Outros	–	–
Total	**52.517**	**(89.308)**
Corrente	–	–
Diferido	52.517	(89.308)

a) Corresponde substancialmente à equivalência patrimonial de investidas.

	Consolidado	
	2025	2024
Resultado antes dos impostos	1.168.134	663.218
Alíquotas de impostos combinadas no Brasil	34%	34%
Imposto utilizando a alíquota de imposto da controladora	**397.166**	**225.494**
Efeito do diferencial de alíquotas de entidades do grupo	27.861	30.248
Efeito de imposto das entidades optantes pelo lucro presumido (a)	191.702	107.822
Efeito de transações intercompany com tributações distintas	(244.497)	(164.108)
Incentivos fiscais	(11.485)	(6.456)
Efeito do aumento da contribuição social	36.796	47.901
Total	**(397.543)**	**240.901**
Alíquota efetiva		
Corrente	(325.561)	214.515
Diferido	(71.982)	26.386

(a) Certas subsidiárias elegíveis adotaram o regime tributário de lucro presumido e o efeito nas subsidiárias representa a diferença entre a tributação com base nesse método e o valor que seria devido com base na taxa legal aplicada ao lucro tributável. Além disso, algumas entidades e fundos de investimento adotam diferentes regimes de tributação de acordo com as regras aplicáveis em suas jurisdições. Outros resultados abrangentes: Os valores de impostos (debitados)/creditados relacionados aos componentes de outros resultados abrangentes são:

	Antes dos Impostos	Despesa /Crédito	Depois dos Impostos
Ajuste ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	59.395	2.122	61.517
31 de dezembro de 2024	**59.395**	**2.122**	**61.517**
Ajuste ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(239.193)	75.043	(164.150)
Outros	(12.954)	–	(12.954)
31 de dezembro de 2025	**(252.147)**	**75.043**	**(177.104)**

21. Patrimônio líquido: (a) Capital social e reserva de capital: Em 31 de dezembro de 2025 o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, era de R$ 1.397.787 (R$ 35.472 - 2024) divididos em 2.503.189.246 ações nominativas e sem valor nominal (2.503.189.246 - 2024). Em AGE de 04 de janeiro de 2024, foi aprovado o aumento de capital social da XP Investimentos no montante de R$ 630.000, mediante a emissão de 307.667.977 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço unitário de emissão de R$ 2,0476. Em AGE de 05 de fevereiro de 2024, foi aprovado o aumento de capital social da XP Investimentos no montante de R$ 3.179.812, mediante a capitalização de reservas da Companhia, sem emissão de novas ações. Em AGE de 21 de fevereiro de 2024, foi aprovada a redução do capital social da Companhia, em razão do mesmo ser considerado excessivo, nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404/76, no montante de R$ 9.079.199, sem o cancelamento de ações. Em AGE de 01 de maio de 2025, foi aprovado o aumento de capital social da XP Investimentos no montante de R$ 1.362.315, mediante a capitalização de reservas da Companhia, sem emissão de novas ações. De acordo com o Estatuto Social, a Companhia possui duas classes de ações: (i) ações ordinárias, com direito a um voto por ação nas assembleias gerais de acionistas, incluindo a eleição dos diretores; e (ii) ações preferenciais, sem direito a voto nas assembleias gerais de acionistas, mas com prioridade, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia. Ambas as classes têm direito a dividendos compartilhados igualmente e proporcionalmente ao interesse de cada acionista. **(b) Reservas legal:** A reserva legal é constituída à alíquota de 5% do Lucro Líquido apurado no balanço individual da controladora XP Investimentos. A reserva estatutária para investimento e expansão é constituída pelo saldo remanescente do Lucro Líquido apurado no balanço, após as destinações legais e tem por objetivo assegurar recursos para investimentos. Esta reserva não poderá ultrapassar o capital social. Para o exercício de 31 de dezembro de 2025, os saldos excedentes ao capital social serão destinados na próxima assembleia. **(c) Distribuição de dividendos:** É assegurado dividendo mínimo obrigatório à razão de 25% do Lucro Líquido do exercício após as destinações específicas. O saldo do lucro líquido, verificado após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberadas pelos acionistas em Assembleia Geral, podendo ser integralmente destinado a Reserva de Lucros Estatutária, visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das atividades da Companhia conforme previsto no Art. 202 da lei nº 6.404/76 § 4º, § 5º e § 6º até atingir o limite de 95% (noventa e cinco por cento) do valor do capital social integralizado. Em 31 de dezembro de 2025, consultado o acionista controlador, a Administração propôs à Assembleia de Acionistas a distribuição de dividendos. Em 2025 a XP Investimentos pagou R$ 470.000 de dividendos aos acionistas. **(d) Outros resultados abrangentes:** São classificadas como outros resultados abrangentes, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo. **22. Partes relacionadas:** As transações e remuneração de operações entre as partes relacionadas foram realizadas a valores e prazos e taxas médias usuais do mercado e em condições de comutatividade. **(a) Remuneração do pessoal-chave da Administração:** A remuneração do pessoal-chave da Administração inclui diretores estatutários executivos e membros do Conselho de Administração.

	Consolidado	
Remuneração do pessoal-chave da Administração	**2025**	**2024**
Remuneração fixa	18.216	136
Remuneração variável	207	2.941
Total	**18.423**	**3.077**

Em exercícios anteriores, o Conselho de Administração aprovou o plano de incentivo baseado em ações ("PSUs") a certos diretores. **(b) Transações entre partes relacionadas:** As operações entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminadas nas informações consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco. Essas operações incluem: (i) prestação de serviços de educação, consultoria e assessoria empresarial; (ii) assessoria e consultoria financeira em geral; (iii) administração de recursos e prestação de serviços na área de gestão de carteiras; (iv) prestação de serviços na área de tecnologia da informação e processamento de dados; e (v) prestação de serviços na área de seguros. **23. Provisões e contingências passivas:** A Companhia e suas controladas possuem processos judiciais e administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, cíveis, trabalhistas e outros assuntos. Periodicamente, a Administração avalia os riscos tributários, cíveis e trabalhistas e os riscos, com base em dados legais, econômicos e fiscais, com a finalidade de classificar os riscos como prováveis, possíveis ou remotos, de acordo com as chances de ocorrerem e serem liquidados, levando em consideração, caso a caso, das análises elaboradas por consultores jurídicos externos.

	Consolidado	
	2025	2024
Cíveis	36	91
Trabalhistas	561	134
Total	**597**	**225**
Depósitos judiciais (i)	309	339

(i) Há circunstâncias em que o Grupo está questionando a legitimidade de certos litígios ou reclamações. Como resultado, seja por ordem judicial ou com base na estratégia adotada pela administração, o Grupo pode ser obrigado a garantir parte ou todo o valor em questão por meio de depósitos judiciais, sem que isso seja caracterizado como liquidação do passivo. Esses valores são classificados como "Outros ativos" nos balanços patrimoniais consolidados.

Movimentação das provisões:	Consolidado	
	2025	2024
Saldo inicial	**225**	**97.418**
Efeitos decorrentes de reorganização societária (Nota 1.a.i.)	–	(97.265)
Atualização monetária	436	14
Provisões	1.047	135
Reversão de provisões	(446)	(21)
Pagamentos	(664)	(56)
Saldo final	**597**	**225**

a) Cíveis: A maioria dos processos cíveis e administrativos envolvem questões normais e específicas do negócio e referem-se a pedidos de indenização, principalmente, em função de: (i) prejuízos financeiros no mercado de ações; (ii) gestão de carteira; e (iii) supostas perdas geradas na liquidação de ativos de clientes por causa de margem e/ou saldo negativo. Em 31 de dezembro de 2025, existiam 56 processos (31 de dezembro de 2024 - 6) cíveis e administrativos com probabilidade de perda classificada como provável, no montante de R$ 36 (31 de dezembro de 2024 - R$ 91). **b) Trabalhistas:** As reclamações trabalhistas das quais o Grupo é parte dizem respeito principalmente: (i) à existência (ou não) de uma relação de trabalho entre o Grupo e os AAIs; e (ii) verbas rescisórias de ex-funcionários. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas são rés em aproximadamente 7 processos (31 de dezembro de 2024 - 4) envolvendo questões trabalhistas com probabilidade de perda classificada como provável, no montante de R$ 561 (31 de dezembro de 2024 - R$ 134). **Passivos contingentes - probabilidade de perda classificada como possível:** Além das provisões constituídas, a Companhia e suas controladas possuem diversas contingências trabalhistas, cíveis e tributárias em andamento, nas quais é réu, e a probabilidade de perda é considerada possível. O montante destas contingências é de R$ 27.244 (31 de dezembro de 2024 - R$ 20.739). Este valor não está provisionado. Abaixo está um resumo dessas possíveis reivindicações por natureza:

	2025	2024
Fiscais	9.020	8.536
Cíveis	16.002	11.234
Trabalhistas	2.222	969
Total	**27.244**	**20.739**

24. Receitas operacionais líquidas: a) Receita líquida de prestação de serviços: A receita de prestação de serviços deriva principalmente de serviços prestados e taxas cobradas nas transações diárias dos clientes, portanto, principalmente reconhecidas em um determinado momento. Os contratos que resultam em receita reconhecida ao longo do tempo não são relevantes. A segregação da receita pelas principais linhas de serviço é:

	Consolidado	
	2025	2024
Taxa de administração e performance	892.468	773.937
Comissões de seguros	313.737	219.397
Organização de eventos	110.290	106.136
Outros serviços	331.374	204.206
Receita de prestação de serviços	**1.647.869**	**1.303.676**
(–) Impostos totais sobre serviços (i)	(177.066)	(133.665)
Receita líquida de prestação de serviços	**1.470.803**	**1.170.011**

(i) Refere-se principalmente a impostos sobre serviços (ISS) e impostos sobre receitas (PIS e COFINS).

b) Resultado com instrumentos financeiros:	Consolidado	
	2025	2024
Ganhos/(perdas) com instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado e variação cambial	1.251.755	905.793
Receita líquida com juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(722.723)	(352.395)
(–) Impostos e contribuições sobre receitas financeiras	(89.276)	(68.485)
Resultado líquido de instrumentos financeiros	**439.756**	**484.913**

c) Distribuição por segmento

	2025	2024
Brasil	1.910.559	1.654.924
Total de receita	**1.910.559**	**1.654.924**

Nenhum dos clientes representou mais de 10% de nossas receitas nos exercícios apresentados.

25. Custos operacionais:

	Consolidado	
	2025	2024
Custo de comissões	**228.314**	**183.225**
Perdas e provisões operacionais/(reversão)	**5.945**	**9.619**
Outros custos	**60.343**	**28.176**
Despesas de serviços do sistema financeiro	10.525	11.392
Despesas de serviços de terceiros	9.215	7.765
Outros	40.603	9.019
Total	**294.602**	**221.020**

26. Despesas administrativas:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Despesas com vendas	**502**	**7**	**10.234**	**7.602**
Despesas administrativas	**209.013**	**187.942**	**547.144**	**576.834**
Despesas de pessoal	**198.466**	**170.028**	**378.422**	**412.505**
Remuneração	2.394	6.969	95.015	118.914
Honorários da diretoria	196.068	163.055	193.069	163.055
Participação de empregados no lucro	–	–	56.215	55.019
Benefícios	–	–	9.329	9.086
Encargos sociais	4	4	23.783	66.116
Outros	–	–	1.011	315
Despesas tributárias	**127**	**3.987**	**4.084**	**8.244**
Despesas de depreciação	**–**	**–**	**3.077**	**168**
Despesas de amortização	**–**	**–**	**12.035**	**8.193**
Outras despesas administrativas	**10.420**	**13.927**	**149.526**	**147.724**
Despesas de processamento de dados	305	89	12.216	9.053
Despesas de serviços técnicos especializados	8.144	5.400	15.839	12.762
Despesas de serviços de terceiros	16	514	109.811	112.486
Despesas de aluguéis	7	307	2.762	3.349
Despesas de comunicação	–	–	76	112
Despesas de viagens	85	–	1.594	344
Despesas judiciais e legais	4	–	422	71
Outros	1.859	7.617	6.806	9.547
Total	**209.515**	**187.949**	**557.378**	**584.436**

27. Outras receitas/(despesas) operacionais:

	Consolidado	
	2025	2024
Outras receitas operacionais	**90.646**	**24.861**
Recuperação de encargos e despesas	10.375	973
Rendas de incentivos do Tesouro Direto e B3	58.101	1.382
Juros recebidos sobre impostos a recuperar	5.303	7.871
Outras	16.867	14.635
Outras despesas operacionais	**(37.827)**	**(32.368)**
Despesas com processos judiciais/acordo com clientes	(6.158)	(163)
Incentivos fiscais	(9.872)	(5.405)
Multas e penalidades	(1.100)	(3.322)
Taxas regulatórias	(6.061)	(6.105)
Doações	(4.464)	(746)
Outras	(10.172)	(16.627)
Total	**52.819**	**(7.507)**

28. Plano de incentivo baseado em ações: O Plano foi aprovado pela reunião do Conselho de Administração da XP Inc. (controladora do Grupo) em 6 de dezembro de 2019 e a primeira concessão de *Restricted Shares Units* e *Performance Share Unit* foi em 10 de dezembro de 2019. No plano de *Restricted Shares Units*, as ações são concedidas sem custo ao participante na data da concessão. As RSUs são concedidas anualmente, suas condições de aquisição estão relacionadas aos serviços prestados, e tais condições são atingidas a uma razão determinada em cada período de emissão no limite de aquisição de até cinco anos. Após os períodos de aquisição, as ações ordinárias serão emitidas aos participantes. Para as PSUs, as condições de aquisição são atingidas a seguinte razão: (i) 33% serão adquiridos no terceiro ano após a concessão, (ii) 33% serão adquiridos no quarto ano após a concessão e (iii) 34% serão adquiridos no quinto ano após a data da concessão. Na *Performance Share Unit*, as ações são concedidas aos participantes elegíveis e suas condições de aquisição são baseadas em métricas relacionadas a um período de cinco anos e ao retorno total ao acionista (TSR), incluindo o aumento do preço das ações, dividendos e retornos de capital. Se um participante elegível deixar de ser empregado da entidade dentro do período de aquisição, os direitos serão perdidos, exceto em circunstâncias limitadas, que devem ser aprovadas pela Administração caso a caso. Depois que as PSUs são adquiridas, as ações ordinárias entregues devem ser mantidas por um período adicional de um ano, geralmente para um período total combinado de aquisição e retenção de seis anos a partir da data da concessão.

29. Lucro por ação (básico e diluído): A tabela a seguir reflete o lucro líquido e as informações de ações usadas nos cálculos de lucro por ação básico e diluído:

	2025	2024
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	771.210	420.964
Quantidade média de ações em circulação (mil unidades)	2.503.189	3.487.760
Lucro por ação - básico e diluído - R$	**0,3081**	**0,1207**

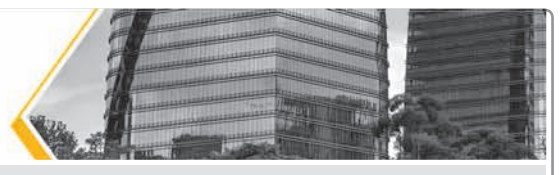
O lucro diluído por ação é igual ao lucro básico por ação, uma vez que o Grupo não possui instrumentos diluidores.

continua

Ines249

XP INVESTIMENTOS S.A. E CONTROLADAS

CNPJ 02.332.886/0001-04



continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

30. Determinação do valor justo: O Grupo avalia os instrumentos financeiros, como determinadas aplicações financeiras e derivativos, pelo valor justo na data de cada balanço. Nível 1: O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado cotados na data do balanço. Os instrumentos financeiros incluídos no nível 1 consistem principalmente em instrumentos financeiros representantes da dívida pública do Brasil e instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (ou seja, bolsas de valores). Nível 2: O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado utilizando técnicas de avaliação, que maximizam o uso de dados observáveis de mercado. Se todos os dados significativos exigidos para determinação do valor justo do ativo ou passivo forem observáveis direta ou indiretamente, o instrumento é incluído no nível 2. Os instrumentos financeiros classificados no nível 2 são compostos principalmente por instrumentos financeiros emitidos por entidades privadas e instrumentos financeiros negociados em mercado secundário. Nível 3: Se um ou mais insumos significativos não forem observáveis, o instrumento é incluído no nível 3. É o caso dos títulos representativos de patrimônio líquido não listados e das contraprestações contingentes. As técnicas de avaliação específicas utilizadas para avaliar os instrumentos financeiros incluem: • Ativos financeiros (exceto derivativos) - O valor justo dos títulos é determinado por referência aos preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras. Se não houver preço de mercado, o valor justo é estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros descontados pelas taxas observáveis e pelas taxas de mercado na data de apresentação das demonstrações financeiras. • Swaps - Essas operações trocam o fluxo de caixa com base na comparação da rentabilidade entre dois indexadores. Assim, o agente assume as duas posições - vendida em um indexador e comprada em outro. São precificadas a partir de técnicas de avaliação que utilizam dados observáveis de mercado como, por exemplo, a curva dos indexadores envolvidos na operação. • Termos - pelo valor de cotação de mercado, sendo as parcelas a receber ou a pagar prefixadas para uma data futura, ajustadas a valor presente com base nas taxas de mercado divulgadas na B3. • Futuros - Taxas de câmbio, preços de ações e *commodities* são compromissos de compra ou venda de um instrumento financeiro em data futura, por um preço ou rendimento contratado e podem ser liquidados em dinheiro ou entrega. As liquidações diárias em dinheiro dos movimentos de preços são feitas para todos os instrumentos. • Opções - contratos de opção oferecem ao comprador o direito de comprar ou vender o instrumento a um preço fixo negociado em uma data futura. Aqueles que adquirem o direito devem pagar um prêmio ao vendedor do direito. Este prêmio não é o preço do instrumento, mas apenas um valor pago para ter a opção (possibilidade) de comprar ou vender o instrumento em uma data futura por um preço previamente acordado. Esses instrumentos são precificados a partir de técnicas de avaliação que utilizam dados observáveis de mercado como, por exemplo, a variação de preços do ativo subjacente em mercados ativos. • Outros ativos e passivos financeiros - O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado com base no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pelas taxas observáveis de mercado na data de apresentação das demonstrações financeiras. • Operações de crédito - o valor justo é determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados, descontados pelas taxas observáveis de mercado na data de apresentação das demonstrações financeiras. • Contraprestação contingente - O valor justo do passivo de contraprestação contingente relacionado a aquisições de novos negócios é estimado aplicando a abordagem de receita e descontando os pagamentos futuros esperados aos acionistas vendedores, de acordo com os termos dos contratos de compra e venda. Abaixo estão os ativos e passivos financeiros do Grupo classificados por nível na hierarquia de valor justo. A avaliação do Grupo sobre a importância de um dado para a mensuração do valor justo requer julgamento e pode afetar a avaliação do valor justo dos ativos e passivos, bem como sua colocação dentro dos níveis da hierarquia do valor justo:

	Controladora 2025				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor Justo	Valor contábil
Ativos financeiros					
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado					
Títulos e valores mobiliários	99.860	67.777	–	167.637	167.637
Avaliados ao custo amortizado					
Rendas a receber	–	141.219	–	141.219	141.219
Outros ativos financeiros	–	18.349	–	18.349	18.349
Passivos financeiros					
Valor justo por meio do resultado					
Títulos e valores mobiliários	–	654.815	–	654.815	654.815
Instrumentos financeiros derivativos	–	5.289	–	5.289	5.289
Avaliados ao custo amortizado					
Fornecedores	–	70	–	70	70

	Controladora 2024				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor Justo	Valor contábil
Ativos financeiros					
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado					
Títulos e valores mobiliários	50.224	704.918	–	755.142	755.142
Avaliados ao custo amortizado					
Títulos e valores mobiliários	–	304	–	304	304
Rendas a receber	–	1.835	–	1.835	1.835
Outros ativos financeiros	–	20.668	–	20.668	20.668
Passivos financeiros					
Valor justo por meio do resultado					
Títulos e valores mobiliários	–	422.971	–	422.971	422.971
Instrumentos financeiros derivativos	–	43.000	–	43.000	43.000
Avaliados ao custo amortizado					
Instrumentos de financiamento	–	1.255.663	–	1.255.663	1.251.256
Fornecedores	–	1.286	–	1.286	1.286
Outros passivos financeiros	–	–	82.221	82.221	82.221

	Consolidado 2025				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor Justo	Valor contábil
Ativos financeiros					
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado					
Títulos e valores mobiliários	89.748.470	3.476.795	444.304	93.669.569	93.669.569
Instrumentos financeiros derivativos	5.501.705	221.484	–	5.723.189	5.723.189
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes					
Títulos e valores mobiliários	432.243	–	–	432.243	432.243
Avaliados ao custo amortizado					
Rendas a receber	–	832.331	–	832.331	832.331
Outros ativos financeiros	–	22.186	–	22.186	22.186
Passivos financeiros					
Valor justo por meio do resultado					
Títulos e valores mobiliários	–	654.815	–	654.815	654.815
Instrumentos financeiros derivativos	–	5.290	–	5.290	5.290
Avaliados ao custo amortizado					
Instrumentos de dívida	–	538.464	–	538.464	538.464
Fornecedores	–	40.949	–	40.949	40.949
Outros passivos financeiros	–	6.501.669	107.159	6.608.828	6.608.828

	Consolidado 2024				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor Justo	Valor contábil
Ativos financeiros					
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado					
Títulos e valores mobiliários	64.706.421	2.793.303	–	67.499.724	67.499.724
Instrumentos financeiros derivativos	2.941.980	208.228	–	3.150.208	3.150.208
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes					
Títulos e valores mobiliários	166.597	–	–	166.597	166.597
Avaliados ao custo amortizado					
Negociação e intermediação de valores	–	304	–	304	304
Rendas a receber	–	355.478	–	355.478	355.478
Operações de crédito	–	–	–	–	–
Outros ativos financeiros	–	20.668	–	20.668	20.668
Passivos financeiros					
Valor justo por meio do resultado					
Títulos e valores mobiliários	–	422.971	–	422.971	422.971
Instrumentos financeiros derivativos	1.864.678	157.517	–	2.022.195	2.022.195
Avaliados ao custo amortizado					
Instrumentos de dívida	–	1.701.848	–	1.701.848	1.697.441
Obrigações por empréstimos e arrendamento mercantil	–	–	–	–	–
Fornecedores	–	29.947	–	29.947	29.947
Outros passivos financeiros	–	4.998.231	102.221	5.100.452	5.100.452

As transferências dentro e fora dos níveis de hierarquia do valor justo são analisadas no final de cada demonstração financeira consolidada. Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo não tinha transferências entre o Nível 2 e o Nível 3.

31. Gerenciamento dos riscos financeiros e instrumentos financeiros: a) Visão geral: O Grupo está exposto aos seguintes riscos: (i) Risco de crédito; (ii) Risco de liquidez; (iii) Risco de Mercado; (iii.a) Risco de moeda; (iii.b) Risco de juros; (iii.c) Risco de preço. (iv) Risco operacional. **b) Estrutura de gestão de risco:** A administração tem a responsabilidade primária de estabelecer e supervisionar a estrutura de gerenciamento de risco. A Gestão de Riscos está estruturada de forma separada das áreas de negócios, reportando-se diretamente à alta administração, para garantir a isenção de conflito de interesses e a segregação de funções, adequada às boas práticas de governança corporativa e de mercado. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, estabelecer limites e controles de risco apropriados e monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de risco são revisados periodicamente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo, por meio de seus padrões e procedimentos de treinamento e gerenciamento, tem por objetivo desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os seus funcionários estejam cientes de seus deveres e obrigações. Ao que se refere ao Conglomerado Prudencial, a estrutura organizacional baseia-se nas recomendações propostas pelo Acordo da Basiléia, no qual são formalizados procedimentos, políticas e metodologias compatíveis com a tolerância ao risco e com a estratégia do negócio, e os diversos riscos inerentes às operações e/ou processos, incluindo riscos de mercado, liquidez, crédito e operacional. O Grupo busca seguir as mesmas práticas de gerenciamento de riscos que as aplicáveis a todas as empresas. Esses processos de gerenciamento de risco também estão relacionados aos procedimentos de gerenciamento de continuidade operacional, principalmente no que tange à formulação de análises de impacto, aos planos de continuidade de negócios, aos planos de contingência, aos planos de backup e gerenciamento de crise. **c) Risco de crédito:** O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na negociação e/ou aos custos de recuperação. O documento de Gestão de Riscos estabelece sua política de crédito com base na composição da carteira por título, por *rating* interno de emissor e/ou emissão, na atividade econômica, na *duration* da carteira, nas variáveis macroeconômicas, dentre outros fatores. O departamento de Análise de Crédito também está ativamente envolvido nesse processo e é responsável por avaliar o risco de crédito de emissões e emissores com os quais mantém ou pretende manter relações de crédito, utilizando-se também de metodologia interna de atribuição de risco de crédito (*rating*) para classificar a probabilidade de perda das contrapartes. Para as operações de crédito, o Grupo XP tem como garantia os investimentos de clientes para reduzir perdas potenciais e proteger contra a exposição ao risco de crédito, a XP monitora os valores em garantia gerenciando-os de modo que sejam sempre suficientes, legalmente aplicáveis (efetivas) e viáveis. O Gerenciamento de Risco de Crédito fornece subsídios para definir estratégias como apetite ao risco, para estabelecer limites, incluindo análise de exposição e tendências, assim como a eficácia da política de crédito. As operações de empréstimos têm uma alta qualidade de crédito e o Grupo frequentemente utiliza medidas de mitigação de risco, principalmente através de investimentos dos clientes como garantias, o que explica a baixa taxa de provisão. As políticas do Grupo relativas à obtenção de garantias não mudaram significativamente durante o período de relatório e não houve nenhuma mudança significativa na qualidade geral das garantias detidas pelo Grupo desde o período anterior. A administração realiza análises de qualidade de crédito de ativos que não estão vencidos ou reduzidos a valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, tais ativos eram substancialmente representados por operações de crédito e títulos e valores mobiliários (majoritariamente emitidos pelo governo brasileiro) comprados sob contratos de revenda, dos quais as contrapartes são bancos brasileiros com baixo risco de crédito, bem como transações de instrumentos financeiros derivativos, que são negociados principalmente na bolsa de valores (B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão) e que, portanto, têm sua garantia.

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de crédito é apresentado no quadro abaixo:

	Controladora	
	2025	2024
Ativos financeiros		
Títulos e valores mobiliários	167.637	755.142
Títulos privados	167.637	755.142
Negociação e intermediação de valores	–	304
Rendas a receber	141.219	1.835
Outros ativos financeiros	18.349	20.668
Total	**327.205**	**777.949**

	Consolidado	
	2025	2024
Ativos financeiros		
Títulos e valores mobiliários	94.101.813	67.666.321
Títulos públicos	4.401.889	2.783.556
Títulos privados	89.699.924	64.882.765
Instrumentos financeiros derivativos	5.723.189	3.150.208
Negociação e intermediação de valores	–	304
Rendas a receber	832.331	355.478
Outros ativos financeiros	22.186	20.668
Total	**100.679.519**	**71.192.979**

d) Risco de liquidez: O risco de liquidez é a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras. O gerenciamento de liquidez atua em linha com a estratégia e o modelo de negócios do Grupo, sendo compatível com a natureza das operações, a complexidade dos seus produtos e a relevância de exposição a riscos. Essa política de gestão de liquidez estabelece ações a serem tomadas em casos de contingência de liquidez, e estas devem ser suficientes para gerar a ressignificação do caixa dentro dos limites mínimos exigidos. O grupo mantém um nível adequado de liquidez a todo o momento, trabalhando sempre com um limite mínimo de caixa. Isso é feito através de um gerenciamento compatível e consistente com sua capacidade de obtenção de recursos no mercado, com suas metas orçamentárias de evolução do volume de seus ativos e está baseado no gerenciamento dos fluxos de caixas, observando os limites mínimos de saldos dos caixas diários e projeções de necessidade de caixa, no gerenciamento dos estoques de ativos de alta liquidez e simulações de cenários adversos. A estrutura e gestão de riscos são de responsabilidade do departamento de Riscos, subordinado à Diretoria Executiva, evitando assim qualquer conflito de interesses com departamentos que necessitem de liquidez. **(d1) Vencimentos de passivos financeiros:** As tabelas abaixo resumem os passivos financeiros do Grupo com base em seus vencimentos contratuais:

	Controladora 2025					
	Até 1 mês	De 2 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Fluxo de Caixa contratual
Passivos						
Títulos e valores mobiliários	–	–	–	–	654.815	654.815
Instrumentos financeiros derivativos	–	–	–	–	5.289	5.289
Fornecedores	70	–	–	–	–	70
Total	**70**	**–**	**–**	**–**	**660.104**	**660.174**

	Controladora 2024					
	Até 1 mês	De 2 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Fluxo de Caixa contratual
Passivos						
Títulos e valores mobiliários	–	–	–	–	422.971	422.971
Instrumentos financeiros derivativos	–	–	–	–	43.000	43.000
Instrumentos de dívida	–	–	1.251.256	–	–	1.251.256
Fornecedores	1.286	–	–	–	–	1.286
Outros passivos financeiros	–	–	82.221	–	–	82.221
Total	**1.286**	**–**	**1.333.477**	**–**	**465.971**	**1.800.734**

	Consolidada 2025					
	Até 1 mês	De 2 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Fluxo de Caixa contratual
Passivos						
Títulos e valores mobiliários	–	–	–	–	654.815	654.815
Instrumentos financeiros derivativos	–	–	–	993.628	2.598.435	3.592.063
Instrumentos de dívida	20.317	–	518.147	–	–	538.464
Fornecedores	40.949	–	–	–	–	40.949
Outros passivos financeiros	–	–	6.608.828	–	–	6.608.828
Total	**61.266**	**–**	**7.126.975**	**993.628**	**3.253.250**	**11.435.119**

	Consolidado 2024					
	Até 1 mês	De 2 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Fluxo de Caixa contratual
Passivos						
Títulos e valores mobiliários	–	–	–	–	422.971	422.971
Instrumentos financeiros derivativos	4.651	6.868	931.641	1.079.035	–	2.022.195
Instrumentos de dívida	–	–	1.483.848	213.593	–	1.697.441
Fornecedores	29.947	–	–	–	–	29.947
Outros passivos financeiros	430.366	190.385	1.145.005	2.709.900	624.796	5.100.452
Total	**464.964**	**197.253**	**3.560.494**	**4.002.528**	**1.047.767**	**9.273.006**

e) Risco de Mercado: Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutuem devido a alterações nos preços de mercado. O risco de mercado compreende principalmente três tipos de risco: variação cambial, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento do risco de mercado é controlar a exposição a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno. O gerenciamento do risco de mercado das operações é realizado por meio de políticas, procedimentos de controle e identificação prévia de riscos em novos produtos e atividades, com o objetivo de manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pelo Grupo e atender à estratégia e limites definidos pelo Comitê de Risco. Para atendimento às disposições do órgão regulador, as instituições financeiras do Grupo controlam diariamente a exposição pelo cálculo das parcelas de risco, registrando os resultados no Documento 2011 - Demonstração Diária de Capital ("DDR") no Circular Bacen nº 3.331/08, submetendo-a diariamente a esta instituição. Com as regras formalizadas, o Departamento de Risco tem o objetivo de controlar, monitorar e garantir o cumprimento dos limites preestabelecidos, podendo intervir nos casos de descumprimento e relatar todos os eventos atípicos ao Comitê. A empresa utiliza sistema de terceiros para mensurar e controlar a exposição ao risco de mercado. Além do controle realizado pela ferramenta, o Grupo adota diretrizes para controlar o risco dos ativos que marcam as operações de Tesouraria. No caso de desenquadramento dos limites operacionais, o gestor da Tesouraria deverá tomar as medidas necessárias para o reenquadramento o mais rapidamente possível. **(e1) Risco de taxa de juros:** Decorre da possibilidade do Grupo incorrer em ganhos ou perdas decorrentes de flutuações nas taxas de juros de seus ativos e passivos financeiros. Abaixo apresentamos as taxas de risco que o Grupo está exposto: • Selic/DI; • IGPM; • IPCA; • Pré; • Cupom cambial; • Cupons cambiais de outras moedas; • *Treasury.* **(e2) Risco de preço:** Risco de preço é o risco decorrente da alteração do preço da carteira dos fundos de investimento e das ações listadas em bolsa, mantidas na carteira do Grupo, que podem afetar os seus resultados. O risco de preço é controlado pela administração do Grupo, com base na diversificação de sua carteira e/ou pelo uso de contratos de derivativos, como opções ou futuros. **(e3) Análise de sensibilidade:** De acordo com as informações de mercado, o Grupo realizou a análise de sensibilidade por fatores de risco de mercado considerados relevantes. As maiores perdas, por fator de risco, em cada um dos cenários foram apresentadas com impacto no resultado, fornecendo uma visão da exposição por fator de risco do Grupo em cenários excepcionais. As seguintes análises de sensibilidade não consideram a dinâmica de funcionamento das áreas de risco e de tesouraria, uma vez que, uma vez detectadas essas perdas, as medidas de mitigação de risco são acionadas rapidamente, minimizando a possibilidade de perdas significativas. Para o período de 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Grupo não possuía exposição a risco de mercado. Cenário I: Acréscimo de 1 *bps* nas taxas de juros prefixadas, cupom cambial, inflação e 1 ponto percentual nos preços das ações e moedas; Cenário II: Aplicação de choque de 25% nas taxas das curvas de juros prefixado, cupons cambiais, inflação, tanto de subida quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco; e Cenário III: Projetar uma variação de 50% nas taxas das curvas de juros prefixado, cupons cambiais, inflação, tanto de subida quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco. **f) Risco operacional:** Risco operacional se caracteriza pela possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, incluindo risco legal. Entre os eventos de risco operacional, incluem-se as seguintes categorias: fraudes internas; fraudes externas; demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho; práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços; danos a ativos físicos próprios ou em uso pela XP; situações que acarretem a interrupção das atividades da XP; e falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação. O principal objetivo do Grupo é garantir a identificação, classificação e monitoramento de situações que possam gerar perdas financeiras, dados à reputação das empresas, bem como qualquer autuação regulatória por ocorrência de um evento de risco operacional. A XP adota o modelo das 3 linhas de defesa, no qual a principal responsabilidade pelo desenvolvimento e implementação de controles para lidar com os riscos operacionais é atribuída à Administração dentro de cada unidade de negócios, buscando gerenciar principalmente: (i) Exigências de segregação de funções, incluindo a autorização independente de operações; (ii) Exigências para reconciliação e monitoramento de operações; (iii) Cumprimento dos requisitos legais e regulamentares; (iv) Documentação de controles e procedimentos; (v) Exigências de avaliação periódica dos riscos operacionais enfrentados e a adequação dos controles e procedimentos para o tratamento dos riscos identificados; (vi) Desenvolvimento de planos de contingência; (vii) Treinamento e desenvolvimento profissional; e (viii) Padrões éticos e comerciais. Adicionalmente, as instituições financeiras do Grupo, em atendimento ao disposto no artigo 4º, parágrafo 2º, da Resolução nº 3.380/06 do Conselho Monetário Nacional ("CMN") de 27 de junho de 2006, possuem um processo que abrange políticas institucionais, procedimentos, sistemas e planos de contingência e continuidade de negócios para a ocorrência de eventos externos, além de formalizar a estrutura única requerida pelo órgão regulador.

32. Informação de fluxo de caixa: (a) Reconciliação da dívida líquida:

	Controladora	
	Instrumentos de dívida	Total
Dívida total em 31 de dezembro de 2023	**2.806.773**	**2.806.773**
Aquisições/Emissão	–	**–**
Amortização	(1.170.612)	**(1.170.612)**
Juros incorridos	268.473	**268.473**
Juros pagos	(29.758)	**(29.758)**
Dívida total em 31 de dezembro de 2024	**1.874.876**	**1.874.876**
Aquisições/Emissão	–	**–**
Amortização	(1.266.496)	**(1.266.496)**
Juros incorridos	58.274	**58.274**
Juros pagos	(15.678)	**(15.678)**
Dívida total em 31 de dezembro de 2025	**650.976**	**650.976**

	Consolidado			
	Arrendamentos	Empréstimos	Instrumentos de dívida	Total
Dívida total em 31 de dezembro de 2023	**230.920**	**2.199.422**	**4.999.812**	**7.430.154**
Aquisições/Emissão	–	–	230.000	230.000
Reorganização Societária	(230.920)	(2.199.422)	–	(2.430.342)
Amortização	–	–	(3.242.949)	(3.242.949)
Juros incorridos	–	–	363.956	363.956
Juros pagos	–	–	(29.758)	(29.758)
Dívida total em 31 de dezembro de 2024	**–**	**–**	**2.321.061**	**2.321.061**
Aquisições/Emissão	–	–	1.109.751	**1.109.751**
Reorganização Societária	–	–	–	**–**
Amortização	–	–	(2.384.768)	**(2.384.768)**
Juros incorridos	–	–	138.755	**138.755**
Juros pagos	–	–	(15.678)	**(15.678)**
Dívida total em 31 de dezembro de 2025	**–**	**–**	**1.169.121**	**1.169.121**

(i) Conciliação não monetária para atividades de investimento e financiamento: Durante o ano encerrado em 31 de dezembro de 2025, o Grupo vendeu ativos de propriedades e equipamentos no valor total de R$132.003, que deve ser pago em 10 anos, indexado ao CDI. O valor foi registrado por meio de 'Contas a receber'.

33. Eventos Subsequentes: Em 18 de março de 2026 foi aprovado o cancelamento do registro de companhia aberta, categoria B, da XP Investimentos S.A., perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). A Administração avaliou os efeitos do referido evento subsequente e concluiu que, até a data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, não há impactos que demandem ajustes nas informações contábeis divulgadas, sendo necessária apenas a presente divulgação, em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil e às normas internacionais de relatório financeiro aplicáveis.

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA

Thiago Simões Maffra - Diretor | **Victor Andreu Mansur Farinassi -** Diretor | **Fabricio Cunha de Almeida -** Diretor | **Rodrigo Santana Passos Góes -** Controller

CONTADOR

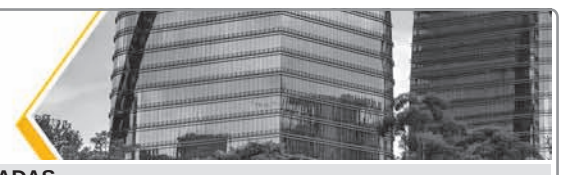
Rogerio Bessa Junior - Contador - CRC SP298461-O6

continua

Ines249

XP INVESTIMENTOS S.A. E CONTROLADAS

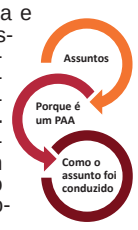
CNPJ 02.332.886/0001-04



continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRA AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas XP Investimentos S.A. - **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da XP Investimentos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplifinanceiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumdes éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidênapropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assun**de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento proem nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como nião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consouma opinião separada sobre esses assuntos.



suas controladas, de acordo com os sional do Contador e nas normas procáveis a auditorias de demonstrações primos comas demais responsabilidacia de auditoria obtida é suficiente e **tos de Auditoria:** Principais Assuntos fissional, foram os mais significativos tratados no contexto de nossa auditoria um todo e na formação de nossa opilidadas e, portanto, não expressamos

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Existência e mensuração dos passivos de planos de previdência e dos instrumentos financeiros relacionados (Notas 3.14, 6 e 19) A Companhia possui participação na controlada indireta XP Vida e Previdência S.A., a qual possui aplicações financeiras que são substancialmente mantidas em cotas de fundos de investimento exclusivos mantidas para cobertura dos "Passivos de planos de previdência" dos planos Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) e seguro de vida com cobertura por sobrevivência Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL). O montante dessas aplicações financeiras decorre principalmente de aportes dos participantes em forma de contribuições aos planos e portabilidades, além do rendimento das cotas desses fundos. Nessa mesma data-base, os passivos de planos de previdência da XP Vida e Previdência S.A. são substancialmente compostos pelos planos PGBL e VGBL. Considerando a relevância dessas aplicações financeiras e dos passivos de planos de previdência no contexto das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, a sua existência e sua mensuração foram consideradas áreas de foco em nossa auditoria.	Nossos principais procedimentos de auditoria consideram atualizar o entendimento dos principais controles estabelecidos pela administração para a existência e mensuração das cotas de fundos de investimento exclusivos e dos passivos de planos de previdências. Testamos a existência dessas aplicações com o confronto das informações dos extratos de custódia que demonstram a posição de ativos em reserva técnica da XP Vida e Previdência S.A. e que lastreiam os passivos de planos de previdência. Com o apoio de especialistas atuariais, realizamos a avaliação dos modelos utilizados na mensuração dos passivos de planos de previdência, incluindo a análise da razoabilidade das premissas e metodologias adotadas pela Companhia. Adicionalmente, testamos, em base amostrai, a existência das movimentações do período correspondentes às novas contribuições e portabilidades de valores aos fundos e aos passivos de planos de previdência por meio de inspeções documentais e comprovantes de liquidações financeiras. Efetuamos o confronto do valor utilizado para mensuração das aplicações financeiras em cotas de fundos de investimentos exclusivos com os valores das cotas disponibilizados pelos seus administradores, e executamos a valorização dessas aplicações financeiras. Obtivemos os relatórios de auditoria sobre as últimas demonstrações financeiras disponíveis dos fundos e quando apropriado, também dos fundos investidos por esses fundos e analisamos se havia alguma modificação nos relatórios dos auditores que pudessem causar impacto relevante nas demonstrações financeiras da XP Vida e Previdência S.A. Consideramos que os processos da administração para assegurara existência e mensuração dos passivos de planos de previdência e dos instrumentos financeiros relacionados são consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Outros assuntos - Demonstrações do Valor Adicionado: As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo cornos critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente comas demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais *(IFRS Accounting Standards)*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB),e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados coma sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta atais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internes relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não como objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 22 de abril de 2026

pwc

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Marcos Paulo Putini
Contador CRC1SP212529/O-8

PAPEL PLANTA ÁRVORES
Papel é feito exclusivamente de árvores cultivadas que sequestram carbono da atmosfera, ajudando a combater as mudanças climáticas!
Ótima notícia para os consumidores de comunicação impressa e embalagens de papel. Compartilhe e recicle!
Apoio:
ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS
LOVE PAPER
lovepaper.org.br
TWO SIDES
twosides.org.br
A Campanha Love Paper é uma criação original de Two Sides. Descubra mais!

Ines249

álya construtora s.a.

COMPANHIA FECHADA
CNPJ Nº 33.412.792/0001-60

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 da Álya Construtora S/A. A Administração agradece a todos que contribuíram para os resultados alcançados, especialmente a nossa equipe de colaboradores pelo empenho e dedicação, aos fornecedores e prestadores de serviços pela qualidade e pontualidade e aos clientes pela credibilidade em nosso trabalho.

BALANÇOS PATRIMONIAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO 2025 E 2024 (Em milhares de reais)

		Consolidado		Controladora	
Ativo	**Notas**	**31/12/2025**	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Ativo circulante					
Caixa e equivalente de caixa	4.a	362.676	277.706	325.920	199.921
Contas a receber	5	230.963	130.790	98.255	126.362
Estoques	6	77.861	106.559	6.323	4.781
Tributos a recuperar	7.a	64.792	62.690	30.292	40.530
Partes relacionadas	12.a	172.000	-	172.000	-
Outros ativos	8.a	68.137	71.443	98.590	58.879
Total do ativo circulante		**976.429**	**649.188**	**731.380**	**430.473**
Ativo não circulante					
Títulos e valores mobiliários	4.b	168.530	141.807	136.528	140.305
Contas a receber	5	499.113	658.491	489.652	638.235
Tributos a recuperar	7.b	51.910	59.413	37.206	45.919
Partes relacionadas	12.a	408.445	526.602	252.436	286.612
Depósitos judiciais	17.b	39.185	59.070	38.449	58.165
Outros ativos	8.b	256.346	320.432	65.680	120.167
Total		**1.423.529**	**1.765.815**	**1.019.951**	**1.289.403**
Investimentos					
Investimentos	9.a	123.892	84.929	867.733	899.673
Outros investimentos	-	6.109	3.759	3.719	3.719
Imobilizado	10.a	263.798	342.581	70.646	80.568
Intangível	10.b	32.487	32.642	32.481	32.468
Total do ativo não circulante		**1.849.815**	**2.229.726**	**1.994.530**	**2.305.831**
Total do ativo		**2.826.244**	**2.878.914**	**2.725.910**	**2.736.304**

		Consolidado		Controladora	
Passivo e patrimônio líquido	**Notas**	**31/12/2025**	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Passivo circulante					
Fornecedores	11	249.285	267.511	246.992	200.997
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	28.288	20.656	26.782	14.553
Obrigações tributárias	14	48.311	30.252	38.754	18.682
Obrigações trabalhistas	15	62.125	52.392	58.390	45.775
Outros passivos	16	43.346	19.672	332	2.536
Total do passivo circulante		**431.355**	**390.483**	**371.250**	**282.543**
Passivo não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	290.318	343.672	290.318	341.976
Obrigações tributárias	14	29.062	31.708	19.399	24.520
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23.b	49.499	129.456	47.662	85.075
Provisão para demandas judiciais	17.a	90.748	99.010	69.796	94.784
Provisão para perda em investimentos	9.b	68.505	67.115	135.642	157.043
Outros passivos	16	104.331	96.706	95.733	85.998
Receitas diferidas	-	76.290	92.161	60.582	87.538
Total do passivo não circulante		**708.753**	**859.828**	**719.132**	**876.934**
Patrimônio líquido					
Capital social	18.a	1.438.187	2.517.926	1.438.187	2.517.926
Reserva de capital	-	751	751	751	751
Reserva de reavaliação	18.d	30.868	30.868	30.868	30.868
Reserva de lucros	-	88.457	-	88.457	-
Prejuízos acumulados	-	-	(1.079.739)	-	(1.079.739)
Resultado abrangente	-	50.814	80.114	50.814	80.114
Ajuste de avaliação patrimonial	-	26.451	26.907	26.451	26.907
Participação de controladores		**1.635.528**	**1.576.827**	**1.635.528**	**1.576.827**
Participação de não controladores	-	50.608	51.776	-	-
Total do patrimônio líquido		**1.686.136**	**1.628.603**	**1.635.528**	**1.576.827**
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.826.244**	**2.878.914**	**2.725.910**	**2.736.304**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)

		Consolidado		Controladora	
	Notas	**31/12/2025**	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Receita operacional líquida	19	1.971.061	1.660.429	1.630.549	1.302.290
Custos dos serviços prestados	20.a	(1.784.069)	(1.547.325)	(1.452.518)	(1.199.106)
Lucro bruto		**186.992**	**113.104**	**178.031**	**103.184**
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas administrativas	20.b	(169.765)	(133.404)	(116.263)	(97.147)
Depreciações	-	(965)	(3.985)	(140)	(92)
Despesas tributárias	-	(4.686)	(3.538)	(945)	(1.397)
Resultado de equivalência patrimonial	9.c e 9.d	15.376	23.390	(7.384)	(1.163)
Outros resultados operacionais	21	81.748	(8.655)	37.663	(29.125)
Total		**(78.292)**	**(126.192)**	**(87.069)**	**(128.925)**
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**108.700**	**(13.088)**	**90.962**	**(25.740)**
Receitas financeiras	22	51.780	81.100	37.411	53.376
Despesas financeiras	22	(84.240)	(93.008)	(56.178)	(56.794)
Resultado financeiro líquido		**(32.460)**	**(11.908)**	**(18.767)**	**(3.418)**
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**76.240**	**(24.996)**	**72.195**	**(29.159)**
Imposto de renda e contribuição social - corrente	23.a	(27.743)	(12.910)	(21.648)	(8.690)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	23.b	38.853	5.469	37.413	5.469
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		**87.350**	**(32.437)**	**87.960**	**(32.380)**
Lucro atribuído aos acionistas não controladores		**(610)**	**(57)**	**-**	**-**
Lucro (prejuízo) atribuído aos acionistas controladores	-	87.960	(32.380)	87.960	(32.380)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2025 E 2024 (Em milhares de reais)

		Consolidado		Controladora	
	Notas	**31/12/2025**	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		**87.350**	**(32.437)**	**87.960**	**(32.380)**
Ajuste de conversão de investimento no exterior	9.a	(28.332)	92.702	(28.332)	92.702
Ajuste de avaliação patrimonial reflexa	9.a	2.406	(1.038)	2.406	(1.038)
Ajuste de avaliação patrimonial		(3.333)	120	(3.333)	120
Resultado abrangente do exercício total		**58.091**	**59.347**	**58.701**	**59.404**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2025 E 2024 (Em milhares de reais)

		Consolidado		Controladora	
Fluxo de Caixa das atividades operacionais	**Notas**	**31/12/2025**	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	-	**76.240**	**(24.996)**	**72.195**	**(29.159)**
Itens de resultado que não afetam o caixa					
Depreciação e amortização	10.c	46.265	193.467	12.091	12.273
Resultado de equivalência patrimonial	9.c	(15.376)	(23.390)	7.384	1.163
Constituiçãode tributos	-	-	-	-	5.469
Variações monetárias, cambiais e encargos - Líquidos	22	(4.079)	11.143	(4.057)	11.578
Juros s/empréstimos, financiamentos e debêntures	13.c	17.544	17.233	17.544	17.233
Provisões para (reversões de) demandas judiciais	17	(7.744)	98.555	(24.770)	99.567
Baixa Resultado abrangentes investidas	-	(3.891)	860	(3.333)	120
Baixas de investimento	9.b	(4.148)	25.860	(2.532)	25.860
Baixas de imobilizado e intangível	10.c	51.457	80.495	872	1.504
Lucro líquido ajustado		**156.268**	**379.227**	**75.394**	**145.608**
Variações nos ativos e passivos:					
Contas a receber	-	59.205	176.235	176.690	53.089
Estoques	-	39.808	(25.263)	(1.542)	1.621
Tributos a recuperar	-	6.716	10.443	20.266	21.464
Depósitos judiciais e outros ativos	-	60.554	28.606	31.520	21.288
Partes relacionadas	-	(143.274)	(271.300)	(135.082)	(280.475)
Fornecedores	-	(18.226)	63.325	45.995	66.630
Obrigações tributárias	-	(64.543)	(22.998)	(6.698)	(25.832)
Obrigações trabalhistas	-	9.733	1.112	12.615	430
Outros passivos e receitas diferidas	-	14.910	(102.362)	(12.893)	16.028
Juros pagos de emprésts. financiamentos e debêntures	13.c	(9.531)	(5.918)	(9.531)	(5.618)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**111.620**	**231.107**	**196.734**	**14.233**
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Adições de imobilizado e intangível	10.c	(18.784)	(288.351)	(3.054)	(6.730)
Adições de investimento	9.c	(46.325)	53.725	(45.971)	(10.852)
Dividendos recebidos	9.c	-	26.201	25.732	26.201
Caixa líquido gerado nas (consumido pelas) atividades de investimento		**(65.109)**	**(208.425)**	**(23.293)**	**8.619**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	13.c	47.514	13.042	47.514	13.042
Pagamentos de principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	-	(9.055)	(35.253)	(94.956)	(42.459)
Caixa líq. consumido pelas atividades do financiamento		**38.459**	**(22.211)**	**(47.442)**	**(29.417)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		**84.970**	**471**	**125.999**	**(6.565)**
Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	277.706	277.235	199.921	206.486
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	-	362.676	277.706	325.920	199.921
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		**84.970**	**471**	**125.999**	**(6.565)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2025 E EM 2024 (Em milhares de reais)

					Reserva de lucros							
	Notas	**Capital social**	**Reserva de capital Incentivos fiscais**	**Reserva de reavaliação**	**Reserva legal**	**Reserva de retenção de lucros**	**Prejuízos acumulados**	**Resultados abrangentes**	**Ajuste de avaliação patrimonial**	**Total dos acionistas controladores**	**Participação dos acionistas não controladores**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**2.517.926**	**751**	**30.868**	**-**	**-**	**(1.047.898)**	**(11.550)**	**27.326**	**1.517.423**	**51.035**	**1.568.458**
Participação dos não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	684	**684**
Ajuste de avaliação patrimonial (reflexa)	9.c	-	-	-	-	-	-	(1.038)	-	(1.038)	-	**(1.038)**
Ajuste de conversão de investimentos no exterior	9.c	-	-	-	-	-	-	92.702	-	92.702	-	**92.702**
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	539	-	(419)	120	-	**120**
Prejuízodo exercício	-	-	-	-	-	-	(32.380)	-	-	(32.380)	57	**(32.323)**
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**2.517.926**	**751**	**30.868**	**-**	**-**	**(1.079.739)**	**80.114**	**26.907**	**1.576.827**	**51.776**	**1.628.603**
Participação dos não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(558)	**(558)**
Redução de capital social (AGE 29/10/2025)	-	(1.079.739)	-	-	-	-	1.079.739	-	-	-	-	**-**
Ajuste de avaliação patrimonial (reflexa)	9.c	-	-	-	-	-	-	2.406	-	2.406	-	**2.406**
Ajuste de conversão de investimentos no exterior	9.c	-	-	-	-	-	-	(28.332)	-	(28.332)	-	**(28.332)**
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	497	(3.374)	(456)	(3.333)	-	**(3.333)**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	87.960	-	-	87.960	(610)	**87.350**
Constituição da reserva legal	-	-	-	-	4.398	-	(4.398)	-	-	-	-	**-**
Constituição da reserva de lucros	-	-	-	-	-	84.059	(84.059)	-	-	-	-	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2025		**1.438.187**	**751**	**30.868**	**4.398**	**84.059**	**-**	**50.814**	**26.451**	**1.635.528**	**50.608**	**1.686.136**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: 1.1. Objeto social: A Álya Construtora S.A. (Companhia) é uma companhia de capital fechado, constituída em 13 de abril de 1953, tem como atividade preponderante a execução de obras de engenharia em todos os seus ramos e especialidades sob o regime de empreitada, administração e operação, tais como: barragens, aeroportos, pontes, túneis, viadutos, usinas hidrelétricas, edifícios, estradas e, ainda, exerce outras atividades correlatas, tais como locação de equipamentos. **Operações da Companhia:** A Álya Construtora S.A., e o conjunto de empresas controladas, coligadas e controladas em conjunto, situadas no Brasil e no exterior, ao longo de 2025, desenvolveu regularmente suas atividades, promovendo as operações financeiras e securitárias inerentes à natureza dos seus serviços, atuando na indústria da construção civil, preponderantemente, nos segmentos: metroviário, de usinas hidrelétricas e barragens, executando pontes, túneis, viadutos e estradas. As subsidiárias diretas da Companhia, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 9.a e suas respectivas áreas de negócios no Brasil e Exterior, podem ser assim resumidas: **Álya Brasil:** A Álya Construtora S.A., ao longo do exercício de 2025, manteve um ritmo consistente na execução de obras de infraestrutura em diversas regiões do país, reafirmando seu posicionamento como uma das principais empresas do setor. Com foco em mobilidade urbana, segurança hídrica, infraestrutura viária e saneamento, a Companhia deu continuidade a importantes frentes de trabalho em andamento. No segmento de mobilidade urbana, a Companhia manteve sua forte atuação na expansão da Linha 15 – Prata do Monotrilho, na cidade de São Paulo, com frentes de obra voltadas à linha principal, às estações Boa Esperança, Jacu-Pêssego e Ipiranga, ao novo pátio Ragueb Chohfi e às adequações viárias no entorno da Avenida Ragueb Chohfi. Esse conjunto de intervenções se materializa através de quatro contratos administrativos e reforça o papel da Companhia como uma das principais executoras de projetos de mobilidade na capital paulista. Na região metropolitana de Salvador (BA) seguiu em andamento as obras do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT). As intervenções seguem voltadas à implantação de um novo sistema de transporte de média capacidade, com foco na integração urbana e na requalificação do entorno ferroviário. Na infraestrutura urbana e viária, destacam-se os avanços na construção da nova ponte sobre o Rio Cachoeira, em Joinville (SC), a maior intervenção urbana da história do município, com impacto direto na mobilidade entre as regiões Sul e Leste da cidade. No segmento de saneamento e drenagem urbana, prosseguiram as obras de macrodrenagem em Natal, no Rio Grande do Norte, e os trabalhos de urbanização e controle de cheias no entorno do Canal de Ipitanga, na Bahia, ambos com foco na mitigação de alagamentos e na melhoria da infraestrutura urbana em áreas críticas. No eixo de segurança hídrica, a Companhia manteve sua atuação em alguns dos principais empreendimentos hídricos em curso no país, consolidando seu papel estratégico na ampliação do abastecimento e na resiliência climática do semiárido nordestino. Na Paraíba, entrou em operação o Lote 2 do Canal Acauã-Araçagi, infraestrutura de grande porte que beneficia mais de 600 mil pessoas em mais de 40 municípios, assegurando o fornecimento regular de água potável e o suporte à agricultura irrigada em aproximadamente 16 mil hectares, consolidando-se como um marco na segurança hídrica do estado. As obras do Ramal do Apodi, no Rio Grande do Norte e na Paraíba, seguem em andamento como parte do Eixo Norte do Projeto de Integração do Rio São Francisco, representando um avanço na distribuição de água para dezenas de municípios da região. No Ceará, a Companhia permanece mobilizada nas obras do Cinturão das Águas, infraestrutura de transporte hídrico que conecta múltiplas bacias e reforça o abastecimento de grandes centros urbanos, como Fortaleza e o Cariri. Também no estado, o contrato do Eixão das Águas segue em execução como corredor hídrico essencial para a segurança hídrica da Região Metropolitana de Fortaleza e do interior cearense, operando de forma integrada ao sistema estadual. Ainda no âmbito do Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF), destaca-se a assinatura do contrato com o Governo Federal para a duplicação das estações de bombeamento do Eixo Norte, iniciativa que reforça o compromisso institucional com a ampliação da capacidade de transferência hídrica entre os estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. O ano de 2025 foi marcado também por relevantes conquistas comerciais, dentre elas o Tramo 4 do Metrô de Salvador, cujo contrato foi assinado em outubro de 2025. As conquistas recentes reforçam o compromisso contínuo da Companhia em buscar eficiência operacional e soluções de engenharia que tragam competitividade, em consonância com os requisitos dos editais ou diretrizes dos clientes. **Álya Internacional:** Na Guiana, segue a construção dos 121km da estrada entre as cidades de Linden e Mabura Hill, para futuramente conectar o norte do Brasil, via Roraima, aos portos de Georgetown na Guiana. O projeto inclui a execução de 2 pontes de 20m de vão cada uma. O contrato tem um valor inicial de 154.000 de dólares, dos quais, mais de 60% já foram desembolsados. O projeto conta atualmente com mais de 76km de pavimento asfáltico concluído e indica a conclusão total para 2026. Esse contrato possui financiamento do CDB (Carribean Development Bank), UKCIF e recursos próprios do Governo Guianês. Na República Dominicana, a Álya segue na execução do Projeto de Azua II, que contempla a reabilitação e ampliação do canal de Ysura, com propósito de levar água às comunidades da região. Também contempla a construção de reservatórios de água que servirão de abastecimento às comunidades em períodos de estiagem. O contrato com valor atual de mais de 122.000 de dólares, possui 94% de avanço e sua terminação foi prorrogada para agosto de 2026. Ainda na República Dominicana, a Álya participa da licitação das obras complementares da hidroelétrica de Monte Grande eu contempla a execução da casa de máquinas e a instalação de 28km de tubulação com origem na barragem, seguindo para a adução à planta potabilizadora Asuro Vicente Noble. No Perú, o Consorcio Intersur, com participação da Álya em 33%, continua na operação da concessão da Ruta Interoceánica Tramo 4 com término previsto para 2031.Em 2026 está prevista a contratação de obras complementares a serem executadas pela Concessionária nos cinco anos seguintes. Essas obras possuem valor total estimado de 200.000 de dólares, e contemplam as obras 3 tuneles, San Gari, Macusani – Nuñoa e obras emergenciais. Já no Paraguai, em setembro de 2025 a Álya, participando com 40% da PPP Rutas del Mercosur, foi vencedora da licitação de melhoria, duplicação e operação da Ruta PY01, com 108km de extensão, cabine de pedágio e 30 anos de operação, totalizando 1.300.000 de dólares entre Opex e Capex ao longo desses 30 anos, beneficiando mais de 2.6 milhões de pessoas. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** As demonstrações contábeis da Companhia compreendem as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, identificadas como Controladora, e as demonstrações contábeis consolidadas, identificadas como consolidado, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Contábeis Internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). O critério de mensuração utilizado na elaboração das demonstrações contábeis considera o custo histórico, o valor líquido de realização, o valor justo ou o valor recuperável. As demonstrações contábeis da Companhia e de sua controlada estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão. Na preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração utiliza julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e julgamentos relevantes estão divulgados na Nota Explicativa nº 3.9 – Uso de estimativas e julgamentos. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas para divulgação pela Administração em 27 de abril de 2026. **2.1. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada uma das empresas incluídas na consolidação são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a respectiva investida atua (Moeda Funcional). As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas em reais (R$), e estão apresentadas em milhares de reais. **2.2. Transações e saldos em moedas estrangeiras:** As operações/transações financeiras e saldos em moeda estrangeira são registradas pelas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa vigente na data do balanço patrimonial. Os ganhos e perdas decorrentes da liquidação de transações em moeda estrangeira e resultantes da conversão de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração de resultado. **2.3. Conversão das demonstrações contábeis de controladas localizadas no exterior:** Os ativos e passivos destas controladas são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data do balanço patrimonial, enquanto os saldos das demonstrações do resultado e fluxos de caixa são convertidos pelas taxas de câmbio médias do exercício e os saldos das mutações do patrimônio líquido pelas taxas de câmbio históricas das respectivas transações. Os ajustes de conversão, compreendidos pela diferença entre as taxas de câmbio média e histórica, são registrados diretamente no resultado abrangente. **2.4. Demonstrações contábeis individuais:** As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo publicadas juntamente com as demonstrações contábeis consolidadas, tendo sido elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores e das normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Nas demonstrações contábeis individuais, a empresa controlada é contabilizada pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia. **2.5. Demonstrações contábeis consolidadas:** As demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e em 2024 abrangem as da controladora Álya Construtora S.A. e as empresas controladas nas quais mantém participação conforme detalhamento apresentado na Nota Explicativa nº 9. O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas segundo a sua natureza, complementado com as seguintes eliminações: **(i)** dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas; **(ii)** das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas; **(iii)** dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, quando aplicável, decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas; e **(iv)** destaque das participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido. **2.6. Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente: a) Normas e alterações aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025:** • Alterações ao CPC 02 (R2): Efeitos nas Mudanças das Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (perda de conversibilidade). As alterações acima não tiveram impacto material nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. **b) Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2025:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor: • CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis; • IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgação. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia e não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas CPC ainda não adotadas que possam, na

Ines249

álya construtora s.a.

COMPANHIA FECHADA
CNPJ Nº 33.412.792/0001-60

opinião da Administração, ter impacto significativo nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. **3. Políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas:** As políticas contábeis materiais descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de até 90 dias a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. A Companhia e suas controladas possuem classificados em caixa e equivalentes de caixa saldos em conta corrente bancária e aplicações financeiras. **3.2. Instrumentos financeiros: 3.2.1. Ativos financeiros não derivativos:** Companhia e suas controladas reconhecem os ativos financeiros inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia e de suas controladas incluem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.2.2. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo. **3.2.3. Passivos financeiros não derivativos:** A Companhia e suas controladas reconhecem títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo dos passivos designados pelo valor justo registrados no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte nas disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas classificam os passivos financeiros não derivativos a valor justo por meio do resultado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **3.2.4. Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia e suas controladas não operam com instrumentos financeiros derivativos. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas não efetuam operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. **3.3. Contas a receber:** Apresentadas ao valor contábil, não sendo aplicável o ajuste a valor presente. A administração, fundamentada em análise dos históricos de perdas, constituirá provisão para perda esperada de créditos de liquidação duvidosa, em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber. As provisões serão constituídas pelos montantes considerados suficientes para cobertura de eventuais perdas, observando a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. A Companhia e suas controladas adotam como prática a provisão integral de contratos encerrados e não recebidos, e para as demais contas a receber com entidades públicos e privados não encerrados não constitui provisão para perda esperadas. **3.4. Estoques:** Os estoques são compostos por peças e materiais para aplicação nas obras e são valorizados pelo método do custo médio, inferior aos custos de reposição, ou aos valores de realização. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação. A Companhia e suas controladas consideram em sua provisão para perdas nos estoques os componentes de obras descontinuadas e materiais fora dos parâmetros de qualidade que impedem o uso seguro. **3.5. Contas correntes consorciadas:** A Companhia, juntamente com outras empresas, é participante de consórcios para prestação de serviços relacionados ao seu objeto social. Os saldos de contas correntes consorciadas representam o desequilíbrio dos aportes de recursos efetuados aos consórcios. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, os saldos de ativos e passivos estão apresentados pelo valor líquido de realização. **3.6. Tributos a recuperar e obrigações tributárias:** Os tributos a recuperar são mensurados ao custo, acrescidos por eventuais atualizações monetárias, quando aplicável, conforme regulamentação específica de cada tributo. São reconhecidos quando há certeza de que os valores serão recuperados, seja por compensação com tributos a pagar ou por restituição e ajustados por eventuais provisões para perdas, caso haja incerteza na recuperação total dos valores. Os tributos a recuperar são apresentados no ativo circulante, quando a recuperação é esperada dentro de 12 meses, ou no ativo não circulante, quando a recuperação é esperada após esse período. **3.7. Depósitos judiciais:** Os depósitos judiciais são apresentados como dedução do valor correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, ainda que haja a possibilidade de desfecho favorável da questão para a Companhia e suas controladas. **3.8. Outros ativos:** Correspondem aos adiantamentos concedidos a fornecedores nacionais para aquisição de materiais e insumos. Correspondem também às despesas antecipadas representam valores pagos antecipadamente pela Companhia em relação a bens ou serviços que serão consumidos em períodos subsequentes. Essas despesas são reconhecidas no ativo circulante e não circulante e apropriadas no resultado de forma sistemática e proporcional ao longo do período em que os benefícios econômicos são auferidos e em conformidade com o regime de competência. **3.9. Transações entre partes relacionadas:** Os empréstimos/conta corrente entre partes relacionadas são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação) e, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Os empréstimos/conta corrente entre partes relacionadas são classificados como ativo circulante, a menos que a Empresa tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do ativo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **3.10. Investimentos e provisão para perda em investimentos:** Investimentos em controlada são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, com base em demonstrações contábeis da empresa investida. Os resultados apurados estão demonstrados como resultado operacional na conta de resultado de equivalência patrimonial. As demonstrações contábeis da controlada são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia e até a data em que o controle deixa de existir. Controladas são aquelas que de forma direta ou indireta, a controladora exerce o poder de regular as políticas contábeis e operacionais, para a obtenção de benefícios de suas atividades normalmente acompanhadas de uma participação de mais do que a metade dos direitos de voto (capital votante), consolidadas a partir da data em que o controle se inicia e até a data em que o controle deixa de existir. **3.11. Imobilizado:** Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo reavaliações procedidas em anos anteriores e os ajustes de avaliação patrimonial ao custo atribuído, deduzido da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado. Os itens do imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica de cada componente. Os itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança das estimativas contábeis. **3.12. Intangível:** É representado por gastos com aquisição de softwares. As taxas de amortização são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia e suas controladas esperam geração de benefícios econômicos. **3.13. Redução ao valor recuperável de não financeiros (*impairment*):** Ativos não financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação da recuperabilidade de ativos (*impairment*). Estes ativos financeiros são considerados ativos não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado negativamente o fluxo estimado de caixa futuro do investimento. A cada encerramento do exercício, a Companhia e a suas controladas revisam os saldos dos ativos de investimento, imobilizado e intangíveis, avaliando a existência de indicativos de que esses ativos tenham sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo através do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário. **3.14. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **3.15. Empréstimos, financiamentos e debêntures:** Inicialmente mensurados pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, ao custo amortizado. Caso a transação seja designada ao valor justo por meio do resultado, o registro inicial e subsequente se dá pelo valor justo. São desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato é quitada, cancelada ou expirada. A diferença entre a quantia escriturada de um passivo financeiro que tenha sido extinto ou transferido para outra parte e a retribuição paga, incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos, é reconhecida nos lucros ou prejuízos como outros rendimentos ou gastos financeiros. Os empréstimos, financiamentos e debêntures são apresentadas no passivo circulante, quando a liquidação é esperada dentro de 12 meses, ou no passivo não circulante, quando a liquidação é esperada após esse período. **3.16. Obrigações trabalhistas:** Os pagamentos de benefícios tais como salário e férias, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios são reconhecidos mensalmente no resultado, respeitando o regime de competência. **3.17. Outros passivos e receitas diferidas:** Representam depósitos e/ou adiantamentos efetuados por instrumento contratual. Os referidos saldos são reconhecidos como receita quando da efetiva prestação de serviços. **3.18. Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de rendimento sobre suas aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem, substancialmente, juros passivos sobre os empréstimos e financiamentos. **3.19. Demonstrações dos fluxos de caixa:** A Companhia determinou como prática contábil na preparação de suas demonstrações de fluxos de caixa que os juros pagos sobre empréstimos devem ser refletidos no grupo de atividades operacionais. **3.20. Uso de estimativas e julgamentos: 3.20.1. Geral:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e suas controladas tenham uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o exercício, estão contemplados a seguir: **3.20.2. Provisões para demandas judiciais:** As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando: a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. Os passivos contingentes são avaliados pela Administração com o apoio dos assessores legais da Companhia e de suas controladas, onde aqueles considerados como provável o risco de perda, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, são provisionados nas demonstrações contábeis e os de perda possível, desde que relevantes, são divulgados nas notas explicativas. **3.20.3. Reconhecimento de receita:** A receita operacional compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, reclamações e pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. Tão logo o resultado de um contrato de construção possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão do contrato. Despesas de contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que elas criem um ativo relacionado à atividade do contrato futuro. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados. Quando o resultado de um contrato de construção não pode ser medido de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida até o limite dos custos reconhecidos na condição de que os custos incorridos possam ser recuperados. Perdas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado. **3.20.4. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** A Companhia optou pelo lucro real como forma de tributação. Dessa forma o imposto de renda é calculado à alíquota de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. A despesa com imposto de renda e contribuição social, quando aplicável, compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. Quando aplicável, a Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionem a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. **4. Caixa e equivalente de caixa (circulante) e títulos e valores mobiliários (não circulante)**

a) Circulante

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	148	135	102	88
Depósitos bancários à vista	37.927	251.370	17.986	183.461
Aplicações financeiras - Renda fixa **(i)**	324.601	25.539	307.832	15.710
Outros títulos	-	662	-	662
Total	**362.676**	**277.706**	**325.920**	**199.921**

(i) As aplicações financeiras estão representadas basicamente por títulos de renda fixa (operações compromissadas e CDBs). Estas aplicações estão mantidas em instituições financeiras no país e no exterior, através da própria Companhia e de suas controladas, e apresentaram em média rentabilidade de 96% do CDI em 31 de dezembro de 2025 (94% do CDI para 31 de dezembro de 2024).

b) Não circulante

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fundos em direitos creditórios	168.376	141.807	136.374	140.305
Títulos - CEPAC	154	-	154	-
Total	**168.530**	**141.807**	**136.528**	**140.305**

5. Contas a receber: O saldo das contas a receber podem ser assim demonstrados:

	Consolidado		Controladora	
Por atividade	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Produtos minerais	2.812	2.146	-	-
Locação	5.217	-	-	-
Construção civil	289.634	62.565	168.400	89.273
Outros **(i)**	27.552	66.079	24.107	37.089
(-) Antecipações de recebíveis **(iii)**	(94.252)	-	(94.252)	-
Total circulante	**230.963**	**130.790**	**98.255**	**126.362**
Precatórios **(ii)**	499.113	658.491	489.652	638.235
Total não circulante	**499.113**	**658.491**	**489.652**	**638.235**
Total contas a receber líquida	**730.076**	**789.281**	**587.907**	**764.597**

(i) Refere-se basicamente por venda de ativo imobilizado, sucata, e participações societárias em investimentos, em 31 de dezembro de 2025 no montante de R$ 27.552 (R$ 66.079 em 31 de dezembro de 2024). **(ii)** Refere-se basicamente por ações transitadas em julgado e constituídos, portanto, por precatórios devidamente inscritos, e execuções judiciais da Álya, em 31 de dezembro de 2025 no montante de R$ 499.113 (R$ 658.491 em 31 de dezembro de 2024). **(iii)** Os valores referem-se a recebimentos através de instituições financeiras dos serviços executados a serem faturados contra os clientes das obras a curto prazo. O saldo das contas a receber vencidos e a vencer podem ser assim demonstrados:

	Consolidado		Controladora	
Por vencimento	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
A vencer até 30 dias	32.222	37.179	32.221	35.910
A vencer mais de 90 dias	174.941	62.270	10.733	12.713
Vencidos até 180 dias	11.113	4.965	4.678	157
Vencidos há mais de 180 dias	12.687	26.376	50.623	77.582
Total circulante	**230.963**	**130.790**	**98.255**	**126.362**

Em 31 de dezembro de 2025, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para perdas esperadas de crédito.

6. Estoques

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Almoxarifado ***(i)***	64.816	79.107	2.224	2.224
Produtos acabados ***(ii)***	8.946	24.895	-	-
Mercadorias para revenda	2.557	2.557	2.557	2.557
Importação em andamento	1.542	-	1.542	-
Total	**77.861**	**106.559**	**6.323**	**4.781**

(i) Representado por material de uso, consumo e reposição de peças; **(ii)** Representado por produtos das áreas de siderurgia e mineração para venda. Em 31 de dezembro de 2025, a Administração, com base em sua melhor avaliação, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para perdas esperadas de estoques, considerando que o estoque é composto basicamente de materiais aplicados a obra.

7. Tributos a recuperar

a) Circulante

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
IRRF	-	1.903	-	-
IRPJ **(i)**	12.138	9.333	1.678	7.563
CSLL **(i)**	2.434	7.764	2.307	3.368
INSS **(ii)**	25.602	23.343	25.601	23.342
ISS	871	588	588	588
ICMS	118	5.912	118	5.669
IVA/IGV/Selo **(iii)**	15.236	13.747	-	-
PIS/COFINS	8.393	100	-	-
Total circulante	**64.792**	**62.690**	**30.292**	**40.530**

(i) Refere-se, basicamente, ao Imposto de Renda e Contribuição social retidos na fonte sobre os faturamentos da Companhia e suas controladas contra seus clientes; **(ii)** Refere-se basicamente a retenção sobre faturamento dos encargos de previdência social; **(iii)** Refere-se basicamente a impostos locais retidos nas Sucursais/empresas no exterior. A Administração avalia que a recuperabilidade do saldo de tributos a recuperar em 31 de dezembro de 2025 será realizado no decorrer do exercício de 2026.

b) Não circulante

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
IR pago no exterior **(iv)**	37.206	45.919	37.206	45.919
IRPJ e CSLL diferidos (investidas) **(v)**	14.704	13.494	-	-
Total não circulante	**51.910**	**59.413**	**37.206**	**45.919**

(iv) Refere-se ao imposto de renda pago no exterior por coligada/controlada investida pela Companhia. Só é utilizado para compensação quando da adição ao lucro real do resultado tributável das investidas no exterior, conforme legislação vigente. **(v)** Provisão do imposto de renda e contribuição social diferida sobre o prejuízo fiscal no exercício das controladas Heritage Soluções, Constructora Recife SAC, Sucursais Argentina e Peru.

8. Outros ativos

a) Circulante

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Consórcios **(i)**	10.621	-	-	-
Adiantamentos a funcionários	16.823	15.727	15.956	15.719
Adiantamentos a fornecedor **(ii)**	-	-	67.030	24.120
Cauções	4.963	3.082	4.963	3.082
Créditos com parceiros **(iii)**	22.174	21.642	-	-
Despesas antecipadas **(iv)**	12.001	19.796	10.641	15.958
Outros créditos	1.555	11.196	-	-
Total circulante	**68.137**	**71.443**	**98.590**	**58.879**

(i) Refere-se ao desequilíbrio financeiro nos aportes das consorciadas no consórcio afetando o conta corrente entre as consorciadas. **(ii)** Adiantamentos a fornecedores para compra de bens e serviços, ou pela obtenção de direitos que serão entregues futuramente. **(iii)** Refere-se à investida Tique e Sucursais, que têm créditos com outras empresas no exterior, não pertencentes ao grupo econômico. **(iv)** Os saldos referem-se basicamente ao prêmio de seguros diversos, com prazo de vigência em 2026.

b) Não circulante

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Consórcios **(i)**	218.549	273.032	65.460	119.411
Créditos com parceiros **(ii)**	28.349	29.030	-	-
Despesas antecipadas	220	756	220	756
Venda de ativos **(iii)**	9.134	17.614	-	-
Outros créditos	94	-	-	-
Total não circulante	**256.346**	**320.432**	**65.680**	**120.167**

(i) Refere-se ao desequilíbrio financeiro nos aportes das consorciadas no consórcio afetando o conta corrente entre as consorciadas. **(ii)** Refere-se à investida QGI Brasil, e Sucursais, que têm créditos com outras empresas no exterior, não pertencentes ao grupo econômico. **(iii)** Refere-se às contas a receber da Agropecuária Rio Aratau no montante de R$9.134, relativo à parcela em aberto sobre a venda de todos os seus ativos (terras, máquinas, instalações, animais de produção).

9. Investimentos: O quadro adiante apresenta a composição do saldo do Investimento em controladas e coligadas e empreendimento controlados em conjunto.

a) Investimentos em 2025

Controladora	Participação	31/12/2024	Dividendos	V. cambial	A.A.P	Aporte/baixa	R.E.P	31/12/2025
Queiroz Petro S.A.	40,59%	21	-	-	-	-	(13)	8
Queiroz Galvão ZCS	25,00%	7.150	-	-	-	-	348	7.498
Nedl Construções	14,60%	1.303	-	-	-	179	1.218	2.700
País não consolidados	**-**	**8.474**	**-**	**-**	**-**	**179**	**1.553**	**10.206**
Intersur Concessiones	33,33%	29.345	(19.247)	(212)	-	-	16.017	25.903
Operadora Surperu	33,33%	7.879	(3.559)	(57)	-	-	3.921	8.184
Rutas Del Mercosur **(i)**	40,00%	-	-	-	-	46.146	(2.015)	44.131
Cons. Artibonito	70,00%	187	-	(25)	-	-	154	316
Exterior não consolidados	**-**	**37.411**	**(22.806)**	**(294)**	**-**	**46.146**	**18.077**	**78.534**
Invest. não consolidados	**-**	**45.885**	**(22.806)**	**(294)**	**-**	**46.325**	**19.630**	**88.740**
Guarany Siderurgia **(ii)**	100,00%	138.497	-	-	103	-	(3.549)	135.051
Agrop Rio Aratau	100,00%	31.820	(2.926)	-	-	(12.544)	(5.611)	10.739
Transport Guarany	100,00%	2.031	-	-	-	(985)	12	1.058
Duo Investimentos S.A.	100,00%	8.254	-	-	-	5.619	(2.097)	11.776
Heritage Soluções Engenharia	100,00%	54	-	-	-	3.676	(2.796)	934
QGI Brasil S.A.	67,55%	102.653	-	-	1.455	2.104	(1.376)	104.836
País consolidados	**-**	**283.309**	**(2.926)**	**-**	**1.558**	**(2.130)**	**(15.417)**	**264.394**
Tique Invest. Holding	100,00%	337.839	-	(37.639)	-	-	(2.275)	297.925
Sucursal Panama	100,00%	343	-	(38)	-	-	-	305
Sucursal R Dominicana	100,00%	31.390	-	(4.165)	-	-	21.272	48.497
Sucursal Peru	100,00%	132.825	-	(959)	303	-	(6.771)	125.398
Sucursal Honduras	100,00%	9.515	-	(1.385)	-	-	(7.857)	273
Sucursal Chile	100,00%	8.098	-	(166)	-	-	22	7.954
Exp Hidrel 5 de Noviembre	100,00%	15.830	-	(1.764)	-	-	(10.811)	3.255
Constructora Recife SAC	100,00%	20.088	-	(145)	607	-	(2.471)	18.079
QGI Oil Gas Contractors	80,00%	14.551	-	(1.621)	(16)	-	(1)	12.913
Exterior consolidados	**-**	**570.479**	**-**	**(47.882)**	**894**	**-**	**(8.892)**	**514.599**
Investimentos Consolidados	**-**	**853.788**	**(2.926)**	**(47.882)**	**2.452**	**(2.130)**	**(24.309)**	**778.993**
Total do investimento	**-**	**899.673**	**(25.732)**	**(48.176)**	**2.452**	**44.195**	**(4.679)**	**867.733**

(i) Em 04 de dezembro de 2025, foi constituída a Sociedade Rutas Del Mercosul S.A., em Assunção no Paraguai, com o objetivo exclusivo da execução do contrato de participação público privada com o Ministério de Obras Públicas e Comunicação do Paraguai. A companhia tem a participação de 40% no capital social. **(ii)** Em 09 de outubro de 2025 a Guarany Siderurgia e Mineração S.A. aportou no capital da Companhia Comporta Mineração S.A., empresa investida pela Atria Investimentos e Participações, a totalidade de seu ativo imobilizado. Em 11 de dezembro de 2025 através de instrumento particular de permuta de ações, a Atria Investimentos e Participações, transferiu a totalidade das ações que detinha nas seguintes sociedades: Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré S.A. e Cosima Siderúrgica do Maranhão Ltda. pelo mesmo valor do aporte recebido na Comporta.

Ines249

álya construtora s.a.

COMPANHIA FECHADA
CNPJ Nº 33.412.792/0001-60

b) Provisão para perda em investimentos em 2025

Controladora	Participação	31/12/2024	Dividendos	V. Cambial	A.A.P	Aporte/redução	R.E.P	Baixas	31/12/2025
QUIP S.A.	29,75%	(26.251)	-	-	(50)	-	(5.830)	-	(32.131)
Sucursal Líbia	100,00%	(14.423)	-	3.002	-	-	(406)	-	(11.827)
Constructora Sur	33,33%	(4.129)	-	30	-	-	(43)	-	(4.142)
Cons. Vial Bioceanico	50,00%	(22.312)	-	(1.264)	-	-	3.171	-	(20.405)
Não consolidados		**(67.115)**	**-**	**1.768**	**(50)**	**-**	**(3.108)**	**-**	**(68.505)**
Quebec	65,00%	(757)	-	-	-	-	(35)	-	(792)
Frontis Construções	100,00%	(108)	-	-	(16)	1.776	(1.169)	(483)	-
Sucursal Guiana	100,00%	(40.500)	-	4.539	-	-	(6.888)	-	(42.849)
Sucursal Argentina	100,00%	(38.040)	-	14.047	-	-	8.241	-	(15.752)
Sucursal Bolívia	94,78%	(384)	-	22	20	-	-	-	(342)
Sucursal Gana	100,00%	(2.671)	-	(672)	-	-	(22)	-	(3.365)
Sucursal Angola	100,00%	(3.386)	-	371	-	-	-	3.015	-
Sucursal Paraguai	100,00%	(4.082)	-	(231)	-	-	276	-	(4.037)
Consolidados		**(89.928)**	**-**	**18.076**	**4**	**1.776**	**403**	**2.532**	**(67.137)**
Total da provisão perda investimento		**(157.043)**	**-**	**19.844**	**(46)**	**1.776**	**(2.705)**	**2.532**	**(135.642)**

c) Movimentação de investimento e provisão para perda em 2025

Controladora	Dividendos	V. Cambial	A.A.P.	Aporte/redução	Baixa	R.E.P.
Movimentação de investimento de 2025	**(25.732)**	**(28.332)**	**2.406**	**45.971**	**2.532**	**(7.384)**

d) Investimentos não consolidados em 2025

Consolidado			31/12/2025		31/12/2024
Investimentos não consolidados	Participação	R.E.P	Investimentos	R.E.P	Investimentos
Investimentos					
Queiroz Petro S.A.	40,59%	(13)	8	(9)	21
Queiroz Galvão ZCS	25,00%	348	7.498	-	7.150
NEDL Construções	14,60%	1.218	2.700	(427)	1.303
Intersur Concessiones	33,33%	16.017	25.903	13.549	29.345
Operadora Surperu	33,33%	3.921	8.184	3.372	7.879
Rutas Del Mercosur	40,00%	(2.015)	44.131	-	-
Cons. Artibonito	70,00%	154	316	(331)	187
QGI INC	-	-	31.233	-	35.148
Concessionária Rio Barra	-	22	3.919	1.764	3.896
Frontis Construções	-	(1.168)	-	-	-

Consolidado			31/12/2025		31/12/2024
Investimentos não consolidados	Participação	R.E.P	Investimentos	R.E.P	Investimentos
Queiroz Galvão Mineração	-	-	-	579	-
Total dos investimentos não consolidados		**18.484**	**123.892**	**18.497**	**84.929**
Provisão para perda em investimentos					
QUIP S.A.	29,75%	(5.830)	(32.131)	1.391	(26.251)
Sucursal Líbia	100,00%	(406)	(11.827)	(556)	(14.423)
Constructora Sur	33,33%	(43)	(4.142)	11	(4.129)
Cons. Vial Bioceanico	50,00%	3.171	(20.405)	(3.272)	(22.312)
Queiroz Galvão ZCS	25,00%	-	-	7.319	-
Total da perda em investimentos não consolidada		**(3.108)**	**(68.505)**	**4.893**	**(67.115)**
Total da equivalência não consolidada		**15.376**		**23.390**	

e) Investimentos em 2024

Controladora	Participação	31/12/2023	Dividendos	V. Cambial	A.A.P	Aporte/baixa	R.E.P	Baixa por alienação	Reversão de perda	31/12/2024
Queiroz Petro S.A.	40,59%	29	-	-	1	-	(9)	-	-	21
Queiroz Galvão ZCS	25,00%	-	-	-	-	-	-	-	7.150	7.150
Nedl Construções	14,60%	1.559	-	-	-	171	(427)	-	-	1.303
País não consolidados	**-**	**1.588**	**-**	**-**	**1**	**171**	**(436)**	**-**	**7.150**	**8.474**
Intersur Concessiones	33,33%	23.528	(13.646)	5.914	-	-	13.549	-	-	29.345
Operadora Surperu	33,33%	8.383	(4.528)	2.107	(1.455)	-	3.372	-	-	7.879
Cons. Artibonito	70,00%	301	-	62	155	-	(331)	-	-	187
Exterior não consolidados	**-**	**32.212**	**(18.174)**	**8.083**	**(1.300)**	**-**	**16.590**	**-**	**-**	**37.411**
Invest. não consolidados	**-**	**33.800**	**(18.174)**	**8.083**	**(1.299)**	**171**	**16.154**	**-**	**7.150**	**45.885**
Guarany Siderurgia	100,00%	131.834	-	-	1.531	-	5.132	-	-	138.497
Agrop Rio Aratau	100,00%	48.334	(6.000)	-	-	-	(10.514)	-	-	31.820
Queiroz Mineração	100,00%	17.960	-	-	-	7.311	589	(25.860)	-	-
Transport Guarany	100,00%	3.420	(2.027)	-	388	-	250	-	-	2.031
Queiroz G. P Concessões	100,00%	3.691	-	-	-	3.281	1.282	-	-	8.254
Heritage Soluções Engenharia	100,00%	-	-	-	-	54	-	-	-	54
QGI Brasil S.A.	67,55%	102.687	-	-	(19)	60	(75)	-	-	102.653
País consolidados	**-**	**307.926**	**(8.027)**	**-**	**1.900**	**10.706**	**(3.336)**	**(25.860)**	**-**	**283.309**
Tique Invest. Holding	100,00%	277.267	-	77.373	-	-	(16.801)	-	-	337.839
Sucursal Panamá	100,00%	268	-	75	-	-	-	-	-	343
Sucursal R. Dominicana	100,00%	23.861	-	4.936	21	-	2.572	-	-	31.390
Sucursal Peru	100,00%	108.329	-	27.228	1.651	-	(4.383)	-	-	132.825
Sucursal Honduras	100,00%	7.833	-	1.912	-	-	(230)	-	-	9.515
Sucursal Chile	100,00%	6.814	-	916	(36)	-	404	-	-	8.098
Exp Hidrel 5 de Noviembre	100,00%	12.377	-	3.453	-	-	-	-	-	15.830
Constructora Recife SAC	100,00%	18.678	-	4.695	166	-	(3.451)	-	-	20.088
QGI Oil Gas Contractors	80,00%	11.377	-	3.174	-	-	-	-	-	14.551
Exterior consolidados	**-**	**466.804**	**-**	**123.762**	**1.802**	**-**	**(21.889)**	**-**	**-**	**570.479**
Investimentos Consolidados	**-**	**774.730**	**(8.027)**	**123.762**	**3.702**	**10.706**	**(25.225)**	**(25.860)**	**-**	**853.788**
Total do investimento	**-**	**808.530**	**(26.201)**	**131.845**	**2.403**	**10.877**	**(9.071)**	**(25.860)**	**7.150**	**899.673**

f) Provisão para perda de investimento em 2024

	Participação	31/12/2023	Dividendos	V. Cambial	A.A.P	Aporte/baixa	R.E.P	Reversão de perda	31/12/2024
QUIP S.A.	29,75%	(24.276)	-	-	(3.366)	-	1.391	-	(26.251)
Queiroz Galvão ZCS	25,00%	(159)	-	-	-	-	7.309	(7.150)	-
Sucursal Líbia	100,00%	(11.184)	-	(2.683)	-	-	(556)	-	(14.423)
Constructora Sur	33,33%	(3.308)	-	(832)	-	-	11	-	(4.129)
Cons. Vial Bioceanico	50,00%	(16.004)	-	(3.036)	-	-	(3.272)	-	(22.312)
Não consolidados		**(54.931)**	**-**	**(6.551)**	**(3.366)**	**-**	**4.883**	**(7.150)**	**(67.115)**
Quebec	65,00%	(732)	-	-	-	-	(25)	-	(757)
Frontis Construções	100,00%	(58)	-	-	-	-	(50)	-	(108)
Sucursal Guiana	100,00%	(29.763)	-	(8.401)	-	-	(2.336)	-	(40.500)
Sucursal Argentina	100,00%	(21.214)	-	(25.136)	-	-	8.310	-	(38.040)
Sucursal Bolívia	94,78%	(238)	-	(66)	-	-	(80)	-	(384)
Sucursal Gana	100,00%	(4.341)	-	1.741	(67)	-	(4)	-	(2.671)
Sucursal Angola	100,00%	(2.282)	-	(416)	-	-	(688)	-	(3.386)
Sucursal Paraguai	100,00%	(1.658)	-	(314)	(8)	-	(2.102)	-	(4.082)
Consolidados		**(60.286)**	**-**	**(32.592)**	**(75)**	**-**	**3.025**	**-**	**(89.928)**
Total da provisão perda investimento		**(115.217)**	**-**	**(39.143)**	**(3.441)**	**-**	**7.908**	**(7.150)**	**(157.043)**

g) Movimentação de investimento em 2024

Controladora	Dividendos	V. Cambial	A.A.P.	Aporte/baixa	R.E.P.
Movimentação de investimento de 2024	**(26.201)**	**(92.702)**	**(1.038)**	**10.877**	**(1.163)**

h) Controladas em 2025

	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado
Queiroz Petro S.A.	8.865	8.847	**18**	(33)
Queiroz Galvão ZCS	31.214	1.222	**29.992**	1.392
NEDL Construções	19.995	1.505	**18.490**	(8.342)
Intersur Concessiones	237.057	159.339	**77.718**	48.056
Operadora Surperu	113.955	89.397	**24.558**	11.766
Cons. Artibonito	561	108	**453**	221
Guarany Siderurgia	212.658	77.608	**135.050**	(3.549)
Agrop Rio Aratau	22.558	11.819	**10.739**	(5.611)
Transport Guarany	1.059	1	**1.058**	12
DUO Infra Participações	36.155	24.380	**11.775**	(2.097)
Heritage Soluções Engenharia	2.266	1.331	**935**	(2.795)
QGI Brasil S.A.	155.447	4.102	**151.345**	(1.987)
Tique Invest. Holding	379.351	81.426	**297.925**	(2.275)
Sucursal Panamá	1.129	824	**305**	-
Sucursal R. Dominicana	70.841	22.344	**48.497**	21.272
Sucursal Peru	167.893	42.496	**125.397**	(6.771)
Sucursal Honduras	277	3	**274**	(7.857)
Sucursal Chile	8.354	400	**7.954**	22
Exp Hidrel 5 de Noviembre	3.257	1	**3.256**	(10.811)
Constructora Recife SAC	25.413	14.366	**11.047**	(1.510)
QGI Oil Gas Contractors	105.038	88.898	**16.140**	(2)
QUIP S.A.	75.875	183.876	**(108.001)**	(19.596)
Sucursal Líbia	39.274	51.101	**(11.827)**	(406)
Constructora Sur	1.011	13.437	**(12.426)**	(128)
Cons. Vial Bioceanico	20.555	61.365	**(40.810)**	6.341
Quebec	4	1.223	**(1.219)**	(55)
Sucursal Guiana	369.634	412.483	**(42.849)**	(6.888)
Sucursal Argentina	12.604	28.356	**(15.752)**	8.241
Sucursal Bolívia	3.950	4.311	**(361)**	-
Sucursal Gana	3	3.368	**(3.365)**	(22)
Rutas Del Mercosul	119.874	9.548	**110.326**	(5.038)
Sucursal Paraguai	14.066	18.103	**(4.037)**	276

10. Imobilizado e intangível: a) Imobilizado: Movimentação dos saldos de imobilizados para **2025** do consolidado podem ser assim demonstrados:

		Custo de aquisição 2025				Depreciação acumulada em 2025	
Consolidado	Vida útil	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2025	Depreciação acumulada	Saldo líquido em 31/12/2025
Equipamento de campo	10	**258.482**	4.282	(29.681)	**233.083**	(179.384)	**53.699**
Construções civis	20	**24.821**	-	(879)	**23.942**	(14.514)	**9.428**
Instalações	20	**22.468**	1.950	(2.260)	**22.158**	(13.524)	**8.634**
Equipamento de oficina	10	**32.566**	2.155	(2.057)	**32.664**	(26.941)	**5.723**
Terrenos **(i)**	-	**284.878**	99.008	(255.831)	**128.055**	-	**128.055**
Veículos	5	**181.136**	6.409	(21.246)	**166.299**	(115.537)	**50.762**
Outros imobilizados	10	**5.740**	563	(1.513)	**4.790**	(3.998)	**792**
Máquinas e aparelhos	10	**43.142**	3.409	(30.157)	**16.394**	(9.689)	**6.705**
Total do custo de aquisição		**853.233**	**117.776**	**(343.624)**	**627.385**	**(363.587)**	**263.798**

	Depreciação acumulada em 2025			
Consolidado	Saldo em 31/12/2024	Depreciação	Baixas	Saldo em 31/12/2025
Equipamento de campo	**(182.751)**	(19.121)	22.488	**(179.384)**
Construções civis	**(13.991)**	(778)	255	**(14.514)**
Instalações	**(10.360)**	(4.174)	1.010	**(13.524)**
Equipamento de oficina	**(26.698)**	(1.645)	1.402	**(26.941)**
Jazidas (exaustão) **(i)**	**(128.577)**	(275)	128.852	**-**
Veículos	**(112.615)**	(18.778)	15.856	**(115.537)**
Outros imobilizados	**(4.646)**	(53)	701	**(3.998)**
Máquinas e aparelhos	**(31.014)**	(1.428)	22.753	**(9.689)**
Total depreciação acumulada	**(510.652)**	**(46.252)**	**193.317**	**(363.587)**

	Adições	Depreciação	Baixas líquidas
Movimentação imobilizado 2025	117.776	(46.252)	**(150.307)**

(i) Para maiores informações em relação a movimentação ocorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, vide Nota Explicativa nº 9a. O saldo de R$99.008 relativo à adições de terrenos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 se refere a uma transação não caixa. Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 9a, em 09 de outubro de 2025 a Guarany Siderurgia e Mineração S.A. aportou no capital da Companhia Comporta Mineração S.A., empresa investida pela Atria Investimentos e Participações, a totalidade de seu ativo imobilizado.Em 11 de dezembro de 2025 através de instrumento particular de permuta de ações, a Atria Investimentos e Participações, transferiu a totalidade das ações que detinha nas seguintes sociedades: Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré S.A. e Cosima Siderúrgica do Maranhão Ltda. pelo mesmo valor do aporte recebido na Comporta. Movimentação dos saldos de imobilizados para **2024** do consolidado podem ser assim demonstrados:

		Custo de aquisição 2024				Depreciação acumulada em 2024	
Consolidado	Vida útil	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2024	Depreciação acumulada	Saldo líquido em 31/12/2024
Equipamento de campo	10	**237.830**	39.831	(19.179)	**258.482**	(182.751)	**75.731**
Construções civis	20	**23.575**	1.311	(65)	**24.821**	(13.991)	**10.830**
Instalações	20	**13.923**	9.408	(863)	**22.468**	(10.360)	**12.108**
Equipamento de oficina	10	**35.213**	-	(2.647)	**32.566**	(26.698)	**5.868**
Imobilizado em curso	10	**1.321**	48.480	(49.801)	**-**	-	**-**
Terrenos	-	**174.189**	110.689	-	**284.878**	(128.577)	**156.301**
Veículos	5	**154.402**	48.588	(21.854)	**181.136**	(112.615)	**68.521**
Outros imobilizados	10	**13.054**	-	(7.314)	**5.740**	(4.646)	**1.094**
Máquinas e aparelhos	10	**26.540**	30.044	(13.442)	**43.142**	(31.014)	12.128
Total do custo de aquisição		**680.047**	**288.351**	**(115.165)**	**853.233**	**(510.652)**	**342.581**

	Depreciação acumulada em 2024			
Consolidado	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2024
Equipamento de campo	**(179.983)**	(17.879)	15.111	**(182.751)**
Construções civis	**(13.094)**	(1.063)	166	**(13.991)**
Instalações	**(6.405)**	(3.955)	-	**(10.360)**
Equipamento de oficina	**(29.651)**	(1.472)	4.425	**(26.698)**
Jazidas (exaustão)	**-**	(128.577)	-	**(128.577)**
Veículos	**(100.355)**	(18.663)	6.403	**(112.615)**
Outros imobilizados	**(12.770)**	(789)	8.913	**(4.646)**
Máquinas e aparelhos	**(9.975)**	(21.039)	-	**(31.014)**
Total depreciação acumulada	**(352.233)**	**(193.437)**	**35.018**	**(510.652)**

	Adições	Depreciação	Baixas líquidas
Movimentação imobilizado 2024	288.351	(193.437)	(80.147)

Imobilizado Controladora: Movimentação dos saldos de imobilizados para 2025 da Controladora podem ser assim demonstrados:

		Custo de aquisição 2025				Depreciação acumulada em 2025	
Controladora	Vida útil	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2025	Depreciação acumulada	Saldo líquido em 31/12/2025
Equipamento de campo	10	**170.057**	703	(19.847)	**150.913**	(141.828)	**9.085**
Construções civis	20	**24.024**	-	(83)	**23.941**	(14.514)	**9.427**
Instalações	20	**4.389**	60	-	**4.449**	(4.015)	**434**
Equipamento de oficina	10	**31.347**	2.100	(2.021)	**31.426**	(25.880)	**5.546**
Terrenos	-	**29.048**	-	-	**29.048**	-	**29.048**
Veículos	5	**97.003**	14	(10.121)	**86.896**	(70.082)	**16.814**
Outros imobilizados	10	**1.288**	163	(43)	**1.408**	(1.116)	**292**
Total do custo de aquisição		**357.156**	**3.040**	**(32.115)**	**328.081**	**(257.435)**	**70.646**

	Depreciação acumulada em 2025			
Controladora	Saldo em 31/12/2024	Depreciação	Baixas	Saldo em 31/12/2025
Equipamento de campo	**(157.990)**	(3.578)	19.740	**(141.828)**
Construções civis	**(13.742)**	(772)	-	**(14.514)**
Instalações	**(3.901)**	(114)	-	**(4.015)**
Equipamento de oficina	**(25.683)**	(1.583)	1.386	**(25.880)**
Veículos	**(74.170)**	(6.018)	10.106	**(70.082)**
Outros imobilizados	**(1.102)**	(25)	11	**(1.116)**
Total depreciação acumulada	**(276.588)**	**(12.090)**	**31.243**	**(257.435)**

	Adições	Depreciação	Baixas líquidas
Movimentação imobilizado 2025	3.040	(12.090)	**(872)**

Movimentação dos saldos de imobilizados para 2024 do consolidado podem ser assim demonstrados:

		Custo de aquisição 2024				Depreciação acumulada em 2024	
Controladora	Vida útil	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2024	Depreciação acumulada	Saldo líquido em 31/12/2024
Equipamento de campo	10	**188.616**	620	(19.179)	**170.057**	(157.990)	**12.067**
Construções civis	20	**22.554**	1.535	(65)	**24.024**	(13.742)	**10.282**
Instalações	20	**4.113**	283	(7)	**4.389**	(3.901)	**488**
Equipamento de oficina	10	**30.733**	1.773	(1.159)	**31.347**	(25.683)	**5.664**
Terrenos	-	**29.048**	-	-	**29.048**	-	**29.048**
Veículos	5	**116.484**	2.373	(21.854)	**97.003**	(74.170)	**22.833**
Outros imobilizados	10	**1.410**	146	(268)	**1.288**	(1.102)	**186**
Total do custo de aquisição		**392.958**	**6.730**	**(42.532)**	**357.156**	**(276.588)**	**80.568**

	Depreciação acumulada em 2024			
Controladora	Saldo em 31/12/2023	Depreciação	Baixas	Saldo em 31/12/2024
Equipamento de campo	**(171.734)**	(3.896)	17.640	**(157.990)**
Construções civis	**(12.929)**	(814)	1	**(13.742)**
Instalações	**(3.786)**	(122)	7	**(3.901)**
Equipamento de oficina	**(25.278)**	(1.404)	999	**(25.683)**
Veículos	**(90.349)**	(5.995)	22.174	**(74.170)**
Outros imobilizados	**(1.280)**	(29)	207	**(1.102)**
Total depreciação acumulada	**(305.356)**	**(12.260)**	**41.028**	**(276.588)**

	Adições	Depreciação	Baixas líquidas
Movimentação imobilizado 2024	6.730	(12.260)	**(1.504)**

b) Intangível consolidado: Movimentação dos saldos de intangíveis para 2025 podem ser assim demonstrados:

		Custo de aquisição 2025				Amortização acumulada em 2025	
Consolidado	Vida útil	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2025	Amortização Acumulada	Saldo líquido em 31/12/2025
Marca e tecnologia	-	**31.945**	-	-	**31.945**	-	**31.945**
Acervo técnico	-	**157**	-	(157)	**-**	-	**-**
Software	5	**1.321**	15	(5)	**1.331**	(789)	**542**
Total do custo de aquisição		**33.423**	**15**	**(162)**	**33.276**	**(789)**	**32.487**

	Amortização acumulada em 2025			
Consolidado	Saldo em 31/12/2024	Amortização	Baixas	Saldo em 31/12/2025
Software	**(781)**	(13)	5	**(789)**
Total depreciação acumulada	**(781)**	**(13)**	**5**	**(789)**

	Adições	Depreciação	Baixas líquidas
Movimentação intangível 2025	15	(13)	(157)

Movimentação dos saldos de intangíveis para 2024 podem ser assim demonstrados:

		Custo de aquisição 2024				Amortização acumulada em 2024	
Consolidado	Vida útil	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2024	Amortização acumulada	Saldo líquido em 31/12/2024
Marca e tecnologia	-	**31.945**	-	-	**31.945**	-	**31.945**
Acervo técnico	-	**511**	-	(354)	**157**	-	**157**
Software	5	**10.522**	-	(9.201)	**1.321**	(781)	**540**
Total do custo de aquisição		**42.978**	**-**	**(9.555)**	**33.423**	**(781)**	**32.642**

Ines249

álya construtora s.a.

COMPANHIA FECHADA
CNPJ Nº 33.412.792/0001-60

Consolidado	Saldo em 31/12/2023	Amortização	Baixas	Saldo em 31/12/2025
	Amortização acumulada em 2024			
Software	(9.958)	(30)	9.207	(781)
Total depreciação acumulada	**(9.958)**	**(30)**	**9.207**	**(781)**

	Adições	Amortização	Baixas líquidas
Movimentação intangível 2024	-	(30)	(348)

Intangível controladora: Movimentação dos saldos de intangíveis para 2025 podem ser assim demonstrados:

Controladora	Vida útil	Saldo em 31/12/2024	Custo de aquisição 2025 Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2025	Amortização acumulada	Saldo líquido em 31/12/2025
Marca e tecnologia	-	31.945	-	-	31.945	-	31.945
Software	5	697	14	-	711	(175)	536
Total do custo de aquisição		32.642	14	-	32.656	(175)	32.481

Controladora	Saldo em 31/12/2024	Amortização	Baixas	Saldo em 31/12/2025
	Amortização acumulada em 2025			
Software	(174)	(1)	-	(175)
Total depreciação acumulada	**(174)**	**(1)**	**-**	**(175)**

	Adições	Amortização	Baixas líquidas
Movimentação intangível 2025	14	(1)	-

Movimentação dos saldos de intangíveis para 2024 podem ser assim demonstrados:

Controladora	Vida útil	Saldo em 31/12/2023	Custo de aquisição 2024 Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2024	Amortização acumulada	Saldo líquido em 31/12/2024
Marca e tecnologia	-	31.945	-	-	31.945	-	31.945
Software	5	754	-	(57)	697	(174)	523
Total do custo de aquisição		32.699	-	(57)	32.642	(174)	32.468

Controladora	Saldo em 31/12/2023	Amortização	Baixas	Saldo em 31/12/2024
	Amortização acumulada em 2024			
Software	(218)	(13)	57	(174)
Total depreciação acumulada	**(218)**	**(13)**	**57**	**(174)**

	Adições	Amortização	Baixas líquidas
Movimentação intangível 2024	-	(13)	-

c) Movimentação do ativo imobilizado e intangível

Consolidado em 31/12/2025	Aquisições	Depreciação/amortização	Baixas
Imobilizado	117.776	(46.252)	(150.307)
Intangível	15	(13)	(157)
Totais	**117.791**	**(46.265)**	**(150.464)**

Consolidado em 31/12/2024	Aquisições	Depreciação/amortização	Baixas
Imobilizado	288.351	(193.437)	(80.147)
Intangível	-	(30)	(348)
Totais	**288.351**	**(193.467)**	**(80.495)**

Controladora: Movimentação do ativo imobilizado e intangível em 2025

Controladora em 31/12/2025	Aquisições	Depreciação/amortização	Baixas
Imobilizado	3.040	(12.090)	(872)
Intangível	15	(13)	2
Totais	**3.054**	**(12.091)**	**(872)**

Movimentação do ativo imobilizado e intangível em 2024

Controladora em 31/12/2024	Aquisições	Depreciação/amortização	Baixas
Imobilizado	6.730	(12.260)	1.504
Intangível	-	(13)	-
Totais	**6.730**	**(12.273)**	**1.504**

11. Fornecedores

	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024
Fornecedor no Brasil	134.432	193.380	236.412	190.469
Subempreiteiros	264	31.875	-	-
Fornecedor no exterior	114.432	42.256	10.580	10.528
Total	**249.285**	**267.511**	**246.992**	**200.997**

São registradas nessa conta os valores a pagar referente a aquisição de bens e serviços, para execução das obras, conservação e rotina da Companhia, além de custos operacionais e despesas administrativas.

12. Partes relacionadas: a) As transações com partes relacionadas não têm prazo definido e nem remuneração prevista:

	Consolidado 31/12/2025		Consolidado 31/12/2024		Controladora 31/12/2025		Controladora 31/12/2024	
Circulante	**Receber**	**Pagar**	**Receber**	**Pagar**	**Receber**	**Pagar**	**Receber**	**Pagar**
Somah Invest. S.A.	172.000	-	-	-	172.000	-	-	-
Total	**172.000**	**-**	**-**	**-**	**172.000**	**-**	**-**	**-**

	Consolidado 31/12/2025		Consolidado 31/12/2024		Controladora 31/12/2025		Controladora 31/12/2024	
Não circulante	**Receber**	**Pagar**	**Receber**	**Pagar**	**Receber**	**Pagar**	**Receber**	**Pagar**
Somah Invest. S.A. **(i)**	166.952	-	286.633	-	166.952	-	278.334	-
Átria Investimentos	-	(1.530)	-	(5.407)	6.147	-	-	-
CQG Oil & Gas	49.343	-	49.343	-	-	-	-	-
Hormigon Offshore	127.328	-	127.312	-	724	-	-	707
QUIP S.A.	63.919	-	61.527	-	63.919	-	61.527	-
Estaleiro Atlântico Sul	19.209	-	19.209	-	7.143	-	6.983	-
Operações com o exterior	-	-	-	-	31.206	-	-	(19.524)
Queiroz Petro	-	(8.824)		(8.824)	-	(8.824)	-	(8.824)
Agrop. Rio Aratau	-	-	-	(2.372)	-	-	-	(2.372)
QGI Oil & Gas	3.694	-	3.694	-	-	-	-	-
Guarany Mineração	-	-	-	-	-	(29.229)	-	(27.309)
Transportadora Guarany	-	-	-	-	-	(1.015)	-	(1.973)
Frontis Const. Montagens	15	-	-	-	15	-	436	-
Duo Infra Participações	-	-	-	-	24.245	-	-	-
QGSEE Comércio	-	(7.745)	-	-	-	(7.745)	-	-
NEDL Construções	-	(1.907)	-	-	-	(1.907)	-	-
Outras partes ligadas	-	(2.009)	-	(4.513)	805	-	-	(1.373)
Subtotal	**430.460**	**(22.015)**	**547.718**	**(21.116)**	**301.156**	**(48.720)**	**347.280**	**(60.668)**

	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024
A receber	430.460	547.718	301.156	347.280
A pagar	(22.015)	(21.116)	(48.720)	(60.668)
Total líquido	**408.445**	**526.602**	**252.436**	**286.612**

(i) Foi celebrado contrato de assunção de dívida entre Álya, o Fundo administrador das CCB e a Somah Participação. A Somah assumiu parte da dívida da Álya com o Fundo (Nota Explicativa nº 13.v). E em pagamento a Álya dá quitação de parte do valor devido pela Somah no valor de R$ 92.196 (transação não caixa).

b) Resultado - Nos exercícios de 2025 e 2024, a Álya realizou as seguintes operações com partes relacionadas:

		31/12/2025		31/12/2024	
	Operação	**Receitas**	**Custo**	**Receitas**	**Custo**
EGTC Infra **(i)**	Locação	17.433	-	21.954	-
Vital Engenharia Ambiental	Locação	-	-	2.160	-
LEQUIP Locadora	Locação	-	-	-	27.630
Concessionária Rodovia dos Tamoios **(ii)**	Prestação de serviços	64.794	-	331.614	-
Venda de sucata	-	-	-	1.325	-
Resultado financeiro c/variação cambial	-	2.742	-	-	5.094
Total		**84.969**	**-**	**357.053**	**32.724**

(i) Operações de locação de equipamentos e veículos entre a Companhia e a EGTC, para suprir a necessidade junto aos contratos; **(ii)** Receita final do contrato da obra de Duplicação da Rodovia dos Tamoios no litoral norte do Estado de São Paulo.

13. Empréstimos, financiamentos e debêntures: O saldo de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2025 e em 2024 podem ser assim demonstrados:

	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024
Empréstimos, financiamentos e debêntures - circulante	28.288	20.656	26.782	14.553
Empréstimos, financiamentos e debêntures - não circulante	290.318	343.672	290.318	341.976
Total	**318.606**	**364.328**	**317.100**	**356.529**

a) Composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures em 31 de dezembro de 2025

			Consolidado		Controladora	
Instituição Financeira	**Modalidade**	**Indexador**	**Circulante**	**Não circulante**	**Circulante**	**Não circulante**
Caterpillar financial	Finame **(i)**	Prefixado	1.066	269	1.066	269
Banco John Deere	CDC **(ii)**	Prefixado	1.658	2.571	1.658	2.571
Banco Mercedes Benz	CDC **(ii)**	Prefixado	5.851	13.943	5.851	13.943
Banco Money Plus	Nota Comercial **(iii)**	CDI	13.135	-	13.135	-
Quatá	Nota Comercial **(iii)**	CDI	5.072	13.324	5.072	13.324
CCB **(v)**	CCB **(iv)**	TR	-	33.000	-	33.000
Debêntures	Debêntures **(iv)**	TR	-	179.697	-	179.697
Massy Motors Guyana	Financiamento bens	Prefixado	1.506	-	-	-
Banco Continental - Paraguai **(vi)**	Capital de Giro **(vi)**	USD + SOFR 6M	-	47.514	-	47.514
Total			**28.288**	**290.318**	**26.782**	**290.318**

b) Composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures em 31 de dezembro de 2024

			Consolidado		Controladora	
Instituição Financeira	**Modalidade**	**Indexador**	**Circulante**	**Não circulante**	**Circulante**	**Não circulante**
Caterpillar financial	Finame **(i)**	Prefixado	2.141	3.473	2.141	3.473
Banco John Deere	CDC **(ii)**	Prefixado	1.669	4.195	1.669	4.195
Banco Mercedes Benz	CDC **(ii)**	Prefixado	5.031	19.674	5.031	19.674
Banco Money Plus	Nota Comercial **(iii)**	CDI	9.137	170	9.137	-
Quatá	Nota Comercial **(iii)**	CDI	5.542	7.982	5.542	7.982
CCB	CCB **(v)**	TR	-	122.166	-	122.166
Debêntures	Debentures **(iv)**	TR	-	175.349	-	175.349
Massy Motors Guyana	Financiamento bens	Prefixado	6.103	1.696	-	-
Total			**20.656**	**343.672**	**14.553**	**341.976**

c) Movimentação dos passivos decorrentes de atividades de financiamento: As tabelas adiante detalham as alterações nos passivos da Companhia decorrentes de atividades de financiamento, incluindo mudanças monetárias e não monetárias. Passivos decorrentes de atividades de financiamento são aqueles para os quais fluxos de caixa ou fluxos de caixa futuros serão classificados na demonstração dos fluxos de caixa das atividades de financiamento:

	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024
Saldo inicial	**364.328**	**375.225**	**356.529**	**374.332**
Captações	47.514	13.041	47.514	13.041
Amortizações de principal **(v)**	(101.249)	(35.253)	(94.956)	(42.459)
Juros pagos	(9.531)	(5.918)	(9.531)	(5.618)
Juros no resultado	17.544	17.233	17.544	17.233
Saldo final	**318.606**	**364.328**	**317.100**	**356.529**

d) Empréstimos, financiamentos e debêntures por vencimento: Os montantes acima têm o seguinte fluxo de pagamento estimado:

	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024
Empréstimos, financiamentos e debêntures - circulante	28.288	20.656	26.782	14.553
Subtotal	**28.288**	**20.656**	**26.782**	**14.553**
Empréstimos, financiamentos e debêntures - não circulante				
2026	-	19.720	-	18.024
2027	15.889	11.202	15.889	11.202
2028	14.165	11.176	14.165	11.176
2029	53	12.285	53	12.285
Após 2030	260.211	289.289	260.211	289.289
Subtotal	**290.318**	**343.672**	**290.318**	**341.976**
Total	**318.606**	**364.328**	**317.100**	**356.529**

(i) Os financiamentos da modalidade Finame têm prazo médio para pagamento de 24 meses com vencimentos das últimas parcelas entre 2026 e 2027, com cláusula de alienação fiduciária; **(ii)** Os financiamentos da modalidade CDC possuem taxas de juros prefixadas entre 15,8% e 18% a.a. e prazo médio de pagamento 48 meses com vencimentos das últimas parcelas entre 2027 e 2029, com clausula de alienação fiduciária; **(iii)** Os financiamentos da modalidade Nota Comercial possuem taxa de juros CDI + 5% a 6% a.a. e prazo médio de 30 meses, com últimas parcelas vencendo em 2028; **(iv)** As modalidades CCB e Debêntures, fizeram parte de um processo de reestruturação financeira do Grupo, que se consolidou em 25 de outubro de 2019. O prazo final para pagamento é em 2037. **(v)** Foi celebrado em 30 de dezembro de 2025 o contrato de assunção de dívida entre Álya, o Fundo administrador das CCB, e a Somah Participação. A Somah assumiu parte da dívida da Álya com o Fundo. E em pagamento a Álya quita parte do valor devido pela Somah no valor de R$ 92.196 (Nota Explicativa nº 12.a). **(vi)** Contrato de linha de crédito com Banco Continental do Paraguai, para execução do projeto de ampliação e melhoramento da "la Ruta PY02", com vencimento da última parcela para 2030.

14. Obrigações tributárias

	Consolidado 31/12/2025		Consolidado 31/12/2024		Controladora 31/12/2025		Controladora	
	Circulante	**Não circulante**	**Circulante**	**Não circulante**	**Circulante**	**Não circulante**	**Circulante**	**Não circulante**
Obrig. fiscais s/faturamento **(i)**	31.472	-	12.489	-	31.238	-	12.325	-
Parcel. impostos/contribuições	2.713	9.967	2.398	8.004	565	303	559	816
Retenções de imps. terceiros **(ii)**	6.976	-	10.519	-	6.797	-	5.520	-
Obrigações fiscais - Diferido **(iii)**	6.294	19.095	-	23.704	-	19.096	-	23.704
Obrig. fiscais s/rec. financeiras	184	-	792	-	154	-	278	-
Obrig. fiscais sobre lucro	672	-	4.054	-	-	-	-	-
Total	**48.311**	**29.062**	**30.252**	**31.708**	**38.754**	**19.399**	**18.682**	**24.520**

(i) Refere-se, basicamente, aos tributos federais, estaduais e municipais sobre a receita bruta; **(ii)** Refere-se, basicamente, aos tributos retidos sobre prestação de serviço de terceiros; **(iii)** Refere-se basicamente aos tributos PIS, COFINS e ISS, incidentes sobre a receita bruta, onde serão diferidos para o momento dos recebimentos das faturas (regime de caixa). Estes tributos têm origem na prestação de serviços a órgãos da Administração pública.

15. Obrigações trabalhistas

	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024
Circulante				
Salários e encargos sociais	30.037	27.570	27.349	21.673
Provisões trabalhistas	32.088	24.822	31.041	24.102
Total	**62.125**	**52.392**	**58.390**	**45.775**

16. Outros passivos

	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024
Circulante				
Credores diversos **(i)**	42.630	18.799	-	2.359
Outras obrigações	716	873	332	177
Total circulante	**43.346**	**19.672**	**332**	**2.536**
Não circulante				
Retenções contratuais **(ii)**	41.797	41.268	35.448	39.637
Consórcio	2.249	7.547	-	-
Títulos a pagar	1.275	1.275	1.275	1.275
Credores diversos **(i)**	59.010	46.616	59.010	45.086
Total não circulante	**104.331**	**96.706**	**95.733**	**85.998**

(i) Refere-se a débitos da Companhia e investidas com outras empresas que não pertencem ao grupo, sem cláusulas de juros e correção; **(ii)** Valores retidos de faturamento de terceiros, pela prestação de serviços com mão-de-obra, visando resguardar o caixa da Companhia de possíveis litígios trabalhistas.

17. Provisão para demandas judiciais e depósitos judiciais: A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas atividades, estão sujeitas a processos judiciais de natureza trabalhista, cível e tributária. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para riscos judiciais. A composição de provisões para demandas judiciais com prognósticos de prováveis para 31 de dezembro de 2025 podem ser assim demonstrados:

a) Provisão para demandas judiciais	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024
Cível	40.079	37.160	23.428	30.162
Trabalhista	48.249	59.131	46.368	64.622
Tributária	2.420	2.719	-	-
Total	**90.748**	**99.010**	**69.796**	**94.784**

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos para riscos trabalhistas, cíveis e tributária considerados como prováveis de perda. Os processos trabalhistas, basicamente envolvendo ex-empregados ou empresas prestadoras de serviços, estão relacionados principalmente com pedidos de horas extras, intervalo intrajornada e insalubridade, bem como seus reflexos e respectivos encargos e quando aplicáveis, são amparados por depósitos judiciais. Com relação aos processos cíveis, a Companhia mantém uma defesa ativa e exaustiva em todos os processos, o que compreende o manejo estratégico de recursos até as instâncias extraordinárias, assegurando que nenhum desembolso seja efetuado sem o trânsito em *julgado após o pleno debate jurídico.*

Movimentação	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024
Saldo inicial	**99.010**	**118.084**	**94.784**	**115.545**
(-) Pagamento	(518)	(6.075)	(218)	(135)
(-) Provisão (Reversão)	(7.744)	(12.999)	(24.770)	(20.626)
Saldo final	**90.748**	**99.010**	**69.796**	**94.784**

A Companhia e suas controladas são partes em outros processos para os quais, com base na avaliação de seus assessores legais, internos e externos, não constituem provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis, por entenderem que os riscos são de perda possível. Esses processos são de naturezas cível, tributária, trabalhista e administrativa e em 31 de dezembro de 2025 totalizaram R$ 4.392.381.713 (conforme composição a seguir). Deste total, R$ 1.750.449.001 (39.85%) são processos administrativos que tramitam em órgãos de controle, cujos riscos, se e quando concretizados, são passíveis de rediscussão em âmbito judicial. Esses processos são de naturezas cíveis, tributários e trabalhistas e em 31 de dezembro de 2025 totalizaram R$ 4.525.713 (R$ 2.729.602 em 2024), conforme composição a seguir:

Tipo	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024
Cível	4.476.613	2.658.925	4.345.128	2.658.925
Trabalhista	20.758	45.978	20.758	45.232
Tributário	28.342	24.699	26.495	21.890
Total	**4.525.713**	**2.729.602**	**4.392.381**	**2.726.047**

b) Depósitos judiciais	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024
Tipo				
Depósitos judiciais - Cível	23.730	38.458	22.994	37.764
Depósitos judiciais - Trabalhista	12.566	13.780	12.566	13.569
Depósitos judiciais - Tributário	2.889	6.832	2.889	6.832
Total	**39.185**	**59.070**	**38.449**	**58.165**

Movimentação	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024
Saldo inicial	**59.070**	**65.570**	**58.165**	**64.137**
Adições	2.131	4.822	2.131	4.822
(-) Baixas	(22.016)	(11.322)	(21.847)	(10.794)
Saldo final	**39.185**	**59.070**	**38.449**	**58.165**

Durante o exercício de 2025, a Companhia realizou a baixa dos depósitos no montante de R$ 22.016, principalmente, em decorrência do levantamento dos depósitos de processos judiciais finalizados.

18. Patrimônio Líquido: a) Capital social: O capital social em 31 de dezembro de 2025 é de R$ 1.438.187, representado por 1.684.978.216 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado. O acionista único da Companhia é a Somah Investimentos e Participações S.A. Através da ata da Assembleia Geral Extraordinária, em 29 de outubro de 2025, foi reduzido o capital social no montante de R$ 1.079.739, com prejuízos acumulados pela Companhia (transação não caixa). **b) Dividendos:** De acordo com o Estatuto Social, é assegurado aos acionistas da Companhia um dividendo mínimo obrigatório de 3% do lucro líquido ajustado na forma legal. **c) Reserva legal:** A reserva legal é constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. **d) Reserva de reavaliação:** O valor da reavaliação do ativo imobilizado é a diferença entre o valor líquido contábil do bem e o valor de mercado, com base em laudo técnico elaborado por três peritos ou entidade especializada. A partir de 1º de janeiro de 2008, a Reserva de Reavaliação foi extinta, por força da Lei nº 11.638/2007. O saldo remanescente de R$ 30.868, nesta rubrica, refere-se a terrenos e à marca, os quais não sofrem os efeitos da amortização. O efeito trazido ao balanço consolidado da Companhia tem origem na controladora (Álya Construtora S.A.).

19. Receita operacional líquida

	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024
Receita bruta				
Receita de prestação de serviços	2.074.619	1.706.101	1.733.019	1.377.611
Receita de revenda mercadorias	-	31.265	-	-
Receita de locação	20.789	25.950	18.153	23.694
Total	**2.095.408**	**1.763.316**	**1.751.172**	**1.401.305**
Impostos incidentes	(124.347)	(102.887)	(120.623)	(99.015)
Total da receita líquida	**1.971.061**	**1.660.429**	**1.630.549**	**1.302.290**

20. Custos e despesas administrativas

a) Custos	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024
Custos de materiais	(564.190)	(445.474)	(408.435)	(318.039)
Custos de pessoal	(438.608)	(412.587)	(370.271)	(329.253)
Custos com serviços prestados	(404.904)	(378.237)	(347.882)	(280.512)
Custos com depreciação	(45.485)	(42.256)	(11.951)	(12.180)
Custos gerais **(i)**	(330.882)	(268.771)	(313.979)	(259.122)
Total	**(1.784.069)**	**(1.547.325)**	**(1.452.518)**	**(1.199.106)**

(i) Os custos gerais basicamente se referem a aluguéis, utilidades, seguros e custos com equipamentos.

b) Despesas gerais e administrativas	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024
Despesas com pessoal	(57.988)	(80.515)	(36.959)	(45.707)
Despesas com serviços prestados	(56.075)	(49.880)	(37.852)	(33.867)
Despesas gerais **(i)**	(55.702)	(3.009)	(41.452)	(17.573)
Total	**(169.765)**	**(133.404)**	**(116.263)**	**(97.147)**

(i) As despesas gerais basicamente se referem a aluguéis, utilidades e seguros dos escritórios administrativos.

21. Outros resultados operacionais

	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024
Resultado na baixa do imobilizado	7.868	17.516	7.868	17.288
Resultado na baixa do investimento	6.467	39.140	6.467	39.140
Receitas eventuais **(i)**	35.404	46.495	3.023	18.626
Reversão (provisões) para contingências	7.744	12.999	24.770	20.626
Outros resultados	(2)	(8.126)	-	(8.126)
Ajuste a Valor Justo (AVJ) **(ii)**	(4.107)	(1.662)	(4.465)	(1.662)
Resultado de participação em consórcios ***(iii)***	28.374	-	-	-
Perda no recebimento de créditos **(iv)**	-	(115.017)	-	(115.017)
Total	**81.748**	**(8.655)**	**37.663**	**(29.125)**

(i) Receita de venda de sucata, aluguéis, reconhecimento de precatório, e outras receitas não operacionais; **(ii)** Ajuste a Valor Justo (AVJ) das quotas de participação de Fundo de Investimento para Direitos Creditórios; **(iii)** Recebimento de resultado obtido por participação em Consórcios pela controlada Sucursal Argentina; **(iv)** A Administração identificou em conjunto com seus assessores jurídicos a necessidade de constituição de provisão para perdas em créditos de precatórios.

22. Resultado financeiro, líquido

	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicação financeira	6.584	12.024	1.900	1.766
Outras receitas financeiras	2.873	11.817	397	1.557
Variação cambial ativa	30.503	30.047	25.022	25.210
Variação monetária ativa	11.820	27.212	10.092	24.843
Total	**51.780**	**81.100**	**37.411**	**53.376**
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(17.544)	(17.233)	(17.544)	(17.234)
Variação cambial passiva	(37.775)	(57.435)	(23.393)	(32.293)
Outras despesas financeiras **(i)**	(28.921)	(18.340)	(15.241)	(7.267)
Total	**(84.240)**	**(93.008)**	**(56.178)**	**(56.794)**
Resultado financeiro líquido	**(32.460)**	**(11.908)**	**(18.767)**	**(3.418)**

(i) Os valores compreendem as despesas com variação monetária passiva, pagamento de juros por atraso e tarifas bancárias.

Ines249

álya construtora s.a.

COMPANHIA FECHADA
CNPJ Nº 33.412.792/0001-60

23. Imposto de renda e contribuição social - Correntes e diferidos
a) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social corrente no resultado

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes do IRPJ e CSLL	76.240	(24.996)	72.195	(29.159)
Alíquotas nominais (34%)				
Total das adições	67.624	77.176	67.624	77.176
Total das exclusões	(68.670)	(22.387)	(68.670)	(22.387)
Total	**75.194**	**29.794**	**71.149**	**25.630**
Base de cálculo do IR e CS	**75.194**	**29.794**	**71.149**	**25.630**
Contribuição social - corrente	7.461	3.442	5.840	2.307
Imposto de renda - corrente	20.282	9.468	15.808	6.383
Total IRPJ e CSLL corrente	**27.743**	**12.910**	**21.648**	**8.690**
Alíquota efetiva	**36,90%**	**43,33%**	**30,43%**	**33,91%**

b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social diferido – passivo

31/12/2025	Controladora	Guarany	Empresas exterior	Consolidado
Contribuição social	12.616	-	-	12.616
Imposto de renda	35.046	-	1.837	36.883
Total	**47.662**	**-**	**1.837**	**49.499**

31/12/2024	Controladora	Guarany	Empresas exterior	Consolidado
Contribuição social	22.520	11.209	-	33.729
Imposto de renda	62.555	31.107	2.065	95.727
Total	**85.075**	**42.316**	**2.065**	**129.456**

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	**129.456**	**134.829**	**85.075**	**90.543**
Constituição	17.055	8.168	17.055	8.072
(-) Reversão	(97.012)	(13.541)	(54.468)	(13.538)
Saldo final	**49.499**	**129.456**	**47.662**	**85.075**

Os impostos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo de contas a receber de precatórios.

24. Seguros: Os principais ativos ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

	Data da vigência		Importâncias
Modalidade	**Início**	**Vencimento**	**seguradas**
Seguro garantia - Setor público	31/08/2022	16/01/2028	394.447
Responsabilidade civil - Geral	31/08/2020	27/06/2026	16.000
Risco de engenharia	31/07/2021	23/05/2027	2.084.058

Não é parte do escopo do auditor independente a avaliação da adequação das coberturas de seguros contratados pela Administração da Companhia e de suas controladas.

25. Gestão de riscos financeiros: a) Considerações gerais: As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e de suas controladoras foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos, definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites de riscos e controles apropriados. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e atividades da Companhia. As atividades da Companhia e de suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e risco de mercado (exposição a risco de taxa de juros e da taxa de câmbio). A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e buscar minimizar os potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro. A gestão de risco é pautada pela identificação, mensuração e mitigação dos riscos mapeados para todos os negócios da Companhia. **b) Gerenciamentos de riscos:** A Companhia e suas controladas estão expostas: **(i)** a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais; **(ii)** os riscos de mercado, decorrentes de variações das taxas de juros e preços; **(iii)** aos riscos de crédito, decorrentes da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber e **(iv)** gestão de capital, em virtude de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia. A gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito se dá através de mecanismos de manutenção de caixa mínimo e acompanhamento do mercado financeiro, buscando minimizar a exposição dos ativos e passivos, de modo a proteger a rentabilidade dos contratos e o patrimônio. **i) Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia e suas controladas para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. **ii) Riscos de mercado:** O Grupo possui aplicações financeiras remuneradas pelo CDI. Adicionalmente, os empréstimos às taxas fixas expõem a Companhia e suas controladas ao risco de valor justo associado à taxa de juros. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, os empréstimos e financiamentos da Companhia e suas controladas às taxas variáveis são mantidos em reais. **Análise de sensibilidade da taxa de juros (consolidado):** Apresentamos a seguir o quadro demonstrativo com a análise de sensibilidade para os riscos de taxa de juros, considerando o fechamento em 31 de dezembro de 2025. Esta análise considera o cenário provável conforme avaliação da Administração da Companhia. As premissas utilizadas para o cenário provável determinado pela Administração tiveram por base as informações disponíveis no mercado no Boletim Focus do Banco Central do Brasil de 10 de abril de 2026, e consideraram o indexador com efeito anual conforme a seguir:

Consolidado	31/12/2025	Projeção do efeito no PL em 31/12/2025	+25% Cenário I	+50% Cenário II
Ativo				
Aplicações financeiras - Renda fixa (circulante)	362.676	45.082	56.363	67.649
Passivo				
Empréstimos e financiamentos - Circulante e não circulante (indexados ao CDI)	(31.531)	(3.919)	(4.900)	(5.881)
Efeito líquido	331.145	41.163	51.463	61.768
Indexador - Anual	14,90%	12,25%	15,31%	18,38%

iii) Risco de crédito: O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Para os clientes, a Companhia e suas controladas utilizam uma classificação independente, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. **iv) Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia e suas controladas ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos sócios e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. **b) Instrumentos financeiros: Classificação por categoria:** Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos, quando aplicáveis, são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações *(inputs)* utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preço cotado (não ajustado) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preço) ou indiretamente (derivado de preço); e • Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). Os principais instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 estão relacionados a seguir:

	Consolidado			
	31/12/2025		31/12/2024	
Ativos e passivos financeiros	**Valor contábil**	**Categoria**	**Valor contábil**	**Categoria**
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	362.676	Custo amortizado	277.706	Custo amortizado
Títulos e valores mobiliários	168.530	Valor justo por meio do resultado	141.807	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber	730.076	Custo amortizado	789.281	Custo amortizado
Partes relacionadas	580.445	Custo amortizado	526.602	Custo amortizado
Outros ativos	429.874	Custo amortizado	391.875	Custo amortizado
Passivos				
Fornecedores	354.676	Custo amortizado	246.992	Custo amortizado
Empréstimos, financiamentos e debêntures	318.606	Custo amortizado	364.328	Custo amortizado
Outros passivos	147.677	Custo amortizado	116.378	Custo amortizado

26. Programa de *Compliance* (não auditado): Em 2025, como resultado de um trabalho consistente e comprometido com a ética, transparência e integridade, a Companhia foi vencedora na categoria "Infraestrutura" da 2ª edição do Leaders League Compliance Summit & Awards Brasil, única premiação dedicada exclusivamente ao reconhecimento de Programas de Compliance no Brasil. Essa conquista reflete o apoio e comprometimento da Alta Administração, que atua definindo as diretrizes estratégicas e monitorando as ações executadas, de forma a garantir a aderência às normas aplicáveis, em especial a ISO 37001:2016 - Sistema de Gestão Antissuborno, obtida e mantida desde 2017. Após a auditoria externa realizada pelo organismo certificador RINA Brasil, a Álya obteve êxito em sua 2ª auditoria de manutenção deste ciclo. Como parte desse compromisso, em março, foi realizado o Workshop de Compliance para Diretores, Superintendentes, Gerentes de Contrato e Gestores Corporativos, com foco nas Relações Governamentais e Concorrenciais. O evento, organizado em parceria com a Diretoria de Compliance da holding, abordou as leis aplicáveis ao setor, com destaque para as exigências da nova Lei de Licitações, reforçando a necessidade de manter o Programa de Compliance eficaz e em constante aprimoramento. Ao longo do ano, por meio do Plano Anual de Comunicação e Treinamento, foram divulgados diversos comunicados e realizadas campanhas educativas sobre temas de compliance, como ética no ambiente de trabalho e combate à corrupção, assédio moral e sexual, discriminação, conflitos de interesses, regras para oferta e recebimento de brindes e presentes, e contratação de terceiros. Com o objetivo de ampliar o alcance das mensagens do Programa — especialmente para o público operacional — foi lançada a iniciativa "Compliance em Quadrinhos", que apresenta conteúdos relacionados ao tema em linguagem visual, simples e acessível, facilitando a compreensão e promovendo maior engajamento. No Ciclo de Palestras 2025 foram realizados dois eventos: "Compliance na prática: Como o Canal de Denúncias fortalece a Gestão de Riscos", conduzido por especialista da Deloitte Brasil, que abordou temas como corrupção, fraudes e o papel do Canal de Denúncias como instrumento de prevenção e combate a condutas irregulares; e o segundo, "Debate Tomada de Decisão Ética", promoveu a apresentação e discussão de dilemas éticos. A Deloitte Brasil, responsável pela gestão do Canal de Denúncias da Álya, assegura a confidencialidade das informações e o anonimato dos denunciantes, oferecendo segurança para que colaboradores, clientes e parceiros relatem suspeitas de violações à legislação vigente ou ao Código de Ética da empresa. Nas Unidades de Negócio, foram conduzidos treinamentos periódicos que abordaram políticas internas, conduta ética, prevenção e combate ao assédio moral, sexual e discriminação. Os Agentes e Multiplicadores de Compliance, capacitados pela equipe corporativa, atuaram como facilitadores desses conteúdos, ampliando o alcance das iniciativas nos ambientes operacionais. Em parceria com a Universidade Corporativa Álya (UCA), novos cursos foram incorporados à trilha "Dia a Dia com Ética", reforçando a aplicação prática dos conceitos de integridade. Em junho de 2025, a Álya Construtora oficializou seu retorno como associada ao Instituto Ethos, entidade da sociedade civil dedicada à promoção de práticas empresariais responsáveis e ao fomento de iniciativas voltadas ao desenvolvimento social, econômico e ambiental sustentáveis. Essa adesão reforça o compromisso da Companhia com os princípios de integridade, transparência e sustentabilidade, contribuindo para a construção de uma sociedade mais ética e justa. Em novembro de 2025, foi realizada a Pesquisa Anual de Percepção de Compliance para toda a mão de obra. A iniciativa permite que os colaboradores avaliem diversos aspectos do Programa de Compliance e compartilhem suas percepções sobre sua efetividade. Os resultados obtidos são essenciais para orientar o planejamento das ações estratégicas do ciclo seguinte, contribuindo para o aprimoramento contínuo do Programa. Em dezembro de 2025, a equipe de Compliance corporativa e os Agentes de Compliance da Álya participaram do curso de capacitação para auditor líder da norma ABNT NBR ISO 37001:2025, cuja versão traduzida foi publicada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT no mês anterior. A nova versão da norma trouxe atualizações relevantes voltadas ao aprimoramento da integridade organizacional e ao alinhamento com as práticas globais mais modernas.

27. Eventos subsequentes: Em 19 de janeiro de 2026, a Companhia firmou instrumento de confissão e assunção de dívida e outras avenças junto à sua controladora Somah Investimentos e Participações S.A., em que a controladora Somah assumiu integralmente o saldo devedor da 3ª emissão de debêntures da Companhia no montante de R$179.697, com expressa anuência do credor. Em razão da assunção de dívida mencionada, a Companhia efetuou quitação do saldo devedor com compensação não caixa de transações entre partes relacionadas. A Companhia conquistou novo contrato junto à Secretaria de Infraestrutura Urbana e Obra – SIURB da Prefeitura de São Paulo- SP. Com investimento da ordem de R$ 622.000, o projeto prevê a implantação do Túnel Sena Madureira e a requalificação sobre o túnel e no entorne imediato. A obra de mobilidade urbana beneficiará mais de 330 mil habitantes da zona sul da cidade, além de promover melhorias no espaço público e na qualidade de vida das comunidades atendidas. A Companhia possui participação de 50,50% no Consórcio que executará a referida obra, cuja assinatura do contrato ocorreu em 26 de março de 2026.

DIRETORIA

Guilherme Silva Nunes - Lucas Araújo Padilha - Márcio José Pacheco de Mesquita

CONTADOR

Pedro Ventura de Farias Junior - CRC-RJ 79.231/O-6

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Acionistas e Administradores da **Álya Construtora S.A. -** Rio de Janeiro - RJ. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Álya Construtora S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Álya Construtora S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International *Accounting Standard Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor independente pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta à tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2026

Grant Thornton

Grant Thornton
Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-025.583/F-2

Paulo Alcoforado Cavalcante Neto
Contador CRC 1SP-354.256/O-5

Cenário da agricultura regenerativa no Brasil

Prática consolidada, conceito ainda pouco conhecido

Estudo nacional mostra que produtores já adotam práticas regenerativas no campo, mas ainda enfrentam falta de conhecimento, incentivos e conexão com o mercado

Uma pesquisa inédita realizada por Agrosmart, 4Lab, CNH e Associação Brasileira do Agronegócio (Abag) revela que, embora práticas associadas à agricultura regenerativa já façam parte da rotina no campo, o conceito ainda é pouco compreendido pelos produtores brasileiros.

O estudo ouviu produtores em 19 estados e 519 municípios e mostra que técnicas como plantio direto (78,9%), uso de plantas de cobertura (75,3%) e rotação de culturas (66,4%) estão amplamente disseminadas. Ainda assim, 52,1% dos entrevistados afirmam não saber o que é agricultura regenerativa, e apenas 3,8% dizem conhecer e aplicar o conceito de forma estruturada.

O levantamento também aponta entraves relevantes para o avanço do tema, como falta de conhecimento técnico (57,1%), ausência de mercado ou preço justo (41,9%) e retorno financeiro incerto (41,4%). Mesmo entre os produtores que já adotam essas práticas, 79,2% nunca receberam incentivos econômicos.

"Os produtores brasileiros já são, na prática, mais regenerativos do que imaginam. O desafio não é convencê-los a mudar, mas ajudá-los a comunicar essa sustentabilidade e conectar o que já fazem a um mercado que reconheça e remunere essas ações", afirma Mariana Vasconcelos, CEO da Agrosmart.

Entre os benefícios percebidos, 70,8% relatam melhora na fertilidade do solo e 58,3% maior resiliência climática. No entanto, a dificuldade de mensurar resultados ainda limita o acesso a certificações, mercados e financiamento. Apesar dos desafios, 69,2% dos produtores acreditam que a agricultura regenerativa deve crescer no Brasil nos próximos anos, com demanda principalmente por assistência técnica e instrumentos financeiros.

"A pesquisa mostra que o gargalo não é a resistência do produtor, mas a falta de sinal econômico. Quando perguntados, 62,6% dizem que adotariam práticas regenerativas se houvesse um mercado favorável", destaca Thales Nicoleti, diretor da 4Lab.

A pesquisa "O Status da Agricultura Regenerativa no Brasil" foi realizada entre outubro de 2025 e janeiro de 2026. Como desdobramento, será lançada na Agrishow 2026, em Ribeirão Preto (SP), uma cartilha prática para apoiar a adoção dessas práticas no país.

"A consolidação da agricultura regenerativa passa por coordenação entre os diferentes elos, com avanço em métricas, financiamento e acesso a mercado, fortalecendo a biocompetitividade do agro brasileiro", afirma Gislaine Balbinot, diretora executiva da Abag.

"Vejo a agricultura regenerativa não como um conceito teórico, mas como uma prática que muitos agricultores brasileiros já adotam em suas rotinas produtivas. Ao patrocinar esta pesquisa, buscamos valorizar e aprofundar o entendimento sobre práticas que promovem a saúde do solo, o uso eficiente de recursos naturais e a resiliência dos sistemas agrícolas frente às mudanças climáticas", conclui Raquel Montagnoli, Head de Sustentabilidade da CNH para América Latina

Clique aqui para conferir a pesquisa na íntegra e baixar a cartilha da agricultura regenerativa: https://agrosmart.com.br/blog/pesquisa-regenerativa

Ines249

ENEVA PARTICIPAÇÕES III S.A.

CNPJ nº 48.676.896/0001-50

A nova redação do art. 289, I e II, da Lei nº 6.404/76 cria uma forma especial para a publicação das demonstrações financeiras resumidas em jornais impressos, possibilitando que a companhia publique de maneira desagregada os valores dos grupos de contas individualmente relevantes e de maneira agregada valores de grupos de conta individualmente pouco relevantes. Para evitar quaisquer dúvidas dos leitores das demonstrações financeiras resumidas, destacamos os seguintes avisos: Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: https://ri.eneva.com.br/informacoes-financeiras/informacoes-sobre-controladas/ e https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. em 15 de abril de 2026, sem modificações.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31/12/2025 e 2024 (em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita operacional líquida	-	-	**3.089.354**	2.753.732
Custo operacional	-	-	**(2.071.334)**	(1.627.290)
Lucro bruto	-	-	**1.018.020**	1.126.442
(Despesas)/receitas operacionais				
Gerais e administrativas	**(801)**	(1.003)	**(36.719)**	(39.831)
Outras receitas/(despesas) operacionais	-	-	**33.107**	(5.438)
Resultado de equivalência patrimonial	**848.171**	795.348	-	-
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos sobre o lucro	**847.370**	794.345	**1.014.408**	1.081.173
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	**157**	182	**194.654**	74.858
Despesas financeiras	**(49)**	(43)	**(201.212)**	(211.908)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	**847.478**	794.484	**1.007.850**	944.123
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro				
Corrente	-	-	**(136.284)**	(110.500)
Diferido	**(15)**	15	**(24.103)**	(39.124)
Lucro líquido do exercício	**847.463**	794.499	**847.463**	794.499

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31/12/2025 e 2024 (em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício	**847.463**	794.499	**847.463**	794.499
Outros resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado				
Ajuste de avaliação patrimonial	**(4.310)**	847	**(4.310)**	847
Total do resultado abrangente do exercício	**843.153**	795.346	**843.153**	795.346

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31/12/2025 e 2024 (em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	**847.478**	794.484	**1.007.850**	944.123
Caixa e equivalentes de caixa líquido gerados pelas atividades de operacionais	**432.498**	607.825	**980.745**	1.374.947
Caixa e equivalentes de caixa líquido gerados/(consumidos) pelas atividades de investimentos	**309**	(347.405)	**(54.782)**	(279.126)
Caixa e equivalentes de caixa líquido consumidos pelas atividades de financiamentos	**(433.280)**	(262.003)	**(998.518)**	(786.607)
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(473)**	(1.583)	**(72.555)**	309.214
Demonstração da variação de caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	**869**	2.452	**469.111**	159.897
No fim do exercício	**396**	869	**396.556**	469.111
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(473)**	(1.583)	**(72.555)**	309.214

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanço patrimonial
Exercícios findos em 31/12/2025 e 2024 (em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	**396**	869	**396.556**	469.111
Títulos e valores mobiliários	**220**	378	**119.456**	105.002
Contas a receber	**-**	-	**458.359**	321.409
Estoques	**-**	-	**77.946**	70.211
Despesas antecipadas	**-**	-	**18.276**	11.368
Dividendos a receber	**277.601**	81.386	**-**	81.386
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	**74**	47	**128.506**	118.065
Outros tributos a recuperar	**-**	-	**2.458**	638
Operações comerciais com partes relacionadas	**-**	-	**14.878**	20.025
Adiantamentos diversos	**-**	-	**44.624**	8.757
Outros	**-**	-	**21.628**	-
	278.291	82.680	**1.282.687**	1.205.972
Não circulante				
Operações comerciais com partes relacionadas	**-**	-	**24.984**	5.010
Outros tributos a recuperar	**-**	-	**9.396**	10.218
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	**-**	15	**-**	-
Outros	**-**	-	**1.756**	840
	-	15	**36.137**	16.068
Investimento	**3.247.028**	2.959.848	**-**	-
Imobilizado	**-**	-	**4.618.972**	4.722.472
Intangível	**-**	-	**36.681**	44.698
	3.247.028	2.959.863	**4.691.790**	4.783.238
Total do ativo	**3.525.319**	3.042.543	**5.974.477**	5.989.210

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Passivo circulante				
Fornecedores	**24**	-	**146.637**	73.631
Fornecedores de projetos em construção	**-**	-	**-**	37.271
Empréstimos e financiamentos	**-**	-	**296.456**	265.747
Debêntures	**-**	-	**186.949**	352.713
Dividendos a pagar	**-**	-	**-**	166.148
Imposto de Renda e Contribuição Social a recolher	**67**	-	**137.441**	111.654
Outros tributos a recolher	**260**	52	**22.334**	12.469
Obrigações sociais e trabalhistas	**-**	-	**6.646**	6.583
Operações comerciais com partes relacionadas	**84**	20	**246.173**	295.108
Participações nos lucros	**-**	-	**14.634**	14.141
Contas a pagar - setor elétrico	**-**	-	**25.741**	22.019
Provisão - custo de ressarcimento	**-**	-	**16.456**	17.706
Pesquisa e desenvolvimento - setor elétrico	**-**	-	**48.678**	36.200
Outras obrigações	**-**	-	**12.615**	11.112
	435	72	**1.160.760**	1.422.502
Não circulante				
Fornecedores	**-**	-	**-**	18.497
Empréstimos e financiamentos	**-**	-	**986.456**	1.091.671
Debêntures	**-**	-	**-**	149.964
Operações comerciais com partes relacionadas	**-**	-	**46.475**	40.030
Provisão para contingências	**-**	-	**833**	802
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	**-**	-	**245.898**	221.795
Imposto de Renda e Contribuição Social a recolher	**-**	-	**7.750**	-
Outros	**-**	-	**1.421**	1.478
	-	-	**1.288.833**	1.524.237
Total do passivo	**435**	72	**2.449.593**	2.946.739
Patrimônio líquido				
Capital social	**2.310.806**	2.210.924	**2.310.806**	2.210.924
Reserva de capital	**636.784**	540.517	**636.784**	540.517
Reserva legal	**47.418**	47.418	**47.418**	47.418
Reserva de incentivos fiscais	**360.473**	193.536	**360.473**	193.536
Reserva de lucros a distribuir	**171.456**	47.819	**171.456**	47.819
Outros resultados abrangentes	**(2.053)**	2.257	**(2.053)**	2.257
Total do patrimônio líquido	**3.524.884**	3.042.471	**3.524.884**	3.042.471
Total do passivo e patrimônio líquido	**3.525.319**	3.042.543	**5.974.477**	5.989.210

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31/12/2025 e 2024 (em milhares de reais)

	Capital social integralizado	Reserva de Capital	Reserva legal	Reserva de Incentivos fiscais	Reserva de lucros a distribuir	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31/12/2023	**1.863.719**	**551.423**	**7.693**	**28.898**	**66.892**	**1.410**	**-**	**2.520.034**
Incentivo fiscal SUDENE	-	-	-	164.638	-	-	(164.638)	-
Transações com acionistas:								
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	794.499	794.499
Aporte de capital	347.206	-	-	-	-	-	-	347.206
Constituição de reserva legal	-	-	39.725	-	-	-	(39.725)	-
Transações com pagamentos baseados em ações	-	(10.906)	-	-	-	-	-	(10.906)
Pagamento de dividendos propostos de 2023	-	-	-	-	(66.892)	-	-	(66.892)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	47.819	-	(47.819)	-
Dividendos intercalares	-	-	-	-	-	-	(542.317)	(542.317)
Outros resultados abrangentes:								
Ganho com derivativos	-	-	-	-	-	847	-	847
Saldo em 31/12/2024	**2.210.924**	**540.517**	**47.418**	**193.536**	**47.819**	**2.257**	**-**	**3.042.471**
Incentivo fiscal SUDENE	-	-	-	166.937	-	-	(166.937)	-
Transações com acionistas:								
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	847.463	847.463
Aporte de capital	99.882	-	-	-	-	-	-	99.882
Constituição de reserva de capital	-	100.000	-	-	-	-	-	100.000
Transações com pagamentos baseados em ações	-	(3.733)	-	-	-	-	-	(3.733)
Pagamento de dividendos propostos de 2024	-	-	-	-	(47.819)	-	-	(47.819)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	171.456	-	(171.456)	-
Dividendos intercalares	-	-	-	-	-	-	(509.070)	(509.070)
Outros resultados abrangentes:								
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(4.310)	-	(4.310)
Saldo em 31/12/2025	**2.310.806**	**636.784**	**47.418**	**360.473**	**171.456**	**(2.053)**	**-**	**3.524.884**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional. A Eneva Participações III S.A. ("Companhia" ou "Eneva III") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no município do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objetivo a participação em outras sociedades, prioritariamente em operação de exploração e produção (E&P) de gás natural, geração de energia e soluções em energia no Brasil. A Eneva S.A. é a controladora da Eneva Participações III S.A. No dia 13/06/2023, com a reorganização societária, a Eneva III passou a ser a detentora da totalidade das ações da Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A. ("PGC") e da Parnaíba II Geração de Energia S.A. ("Parnaíba II") e a exercer o controle sobre essas empresas através de decisão do conselho de Administração da Companhia. Em 21/06/2023, foi celebrado acordo de investimento entre a Eneva S.A. e o Itaú Unibanco S.A. (minoritários), com a interveniência e anuência da Eneva III. Com a conclusão da operação o Itaú Unibanco S.A. passou a ser o titular da totalidade das ações preferenciais de emissão da Eneva III, e a Eneva S.A., por sua vez, se manteve titular da totalidade das ações ordinárias de emissão da Eneva III. O acordo ainda prevê o direito de recompra pela Eneva S.A. da totalidade das ações preferenciais que forem detidas pelo Itaú Unibanco S.A. O acionista minoritário não detém a opção de venda das ações, sendo a Eneva S.A. controladora do exercício deste direito. **Entidades controladas.** A Eneva III detém os seguintes investimentos:

Controladas	
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A. (a)	100%
Parnaíba II Geração de Energia S.A. (b)	100%

(a) *A Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A. ("PGC") é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede no município de Santo Antônio dos Lopes, no Estado do Maranhão. A Companhia foi constituída com o propósito de desenvolver, implantar e operar projetos de geração termelétrica a partir de gás natural, bem como atuar na comercialização desse insumo, além de participar do capital social de outras sociedades, simples ou empresariais, com objeto social semelhante. Em 31/08/2018, a PGC sagrou-se vencedora do Leilão de Energia Nova A-6, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. O empreendimento destinado ao atendimento da demanda contratada nesse leilão é a Usina Termelétrica Parnaíba V, com capacidade instalada de 385 MW, localizada no Complexo Termelétrico Parnaíba, no Estado do Maranhão. No âmbito do certame, a UTE Parnaíba V contratou 326,4 MW médios, assegurando uma receita fixa anual de R$ 272.377 (data-base: março de 2018), pelo prazo de 25 anos, com início de suprimento em janeiro de 2024. Em 2020, a Companhia incorporou a Parnaíba I Geração de Energia S.A., detentora das outorgas dos empreendimentos UTE Maranhão IV e UTE Maranhão V. Em 2023, foi aprovado o início da operação comercial da UTE Parnaíba V, com potência limitada a 365,32 MW, tendo o empreendimento iniciado, em 2024, o suprimento de energia contratado no âmbito do Leilão de Energia Nova A-6/2018 da ANEEL. As UTE Maranhão IV e UTE Maranhão V firmaram compromisso de venda de potência no Leilão de Reserva de Capacidade – LRCAP 2026, pelo prazo de 10 anos, com início em outubro de 2028, contemplando a venda de 643,8 MW de potência e assegurando uma receita fixa anual de R$ 1.365,1 (data-base: setembro de 2025).* **(b)** *A Parnaíba II Geração de Energia S.A. ("Parnaíba II") é uma sociedade anônima de capital fechado, cujo objeto social consiste no desenvolvimento, na construção e na operação de projetos de geração termelétrica a partir de gás natural, bem como na comercialização desse insumo. A Companhia possui autorização para operar usina termelétrica a gás natural, estruturada no modelo reservoir-to-wire (R2W), localizada no município de Santo Antônio dos Lopes, no Estado do Maranhão, com capacidade instalada total de 751 MW. As atividades da Companhia tiveram início com a UTE Maranhão III, empreendimento vencedor do Leilão de Energia A-3 de 2011, que assegurou a comercialização de 568 MW. No âmbito desse certame, foi contratada a venda de 450 MW médios pelo prazo de 20 anos, inicialmente contado a partir/02/2014, posteriormente alterado para 01/07/2016. Nesse período, a UTE Maranhão III iniciou sua operação comercial, conforme autorização da ANEEL, marcando o início da sua remuneração nos termos do Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR). Em 2019, a Companhia incorporou o acervo líquido contábil de suas subsidiárias Parnaíba III Geração de Energia S.A. e Parnaíba IV Geração de Energia S.A., incluindo seus respectivos empreendimentos: a UTE Nova Venécia e a UTE Parnaíba IV. Em 2021, a UTE Parnaíba IV firmou compromisso de venda de potência pelo prazo de 15 anos, com entrega a partir de 01/07/2026, assegurando receita fixa anual durante o período de suprimento. Esse empreendimento possui capacidade instalada de 56 MW e, por ter sido o empreendimento marginal do leilão, comercializou 39 MW de potência. Em 2023, tiveram início as obras de construção do empreendimento Parnaíba VI, correspondente à expansão da UTE MC2 Nova Venécia 2, com acréscimo de 92 MW de capacidade instalada. Esse projeto foi vencedor do Leilão de Energia A-6 de 2019, no qual contratou a venda de 70 MW, garantindo uma receita fixa anual de R$ 85.346 mil (data-base: abril de 2019), pelo prazo de 25 anos, com início de suprimento em 01/01/2025. Adicionalmente, a UTE Nova Venécia 2 firmou compromisso de venda de potência no Leilão de Reserva de Capacidade – LRCAP 2026, pelo prazo de 10 anos, com início em agosto de 2029, contemplando a venda de 167,2 MW de potência e assegurando uma receita fixa anual de R$ 354,6 (data-base: setembro de 2025).* **1.1 Eventos significativos do exercício. Decisão favorável acerca da responsabilização do atraso na entrada em operação da UTE MC2 Nova Venécia 2.** Durante o 3º trimestre de 2025, a controlada Parnaíba II obteve decisão favorável da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") quanto ao excludente de responsabilidade relacionado ao atraso na entrada em operação da UTE MC2 Nova Venécia 2, originalmente prevista para janeiro de 2013 e efetivada em outubro de 2013. Como reflexo da decisão, foi reconhecido o direito ao recebimento líquido do montante da diferença entre a receita fixa contratual recebida e os custos com energia comprada a PLD no período do atraso. O montante a receber é de R$ 109.934, sendo R$ 50.572 como valor principal reconhecido como outras receitas e despesas e R$ 59.362 reconhecido como receita de atualização monetária. Durante o 4º trimestre de 2025, o valor total recebido foi de R$ 93.387. Adicionalmente, a ANEEL autorizou a postergação do término do contrato de comercialização de energia no ambiente regulado ("CCEAR") da planta para outubro de 2028, anteriormente previsto para dezembro de 2027. **Início de operação comercial da Parnaíba VI.** Em 01/03/2025, a ANEEL autorizou o início da operação de Parnaíba VI, que consiste no fechamento de ciclo simples das unidades geradoras a gás natural da UTE MC2 Nova Venécia 2 ("Parnaíba III"), localizadas no Complexo Parnaíba, com capacidade instalada de 92,25 MW, com receita fixa anual de aproximadamente R$117.900. **2. Apresentação das demonstrações financeiras. Base de preparação.** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as políticas adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (IFRS® Accounting Standards), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC® Interpretations) e também de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 3 – "Estimativas e julgamentos contábeis críticos". As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por certos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 15/04/2026. **Continuidade operacional.** A Administração avaliou a capacidade da Companhia de continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Assim, essas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. **Práticas contábeis.** As práticas contábeis materiais da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem. **Moeda funcional e moeda de apresentação.** As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia e arredondada para milhares. **Mudanças nas práticas contábeis e divulgações. Alterações em pronunciamentos contábeis.** O IASB e CPC emitiram revisões às normas existentes aplicáveis a partir de 01/01/2025. Outras normas também entraram em vigor na mesma data, mas não identificamos impactos materiais às demonstrações financeiras da Companhia. As principais alterações avaliadas foram: **IFRS 18 – Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras**. A IFRS 18 estabelece novos requerimentos de apresentação e divulgação das demonstrações financeiras, com o objetivo de aprimorar a comparabilidade entre entidades e fornecer informações mais relevantes e fiéis sobre ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas. A norma será de adoção obrigatória a partir de 01/01/2027, não sendo prevista a adoção antecipada pela Companhia. Embora não altere critérios de reconhecimento ou mensuração, a IFRS 18 introduz mudanças significativas na estrutura das demonstrações financeiras, incluindo a nova classificação padronizada de receitas e despesas, novos subtotais obrigatórios na demonstração do resultado, novos princípios de agregação e desagregação, além de ajustes na apresentação da demonstração dos fluxos de caixa e de novas exigências de divulgação relacionadas às medidas de desempenho definidas pela Administração. Durante o exercício de 2025, a Companhia conduziu um trabalho abrangente para avaliar os impactos decorrentes da adoção da IFRS 18. As principais atividades incluíram: • **Capacitação de diversas áreas internas**, por meio de treinamentos específicos sobre os novos requerimentos da norma; • **Análise dos potenciais impactos em cláusulas contratuais**, especialmente aquelas relacionadas a indicadores financeiros; • **Mapeamento de impactos contábeis e operacionais**, com identificação de ajustes necessários; • **Criação de novas contas contábeis**, alinhadas à estrutura de apresentação exigida pela norma. Ao longo de 2026, a Companhia dará continuidade ao processo de implementação, com foco na adequação da estrutura do ERP SAP para suportar os novos critérios de apresentação e divulgação. O projeto contempla ajustes sistêmicos, revisões de processos internos e validações de consistência para garantir conformidade plena com a nova norma a partir de sua vigência obrigatória. **CPC 48/IFRS 9 e CPC 40/IFRS 7 – Contratos referentes à energia e cuja geração dependa da natureza**. Em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de uso próprio (own use) e hedge accounting previstos no IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, e adicionou certos requerimentos de divulgações do IFRS 7 - Instrumentos Financeiros - Evidenciação. O objetivo dessas mudanças é garantir que as demonstrações financeiras apresentem adequadamente os efeitos de contratos referentes à energia e cuja geração dependa da natureza, descritos como contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza (contracts referencing nature-dependent electricity). Essas alterações se aplicam apenas a contratos que expõem uma entidade à variação causada pela volatilidade na geração de energia que depende de condições naturais. As mudanças incluem: (i) orientações para que a entidade determine se o tratamento contábil dos contratos de energia que dependem de condições naturais devem ser como contratos de uso próprio; (ii) condições a serem consideradas para aplicação de hedge accounting, especificamente hedge de fluxo de caixa. e; (iii) divulgações sobre características contratuais que expõem a entidade a variabilidades, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o exercício. Essas alterações são aplicáveis a exercícios/períodos iniciados a partir de 01/01/2026. Durante o exercício de 2025, a Companhia analisou os efeitos dessas mudanças em suas demonstrações financeiras, não identificando impactos materiais. **Reforma tributária.** A Reforma Tributária sobre o Consumo, aprovada pela Emenda Constitucional nº 132/23, foi regulamentada, alterando de forma estrutural o modelo de tributação no Brasil. O novo sistema substituirá gradualmente o ICMS, ISS, PIS, COFINS e IPI pela Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS), pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e pelo Imposto Seletivo (IS). O objetivo central é simplificar o sistema, reduzir a cumulatividade e aumentar a neutralidade tributária. A transição teve início em 2026, com consolidação completa prevista para 2033. A partir de 2029, haverá redução progressiva do ICMS, ISS e dos benefícios fiscais estaduais, até sua extinção em 2032. Durante esse período, coexistirão tributos antigos e novos, exigindo controles adicionais e ajustes de contabilização. Ainda permanecem pendentes definições relativas às regras específicas de operacionalização e as alíquotas finais dos novos tributos. Estima-se que a carga combinada da CBS e do IBS possa alcançar até 28%, enquanto o IS terá alíquota máxima de 0,25% para carvão mineral e para o gás natural, exceto quando destinado a insumo industrial ou matéria-prima. Foi instituída nova sistemática de creditamento que amplia as possibilidades de aproveitamento dos créditos tributários, eliminando limitações anteriormente existentes que resultavam em acúmulo sem possibilidade de compensação. Além disso, houve alteração na forma de recolhimento, a qual poderá impactar o ciclo de pagamentos e recebimentos. Ao longo de 2025, com objetivo de assegurar conformidade e adequada adaptação às novas regras fiscais, a Companhia avançou de forma significativa no processo de preparação, conduzindo análises detalhadas dos impactos sobre os negócios, adequações de sistemas, além de programas contínuos de treinamento e capacitação das equipes envolvidas. Essa abordagem fortalece a governança corporativa e contribui para o alinhamento de práticas e decisões, permitindo que a Companhia opere de forma eficiente e segura no novo ambiente tributário. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos.** Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua, e seus resultados são reconhecidos prospectivamente.

Estimativa	Nota explicativa
Recuperabilidade dos tributos diferidos	4
Vida útil do ativo imobilizado	10
Teste de redução ao valor recuperável – Avaliação de impairment	10
Provisão para contingências	12

4. Tributos sobre o lucro e tributos diferidos. Prática contábil. Os tributos de Imposto de Renda ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSL") correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço que gera lucro tributável. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas pela Companhia nas apurações dos tributos sobre o lucro com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e, quando apropriado, estabelece provisões dos valores estimados para pagamento às autoridades fiscais. Os tributos diferidos sobre o lucro são compensados quando há um direito legalmente exequível sobre a mesma entidade tributável. Os ativos fiscais diferidos decorrentes de perdas fiscais e diferenças temporárias não são reconhecidos quando não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser utilizados. A Companhia apresenta lucratividade histórica e suas projeções não indicam mudança nesse cenário e, portanto, considera que a recuperabilidade dos impostos diferidos ativos não é crítica em relação ao prazo projetado. As despesas de IRPJ e CSL do exercício são reconhecidas na demonstração do resultado, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. **Estimativas e julgamentos.** IRPJ e CSL diferidos – Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e aqueles adotados para fins de tributação, e sobre prejuízos fiscais na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão compensados. A projeção dos lucros tributáveis futuros está alinhada com o plano estratégico da Companhia fundamentado em estudo técnico de viabilidade, levando em consideração as principais premissas de receitas estimadas, custos e despesas, crescimento econômico e investimentos. **Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado.** Em 31/12/2025, os tributos calculados sobre o lucro líquido compreendem o IRPJ (alíquota de 15% e adicional de 10%) e a CSL (alíquota de 9%). A conciliação do valor calculado pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e das despesas de IRPJ e CSL correntes e diferidos é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Resultado do exercício antes do IRPJ/CSL	**847.478**	794.484	**1.007.850**	944.123
Alíquota nominal - %	**34%**	34%	**34%**	34%
IRPJ/CSL à alíquota nominal	**(288.143)**	(270.124)	**(342.669)**	(321.002)
Resultado de equivalência patrimonial	**288.379**	270.418	**-**	-
Outras diferenças permanentes	**2**	-	**6.453**	809
Tributos não constituídos	**(253)**	(279)	**(253)**	(279)
Redução benefício SUDENE, doações incentivadas e PAT **a**	**-**	-	**176.082**	170.848
IRPJ e CSL correntes e diferidos	**(15)**	15	**(160.387)**	(149.624)
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes	**-**	-	**(136.284)**	(110.500)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	**(15)**	15	**(24.103)**	(39.124)
Total	**(15)**	15	**(160.387)**	(149.624)

a. O impacto se refere principalmente ao benefício fiscal regional concedido pela Sudene, que resulta em redução de até 75% do IRPJ no período de 10 anos. **Tributos diferidos.** A composição dos tributos diferidos por natureza (ativos, passivos e resultado) é demonstrado a seguir:

	Consolidado					
	Ativo e Passivo		Resultado			
	2025	2024	2025		2024	
	IRPJ/CSL	IRPJ/CSL	Base de cálculo	IRPJ/CSL	Base de cálculo	IRPJ/CSL
Diferidos sobre prejuízo fiscal/base negativa	**-**	**-**	**-**	**-**	**(52.974)**	**(18.011)**
IRPJ/CSL diferidos sobre diferenças temporárias ativas:						
Provisões ativas	5.916	7.038	(3.301)	(1.122)	3.418	1.162
Gastos pré-operacionais – RTT	27.786	27.786	-	-	-	-
IFRS 16 ativo - Direito de uso	766	127	1.880	639	(232)	(79)
Total do ativo diferido a	**34.468**	**34.951**	**(1.421)**	**(483)**	**(49.788)**	**(16.928)**
IRPJ/CSL diferidos sobre diferenças temporárias passivas:						
Arrendamento a pagar	(734)	(99)	(1.867)	(635)	285	97
Depreciação acelerada	(234.208)	(209.144)	(73.717)	(25.064)	(71.576)	(24.336)
Provisões passivas	(35)	(35)	-	-	(103)	(35)
Juros Capitalizados	(45.389)	(47.468)	6.114	2.079	6.111	2.078
Total do passivo diferido	**(280.366)**	**(256.746)**	**(69.470)**	**(23.620)**	**(65.283)**	**(22.196)**
Diferido líquido	**(245.898)**	**(221.795)**	**(70.891)**	**(24.103)**	**(115.071)**	**(39.124)**

a. A expectativa de realização do ativo diferido constituído sobre as diferenças temporárias é em sua totalidade no ano de 2026. Conforme exigido pela norma contábil CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, os ativos e passivos fiscais diferidos devem ser compensados na mesma entidade fiscal para fins de apresentação. Segue abaixo a composição do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos reconhecidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias:

	2025			2024		
	IRPJ/CSL diferidos sobre prejuízo fiscal/ Base negativa	IRPJ/CSL sobre Diferenças temporárias	Total	IRPJ/CSL diferidos sobre prejuízo fiscal/ Base negativa	IRPJ/CSL sobre Diferenças temporárias	Total
Eneva Participações III	-	-	**-**	-	15	**15**
Parnaíba Geração e Comercialização	- (160.578)		**(160.578)**	- (150.662)		**(150.662)**
Parnaíba II Geração de Energia	- (85.320)		**(85.320)**	- (71.148)		**(71.148)**
Total passivo diferido líquido			**(245.898)**			**(221.795)**

5. Caixa e equivalentes de caixa. Prática contábil. Incluem o caixa, os depósitos bancários e investimentos de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, mensurados ao custo amortizado. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. Quando os investimentos não atendem aos critérios descritos acima, são classificados como Títulos e valores mobiliários.

		Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Caixa e bancos		**-**	2	**14.635**	35.877
Fundo de investimento FICFI RF CP ENEVA	**a**	**396**	867	**215.366**	231.471
CDB/Compromissadas	**b**	**-**	-	**166.555**	201.763
Total		**396**	**869**	**396.556**	**469.111**

Ines249

ENEVA PARTICIPAÇÕES III S.A.

CNPJ nº 48.676.896/0001-50

a. Trata-se do fundo de investimentos em Cotas de FI Renda Fixa Crédito Privado Eneva administrado pelo Banco Itaú. Em 31/12/2025, o saldo está composto somente por operações compromissadas, lastreadas por títulos públicos federais, registradas na CETIP ou SELIC, quando aplicável. Essas operações possuem garantia de recompra diária a uma taxa previamente estabelecida pelas instituições financeiras. **b.** Representam valores investidos em CDBs emitidos por instituições financeiras de primeira linha, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média no ano sobre o DI CETIP ("CDI") de 100% com liquidez diária. **6. Títulos e valores mobiliários. Prática contábil.** Referem-se às aplicações financeiras que não se caracterizam como caixa e equivalentes. A Companhia, historicamente, recupera seus investimentos em aplicações financeiras pelo recebimento de juros e principal, por isso são registrados inicialmente pelos valores de transação e, posteriormente, atualizados pelos juros transcorridos, com base na taxa de juros efetiva. As atualizações das aplicações financeiras são receitas da Companhia apresentadas no grupo do Resultado Financeiro, na demonstração de resultados.

		Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Fundo de investimento	a	220	378	119.456	101.269
Ações da controladora		-	-	-	3.733
Total		**220**	**378**	**119.456**	**105.002**

a. Correspondem a papéis investidos através dos fundos de investimento exclusivos da Companhia e suas controladas, com vencimentos previstos entre 2026 e 2035, todos com liquidez diária, sendo compostos por títulos de renda fixa e títulos públicos, de acordo com a política de investimento da Companhia e de suas controladas. Tais fundos de investimento são administrados pelo Itaú Unibanco e BTG Pactual e podem, ainda, alocar seus recursos em cotas de fundos abertos com suscetibilidade de variação do valor. A Companhia e suas controladas não possuem gestão ou controle direto sobre exposição, direitos, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento, e capacidade de utilizar seu poder para afetar o valor dos retornos sobre esses investimentos, tampouco detêm participação relevante (limite máximo de 10% do Patrimônio Líquido do fundo), conforme CPC 36 (R3) / IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas. **7. Contas a receber. Prática contábil.** Contas a receber correspondem aos valores faturados pela venda de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. Inicialmente, o reconhecimento é pelo valor justo e, subsequentemente, mensurado pelo custo amortizado, ajustado ao valor presente deduzido da perda de crédito esperada ("PCE"), quando aplicável.

	Consolidado	
	2025	2024
Ambiente de Contratação Regulada (ACR)	380.989	271.369
Ambiente de Contratação Livre (ACL)	77.370	50.040
Total	**458.359**	**321.409**

Avaliação do risco de crédito. O mercado de energia é um ambiente altamente regulado, com mecanismos que mitigam o risco de inadimplência dos seus agentes. A segurança financeira do mercado está pautada no modelo de câmara de compensação multilateral e centralizada. As operações realizadas no âmbito da CCEE são contabilizadas e liquidadas de forma multilateral, não havendo indicação de parte e contraparte. Esse modelo é benéfico para os agentes individualmente e para a estabilidade do mercado como um todo, minimizando a probabilidade de impactos negativos. Dessa forma, todos os agentes são garantidores das operações a serem liquidadas. Além disso, para os contratos comercializados bilateralmente (segmento de comercialização de energia), é realizada uma análise de risco frente às contrapartes antes da operação, por meio de informações auditadas, informações de mercado e situação atual da empresa e, posteriormente, através do registro do contrato na CCEE. Também é realizado um acompanhamento da empresa em relação aos pagamentos, para que, em caso de atraso, a energia negociada não seja registrada e a contraparte fique com um déficit de energia, sujeita ao preço de energia atual no mercado (PLD) e à multa na CCEE. O mercado de contratação livre de energia ainda conta com outras formas de mitigação do risco, como cláusulas contratuais, carta fiança, seguro garantia e outros. Além disso, a Companhia realiza análise individual da posição de vencimentos da carteira de clientes, histórico, situação financeira e condições de venda, bem como exerce o julgamento sobre o risco de perda envolvido. Após a análise, não foi identificado nenhum risco de perda de crédito esperada. **8. Tributos a recuperar e a recolher. Tributos a Recuperar.** O saldo da conta de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSL) a recuperar está representado a seguir:

	Consolidado	
	2025	2024
Imposto de Renda - IRPJ	**52.273**	43.261
Contribuição Social - CSL	**76.233**	74.804
	128.506	**118.065**

Tributos a Recolher. O saldo de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSL) a recolher estão representados a seguir:

	Consolidado	
	2025	2024
Imposto de Renda - IRPJ	**62.328**	37.063
Contribuição Social - CSL	**82.863**	74.591
	145.191	**111.654**
Circulante	**137.441**	**111.654**
Não circulante	**7.750**	**-**

9. Investimento. Prática contábil. Controladas são todas as entidades das quais a Companhia detém o controle. A consolidação contábil é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de exercer o controle. Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras. As transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre partes relacionadas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As práticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela controladora.

Controladas diretas	Participação societária	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A	100%	679.365	2.452.355	621.975	981.674	1.528.071	513.630
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	100%	614.958	2.282.838	767.249	411.590	1.718.957	334.541

Mutação dos Investimentos	Saldo em 2024	Equivalência Patrimonial	AFAC/ Aumento de capital	Hedge Accounting	Dividendos	Saldo em 2025
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A	1.324.413	513.630	-	-	(309.972)	**1.528.071**
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	1.635.435	334.541	76.392	(3.733)	(323.678)	**1.718.957**
	2.959.848	**848.171**	**76.392**	**(3.733)**	**(633.650)**	**3.247.028**

10. Imobilizado. Prática contábil. Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção deduzido de depreciação acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável *("impairment")* acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui: **(i)** O custo de materiais e mão de obra direta; **(ii)** Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; **(iii)** Os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados; e **(iv)** Custos de empréstimos e debêntures, que são capitalizados como parte do imobilizado se esses custos foram diretamente relacionados à construção de um ativo qualificável. A capitalização ocorre até que o ativo qualificado esteja pronto para seu uso pretendido. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado. **Custos subsequentes.** Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com esses gastos sejam auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. **Estimativas e julgamentos. Depreciação.** A depreciação inicia quando os ativos estão prontos para operar, com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos e no valor residual ao final do período de concessão. A Companhia adota as taxas de depreciação determinadas pela ANEEL, considerando que a vida útil estimada pela agência é adequada aos seus bens, utilizando taxas anuais de depreciação dos bens vinculados ao setor elétrico estabelecidas no manual de controle patrimonial do setor elétrico (MCPSE). A Companhia revisa as vidas úteis de seus ativos anualmente, de forma a garantir que reflitam a realidade de sua operação. **Avaliação de impairment.** Segundo o pronunciamento técnico CPC 01 (IAS 36) - Redução ao valor recuperável de ativos, a entidade deve avaliar a cada período de divulgação, se existem indicações de uma possível desvalorização no valor do ativo (imobilizado e intangível). Se houver alguma evidência, deve-se calcular o seu valor recuperável, este que é determinado pela maior importância monetária entre o valor líquido de venda e seu valor em uso. A Companhia avalia que as Usinas de Geração Térmica são o menor grupo de ativos que constituem as Unidades Geradoras de Caixa e que não foi necessário a realização do teste de recuperabilidade para a Companhia, pois não foram identificados indicativos de perda do valor recuperável destes ativos.

	Consolidado							
	Terrenos	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Equipamento de Informática	Móveis e utensílios	Imobilizado em curso	Direito de uso	Total
Faixa de depreciação	**-**	**3,74%**	**9,57%**	**-**	**6,25%**	**-**	**11,40%**	**-**
Custos								
Saldo em 31/12/2023	**7.689**	**1.983.850**	**2.314.563**	**5.432**	**7.472**	**1.429.003**	**1.380**	**5.749.389**
Adições	-	-	-	-	-	292.187	-	292.187
Baixas	-	-	-	-	-	(7)	(692)	(699)
Transferências	-	100.849	285.177	270	2.360	(388.656)	-	-
Saldo em 31/12/2024	**7.689**	**2.084.699**	**2.599.740**	**5.702**	**9.832**	**1.332.527**	**688**	**6.040.877**
Adições **a**	-	1.637	-	-	85	158.613	2.637	162.972
Baixas	-	-	(8.443)	-	(98)	(10.962)	(204)	(19.707)
Transferências **b**	-	312.089	1.072.113	-	12.112	(1.396.314)	-	-
Saldo em 31/12/2025	**7.689**	**2.398.425**	**3.663.410**	**5.702**	**21.931**	**83.864**	**3.121**	**6.184.142**
Depreciação								
Saldo em 31/12/2023	**-**	**(445.159)**	**(691.271)**	**(3.852)**	**(4.266)**	**-**	**(1.041)**	**(1.145.589)**
Adições	-	(67.351)	(104.869)	(515)	(481)	-	(844)	(174.060)
Baixas	-	-	-	-	-	-	1.244	1.244
Saldo em 31/12/2024	**-**	**(512.510)**	**(796.140)**	**(4.367)**	**(4.747)**	**-**	**(641)**	**(1.318.405)**
Adições	-	(79.217)	(165.818)	-	(1.165)	-	(565)	(246.765)
Saldo em 31/12/2025	**-**	**(591.727)**	**(961.958)**	**(4.367)**	**(5.912)**	**-**	**(1.206)**	**(1.565.170)**
Valor Contábil								
Saldo em 31/12/2023	7.689	1.538.691	1.623.292	1.580	3.206	1.429.003	339	4.603.800
Saldo em 31/12/2024	7.689	1.572.189	1.803.600	1.335	5.085	1.332.527	47	4.722.472
Saldo em 31/12/2025	7.689	1.806.698	2.701.452	1.335	16.019	83.864	1.915	4.618.972

a. As adições são compostas pelas peças e sobressalentes adquiridos para as manutenções programadas. **b** As transferências para imobilizado em serviço são relacionadas principalmente à entrada em operação de Parnaíba VI durante o exercício de 2025. **11. Empréstimos, financiamentos e debêntures. Prática contábil.** Os empréstimos e as debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os saldos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. A Administração da Companhia avaliou que a melhor divulgação dos juros pagos sobre debêntures e financiamentos na demonstração de fluxo de caixa da Companhia é nos fluxos da atividade de financiamentos, pois o custo desses passivos financeiros está intrinsicamente ligado à obtenção de recursos para a construção do parque gerador da Companhia. **Depósitos vinculados a empréstimos e financiamentos.** A Companhia avalia se os depósitos vinculados aos contratos de empréstimos e financiamentos atendem aos seguintes critérios: **a.** não estão condicionados a eventos futuros; e **b.** são legalmente executáveis, no curso normal dos negócios, no caso de inadimplência e no caso de insolvência ou falência. Dessa forma, o valor dos depósitos vinculados é apresentado junto aos empréstimos e financiamentos a eles relacionados, assim como é apresentado dentro do fluxo de caixa de financiamentos na demonstração do fluxo de caixa.

Composição dos Empréstimos e financiamentos

					Consolidado							
					2025				2024			
Credor	Moeda	Taxas de juros	Taxas efetivas	Vencimento	Custo de captação a apropriar	Principal	Juros	Total	Custo de captação a apropriar	Principal	Juros	Total
Parnaíba II	FDNE	R$	IPCA + 3,383%	7,39%	(3.552)	274.180	62.185	332.813	(3.952)	274.180	36.316	306.544
PGC	BNB	R$	IPCA + 1,9388%	7,83%	(4.117)	771.157	268.905	1.035.945	(4.963)	821.557	287.060	1.103.654
					(7.669)	**1.045.337**	**331.090**	**1.368.758**	**(8.915)**	**1.095.737**	**323.376**	**1.410.198**
Depósitosvinculados					-	(85.846)	-	(85.846)	-	(52.780)	-	(52.780)
					(7.669)	**959.491**	**331.090**	**1.282.912**	**(8.915)**	**1.042.958**	**323.376**	**1.357.419**
Circulante					**(1.147)**	**19.395**	**235.055**	**253.303**	**(1.158)**	**53.062**	**213.844**	**265.748**
Não circulante					**(6.522)**	**940.096**	**96.035**	**1.029.609**	**(7.757)**	**989.896**	**109.532**	**1.091.671**

Composição das Debêntures

					Consolidado							
					2025				2024			
Credor	Moeda	Taxas de juros	Taxas efetivas	Vencimento	Custo de captação a apropriar	Principal	Juros	Total	Custo de captação a apropriar	Principal	Juros	Total
Parnaíba II	R$	CDI+ 1,76%	16,07%	02/10/2026	(109)	180.000	7.058	186.949	(360)	360.000	10.880	370.520
Parnaíba II	R$	CDI + 1,20%	11,45%	02/10;2024	-	-	-	-	(1)	(1)	-	(2)
PGC	R$	CDI + 2,5%	17,61%	15/11/2025	-	-	-	-	(512)	97.528	1.517	98.533
PGC	R$	IPCA + 7,2227%	16,00%	15/11/2025	-	-	-	-	(460)	121.192	708	121.441
					(109)	**180.000**	**7.058**	**186.949**	**(1.333)**	**578.719**	**13.105**	**590.491**
Depósitos vinculados					-	-	-	-	-	(87.815)	-	(87.815)
					(109)	**180.000**	**7.058**	**186.949**	**(1.333)**	**490.905**	**13.105**	**502.676**
Circulante					**(109)**	**180.000**	**7.058**	**186.949**	**(1.170)**	**340.778**	**13.105**	**352.713**
Não circulante					**-**	**-**	**-**	**-**	**(163)**	**150.127**	**-**	**149.964**

Os empréstimos obtidos estão garantidos na estrutura equivalente à Project Finance, principalmente através dos ativos (máquinas e equipamentos), bem como pelo fluxo de faturamento dos contratos de CCEARs. Adicionalmente, os financiamentos da Companhia também contam com o aval de sua Controladora.

		Consolidado	
		Empréstimos e financiamentos	Debêntures
Saldo em 31/12/2023		**1.288.009**	**823.832**
(+)	Novas captações	27.627	-
(+)	Juros incorridos	60.320	91.100
(+/-)	Variação monetária	40.230	8.543
(-)	Pagamento de principal	(20.491)	(335.409)
(-)	Pagamento de juros	(35.570)	(98.938)
(+/-)	Custo de captação	1.834	2.108
(+/-)	Depósitos vinculados	(4.540)	11.440
Saldo em 31/12/2024		**1.357.419**	**502.676**
(+)	Juros incorridos	60.453	59.496
(+/-)	Variação monetária	38.662	4.500
(-)	Pagamento de principal	(50.401)	(403.219)
(-)	Pagamento de juros	(91.401)	(65.543)
(+/-)	Custo de captação	1.246	1.224
(+/-)	Depósitos vinculados	(33.066)	87.815
Saldo em 31/12/2025		**1.282.912**	**186.949**

As parcelas dos empréstimos e financiamentos classificadas no passivo não circulante em 31/12/2025 têm o seguinte cronograma de pagamento:

	Empréstimos e financiamentos
Ano de Vencimento	
2027	147.238
2028	77.768
2029	104.524
2030	85.964
2031 até o último vencimento	656.808
Saldo em 31/12/2025	**1.072.302**
Depósitos vinculados	(85.846)
Saldo em 31/12/2025	**986.456**

Covenants financeiros e não financeiros. O contrato de financiamento da Companhia possui cláusula com covenants não financeiros, usual no mercado e resumido a seguir, é monitorada regularmente pela Tesouraria e reportada periodicamente à Administração, para garantir que o contrato seja cumprido: **(i)** Obrigação de apresentar aos credores demonstrações financeiras periodicamente; **(ii)** Direito dos credores de executar inspeções e visitas nas instalações; **(iii)** Obrigação de manter atualizadas as obrigações tributárias, previdenciárias e trabalhistas; **(iv)** Obrigação de manter em vigor contratos materialmente relevantes para as suas operações; **(v)** Respeitar a legislação ambiental e manter em vigor as licenças necessárias para as suas operações; **(vi)** Restrições contratuais quanto a operações com partes relacionadas e alienações de ativos fora do curso normal de negócios; **(vii)** Restrições quanto à mudança de controle, reestruturações societárias, exceto as ocorridas dentro do grupo econômico, e alteração material no objeto social e nos atos constitutivos dos devedores; e **(viii)** Restrição para constituição de ônus sobre os recebíveis. Os contratos de empréstimos e financiamentos e as emissões de debêntures contêm cláusulas específicas de covenants financeiros e não financeiros, as quais encontram-se atendidas, conforme detalhado abaixo. O descumprimento de tal índice resultaria na possibilidade de declaração de vencimento antecipado do empréstimo e das debêntures, tornando-se exigíveis os respectivos valores em aberto e, por consequência a reclassificação do passivo não circulante para o passivo circulante.

Descrição dos Covenants Financeiros da Controlada Parnaíba II	Posição em 31/12/2025	Posição em 31/12/2024
Dívida líquida de no máximo 3 vezes o EBITDA	Atendido	Atendido

12. Provisão para contingências. A Companhia é parte em ações judiciais tributárias que são constantemente avaliados pela Administração e por seus advogados e assessores jurídicos. **Prática contábil.** A Companhia constitui provisões relacionadas a processos judiciais, administrativos e arbitrais, em valores suficientes para garantir eventuais perdas consideradas prováveis. **Estimativas e julgamentos.** A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, para os quais são constituídas provisões quando é provável uma saída de recursos para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser realizada. Os passivos contingentes significativos avaliados como de risco possível e remoto não são provisionados. Os processos avaliados como de risco possível são divulgados em notas explicativas. A probabilidade de saída de recursos é baseada em avaliação e qualificação dos riscos. Essa avaliação é suportada pelo julgamento e pela experiência da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, bem como outros aspectos aplicáveis. As avaliações de risco e os valores estimados podem divergir dos que vierem a ser incorridos pela Companhia. O saldo da provisão para contingências no exercício findo em 31/12/2025 é apresentado abaixo:

		Consolidado				
		2024	2025			
		Saldo acumulado	Adições	Atualização	Reversão	Saldo acumulado
Tributárias		96	-	4	-	100
Trabalhistas		586	37	55	(66)	612
Cível		120	-	2	(1)	121
Total das provisões		**802**	**37**	**61**	**(67)**	**833**

Contingências com risco possível (não requerem constituição de provisão). As ações de natureza tributária, cível, trabalhista e ambiental que não estão provisionadas envolvem prognóstico de perda possível classificado pela Administração, seus advogados e assessores jurídicos, e são apresentadas a seguir:

		Consolidado	
		2025	2024
Tributárias		35.760	34.857
Trabalhistas		1.234	1.190
Ambientais		22.944	18.070
Cíveis	a	-	451.985
Total		**59.938**	**506.102**

a. Em 2/10/2025, foi proferida sentença em um dos procedimentos arbitrais envolvendo contrato firmado pela controlada PGC com prestador de serviços de construção e montagem de usina termelétrica. A decisão foi favorável à PGC, com improcedência de todos os pedidos formulados pela contraparte. **13. Patrimônio líquido. Capital Social.** Em 18 de dezembro 2025 foi aprovado o aumento de capital social da Companhia, de R$ 2.255.632 para R$ 2.355.632, totalmente subscrito e integralizado, um aumento no montante de R$ 99.982, mediante a emissão de novas ações ordinárias, dividido em 1.031.452 ações ordinárias e 298.817.823 ações preferenciais, ambas escriturais e sem valor nominal. O capital social da Companhia é composto por ações ordinárias e preferenciais, onde 100% das ações preferenciais pertence ao Itaú Unibanco S.A e 100% das ações ordinárias pertence a Eneva S.A.

	Controladora		Consolidado	
	2025		2024	
Acionistas	Quantidade	%	Quantidade	%
Itaú Unibanco S.A.	298.817.823	17%	239.294.014	14%
Eneva S.A.	1.450.197.393	83%	1.449.165.941	86%
Total	**1.749.015.216**	**100%**	**1.688.459.955**	**100%**

Reserva de capital. As reservas de capital da Companhia foram constituídas mediante aporte relativo à integralização das ações preferenciais da Companhia pelo Itaú Unibanco S.A., nos termos aprovados por Assembleia Geral Extraordinária. Até 31/12/2025 foram constituídos R$ 636.784, que corresponde a 27,56% do capital social, que sofreu aumento de R$ 100.000 de acordo com a deliberação da Assembleia Geral ocorrida em 18/12/2025. **Reserva Legal.** De acordo com a Lei 6.404/76 art. 193, 5% do lucro líquido do exercício deve ser destinado para constituição da reserva legal, que não poderá exceder 20% do capital social e/ou 30% da reserva legal constituída mais a reserva de capital. Em 31/12/2025 a companhia não destinou parte do lucro para a reserva legal já que ultrapassaria os 30% previstos em lei, mantendo o mesmo montante acumulado de R$ 47.418 até a data base de 31/12/2025. **Reserva de incentivos fiscais. SUDENE.** A reserva é constituída mediante destinação da parcela do resultado do exercício equivalente ao benefício fiscal concedido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Esse benefício corresponde à redução de 75% do Imposto de Renda, no período de 10 anos. Em 31/12/2025, a Companhia constituiu os montantes de R$ 106.002 e R$ 60.935 (total de R$ 166.937) de incentivo fiscal da Sudene referente as subsidiárias PGC e Parnaíba II, respectivamente. **Outros resultados abrangentes.** As mutações do patrimônio líquido que não representam receitas e despesas realizadas são denominadas "Outros Resultados Abrangentes" (ORA) e incluem alterações que poderão afetar o resultado de períodos futuros ou, em alguns casos, nem mesmo circularem pelo resultado. Em 31/12/2025, o saldo da conta de outros resultados abrangentes é composto por ajuste de avaliação patrimonial. **Dividendos.** Em 21/06/2023 foi assinado o acordo de acionistas determinando que a distribuição dos dividendos prioritários não cumulativos e/ou JCP conferidos às ações preferenciais seguirá os seguintes limites do lucro líquido distribuível: entre 2024 e 2027 (inclusive) = 60% e a partir de 2028 = 75%. Para os exercícios a partir de 2024, foi estipulado um limite máximo de distribuição que será de R$ 200 milhões e R$ 250 milhões, respectivamente. O primeiro aditivo ao acordo de acionistas datado de 25/01/2024 altera o percentual de distribuição de dividendos aplicável até o exercício de 2027 para 62,50% e, a partir de 2028 seja 77,50%. A distribuição do lucro líquido do exercício em 31/12/2025 está apresentada no quadro abaixo:

	2025
Lucro líquido do exercício	**847.463**
Constituição de reserva legal	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal	(166.937)
Base para distribuição de dividendos	**680.526**
Dividendos intercalares	(509.070)
Dividendos adicionais propostos	(171.456)

Durante o exercício de 2025, a Companhia destinou a título de dividendos intercalares o valor de R$ 509.069 superando o valor de dividendos mínimos obrigatórios que seriam distribuídos, dessa forma, o resultado após as constituições das reservas e distribuição dos dividendos intercalares foi constituído como dividendos adicionais propostos para que seja distribuído posteriormente. **14. Eventos subsequentes. Acordo consensual.** Em 11/02/2026, a PGC recebeu o valor de R$37.012 como resultado de instrumento de transação terminativa celebrado nesta mesma data com fornecedor de serviço de construção e montagem de usinas termelétricas. Os valores pleiteados contra a PGC pela requerente, relacionados às disputas arbitrais, não compunham o saldo de provisão para contingências. **Leilão ANEEL nº2/2026.** A ANEEL publicou o Edital do Leilão nº 2/2026, cujo objetivo é a contratação de reserva de capacidade na forma de potência, proveniente de usinas termelétricas a gás natural e a carvão mineral. O início de suprimento previsto para os empreendimentos selecionados ocorre entre 2026 e 2031, conforme diretrizes do certame. As UTEs Maranhão IV e Maranhão V (em conjunto denominadas "UTE Parnaíba I") sagraram-se vitoriosas no referido leilão, realizado em 18/03/2025, firmando compromisso de venda de potência pelo prazo de 10 anos, assegurando receita fixa anual de R$1.365.084.989,28 (data-base setembro de 2025), reajustada pelo IPCA anualmente. A UTE Parnaíba III (denominada "MC2 Nova Venécia 2") sagrou-se vitoriosa no referido leilão, realizado em 18/03/2025, firmando compromisso de venda de potência pelo prazo de 10 anos, com início de suprimento em 01/08/2029, assegurando uma receita fixa anual de R$354.581.022,63 (data-base setembro de 2025), reajustada anualmente pela variação do IPCA.

Diretoria
Marcelo Cruz Lopes - Diretor Presidente
Marcelo Campos Habibe - Diretor Administrativo e Financeiro
Controladoria
Ana Paula Alves do Nascimento
CRC-RJ 086983/O-0 - Diretora de Controladoria e Tributário
Bruno Campelo de Azevedo - CRC-RJ 106648/O-9 - Contador

Assine o jornal **Monitor Mercantil (21) 3849-6444**

Ines249

Galípolo volta a falar sobre atuação do BC no caso do Master

Liquidação gerou um rombo estimado em cerca de R$ 52 bi no FGC

O presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, participará de audiência na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), do senado, na próxima terça-feira (5). Além de tratar de questões da política monetária, o gestor também deve dar explicações sobre a atuação do BC no caso do Banco Master.

Em 8 de abril Galípolo, negou ter atuado pessoalmente no caso do Banco Master perante o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Palácio do Planalto. Em depoimento como convidado à CPI do Crime Organizado, ele também afirmou que não havia amparo técnico para suspender as atividades do banco antes do fim de 2025.

Voltando na linha do tempo, em 18 de novembro de 2025, o Banco Central decretou a liquidação extrajudicial do Banco Master S/A, do Banco Master de Investimento S/A, do Banco Letsbank S/A e da Master S/A Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários, além do Regime Especial de Administração Temporária (RAET) do Banco Master Múltiplo S/A, instituições integrantes do Conglomerado Master. A decretação dos regimes de resolução nas instituições foi motivada pela grave crise de liquidez do Conglomerado Master e pelo comprometimento significativo da sua situação econômico-financeira, bem como por graves violações às normas que regem a atividade das instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

Controlado pelo banqueiro Daniel Vorcaro, o Master teve crescimento considerado meteórico com a emissão de Certificados de Depósito Bancário (CDBs), vendidos com promessa de remuneração acima do mercado, amparados pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC). Os ativos eram de baixa liquidez, como precatórios e participações em empresas em dificuldades. A liquidação do Banco Master e instituições coligadas (Will Bank e Pleno) gerou um rombo estimado em cerca de R$ 52 bilhões no FGC, considerado o maior da história do sistema financeiro brasileiro.

O presidente da CAE, o senador Renan Calheiros (MDB-AL) disse nesta terça-feira (28) que a presença de Galípolo será muito importante, "porque muitas perguntas continuam a ser feitas sobre o papel do BC na crise do Master".

"O Banco Central mandou 23 avisos de irregularidade parta o Master e não tomou, ao longo desses anos, nenhuma providência, salvo a intervenção em dezembro de 2025. Além do mais, o presidente Galípolo fez uma leniência com o ex-presidente do BC, Roberto Campos Neto, acusado de praticar irregularidades quando diretor do Banco Santander", afirmou o senador. Ele também salientou que o colegiado não recebeu documentos sobre o processo do Banco Master, que deveriam ter sido encaminhados por Galípolo à CAE. Em fevereiro, a comissão instalou um grupo de trabalho para investigar fraudes bilionárias do Master.

Master

Segundo a Agência Senado os senadores aprovaram requerimento para que o ministro Bruno Dantas, do Tribunal de Contas da União (TCU), preste informações e apresente documentos, entre eles os classificados como sigilosos, referentes ao processo de aquisição, pela Caixa Econômica Federal, de carteiras financeiras do Banco de Brasília (BRB), vinculadas ao processo de aquisição do Master (REQ 56/2026-CAE).

Também foi aprovado o requerimento para que o presidente do BRB preste informações e documentos relacionados a operações e contratos do banco nos últimos oito anos com fundos de previdência de servidores estaduais ou municipais; à aquisição de folhas de pagamento de servidores públicos; envolvendo recursos de depósitos judiciais; e associados, direta ou indiretamente, a entidades públicas estaduais ou municipais (REQ 57/2026-CAE).

Reforço com fibras e UHPC na pré-fabricação de concreto

A Abcic (Associação Brasileira da Construção Industrializada de Concreto) transmite, no próximo dia 6 de maio, a partir das 14h, o 2º Webinar Series, com o tema "Concreto Reforçado com Fibra e UHPC (Ultra-High Performance Concrete) Aplicados a Pré-Fabricação", proporcionando uma oportunidade de conhecer as principais diferenças do comportamento desses materiais e suas influências para realizar o cálculo das estruturas.

Moderado pela engenheira Lígia Doniak, coordenadora de Projetos Especiais – Tecnologia da Abcic, o webinar contará com a participação da professora Ana Elisabete Jacintho, da PUC-Campinas, do professor Daniel de Lima Araújo, da Universidade Federal de Goiás (UFG), e do engenheiro Romário Lima, especialista de produtos da Belgo Arames, que também abordarão exemplos de estruturas reais e disruptivas com o UHPC, os benefícios da aplicação da tecnologia em ambiente estrutural e outras aplicações em ligações utilizando o concreto reforçado com fibra.

"O Webinar ressalta a integração relevante entre indústria, academia e ambiente normativo para o avanço dos materiais no país, além de mostrar a contribuição do uso do UHPC e do concreto reforçado com fibras para o desenvolvimento tecnológico da pré-fabricação de concreto no Brasil, trazendo benefícios ambientais, econômicos e técnicos", afirma Ligia.

A programação será aberta com a palestra de Romário Lima sobre as possibilidades do concreto reforçado com fibras de aço Dramix® para a indústria da construção civil, seguida por Ana Elisabete, que trará informações atualizadas sobre o andamento dos trabalhos da Comissão de Estudos da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) referentes à norma brasileira de projeto estrutural em UHPC, e por Daniel Araújo, que apresentará os ensaios de caracterização do UHPC e aplicação em elementos pré-moldados.

Direcionado para engenheiros, projetistas de estruturas, profissionais da indústria de pré-fabricado de concreto e da cadeia de fornecimento, construtores, pesquisadores e alunos de engenharia e pós-graduação na área, o 2º Webinar tratará ainda ensaios de UHPC em elementos de descontinuidade, como consolos e dente Gerber e a caracterização do UHPC para aplicação em estruturas.

As inscrições para o Webinar Series, que conta com o patrocínio da ArcelorMittal e Belgo Arames, podem ser feitas neste link: https://abcic.org.br/webinar2026/.

ORIZON BIOMETANO SÃO GONÇALO S.A.

CNPJ: 60.288.641/0001-15

Balanço Patrimonial (Em milhares de reais)

Ativo	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	5	-
Outros ativos circulante	5	-
Total do ativo circulante	10	-
Total do ativo	10	-
Passivo	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Patrimônio líquido		
Capital social	10	-
Total do patrimônio líquido	10	-
Total do passivo e do patrimônio líquido	10	-

Demonstração de resultados (Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas (despesas) operacionais		
Gerais e administrativas	(1)	-
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e equivalência patrimonial	(1)	-
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	-	-
Despesas financeiras	-	-
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(1)	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(1)	-

Demonstração dos fluxos de caixa (Em milhares de reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	(1)	-
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo):		
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Adiantamentos	(4)	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	(5)	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento		-
Integralização de capital	10	-
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	10	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		-
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	-	-
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	5	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	-
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	5	-

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de reais)

	Capital social	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024	-	-
Prejuízo do exercício	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	-
Saldos em 1º de janeiro de 2025	10	10
Lucro líquido do exercício	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**10**	**10**

Demonstração dos resultados abrangentes (Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(1)	-
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de tributos	(1)	-

As Demonstrações Financeiras completas encontram-se disponíveis na sede da empresa.

DEL CASTILHO PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 31.617.610/0001-62

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentadas a seguir são demonstrações financeiras individuais e consolidadas resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras individuais e consolidadas completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br/

Balanço patrimonial
(Valores expressos em MR$, exceto quando demonstrado de outra forma)

Ativo	Nota	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	54	23
Tributos a recuperar	5	2	2
		56	**25**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Contas a receber - partes relacionadas	6	601	-
		601	**-**
Investimentos em empresas coligadas	7	-	190.439
		-	**190.439**
Total do ativo		**657**	**190.465**
Passivo			
Circulante			
Dividendos a pagar		-	72
Tributos a recolher		1	1
		1	**73**
Não circulante			
Fornecedores e outras contas a pagar PNC	8	-	349
		-	**349**
Patrimônio líquido			
Capital social	9	195	186.659
Reservas de Lucros		439	3.334
Reserva Legal		22	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	50
		656	**190.043**
Total do passivo e patrimônio líquido		**657**	**190.465**

As notas explicativas são parte integrante das DFs.

Demonstrações do resultado do exercício
(Valores expressos em MR$, exceto quando demonstrado de outra forma)

	Nota	2025	2024
Receitas operacionais			
Participação de equivalência patrimonial		7.767	9.180
Lucro bruto		**7.767**	**9.180**
Despesas operacionais			
Despesas com vendas, gerais, administrativas e outras despesas e receitas operacionais	12	(7.936)	(164)
Prejuízo/(Lucro) operacional		**(169)**	**9.016**
Despesas financeiras	13	-	(12.850)
Receitas financeiras	13	607	4
Resultado financeiro líquido		607	(12.846)
Lucro/(prejuízo) antes do IR e da contribuição social		**438**	**(3.830)**
Contribuição social		-	-
Imposto de renda		-	-
Lucro/(prejuízo) do exercício		**438**	**(3.830)**

As notas explicativas são parte integrante das DFs.

Demonstração dos resultados abrangentes
(Valores expressos em MR$, exceto quando demonstrado de outra forma)

	2025	2024
Lucro/(Prejuízo) do exercício	**438**	**(3.830)**
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**438**	**(3.830)**

As notas explicativas são parte integrante das DFs.

Demonstração do fluxo de caixa
(Valores expressos em MR$, exceto quando demonstrado de outra forma)

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro/Prejuízo do exercício	438	(3.830)
Participação nos resultados de controlada/coligada	-	(9.180)
	438	**(13.010)**
Variações no capital circulante		
Tributos a recuperar	-	(1)
Contas a receber	(601)	-
Fornecedores e outras contas a pagar - parte relacionada	-	349
Tributos a recolher	-	1
	(601)	349
Gerado pelas operações		
Dividendos recebidos	-	688
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	**(163)**	**(11.973)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	**-**	**-**
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de investimento	**-**	**-**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Recursos provenientes da emissão de cotas de capital	106	104
Recursos provenientes de empréstimos	-	11.490
Adiantamento para futuro aumento de capital	88	50
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento	**194**	**11.644**
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	**31**	**(330)**
Variação do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	**23**	**353**
No final do exercício	**54**	**23**
	31	**(330)**

As notas explicativas são parte integrante das DFs.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (Valores expressos em MR$, exceto quando demonstrado de outra forma)

	Capital social	Reserva de lucros a realizar	Reserva legal	Adiantamento para aumento de capital	Lucros/Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01/01/24	**1**	**7.164**	**-**	**-**	**-**	**7.165**
Aumento de capital	186.658	-	-	50	-	**186.708**
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(3.830)	**(3.830)**
Absorção do prejuízo acumulado	-	(3.830)	-	-	3.830	**-**
Saldos em 31/12/24	**186.659**	**3.334**	**-**	**50**	**-**	**190.043**
Adiantamento para futuro aumento de capital 19/02/25	**-**	**-**	**-**	88	-	**88**
Aumento de capital 08/04/25	3.870	(3.311)	-	(138)	-	**421**
Redução de capital 21/05/25	(190.439)	-	-	-	-	**(190.439)**
Aumento de capital 25/08/25	106	-	-	-	-	**105**
Lucro do Exercício	-	-	-	-	438	**438**
Reserva Legal	-	-	22	-	(22)	**-**
Absorção do lucro acumulado	-	416	-	-	(416)	**-**
Saldos em 31/12/25	**195**	**439**	**22**	**-**	**-**	**656**

As notas explicativas são parte integrante das DFs.

Rubens Orfani de Figueiredo - CPF: 245.594.308-96 - Diretor
Leonardo Crispim Monteiro Da Silva - CPF: 437.749.348-51 - Diretor
DOMINGUES E PINHO CONTADORES LTDA. CRC-RJ 001137/O-0
Luciana Arrigoni Da Silva - **Contadora** - CRC-RJ 104.579/O-0